



Centro Antigo de Salvador

Plano de Reabilitação Participativo

Realização

Governo do Estado da Bahia

Governador
Jaques Wagner

Secretário de Cultura
Márcio Meirelles

Equipe Escritório de Referência

Coordenadora Geral
Beatriz Lima

Coordenadoras Técnicas
Patrícia Marchesini
Telma Catarina Pires

Equipe Técnica

André Siquara
Auana Rúbio
Cassandra Sousa
Eloá Mattos
Lucineide Souza
Maria Anacy Libório
Maria Enedina Brandão
Marly Silva
Tiago Correia

Estagiários

Audrey Laval (França)
Caio da Silva
Eide Santos
Milena Fraga

Apoio

Antônio Carlos dos Santos
Cláudia Sales
José Carlos Silva
Otaviano dos Santos
Valdinar Caldas

Colaboradores

André Augusto Oliveira
Carlota Gottschall
Edson Pitta Lima (Prefeitura)
Frederico Mendonça
Mara Rosana Castagno
Maurício Barbosa
Nara Marambaia
Nilmária Silva
Pedro Junqueira
Solange Bernabó
Valéria Nagy

Cooperação Internacional

Representação da UNESCO no Brasil

Representante
Vincent Defourny

Coordenadora de Cultura
Jurema Machado

Oficial de Projeto
Patrícia Reis

Consultores

Ângela Gordilho
Eduardo Dória
Itamar Kalil
João Silva
Léo Orellana
Lúcia Aquino
Luiz Antônio Cardoso
Margareth Matiko Uemura
Mariely Santana
Oswaldo Guerra
Patrícia Smith
Paulo Gonzalez
Paulo Sandroni
Sérgio Luiz Gomes

Colaboradores

Ana Maria Gonçalves
Ângela Franco
Érica Cristina Diogo
Jorge Luiz Silva

Colaboradores Nacionais

Ana Lúcia Dezolt (BID)
Briane Bicca (Rio Grande do Sul)
Laís Coelho (Rio de Janeiro)
Luiz Phelipe Andrés (Maranhão)
Milton Botler (Pernambuco)

Colaboradores Internacionais

Alicia Domingues Nuñez (Espanha)
César Jiménez Alcañiz (Espanha)
Jadille Baza (Chile)
José Luis Cortes Delgado (México)
Hélène Streiff (França)

Projeto Gráfico e Capa

Raruti Comunicação e Design/Cristiane Dias

Foto da Capa

Robson Mendes/AGECOM

Revisão

Marilia Akamine Risi

Organização

Margareth Matiko Uemura

Fotógrafos

Adenilson Nunes/AGECOM
Adenor Gondim/AGECOM
Alberto Coutinho/AGECOM
Alexandre Amaral
Arisson Marinho/AGECOM
Aristeu Chagas/AGECOM
Carlos Alcântara
Ivan Erick/AGECOM
Jhonas Araújo
Jorge Cordeiro/AGECOM
Juliana Souza/AGECOM
Manu Dias/AGECOM
Mateus Soares
Ricardo Stuckert/Presidência da República
Roberto Nascimento
Roberto Viana/AGECOM
Robson Mendes/AGECOM
Ronaldo Silva/AGECOM
Sora Maia
Vaner Casaes/AGECOM

Grupo Executivo

Sociedade Civil

Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico

Jecilda Maria da C. Melo

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Dom Gregório Paixão

Fórum Municipal para o Desenvolvimento Sustentável do Centro da Cidade

Haroldo Dias Nuñez

Pestana Convento do Carmo

Paulo Dias

Projeto Abraço Fraternal

Altamira Pitta

Universidade Federal da Bahia

Pró-Reitoria de Extensão

Eugênio de Ávila Lins

Governo Federal

Ministério das Cidades

Secretaria Nacional de Programas Urbanos

Maria Teresa Saenz Jucá

Ministério da Cultura/Fundação Palmares

Edvaldo Mendes Araújo Zulu

Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de

Programas de Desenvolvimento do Turismo

Frederico da Silva Costa

Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão/Destinação Patrimonial

Luciano Ricardo A. Roda

Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional

Luiz Fernando Almeida

Secretaria Especial de Portos da Presidência da República

Antônio Maurício Ferreira Netto

Governo Estadual

Secretaria de Cultura

Márcio Meirelles

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Afonso Bandeira Florence

Secretaria de Promoção da Igualdade

Luiza Helena Bairros

Secretaria de Segurança Pública

Antonio César Fernandes Nunes

Secretaria de Turismo

Domingos Leonelli

Secretaria do Planejamento

Walter de Freitas Pinheiro

Governo Municipal

Prefeitura Municipal de Salvador

Subprefeitura do Pelourinho

José Augusto de Azevedo Leal

Secretaria Municipal da Reparação

Ailton dos Santos Ferreira

Secretaria Municipal de Transportes Urbanos e Infra-Estrutura

Antônio Almir Santana Melo Júnior

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente

Antônio Eduardo dos Santos Abreu

Empresa de Turismo S/A

Cláudio Melo de Oliveira Tinoco

Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência

Fábio Rios Mota

Agradecimentos

Assessoria Geral de Comunicação Social do

Governo da Bahia

Assessor Geral de Comunicação

Robinson Almeida

Coordenadora Executiva

Marlupe Caldas

Apresentação

Salvador, cidade única e múltipla

Jaques Wagner
Governador da Bahia

A região hoje conhecida como Centro Antigo de Salvador nasceu junto com a cidade, no momento em que os colonizadores portugueses perceberam a necessidade de tomar, na prática, posse do Brasil recém descoberto. Com o surgimento da primeira capital do país, veio o florescimento econômico e social, seguido por acentuada decadência, quando as famílias ricas deixaram o local e passaram a residir nos bairros mais modernos do território soteropolitano.

A revitalização restrita ao Pelourinho, ocorrida na década de 90, fez da região um dos maiores destinos turísticos do país, graças à riqueza do seu patrimônio artístico e cultural. Tal intervenção, no entanto, não contemplou a sustentabilidade econômica, social, urbanística e ambiental desse importante sítio.

O Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, ora lançado, pretende corrigir essa distorção e devolver à cidade o seu berço, sendo um marco dos novos tempos em que vive a Bahia. Construído por intermédio do diálogo com a sociedade civil, ele é muito mais que um apanhado de diretrizes. Em sua alma está a preocupação com a qualidade de vida das pessoas – as que frequentam, as que trabalham, as que visitam e, principalmente, as que moram no Centro Antigo de Salvador.

É também um exemplo da colaboração eficiente e não-competitiva entre as esferas municipal, estadual e federal de governo, que operam juntas para pensar e implementar políticas sociais para os cerca de 80 mil moradores do Centro Antigo.

O mundo aprendeu – é certo que a duras penas – que para melhorar a vida da população como um todo, não há outra filosofia possível além da inclusão. É isso o que fazemos ao romper com a visão arcaica que tratava o Pelourinho, e por conseqüência, o seu entorno, como um mero apêndice da urbe. Estamos integrando a região ao cotidiano da cidade e com isso resgatando as nossas tradições.

Salvador não se divide. A cidade é única e múltipla.

Centro Antigo de Salvador: um desafio paradigmático

Vincent Defourny
Representante da UNESCO no Brasil

Patrimônio Mundial, tal como define a Convenção da UNESCO, é um conjunto de bens capazes de representar densidade histórica, valores e referências culturais cuja importância diz respeito a toda a Humanidade. Assim é que podemos perceber o Centro Histórico de Salvador, inscrito na Lista da UNESCO desde 1985, como um território de acúmulos: uma vigorosa fusão de traços culturais europeus e africanos, resultando em excepcional produção urbanística, arquitetônica e artística, especialmente no Brasil colonial, ao lado de uma particular expressão cultural, traduzida em modos de vida, práticas, festas, crenças e saberes. Mais atraente e desafiador é constatar que nada disso se cristalizou no tempo: o papel do centro passou por mudanças profundas no contexto da cidade, o que implicou em processos acentuados de deterioração, alternados por tentativas de reversão de maior ou menor sucesso. A área alcança o presente sem omitir as marcas dessas transformações, mas tendo preservado seu inestimável valor simbólico, que transcende as fronteiras do país.

Os acúmulos representados pelo Centro Antigo de Salvador são aqui mencionados para descrever o espírito com que se produziu o Plano: reconhecer toda a somatória de experiências passadas, a diversidade de atores políticos e sociais, de desejos e de visões de futuro nem sempre convergentes. Concretamente, isso significou tratar o centro histórico como parte de uma estrutura urbana mais ampla e complexa, alargando não só o objeto de análise, mas a natureza das intervenções propostas. O Plano apostou na participação social como um indispensável processo de reflexão coletiva sobre um objeto tão complexo, sobre o qual qualquer intervenção tem múltiplos efeitos. Reconhece a dinâmica entre a produção do espaço social e do espaço físico, ou seja, não se deixa seduzir pela intervenção física pura e simples, mas também não se perde no determinismo dos condicionantes econômico-sociais.

Optou-se por analisar e propor vivenciando o cotidiano do lugar, razão da criação do Escritório de Referência, posicionado geográfica e funcionalmente no coração da área. Como colaboradores diretos, foram convidados profissionais locais com vasta trajetória dedicada ao tema, que tiveram também a oportunidade de interlocução com experiências internacionais relevantes.

Na etapa em que se encontra, o Plano pressupõe a instalação de um sistema de governança permanente, já que, no campo da gestão do patrimônio urbano, nada se resolve por um gesto ou por um ato, mas apenas por meio de estratégia duradoura e responsável, na qual fixos e imutáveis são apenas os valores.

Agradecemos pela confiança do Governo da Bahia desde o convite para a concepção inicial do Plano, que permitiu à Representação da UNESCO no Brasil incorporar-se aos esforços para enfrentar este que pode ser considerado um desafio paradigmático para a reabilitação de sítios históricos.

Um Plano que tem a Cultura como base

Márcio Meirelles
Secretário de Cultura do Estado da Bahia

A nossa casa, o nosso bairro, a nossa cidade. Os nossos territórios basilares, formadores das nossas histórias, memórias e identidades. Territórios e memórias cada vez mais transformados por um incessante crescimento urbano, por uma lógica de desenvolvimento econômico carente de valores humanos elementares, e por acessos a redes informacionais que nos conectam ao mundo, e que nos revelam nossas similaridades e diferenças. Como toda cidade contemporânea, assim é nossa Salvador, a cidade mãe do Brasil.

Cidade de profundas diferenças sociais, reveladas cotidianamente em cada rosto, em cada forma de viver e sentir seus espaços. Cidade que cada vez se espraia sobre outras, rasgando fronteiras, derrubando, construindo, tentando conservar, tentando destruir. Lugares, paisagens, memórias. Cidade que se revela na sua diversidade, a cada geração, nas suas festas, na sua arte, na sua comida, nas suas culturas.

Cidade carregada de história e simbolismos, cujos planos urbanos teimam em ignorar. Somente uma nova lógica, pautada num desenvolvimento baseado na cultura, poderá gradativamente inaugurar um processo, abrindo novas possibilidades de aproveitamento do potencial que Salvador já possui. Acreditamos nisso, como acreditamos que não basta a ação dos poderes públicos, ou a ação isolada de investimentos privados, para dar conta do imenso desafio de dar novo significado e direcionamento à reabilitação do Centro Antigo.

Em 2007, com a criação do Grupo Executivo e o Escritório de Referência do Centro Antigo, ambos sob a coordenação da Secretaria de Cultura, o Governo do Estado firma o compromisso público de tratar esses lugares especiais de Salvador de uma forma diferenciada. Abrangendo uma área que vai do Campo Grande a Calçada, conforme regionalização adotada pelo Município, assumimos a responsabilidade de trabalhar com

parceiros, pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, locais, nacionais e internacionais, para organizar um plano que buscasse a promoção do desenvolvimento sustentável desses espaços a partir das suas potencialidades.

Isso fez toda a diferença. Durante anos, os poderes públicos agiram entre erros e acertos. Aprendemos com todos eles. Aprendemos, também, com as experiências de outras partes do mundo, que igualmente, embora por razões diversas, enfrentam a questão da dinamização de seus centros históricos para além da montagem de cenários multicoloridos, monofacetados e maquiados para uso externo.

O resultado desse processo coletivo de dois anos é apresentado agora, registrado sob a forma do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador. Um plano que também inclui o diferencial de que já está sendo colocado em prática, com investimentos sendo realizados e projetos em andamento, e que está aberto a novas contribuições, assumindo o planejamento como um movimento continuado e não como um modelo que se esgota nas suas próprias proposições.

(Re) Significar o Centro Antigo de Salvador

Beatriz Lima
Coordenadora Geral do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador

O Centro Antigo de Salvador é um lugar concreto, que tem em sua área o Centro Histórico – reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade – o qual do ponto de vista físico não se transforma facilmente, mas sim, pela maneira como se pode significar este espaço. A construção de um novo sentido para este lugar, que ao longo dos anos perdeu sua funcionalidade e interesse econômico, foi um importante desafio coletivo na elaboração deste Plano.

Entendendo a importância desse desafio, o Governo do Estado da Bahia vem ao encontro da demanda da sociedade civil ao adotar um modelo de planejamento participativo que envolvesse aspectos econômicos, sociais, urbanísticos, culturais, turísticos e ambientais com vistas à sustentabilidade de um território que, por si só, é plural.

Com a finalidade de construir um significado contemporâneo ou resignificá-lo era preciso desenvolver mecanismos de se projetar, coletivamente, o que se espera para esta área; assim, contamos com o envolvimento direto de mais de 600 organizações para a elaboração da visão de futuro do Centro Antigo.

O processo de construção adotado conferiu ao Plano um caráter único, o que possibilitou, em dezembro de 2009, o seu reconhecimento nacional através do “Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local”, garantindo a sua inscrição no prêmio “Best Practices” e participação na 5ª sessão do Fórum Urbano Mundial promovidas pela Organização das Nações Unidas – ONU.

As diretrizes do Plano foram pautadas em uma política de informação aberta e transparente, no fortalecimento das parcerias institucionais, na ampliação da área de abrangência do Centro Histórico para o Centro Antigo, na estratégia de adotar características de um Plano-ação e na construção de proposições factíveis para este território.

Tais proposições têm como metas: o resgate da função habitacional, o fomento das atividades econômicas e atração de novas, o incremento do turismo cultural, a dinamização do bairro do Comércio e do Porto, a requalificação dos tecidos urbanos, dos espaços e dos equipamentos culturais, além de atrair a população de Salvador para frequentar um espaço cultural, onde concentrasse a memória da cidade e apresentasse formas de discutir o futuro.

As dimensões cultural e humana, se constituíram num denominador comum em todas as 14 proposições do Plano, resguardando os interesses de quem mora, trabalha, frequenta e visita o Centro Antigo. Uma especial atenção foi dada às famílias e às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva de implantar uma política inclusiva.

Resignificar é tornar realidade o desejo de todos que participaram direta e indiretamente dessa construção coletiva, materializado nesta publicação, para fazer acontecer o Centro Antigo de Salvador.

Parceiros

Acordos e Convênios

ALBASA - Associação dos Lojistas da Baixa dos Sapateiros e Barroquinha
 CAIXA - Caixa Econômica Federal
 COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
 CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
 Conselho Cultural de Moradores da Vila Nova Esperança/Rocinha
 Dow Brasil S/A
 Empresa Baiana de Alimentos S/A
 Fórum Municipal para o Desenvolvimento Sustentável do Centro da Cidade
 Habitat para a Humanidade Brasil
 INGÁ - Instituto de Gestão das Águas e Clima
 IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
 SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - BA
 SEMA - Secretaria do Meio Ambiente - BA
 SICM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - BA
 SINDIFEIRA - Sindicato dos Vendedores Ambulantes e dos Feirantes da Cidade do Salvador
 SUDESB - Superintendência do Desporto do Estado da Bahia
 UFBA - Universidade Federal da Bahia
 UNEB - Universidade Estadual da Bahia
 Vega Engenharia Ambiental

Câmaras Temáticas

A Mulherada
 AAAMCA - Associação de Assistência e Apoio aos Moradores do Centro e Adjacências
 ABAM - Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Estado da Bahia

ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia
 Ação pela Cidadania
 ACB - Associação Comercial da Bahia
 ACOBASA - Associação Comunitária do Barbalho e Santo Antônio
 ACOPELO - Associação dos Comerciantes do Pelourinho
 ADESA - Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico do Salvador
 AFAGA - Associação dos Familiares e Amigos de Gente Autista
 Agência Social/Projetos de Avaliação, Gestão e Responsabilidade Social
 Albergue das Laranjeiras
 AMACH - Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico
 AMAFRO - Sociedade Amigos da Cultura Afro - Brasileira
 Aram Yami Hotel Boutique
 ASAPREV - BA - Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia
 Assembléia Legislativa
 Associação Brasileira de Agência de Viagens da Bahia
 Associação Cultural Aspiral do Reggae
 Associação Cultural Viva Salvador
 Associação dos Amigos do Santo Antônio
 Associação dos Guias e Monitores de Turismo
 Associação dos Taxistas do Centro Histórico de Salvador
 Associação Interestadual dos Notórios Artistas Independentes, Orquestra e Bandas
 Associação Salus Et Caritas / Igreja do Passo
 Associação Vida Brasil
 AVAPE - Associação para Valorização e Promoção dos Excepcionais
 BAHIAATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A
 Bonecos Mamulengos
 Câmara Municipal de Salvador

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador
 CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular
 CENTAURUS /Vigilância e Segurança Ltda.
 CIPÓ - Comunicação Interativa
 Cluster do Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia
 CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
 Comissão da Igualdade
 Conselho Tutelar
 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
 CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes
 Defensoria Pública
 DELTUR - Delegacia de Proteção ao Turista
 DIMUS - Diretoria de Museus
 Eletrocooperativa
 EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento
 Escola Kate White
 Escola Meninos do Pelô
 FACTUR - Faculdade de Turismo da Bahia
 Faculdades Olga Mettig
 FAMEB - Faculdade de Medicina da Bahia
 FBA - Federação Bahiana de Atletismo
 Federação Baiana de Judô
 FENAGTUR - Federação Nacional de Guias de Turismo
 FGM - Fundação Gregório de Mattos
 FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia
 FMLF - Fundação Mário Leal Ferreira
 Fórum Municipal para o Desenvolvimento Sustentável do Centro da Cidade de Salvador
 FPC - Fundação Pedro Calmon
 Frente de Luta Popular
 FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia
 Fundação Clemente Mariani
 Fundação Onda Azul
 Gente Que Faz a Paz

Gerência Regional do Patrimônio da União
 GERMEN - Grupo de Recomposição Ambiental
 Grupo Chama
 Grupo Pestana
 Hotel Amizade
 Hotel Villa Bahia
 IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento da Bahia
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
 Instituto Maria Preta
 Instituto Mauá de Tecnologia
 Invest Tur Brasil
 IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
 IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 Irmandade do Rosário dos Pretos
 Jornal do Pelô
 LGR Empreendimentos e Participações Ltda
 MCidades - Ministério das Cidades
 MinC - Ministério da Cultura
 Ministério Público Federal
 MNU - Movimento Negro Unificado
 Movimento Direito à Moradia e ao Trabalho
 Movimento Nacional de Busca e Apoio a Pessoas Desaparecidas
 Museu Eugênio Teixeira Leal
 Nova Dimensão
 NUDH - Núcleo de Direitos Humanos - BA
 O Coliseu Bar e Restaurante
 Oficina de Investigação Musical/Bloco Afro Kizumba
 Olímpia Turismo
 Ong Moradia e Cidadania
 Oxum Casa de Arte
 Pelourinho Cultural
 Polícia Civil
 Polícia Federal
 Polícia Militar

Pousada das Flores
 Prefeitura Municipal de Salvador
 Projeto Abraço Fraternal
 Restaurante Cantina da Lua
 Restaurante Pomerô
 Retalho da Vóvó
 REVCOM - Escritório de Revitalização do Comércio
 SALTUR - Empresa de Turismo S/A
 Santa Casa de Misericórdia da Bahia
 SEAB - Secretaria da Administração - BA
 SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 Secretaria de Relações Internacionais - BA
 Secretaria de Turismo - BA
 Secretaria do Planejamento - BA
 Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - BA
 Secretaria Municipal de Transportes Urbanos e Infraestrutura
 SEC - Secretaria da Educação - BA
 SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - BA
 SECULT - Secretaria de Cultura - BA
 SECULT - Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer
 SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - BA
 SEDHAM - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente
 SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - BA
 SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - BA
 SEMA - Secretaria de Meio Ambiente - BA
 SEMUR - Secretaria Municipal da Reparação
 SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade - BA
 SESAB - Secretaria de Saúde - BA

SESI - Serviço Social da Indústria
 SESP - Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Combate à Violência
 SETAD - Secretaria Municipal do Trabalho Assistência Social e Direitos do Cidadão
 SICM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - BA
 SIMM - Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-Obra
 Sindicato dos Guias de Turismo da Bahia
 SINDIFEIRA - Sindicato dos Vendedores Ambulantes e dos Feirantes da Cidade do Salvador
 SINDUSCON - BA - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado da Bahia
 SIRCHAL - Sítio Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos da América Latina e Caribe
 SMS - Secretaria Municipal da Saúde
 Sociedade Unificadora de Professores
 SOS - Barra
 SPD - Sociedade Protetora dos Desvalidos
 SPM - Superintendência Especial de Políticas Para Mulheres
 SSP - Secretaria de Segurança Pública - BA
 SUDESB - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia
 Superintendência de Economia Solidária
 Superintendência do Patrimônio da União
 Tours Bahia
 Transalvador
 UFBA - Universidade Federal da Bahia
 UNEB - Universidade Estadual da Bahia
 UNESCO
 UNIFACS - Universidade Salvador
 UNIRAAM - Universidade de Resgate da Ancestralidade Amorosa
 Universidade Católica de Salvador
 Vida Brasil

Sumário

Apresentação	05
Introdução	15
Centro Antigo de Salvador – Contexto Atual e seus Desafios	39
História, Ocupação e Delimitação do CAS	40
A Legislação de Proteção no CAS e as Políticas Públicas visando à sua Recuperação	60
Ocupação Urbana e Habitação	72
Acessibilidade e Mobilidade Urbana	102
Avaliação dos Equipamentos e Negócios Culturais	132
Aspectos Econômicos	166
Economia do Turismo	186
Aspectos de Conformidade Ambiental	210
A Dimensão Social e o Quadro de Vulnerabilidades	228
Segurança Pública	262
Centro Antigo de Salvador – Uma Perspectiva para o Futuro	271
Proposição 1 – Fomento à atividade econômica no CAS	280
Proposição 2 – Ampliação da competitividade das atividades econômicas do CAS	286
Proposição 3 – Preservação da área da encosta do frontispício	291
Proposição 4 – Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS	195
Proposição 5 – Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS	299
Proposição 6 – Qualificação dos espaços culturais e monumentos do CAS	303
Proposição 7 – Estruturação do turismo cultural no CAS	309
Proposição 8 – Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS	313
Proposição 9 – Otimização das condições ambientais	316
Proposição 10 – Requalificação da infraestrutura do CAS	319
Proposição 11 – Redução da insegurança no CAS	325
Proposição 12 – Valorização do CAS a partir da educação patrimonial	328
Proposição 13 – Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia	331
Proposição 14 – Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação	336

Anexo CD

Diagnósticos

Dimensão Econômica

Panorama Geral da Economia do CAS

Economia do Turismo no CAS

Equipamentos e Negócios Culturais do CAS

Dimensão Social

A Dimensão Social e o Quadro de Vulnerabilidades no CAS

Dimensão Urbanístico-Ambiental

Ocupação Urbana e Ambiente Construído

Acessibilidade e Mobilidade Urbana

Sustentabilidade Ambiental do CAS

Pesquisas

Plano de Comunicação Social do CAS

A Imagem do Centro Histórico para os Soteropolitanos

Cadastro de Organizações Sociais e Cooperativas do CAS

Le processus d'élaboration du Plan de Réhabilitation du Centre Ancien de Salvador

Introdução



Parceiros e participantes das Câmaras Temáticas. Fonte: Arquivo ERCAS.

A Construção do Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador

Por que um plano para o Centro Antigo de Salvador?

A elaboração de um Plano de Reabilitação¹ Integrado e Participativo para o Centro Antigo de Salvador - CAS parte do reconhecimento de que esta área possui um significativo valor histórico, cultural, social, econômico e um inestimável patrimônio edificado e artístico de grande importância para a história local e nacional.

A área de abrangência do Plano, delimitada pela Lei Municipal no 3.289, de 21 de setembro 1983, corresponde ao Centro Histórico de Salvador - CHS, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1984, e reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio da Humanidade, em 1985, e seu entorno.

Ampliou-se a área de atuação para além dos limites do perímetro tombado porque, assim como em outras capitais brasileiras, a área central de Salvador passou a conviver, nas últimas décadas, com uma série de problemas originados da perda de população e da subutilização dos imóveis, da inadequação e insalubridade das moradias e da falta de manutenção dos imóveis patrimoniais, além da insegurança pública, prostituição e tráfico de drogas, que configuram um quadro de vulnerabilidade social em contraponto à existência de um rico patrimônio edificado, oferta de empregos e de transporte público.

Antecedentes históricos

A cidade de Salvador, fundada em 29 de março de 1549 para sediar o governo geral da colônia portuguesa, desempenhou um papel estratégico na defesa e na expansão do domínio português em virtude de suas características físicas. Por um lado, a Baía de Todos os Santos reunia qualidades portuárias e de localização que a tornaram referência para os navegadores; por outro, a topografia do sítio, constituída por uma elevação abrupta do terreno, com até 90 metros de altura por 15 quilômetros de extensão, facilitava a defesa da cidade.

Desde sua fundação até o ano de 1763, Salvador foi capital do Brasil e, neste período, o Centro Histórico, região onde se concentraram as atividades econômicas e culturais, foi local de residência da aristocracia, dos altos funcionários e das famílias abastadas. Além disto, em sua área de influência imediata, localizavam-se os centros de maior produção econômica da Colônia. Este conjunto de fatores contribuiu para que a cidade se

expandisse e para que, desde meados do século XVII, fossem erguidas grandes edificações e monumentos como a Igreja do Carmo, a Igreja e o Convento de Santa Teresa, o Palácio do Governador, a Casa de Câmara e Cadeia, o Terreiro de Jesus, bem como uma série de sobrados e outras construções, que, hoje, constituem um dos maiores acervos de arquitetura luso-brasileira. Grande parte deste patrimônio está inserido na área central da cidade de Salvador.

Com o desenvolvimento da atividade portuária, da cultura da cana-de-açúcar e da comercialização do algodão, do fumo e do gado provenientes do Recôncavo Baiano, a cidade se expandiu em direção ao mar, ocupando uma estreita faixa costeira, configurando a denominada Cidade Baixa. Esta, com características de zona portuária e comercial, é separada pela encosta da Cidade Alta, assentada na cumeada, zona predominantemente residencial que hoje corresponde ao Centro Histórico de Salvador. Devido à difícil ligação entre estas duas áreas, ao longo do tempo, abriram-se ladeiras e caminhos, construíram-se "guindastes".

O Elevador Lacerda, edificado em 1872, é uma das ligações entre os dois platôs, hoje marco da cidade e totalmente integrado à paisagem e ao cotidiano do povo soteropolitano. O transporte de pessoas de uma área para outra é feito também pelos Planos Inclinados: Gonçalves, Pilar e Liberdade-Calçada.

Durante o século XIX, a cidade se expandiu no vetor sul e a dinâmica do uso habitacional do Centro começou a se alterar com a saída da população mais abastada para estas novas áreas que simbolizavam uma concepção mais moderna de urbanismo. "Os imóveis crescentemente abandonados passaram a ser ocupados por população de baixa renda, instalando-se um processo de estigmatização da população residente que contribuía para o empobrecimento crescente e para o isolamento do bairro da cidade como um todo."².

A partir das décadas de 1960-70, reforçadas pela implantação de novos complexos portuários próximos a Salvador e por alguns projetos urbanos, novas centralidades e polos econômicos foram criados, contribuindo para que importantes funções administrativas e comerciais se deslocassem para outras áreas do município, ampliando a perda de população moradora e o processo de esvaziamento da área central, que levou à atual degradação físico-social.

No final dos anos 1970, o Governo do Estado, por meio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC, realizou uma pesquisa socioeconômica, que cadastrou moradores e usuários do bairro. "A opção foi intervir em imóveis isolados, não 'monumentais', e neles alocar equipamentos de apoio aos moradores da área do Maciel, como creches, postos de saúde e escolas. Em 1979, pelo menos três grandes edificações, antes arruinadas, haviam sido adaptadas para habitação social.

Na década de 1980, a arquiteta Lina Bo Bardi foi convidada pela Prefeitura para realizar o Projeto Piloto Ladeira da Misericórdia, conjugando habitação popular com comércio e serviço. Nesse período, foi criado o Fundo Municipal para a Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos, administrado pela Fundação Gregório de Mattos"³.

Em 1988, em decorrência do título de Patrimônio da Humanidade conferido pela UNESCO, a Prefeitura instituiu o Parque Histórico do Pelourinho, que passou a ser objeto de pesquisas socioeconômicas, cadastros, levantamentos fundiários, estudos de acessibilidade e tráfego, além de medidas para aplicação de instrumentos de incentivos tributários para a ocupação e manutenção dos imóveis.

A proposta da Prefeitura, que buscava abordar o problema considerando a população moradora, não foi suficiente para garantir a sua manutenção. Em 1992, o Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia - CONDER e do IPAC, promoveu uma intervenção com o intuito de mudar o perfil da população residente. "Desconsiderando as experiências anteriores, essa nova e decisiva etapa não contemplou a importância da presença da função habitacional, desapropriando ou indenizando maciçamente os moradores em favor da criação de uma região voltada exclusivamente para os serviços, atividades e equipamentos ligados ao turismo cultural"⁴, o que, conseqüentemente, provocou a expulsão de um grande contingente populacional da área.

Como apontado pela consultora Ângela Gordilho⁵, essa intervenção, embora tenha convertido "o Pelourinho em uma das atrações turísticas mais conhecidas e visitadas do país, aumentando significativamente o número de visitantes e a ocupação de hotéis, ao criar uma nova condição de cenário, com o seu casario multicolorido e espaços comerciais, para a cidade espetáculo, também promoveu um grande esvaziamento do seu conteúdo de cidade permanente, com a saída da maioria da população moradora dessa área, que passou de 6,7 mil, em 1991, para cerca de 3 mil habitantes, em 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)".

Atualmente, há uma predominância de ocupação precária nas encostas do Pilar, Taboão, Lapinha e Santo Antônio, novos cortiços vêm surgindo na Baixa dos Sapateiros e na Saúde, seguidos pela ocupação de imóveis ociosos e ruínas, o que reflete as condições econômicas da população moradora: apenas 10,9% da população do Centro Histórico têm renda mensal superior a 5 salários mínimos, enquanto que no Entorno do Centro Histórico (ECH) este percentual é de 13,6% (PED/CAS, 2005-2007).

Os objetivos do Plano

O Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador segue as diretrizes do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades, o qual busca, por um lado, reverter o processo de esvaziamento habitacional e degradação das áreas urbanas centrais e, por outro, alterar o modelo de urbanização baseado na expansão contínua das fronteiras urbanas. Também segue as orientações do Ministério da Cultura no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural e ao entendimento do papel estratégico da cultura para o desenvolvimento.

Tem como objetivo definir, construir e instituir instrumentos que possibilitem a sustentabilidade do Centro Antigo, integrando-o às dinâmicas sociais, urbanas e econômicas da cidade, com vistas a encontrar os meios

que levarão a um território urbano que seja bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; socialmente justo, culturalmente aceito, economicamente viável, ambientalmente sustentável e devidamente apropriado pelos seus usuários.

Neste sentido, espera-se que o Plano seja capaz de: contemplar a diversidade e complexidade da área, em diferentes dimensões (urbanístico-ambiental, econômica, social e institucional); desenvolver as atividades econômicas e de serviços, bem como a função habitacional, visando, por um lado, ampliar e diversificar as faixas de renda de moradores atendidos na área do CAS e, por outro, possibilitar que a população atualmente residente no local seja mantida. O Plano deve envolver os diferentes atores sociais no processo de planejamento e implantação das ações e dos projetos e, ao contrário do que foi realizado até então, elaborar propostas de caráter estruturante para as problemáticas apontadas.

A área de intervenção

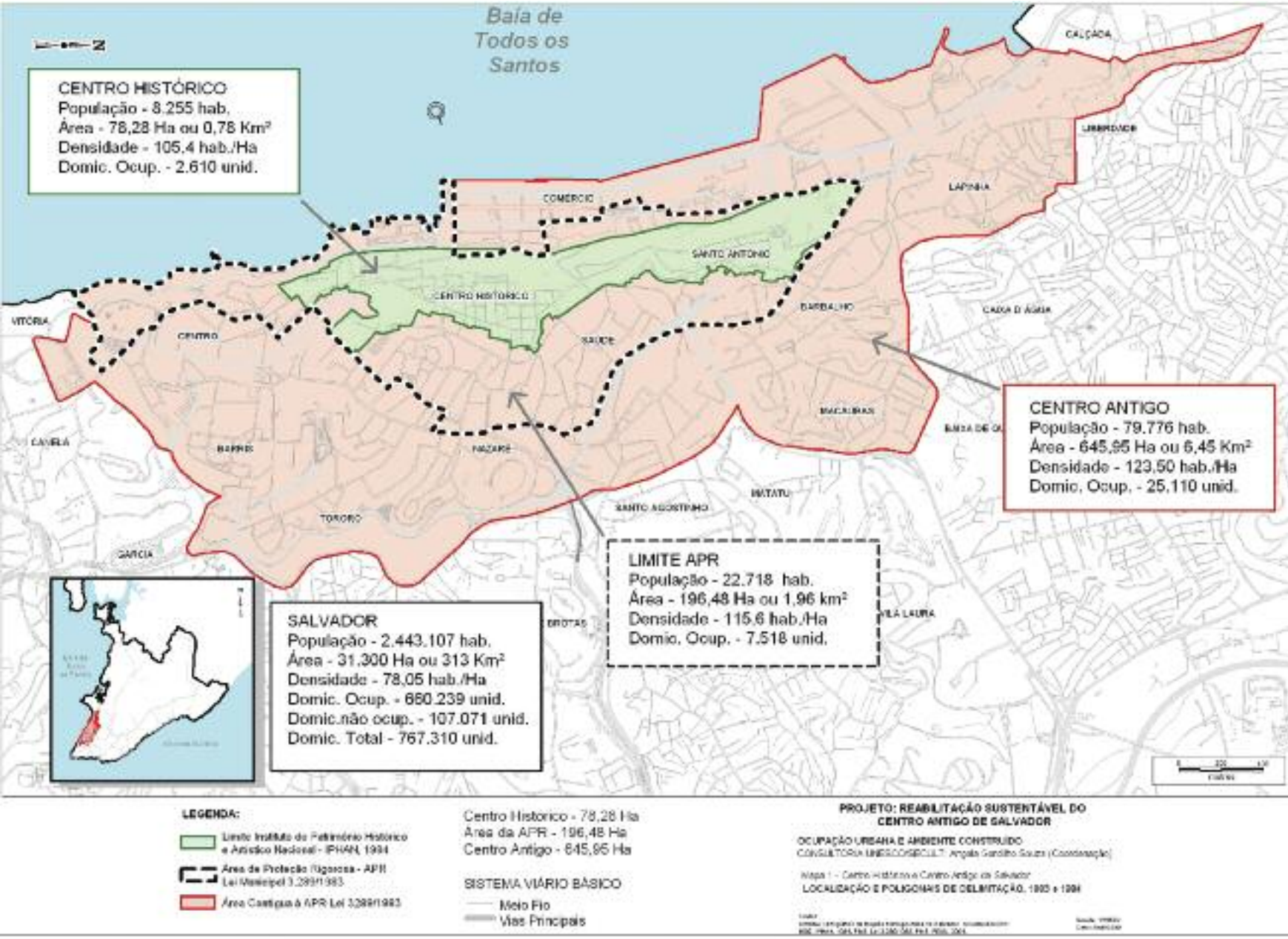
O denominado Centro Antigo de Salvador (CAS), como já mencionado, engloba o Centro Histórico (CHS) e o Entorno do Centro Histórico (ECH) e abrange onze bairros, Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio, e Santo Antônio.

Possui uma área total de 7 km² e conta com, aproximadamente, 80 mil habitantes, uma população cerca de 40% menor do que a que havia em 1970, de acordo com dados do IBGE. Por esta área circulam diariamente milhares de pessoas por motivo de trabalho ou pela busca de comércio e serviços.

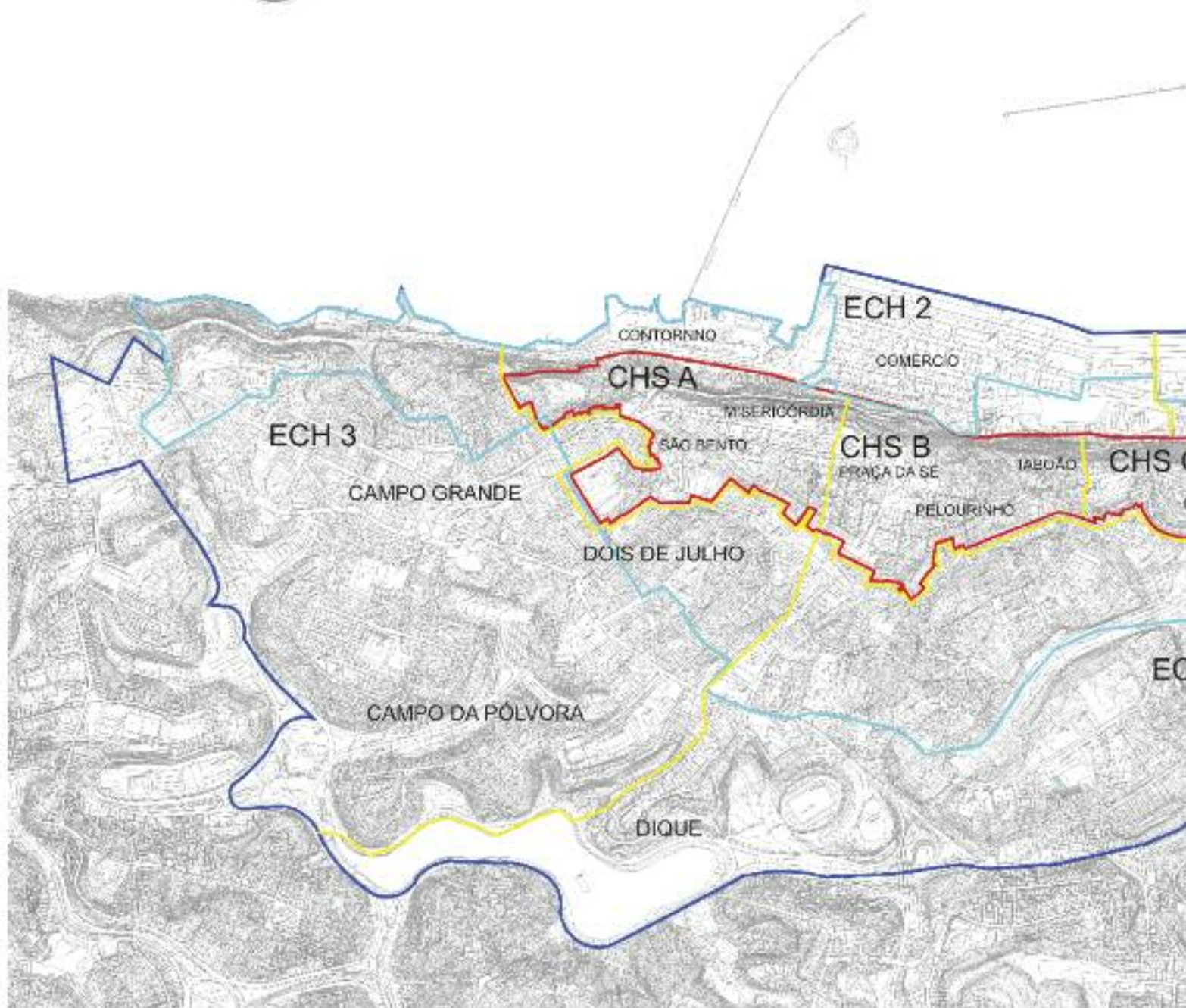
Para a realização dos levantamentos de campo, entretanto, adotou-se uma subdivisão do Centro Histórico (CHS) e de seu entorno (ECH), visando analisar trechos e problemas específicos. Desta forma, o CHS foi dividido em três partes – CHS A, CHS B e CHS C – e o ECH, em outras quatro – ECH 1, ECH 2 ECH 3 e ECH 4.





Os bairros apresentam características e funções bastante diferenciadas entre si e abrigam grande parte dos equipamentos culturais da capital, como conventos, igrejas, museus, cinemas, teatros, bibliotecas e arquivos (BAHIA, 2008), bem como uma área residencial, em boa parte composta por moradias precárias.

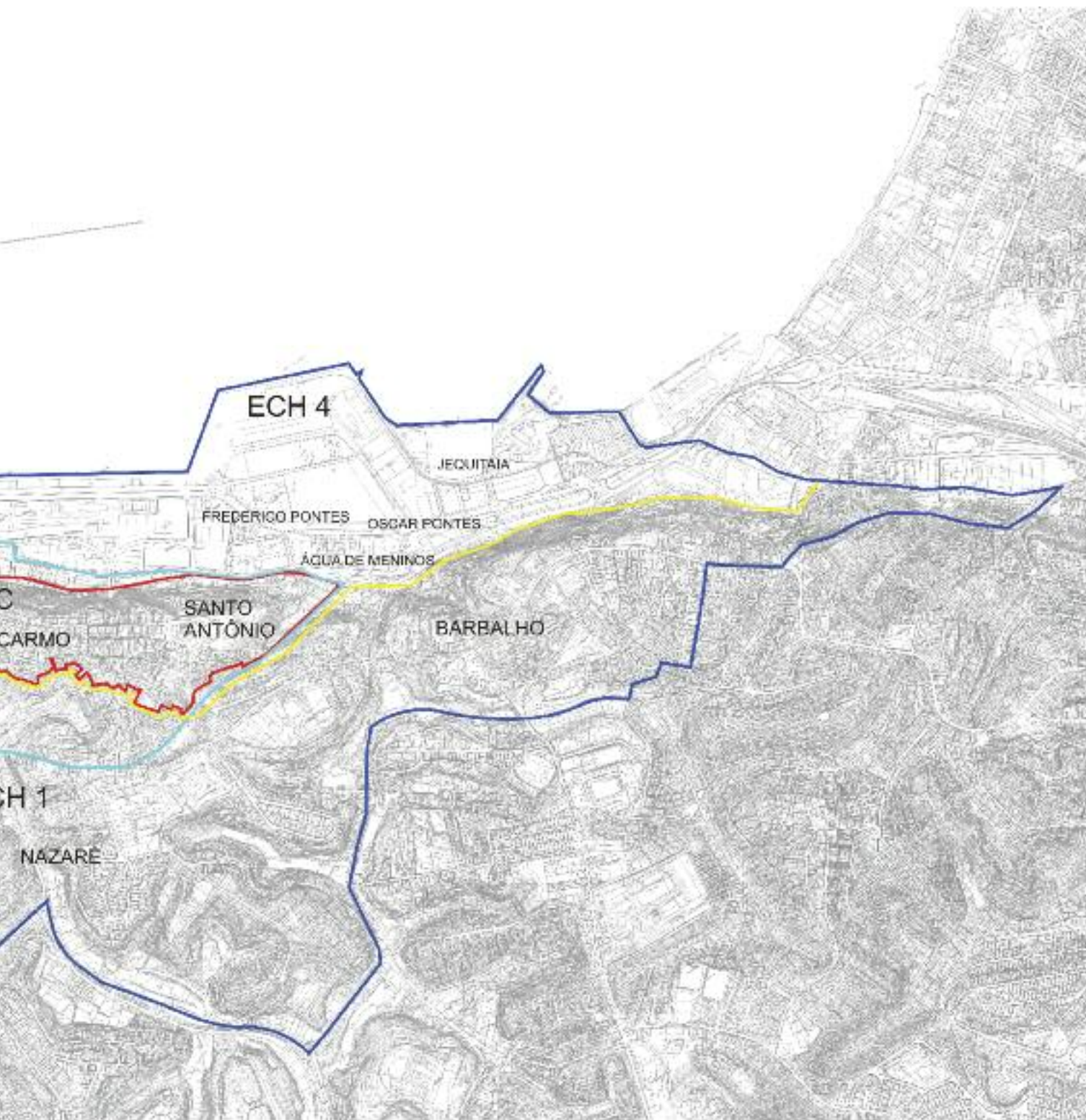
Na Cidade Baixa, porção voltada para a Baía de Todos os Santos, localizam-se: a zona portuária, que possui maior movimentação de contêineres do Norte e do Nordeste do país e é o segundo maior exportador de frutas do Brasil; o Mercado Modelo, um dos equipamentos comerciais mais antigos e tradicionais de Salvador, cujas lojas oferecem grande variedade de produtos artesanais e lembranças da Bahia; o Forte de São Marcelo, erguido sobre um pequeno banco de arrecifes a cerca de 300 metros da costa; a Marina da Contorno (Av. Lafayette Coutinho) e o Trapiche Adelaide, antigo armazém reformado, ambos com restaurantes e serviços, e; finalmente, a Feira de São Joaquim, fundada há mais de 40 anos e com um espaço de mais de 60 mil metros quadrados, que conta com 7500 feirantes distribuídos em mais de quatro mil boxes, os quais vendem alimentos típicos (rapadura, camarão-seco, tapioca), temperos, artigos religiosos – principalmente de candomblé –, artesanato



Mapa 1 – Limite Centro Histórico de Salvador e limite entorno do Centro Histórico.



-  SUBDIVISÃO PROPOSTA PARA OS LEVANTAMENTOS DE CAMPO
-  ÁREA DE PROTEÇÃO RIGOROSA
PMS 3.289/83
-  ÁREA DE PROTEÇÃO CONTÍNUA A ÁREA DE PROTEÇÃO RIGOROSA - PMS 3
-  TOMBAMENTO FEDERAL 1985 - DECRETO LEI 25/37
RECONHECIMENTO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE UNESCO



Mapa 2 – Subdivisão proposta para os levantamentos de campo.

de palha e cerâmica, frutas, verduras, legumes, carne, peixe e até animais vivos, trazidos de diversas partes do Recôncavo Baiano.

"Nas quadras mais internas do Comércio e na ocupação da Calçada, as ruínas e imóveis fechados são muito frequentes, observando-se uma degradação mais acentuada na região do Taboão e ao longo de toda a encosta entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, desde o bairro da Conceição, passando pelo Pilar, Calçada até a Liberdade."⁶

A Nordeste do Centro Histórico encontram-se a Igreja de Santo Antônio Além do Carmo e o Forte de Santo Antônio Além do Carmo, tombado pelo IPHAN em 1981, bem como uma série de sobrados residenciais que passam por processos de reforma, visando sua transformação em hotéis e pousadas. A Cidade Alta abriga, entre outros equipamentos e serviços, o Mercado de Santa Bárbara, a zona comercial na Baixa dos Sapateiros, o Dique do Tororó e o Estádio da Fonte Nova.

A elaboração do Plano

A iniciativa de elaborar um Plano para o CAS é do Governo do Estado da Bahia, que delegou sua coordenação à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT⁷) e seu gerenciamento operacional ao ERCAS - Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador.

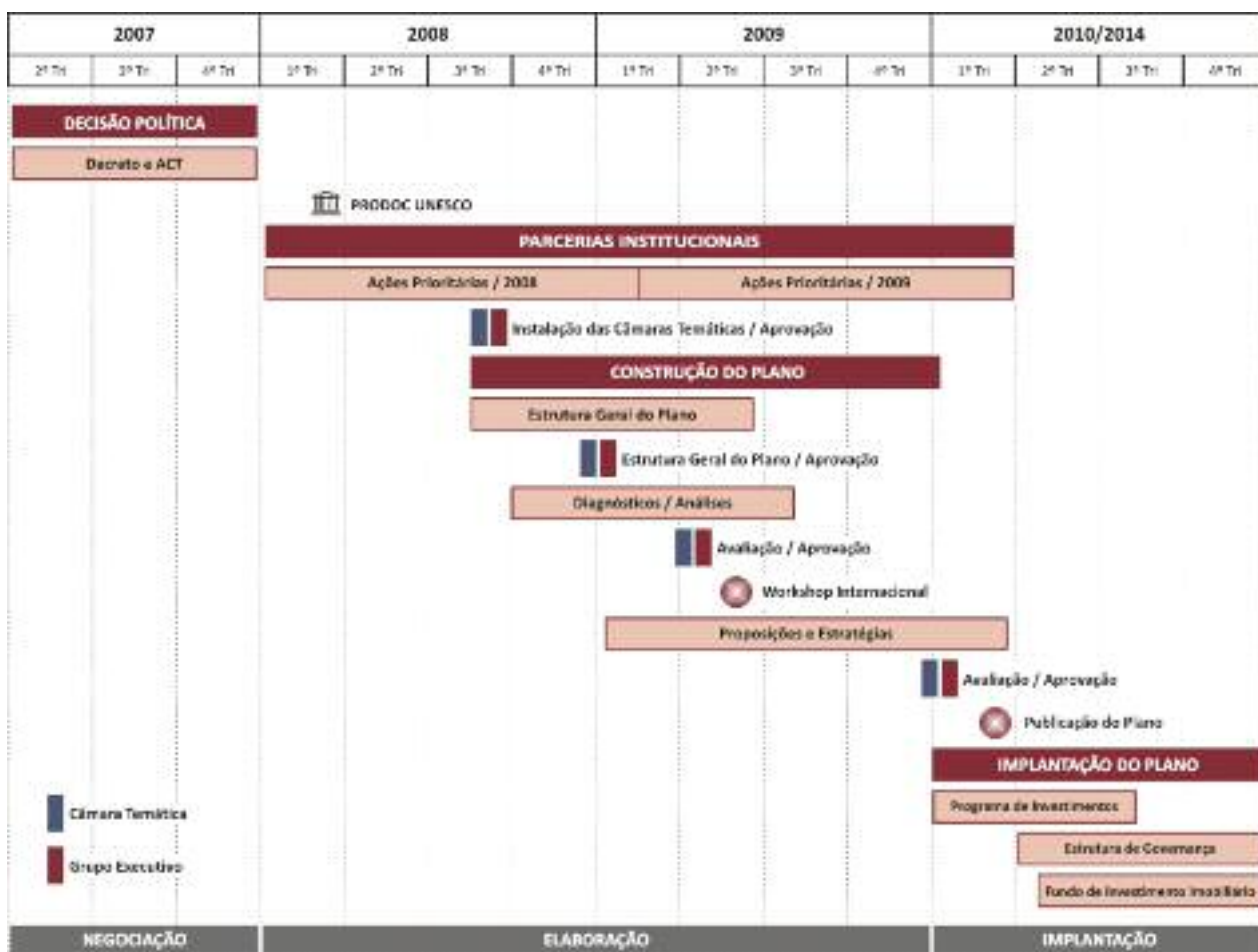
Trata-se de um Plano de caráter intersetorial e participativo, tanto no que se refere à sua concepção quanto à sua implantação, tendo como pressupostos:

- > a ampliação da área de intervenção para além dos limites definidos pela área de tombamento federal (IPHAN e UNESCO);
- > o estabelecimento de mecanismos de consulta e avaliação de propostas por meio de sucessivas oficinas de trabalho, utilizando-se das Câmaras Temáticas;
- > a atualização e consolidação de informações relativas aos estudos, projetos e legislação incidentes sobre a área;

O processo de discussão, de elaboração e de consolidação do Plano de Reabilitação do CAS é efetivado a partir de três frentes de ação: a estratégica (político/institucional), a operacional (ERCAS/UNESCO) e a participativa (Câmaras Temáticas).

A estratégia político-institucional, compreendendo a elaboração de diretrizes, a deliberação e aprovação das ações, é conduzida por um Grupo Executivo composto por representantes do poder público: níveis federal, estadual e municipal e da sociedade civil.

A operacional, sob responsabilidade do ERCAS, compreende a gestão, a articulação de parceiros e a execução das ações.



Quadro 1 - Cronograma com as etapas de elaboração do Plano.

Por fim, a participativa estabelece, via Câmaras Temáticas, o canal de consulta e acompanhamento pela sociedade civil de todas as etapas de elaboração do Plano. Os diversos temas abordados pelo Plano foram organizados em quatro Câmaras Temáticas: CT1 Cultura, Educação, Turismo e Lazer; CT2 Economia, Planejamento, Comércio, Serviços, Emprego e Renda; CT3 Direitos Humanos, Segurança, Cidadania e Justiça; e CT4 Habitação, Infraestrutura, Mobilidade e Meio Ambiente.

O processo de trabalho, ilustrado pelo quadro 1, vem contemplando quatro etapas distintas: decisão política; estabelecimento de parcerias; construção do Plano e definição de seu gerenciamento, sendo que esta última encontra-se em andamento.

A etapa de decisão política iniciou-se com a criação do Escritório de Referência do Centro Antigo, e o estabelecimento do Acordo de Cooperação com a UNESCO, seguidos da articulação e pacto entre os entes federativos.

Em seguida, estabeleceram-se as parcerias institucionais para fazer frente aos problemas emergenciais, cuja solução ou encaminhamento deveria ser feito paralelamente à elaboração do Plano de Reabilitação. Estabeleceu-se como Ações Prioritárias a revisão da iluminação pública e de monumentos, o reforço na segurança da área, a melhoria da limpeza pública, a valorização da cultura local, a qualificação do atendimento aos visitantes e a eficácia na comunicação.

A etapa de construção do Plano contemplou a elaboração de diagnósticos da área nas diferentes dimensões (urbanístico-ambiental, econômica, social e institucional), as análises dos dados e a elaboração de estratégias e proposições.

Durante a fase de elaboração do Plano a sociedade civil organizada participou da avaliação dos produtos e ações desenvolvidas, através de quatro encontros das Câmaras Temáticas.

A etapa de gerenciamento do Plano prevê a criação de uma modelagem de gestão e de um programa de investimentos para a implantação das ações.

A criação do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador - ERCAS

O ERCAS foi criado em 2 de outubro de 2007, pelo Decreto Estadual nº 10.478, como uma unidade gerencial da SECULT, com o objetivo de coordenar a elaboração do Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador.

É responsável pela articulação entre os três entes federativos (União, Estado e Município) e pela construção de parcerias com a sociedade civil – moradores, comerciantes, empresários, representantes de instituições de ensino, entre outras.

Atua, portanto, como um espaço de conciliação de ações, propostas e programas para a área, além de captar recursos necessários para viabilizar projetos e encaminhar as demandas locais. Suas atribuições estão descritas na Tabela 1.

O Escritório de Referência atua também como Secretaria Executiva do Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador, Conselho instituído pelo mesmo decreto que criou o ERCAS. Este Conselho, composto por seis Secretarias Estaduais – Cultura (SECULT), Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Promoção da Igualdade (SEPROMI), Planejamento (SEPLAN)⁸, Turismo (SETUR) e Segurança Pública (SSP) –, tem como atribuições: aprovar os planos estratégicos e estabelecer diretrizes de ação para o CAS; acompanhar e avaliar os trabalhos do ERCAS e elaborar o seu Regimento Interno.

O Escritório é gerido por uma equipe da qual constam os seguintes cargos e funções: Coordenador Geral, dois Coordenadores Técnicos, um Assistente Orçamentário, quatro Secretários de Câmaras Temáticas, um Assessor de Comunicação, três Estagiários e um Técnico Administrativo.

Tabela 1 – Atribuições do ERCAS

- I - Elaborar e implantar o Plano Estratégico de Gestão, com ações de curto, médio e longo prazos;
- II - Preparar a estrutura definitiva de governança do CAS;
- III - Gerir as atividades de reforma, recuperação e manutenção física do CAS;
- IV - Atuar na captação de recursos necessários à implantação das atividades, planos e projetos referentes ao CAS;
- V - Atender e encaminhar as demandas locais;
- VI - Avaliar os planos e projetos em desenvolvimento no CAS;
- VII - Promover a conciliação das atividades de todas as instâncias de governo;
- VIII - Estabelecer parcerias com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, relativas às atribuições previstas neste Decreto;
- IX - Implementar as decisões emanadas do Conselho Gestor do CAS e
- X - Apresentar relatórios quadrimestrais acerca da situação e avaliação dos planos e projetos em desenvolvimento.

O acordo de cooperação com a UNESCO

O Projeto de Cooperação Técnica Internacional para a Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador foi assinado, em 22 de abril de 2008, entre o governo brasileiro, o Governo do Estado da Bahia e a UNESCO, tendo como agência executora a SECULT.

Este Projeto, com duração de 24 meses, visa capacitar a SECULT para conceber uma estratégia de sustentabilidade, baseada na relação entre cultura e desenvolvimento, para a reabilitação, preservação e valorização do Centro Antigo.

Tem como objetivos imediatos:

- > Consolidar conhecimentos para a compreensão das dinâmicas urbanística, socioeconômica e cultural e desenvolver metodologia para a concepção de uma estratégia de sustentabilidade e de gestão do CAS;

- > Conceber e validar um Plano Estratégico de desenvolvimento e preservação para o CAS.

Para o desenvolvimento dos estudos e projetos foram contratadas, através da UNESCO, consultorias nas dimensões urbanístico-ambiental, econômica, social e institucional. Foram feitas também pesquisas sobre a imagem do Centro Histórico de Salvador para os soteropolitanos e de mapeamento das organizações sociais, cooperativas e outros agentes que atuam na área.

Articulação entre entes federativos

Além da parceria do governo brasileiro com a UNESCO, o processo de elaboração do Plano de Reabilitação do CAS tem o apoio institucional da União, do Estado da Bahia e do Município de Salvador, pelo Acordo de Cooperação Técnica (ACT)¹⁰.

Os entes federativos têm como objetivos comuns: promover um processo de planejamento participativo; potencializar e qualificar a infraestrutura, as atividades econômicas e culturais, os recursos ambientais e as condições das habitações e assentamentos já existentes; preservar, valorizar e requalificar o patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como promover a atração de novos empreendimentos, atividades, moradores e usuários, mediante uma atuação integrada.

Segundo o Acordo, a União, o Estado e o Município comprometem-se a disponibilizar, por meio das instituições que os representam, dados e informações relativos às respectivas políticas de desenvolvimento urbano e de cultura, bem como às demais políticas setoriais que têm interfaces com o Plano e sua área. Propõem-se a colaborar para que os programas e projetos federais, estaduais e municipais sejam articulados de modo a facilitar sua integração ao Plano. Comprometem-se ainda a indicar representantes para compor o Grupo Executivo e a disponibilizar suporte técnico.

Com relação às instâncias de participação, cabe ao Governo do Estado da Bahia e ao Município de Salvador instituir fóruns e conselhos necessários para que a sociedade civil possa fazer parte deste processo. Ao município cabe também viabilizar a implantação do Plano, por meio de instrumentos legais, jurídicos e urbanísticos adequados e, se necessário, atualizar o Plano Diretor e demais instrumentos de planejamento urbano em função das definições efetuadas.

O ACT instituiu um Grupo Executivo com a função de aprovação, definição de estratégias e diretrizes para viabilizar os projetos de intervenção e sua implantação na área do CAS, garantindo a participação da sociedade civil nas diversas etapas do Plano de Reabilitação. Além da designação dos 18 representantes das instituições que farão parte dos grupos de trabalho relacionadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Composição do Grupo Executivo (ACT)

Nível Federativo	Componente
União	Ministério das Cidades (MCidades)
	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
	Ministério da Cultura (MinC)
	Ministério do Turismo (MTur)
	Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP)
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Cultura (SECULT)
	Secretaria do Turismo (SETUR)
	Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI)
	Secretaria de Segurança Pública (SSP)
	Secretaria do Planejamento (SEPLAN)
	Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)
Município de Salvador	Secretaria de Serviços Públicos e Prevenção à Violência (SESP)
	Secretaria de Desenvolvimento, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM)
	Fundação Gregório de Mattos (FGM)
	Secretaria dos Transportes e Infraestrutura (SETIN)
	Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR)
	Secretaria de Relações Internacionais (SRI)

Posteriormente, em virtude de demanda de atores sociais participantes do I Encontro das Câmaras Temáticas, foram incluídas, no Grupo Executivo, seis vagas para representantes da sociedade civil, totalizando vinte e quatro representantes. Eles foram escolhidos por consenso, observando-se algumas categorias pré-definidas, durante o II Encontro das Câmaras Temáticas, e representam as seguintes organizações: Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Centro da Cidade, Associação dos Moradores do Centro Histórico - AMACH, Santa Casa de Misericórdia, Universidade Federal da Bahia - UFBA, ONG Abraço Fraternal e Grupo Pestana.

Importante destacar que tal Acordo não prevê o repasse de recursos financeiros entre os participantes; cada um, em seu âmbito, deverá arcar com os compromissos de desembolsos.

Parcerias e ações simultâneas à elaboração do Plano

De forma coerente com a decisão estratégica de que caberia ao ERCAS conduzir ações emergenciais e prioritárias paralelamente à elaboração do Plano, identificou-se também a necessidade de articular instituições públicas e privadas com o objetivo de firmar parcerias que contribuam para a sustentabilidade da região. Tais parcerias, firmadas ou em tramitação, são importantes porque atendem às principais demandas existentes e poderão conectar a situação atual com as propostas que estão sendo delineadas pelo Plano (tabelas 3 a 6).

Tabela 3 – Parcerias efetivadas pelo ERCAS para realização de projetos

OBJETO	OBJETIVO	SIGNATÁRIOS	RECURSOS ENVOLVIDOS	DATA ASSINATURA
Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador	Contratar estudos e pesquisas para efetuar o diagnóstico do CAS	Governo do Estado da Bahia e UNESCO	R\$ 1,5 milhões	22/04/2008
Projeto "Varejo Vivo Salvador"	Apoiar às micro e pequenas empresas	SECULT, SEBRAE, Sindifeira, Fórum Municipal para o Desenvolvimento Sustentável do Centro da cidade e ALBASA	Técnica	15/04/2008
Programa de Sustentabilidade Ambiental do CAS	Desenvolver o Programa de Sustentabilidade Ambiental	SEMA e VEGA	Técnica	16/04/2008
Urbanização da antiga Rocinha; construção da Vila Nova Esperança; Protocolo de Intenções	Garantir a eficiência do projeto e promover o desenvolvimento sustentável da área em questão	SECULT, SEDUR, CONDER, Dow Brasil, Habitat para a Humanidade e Brasil Arquitetura		10/2008
Urbanização da antiga Rocinha; construção Vila Nova Esperança; Termo de Compromisso	Estabelecer normas necessárias ao desenvolvimento do projeto de urbanização da Vila Nova Esperança, garantindo a permanência das famílias	SEDUR, CONDER, IPAC, Conselho Cultural de Moradores da Vila Nova Esperança e Defensoria Pública	Jurídica	10/2008

Tabela 4 – Parcerias efetivadas pelo ercas para realização de obras

OBJETO	OBJETIVO	SIGNATÁRIOS	RECURSOS ENVOLVIDOS	DATA ASSINATURA
Iluminação de ruas e monumentos do Centro Histórico	Trocar os equipamentos de iluminação existentes	SEINFRA, COELBA, FÓRUM, SESP e IPHAN		16/09/ 2008
Reconstrução do Mercado de São Miguel	Reconstruir o Mercado	Sindifeira, SEBRAE, SESP e SICM	R\$ 394 mil	16/09/2008
Requalificação dos principais acessos ao Centro Histórico (CHS)	Melhorar acessibilidade, sinalização turística e infraestrutura da região	Ministério do Turismo e Governo da Bahia	cerca de R\$ 28 milhões	28/11/2008
Urbanização da antiga Rocinha/ construção Vila Nova Esperança: Protocolo de Intenções	Construir e gerir equipamentos comunitários	SECULT, SEDUR, CONDER, Dow Brasil, Habitat para a Humanidade	R\$ 600 mil	10/2008
Urbanização antiga Rocinha/ construção Vila Nova Esperança: Convênio com o Ministério das Cidades	Construir unidades habitacionais e urbanizar a área	Governo do Estado da Bahia e Ministério das Cidades	R\$ 6,4 milhões (PAC/ Programa ProMoradia)	10/11/ 2008

Tabela 5 – Parcerias em processo de tramitação para desenvolvimento de projetos

OBJETO	OBJETIVO	SIGNATÁRIOS	RECURSOS ENVOLVIDOS	DATA ASSINATURA
Acordo de Georreferenciamento das Ações voltadas ao CAS	Possibilitar uso do instrumental técnico para apoiar o georreferenciamento dos planos e projetos em andamento e propostos para a área do CAS	SECULT, SEDUR e CONDER,		Em tramitação
Protocolo de Colaboração	Elaborar um guia de arquitetura e paisagem de Salvador e do Recôncavo Baiano; Reabilitar edificações em Salvador destinadas à projetos pilotos de aluguel social; e apoiar o Programa de Reabilitação de áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades no Desenvolvimento de Estratégia de Locação Social.	Conselho de Obras Públicas e Transportes da Junta de Andalucia e Ministério das Cidades		Em tramitação

Tabela 6 – Parcerias em processo de tramitação para desenvolvimento de obras

OBJETO	OBJETIVO	SIGNATÁRIOS	RECURSOS ENVOLVIDOS	DATA ASSINATURA
Convênio "Forte do Barbalho"	Executar obras de restauração do Forte do Barbalho, patrimônio tombado e de interesse do Plano	SECULT e ONG Moradia e Cidadania		Em tramitação
Contrato de Concessão de Colaboração Financeira do Forte do Barbalho	Executar obras de restauração do Forte do Barbalho	ONG Moradia e Cidadania e BNDES	R\$ 4,7 milhões	Em tramitação
Termo de Cessão do Mercado de São Miguel	Ceder o uso do imóvel, de propriedade da Prefeitura, para possibilitar a execução de obras de Reconstrução do Mercado de São Miguel	SESP, IPAC e SECULT	Jurídica	Em tramitação
Convênio "Rememorar"	Desenvolver e implantar projetos de requalificação da morfologia urbana da área do CAS, com a recuperação de imóveis de interesse histórico e arquitetônico para uso residencial ou outras atividades de interesse do Plano	SECULT, SEPLAN, CONDER, SEDUR, IPAC, SUCOM, FMLF, IPHAN e CAIXA		Em tramitação

Estratégia de comunicação

Simultaneamente à elaboração do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, foi concebida estratégia de comunicação social, objetivando estabelecer um canal de informação dinâmica e transparente, capaz de dar visibilidade ao processo de planejamento participativo e aos conteúdos da proposta.

Foram instituídos mecanismos para possibilitar o fluxo de informações utilizando diferentes suportes de mídia; especial atenção foi dada aos créditos aos parceiros envolvidos, valorizando a participação e contribuição no processo de construção do Plano e criada uma identidade visual para valorizar o Centro Antigo de Salvador. Um dos mecanismos adotados para divulgar permanentemente as atividades e avanços do Plano, foi a criação de um *blog*, no qual é possível acessar o material produzido pelo Escritório de Referência (<http://centroantigo.blogspot.com>).

Consulta às entidades locais

Para a elaboração do Plano, adotou-se metodologia participativa desenvolvida pelo Programa SIRCHAL¹² (Seminários Internacionais para a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe).

Tal metodologia baseou-se na organização de Câmaras Temáticas que atuaram em todas as etapas do Plano: na avaliação dos diagnósticos, na análise das proposições apresentadas pelos consultores contratados pela UNESCO, e na análise das ações desenvolvidas pelo ERCAS.

Em 17 meses – entre julho de 2008 e dezembro de 2009 – foram realizados quatro Encontros das Câmaras Temáticas¹³, reunindo cerca de 600 pessoas, representantes da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada.

Na construção do Plano, cada um destes eventos cumpriu um papel diferente. O objetivo do I Encontro foi instalar o processo, apresentar as ações prioritárias, os primeiros estudos sobre a área; no II Encontro, discutiu-se a estrutura geral do Plano; o III Encontro visou o debate dos diagnósticos e as análises sobre os problemas identificados no CAS e no IV Encontro foram apresentadas e debatidas as 14 proposições do Plano.

Foi adotada a seguinte rotina de trabalho: cada Câmara Temática inicia com a apresentação, pelo ERCAS, do estágio de construção do Plano e do andamento dos trabalhos, seguida da exposição das problemáticas pertinentes a cada eixo temático. Após estas explanações, os participantes analisam o que foi exposto e apresentam sugestões, proposições e questionamentos, que são registrados, por escrito, em cada grupo de trabalho, para que as informações permaneçam da forma como foram discutidas pelo grupo. Ao final dos trabalhos, com apoio da equipe do Escritório de Referência, são sintetizados os resultados do exercício conjunto, os quais são apresentados no encerramento do Encontro, com vistas à validação de um documento-síntese e sua posterior publicação no *blog*. Na seqüência, os resultados são levados ao Grupo Executivo para validação.

Todos os Encontros das Câmaras Temáticas são realizados em edifícios localizados no CAS, iniciativa que contribui para aprofundar o conhecimento do patrimônio ali existente.

Os resultados dos três primeiros Encontros foram utilizados como material de referência para as discussões que ocorreram no *Workshop* Internacional “Proposições e estratégias para o Centro Antigo de Salvador”, realizado pelo ERCAS entre os dias 21 e 24 de julho de 2009, com apoio da UNESCO. O evento contou com a participação de cerca de 36 convidados nacionais e internacionais, os consultores do Plano de Reabilitação do Centro Antigo, representantes da UNESCO e a equipe do ERCAS.

O objetivo do *workshop* foi debater as proposições e estratégias em construção para o CAS, confrontando-as com experiências nacionais e internacionais de reabilitação de centros urbanos. Os trabalhos desenvolvidos tiveram como resultado a adoção de algumas estratégias de ação para o Plano.

A Construção do Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do CAS

A abordagem do CAS para a elaboração do Plano se deu a partir de quatro dimensões, a saber: 1) urbanístico-ambiental; 2) econômica; 3) social e 4) institucional. Tais dimensões foram trabalhadas por diferentes consultores, com objetivos específicos, mas também com uma perspectiva de transversalidade.

A dimensão urbanística contemplou: os aspectos urbanísticos; a questão da acessibilidade e da mobilidade na área; e a sustentabilidade ambiental.

O levantamento de dados sobre diversos aspectos urbanísticos visa subsidiar o Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do CAS com informações sobre: ocupação e dinâmica urbana, ambiente construído, áreas potenciais para a execução de projetos; análise das condições de acesso e mobilidade em todo o CAS e identificação dos problemas de coleta de lixo, poluição sonora e visual que contribuem para degradação ambiental da área.

A dimensão econômica também foi trabalhada segundo três aspectos: o primeiro traça um panorama amplo da economia no CAS, identificando as dinâmicas da população e do comércio e serviços da região. O segundo trabalha com a avaliação do perfil qualitativo dos equipamentos e serviços turísticos e análise dos impactos dos investimentos previstos para o turismo no CAS. O terceiro apresenta oferta de equipamentos e negócios culturais consolidados, em desenvolvimento ou previstos para a área, indicando a potencialidade para o desenvolvimento do segmento cultural como atividade estruturante da região, por sua capacidade de gerar riqueza material e preservar os tesouros materiais e imateriais existentes nesse território secular da cidade.

A dimensão social, por sua vez, busca caracterizar e dimensionar, do ponto de vista sociológico e espacial, aspectos da vulnerabilidade social da população do CAS que possibilitem a definição de ações relativas à saúde, prostituição e drogadição na área de abrangência. Além disso, a Secretaria de Segurança Pública - SSP, visando a ação articulada dos órgãos públicos de fiscalização e atuação na área da segurança, elaborou um plano específico para o centro.

A dimensão institucional prevê estudos de estruturação da instância de gerenciamento do Plano, a partir de uma modelagem de governança, de estrutura financeira e do plano operativo.

Os diagnósticos sobre o CAS foram realizados a partir de: levantamento e análise de dados, primários ou secundários; identificação de projetos estruturantes; "reuniões de alinhamento" entre os consultores, com o objetivo de trocar e complementar informações e possibilitar que os estudos e pesquisas utilizassem parâmetros comuns; participação em Encontros das Câmaras Temáticas para ampliar as discussões sobre os temas em pauta, bem como possibilitar que as diversas instituições envolvidas avaliassem as análises e os encaminhamentos realizados.

No decorrer do processo foram sendo identificados entre os projetos, públicos e privados, em andamento, aqueles que poderiam provocar impacto territorial. A seleção levou em consideração os que tinham possibilidade de reverter a situação de déficit acentuado de infraestrutura social e criar sinergias com outros projetos.

Quadro 7**> Projetos Públicos**

Projetos financiados pelo PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo: Recuperação do Portal da Misericórdia, Forte Sto. Antônio Além do Carmo; recuperação de imóvel para abrigar a nova sede do IPAC;

Investimentos do Ministério do Turismo na Operação Verão – requalificação policiais, de taxistas, ambulantes etc.;

Projetos habitacionais – Recursos do Orçamento Geral da União – OGU (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento) com contrapartida do estado da Bahia e do município de Salvador: Pilar I, Pilar II, Pilar III, Vila Nova Esperança (ZEIS – Zona Especial de Interesse Social);

7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, incluídas no Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) do Governo Federal;

Plano Estratégico de Segurança para o Centro Antigo de Salvador, elaborado pela Superintendência de Segurança Pública do Estado da Bahia;

Projetos de requalificação de espaços urbanos e recuperação de fachadas para a Rua Chile e a Baixa dos Sapateiros;

Projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, que pretende melhorar a salubridade, a higienização e a acessibilidade, respeitando suas características históricas e culturais de feira livre, e implantação de novo modelo de gestão;

Ampliação e modernização do porto de Salvador, contempla a implantação de um terminal de cruzeiros marítimos, nas áreas ocupadas pelos armazéns 1 e 2;

Construção da Via Expressa Baía de Todos os Santos;

Rede Integrada de Transportes de Salvador e Sistema Orgânico Multimodal.

> Projetos Privados

Projetos privados de hotéis: Casarão 28 Bed and Breakfast; Cloc Marina Residence; Hotel Design (antigo Edifício A Tarde); Hotel Hilton; Txai Social; LGR Além do Carmo.

O Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador deve integrar os projetos em andamento e coordenar investimentos públicos e privados no perímetro de intervenção, ou seja, criar uma gestão territorial integrada e inclusiva, cujo modelo será definido a partir das proposições extraídas deste Plano.

Os textos que seguem são sínteses dos diagnósticos realizados e constituem a primeira parte desta publicação, na segunda parte, o Escritório de Referência apresenta as diretrizes e proposições para o Centro Antigo de Salvador que foram definidas e discutidas nas câmaras temáticas e sistematizadas pelo ERCAS.

Notas

1. Um Plano de Reabilitação de Áreas Centrais é um instrumento que orienta e define diretrizes de intervenção física, social, econômica e de regulação urbanística. É elaborado com base na análise dos problemas e potencialidades da área de intervenção e contém, além da indicação das ações, projetos e recursos envolvidos, a proposta de gestão da implantação e do monitoramento das ações indicadas.
2. UNESCO – Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Reabilitação do Centro Antigo de Salvador – Brasília/DF – 2007
3. UNESCO – Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Reabilitação do Centro Antigo de Salvador – Brasília/DF – 2007
4. UNESCO – Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Reabilitação do Centro Antigo de Salvador – Brasília/DF – 2007
5. GORDILHO, Ângela – Extraído do Capítulo 3 do Relatório de Consultoria – Ocupação Urbana e Ambiente Construído. 2009
6. GORDILHO, Ângela – Extraído do Relatório de Consultoria – Ocupação Urbana e Ambiente Construído. 2009
7. A SECULT foi criada recentemente pela Lei nº 10.549/2006.
8. A SEPLAN, originalmente, não fazia parte deste Conselho, entretanto, passou a integrá-lo em virtude das áreas com as quais está envolvida.
9. Esta pesquisa qualitativa investigou a imagem do CHS, do ponto de vista dos residentes da capital da Bahia. A pesquisa foi aplicada em 800 pessoas entre os dias um e três de julho de 2009, envolveu cinco grupos de pessoas que frequentam e que não frequentam o CHS, sendo dois da classe social C, dois da classe B e um da classe A. Os participantes foram selecionados mediante pesquisa domiciliar realizada em bairros das três classes sociais acima referidas, com a utilização de questionário específico.
10. O Acordo de Cooperação, firmado entre os três níveis da Federação, em 28 de Dezembro de 2007, tem como objetivo a elaboração e a implantação de um Plano de Reabilitação Integrado e Participativo para o Centro Antigo de Salvador.
11. Em reunião do Grupo Executivo, realizada no dia 17 de setembro de 2008, foram definidas as seguintes categorias, para as quais deveria ser escolhido um representante: Terceiro Setor/Organizações Sociais; Entidades de Classe/Entidades Representativas de trabalhadores; Movimentos Sociais/Moradores; Proprietários de Parque Imobiliário de Referência; Setor Privado e Entidades de Pesquisa/Universidades.

12. O SIRCHAL, criado em 1998 com apoio dos Ministérios da Cultura e de Relações Exteriores da França, discute os centros históricos de países da América Latina e do Caribe e trata dos diversos elementos que compõe o urbano – habitat, espaços públicos, transporte, comércio, cultura, economia –, buscando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio de ações que atuem sobre o meio ambiente e reduzam as desigualdades. Tem como objetivo acompanhar os atores locais – técnicos, associações, representantes políticos etc. – na construção e no monitoramento de processos de reabilitação de centros históricos.

13. O I Encontro das Câmaras Temáticas foi realizado entre 22 e 31 de julho de 2008; o II Encontro, entre 2 e 12 de dezembro de 2008 e o III Encontro foi realizado entre os dias 6 e 18 de maio de 2009.

Referências Bibliográficas

BAHIA (estado). Decreto nº 10.478 de 02 de outubro de 2007. Institui o Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador e cria o Escritório de Referência, 2007.

ERCAS/UNESCO. *Documento Master II Encontro das Câmaras Temáticas do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador*. Salvador, janeiro de 2009. Disponível em <http://centroantigo.blogspot.com> Acesso em 10 de maio de 2009.

_____. *Documentos III Encontro das Câmaras Temáticas do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador*. Salvador, maio de 2009. Disponível em <http://centroantigo.blogspot.com> Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. *1ª apresentação dos projetos estruturantes*. Salvador, 20 de janeiro de 2009. Disponível em <http://centroantigo.blogspot.com> Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. *2ª apresentação dos projetos estruturantes*. Salvador, 28 de janeiro de 2009. Disponível em <http://centroantigo.blogspot.com> Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. *3ª apresentação dos projetos estruturantes*. Salvador, 12 de março de 2009. Disponível em <http://centroantigo.blogspot.com> Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. *2º encontro de alinhamento dos consultores*. Salvador, 12 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://centroantigo.blogspot.com> Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. *3º encontro de alinhamento dos consultores*. Salvador, 04 de abril de 2009. Disponível em <http://centroantigo.blogspot.com> Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. *A imagem do Centro Histórico de Salvador para os soteropolitanos*. Salvador: Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing, julho de 2009.

INFOCULTURA – *Centro Antigo de Salvador: uma região em debate*. v.1, n.2 (out.). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2008.

GORDILHO, Angela. *Relatório de Consultoria Ocupação Urbana e Ambiente Construído*. Salvador, 2009.

UNESCO. Projeto de Cooperação Técnica Internacional. Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador. Brasília/DF, out 2007.

Centro Antigo de Salvador

Contexto Atual e seus Desafios

Luiz Antonio Fernandes Cardoso



Foto 1 – Vista aérea do Centro Histórico de Salvador. Fonte: Robson Mendes/AGECOM.

História, Ocupação e Delimitação do CAS

A delimitação do Centro Antigo de Salvador - CAS

A área atualmente compreendida pelo CAS corresponde basicamente ao trecho mais densamente urbanizado da cidade até a primeira metade do século XX. Até esta época, nesta zona estava localizada, além dos seus principais bairros residenciais, a maior parte dos edifícios destinados tanto às funções administrativas de Salvador, quanto à sua vida comercial e portuária, atividades que sustentaram o crescimento da cidade durante a maior parte da sua história.

Por conta disso, constata-se que a zona do CAS caracteriza-se por um contexto bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista da origem e ocupação dos seus logradouros, quanto dos padrões construtivos, estéticos e funcionais do seu conjunto edificado.

Se no "coração" da zona definida pelo CAS – mais especificamente no trecho situado entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Carmo – pode ser observada uma aparente homogeneidade, determinada pelo seu uso turístico/cultural e pela persistência de um mesmo padrão construtivo do conjunto edificado, o mesmo não pode ser dito do restante da área do CAS. Pelo contrário, no todo se registra uma multiplicidade de atividades urbanas que historicamente aí estiveram presentes, determinando uma ampla diversidade tipológica dos seus exemplares tanto do ponto de vista funcional quanto arquitetônico.

Considerando tais aspectos, verifica-se que as edificações presentes no ambiente do CAS podem ser enquadradas em, pelo menos, cinco categorias¹: arquitetura civil de função pública (oficial/administrativa); arquitetura civil de função privada (residencial, empresarial ou comercial), arquitetura industrial, arquitetura religiosa e arquitetura militar, distribuídas em todo o seu contexto em consonância com a vocação urbana predominante em cada um dos onze bairros² que constituem o CAS.

Visando deixar ainda mais clara essa heterogeneidade, o presente texto tratará da caracterização de cada um dos bairros constitutivos do conjunto compreendido pela poligonal do CAS. Por conta da sua maior historicidade, primeiramente será tratada a área compreendida pelo chamado Centro Histórico³, (Mapa pág. 48) afinal esta zona situa-se no coração do CAS, já que ao se expandir, ao longo dos seus quase cinco séculos de história, deu origem a todo o contexto urbano hoje aí compreendido.

Centro Histórico

O Centro Histórico é a área que, no contexto do CAS, apresenta o traçado urbano de maior regularidade, presente desde os primeiros tempos de fundação da cidade, como pode ser observado ao se compararem as plantas correspondentes à mesma área, reproduzidas nas figuras que se seguem.



Figura 1 – Planta de Salvador no início do século XVII (ca. 1605), atribuída ao cosmógrafo português João Teixeira Albernaz, incluída no Livro que dá razão ao Estado do Brasil, de Diogo de Campos Moreno (manuscrito de ca.1626), reeditado pelo MEC, em 1968.



Figura 2 – Trecho da planta atual do Centro Histórico de Salvador⁴ (levantamento aerofotogramétrico), correspondente ao mesmo trecho representado por Albernaz, onde pode ser percebida a manutenção, praticamente integral, do traçado seiscentista. A área em amarelo foi das mais modificadas, especialmente na década de 30 do século XX, quando foram demolidos dois quarteirões assim como a antiga igreja da Sé.

Esse fato reveste-se de grande importância, pois, além de demonstrar a persistência – quase cinco séculos depois – do mesmo desenho que caracterizou a malha urbana da cidade na época de sua fundação, constituiu-se em um testemunho material⁵ que comprova, ao contrário do que afirmou uma grande parte da historiografia do urbanismo, a existência de regularidade formal⁶ e racionalidade na concepção do plano que norteou a construção de Salvador, então a primeira capital do Brasil.

Cabe, entretanto, ressaltar que essa regularidade não apresentava a mesma rigidez do traçado em “damero”, comum às cidades hispano-americanas, possivelmente, como uma decorrência da implantação de Salvador em uma zona de relevo bastante movimentado e da clara dificuldade de adaptação⁷ de uma trama regular nestas circunstâncias. Nas peças da iconografia mais antiga⁸, assim como nos registros atuais da área correspondente ao Centro Histórico, se observa uma nítida tentativa de adequação das vias e quadras à irregularidade do terreno escolhido para implantação do núcleo urbano, resultando não apenas na definição de quarteirões quadrados ou retangulares de dimensões mais ou menos padronizadas, mas também de outros com formas trapezoidais ou mesmo seguindo polígonos mais complexos, com tamanhos variados, como pode ser visto nas figuras 1 e 2.

No que diz respeito ao traçado viário, registram-se poucas modificações. No que se refere às edificações existentes no Centro Histórico, pode-se dizer que, em termos gerais, independentemente do tipo ou função, todas passaram por frequentes processos de reforma ao longo dos séculos. Segundo documentos antigos, nos primeiros tempos de sua fundação, praticamente toda a cidade se constituía por precárias construções de taipa, cobertas de palha. As primeiras notícias de construções mais sólidas datam de 1551⁹, sendo que outros documentos indicam que somente a partir da segunda metade do século XVII, a maior parte da cidade seria refeita em pedra e cal.

Pode-se dizer que as características arquitetônicas das atuais edificações dessa área foram influenciadas por uma série de contingências que datam, ao menos desde 1626, quando é estabelecida a proibição de qualquer construção sem controle e aprovação da Câmara. Inicialmente, buscava-se fazer com que as edificações fossem construídas de modo a não atrapalhar a circulação e a não pôr em risco a passagem dos pedestres. Ao longo do tempo registram-se outras medidas de controle das construções na mesma área, especialmente a partir do início do século XVIII.

Em 1759, a Câmara tentou proibir a colocação das rótulas e muxarabis, elementos arquitetônicos bastante frequentes nas edificações de Salvador. De influência mourisca, esses elementos eram feitos em treliça de madeira e colocados nos vãos das janelas, possibilitando a entrada de ar e luz nas edificações, ao tempo em que permitiam aos usuários observar o exterior sem expor a privacidade dos seus ambientes internos. Entretanto, a proibição só seria definitivamente respeitada em 1809, após a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Essa medida certamente interferiu de modo marcante na caracterização das fachadas, considerando que eram justamente esses tipos de elementos que, aliados a outros detalhes construtivos¹⁰, davam identidade, em termos gerais, à singela arquitetura residencial urbana brasileira, durante todo o período colonial.

A partir do século XIX, as *Posturas Municipais* ou decretos que buscavam melhorar o padrão das edificações passaram a ser mais frequentes. Em 1831, a Câmara determinou que nenhum proprietário poderia manter construções desaprumadas ou janelas e sacadas apodrecidas. No mesmo período, determinou-se que as águas dos telhados não poderiam ser lançadas sobre as calçadas, devendo ser recolhidas por calhas e condutores que as direcionassem para os quintais, ou desembocar nas sarjetas, passando por debaixo dos passeios. Posteriormente, seria proibida a construção de "sótãos ou semelhantes", da cumeeira para frente dos prédios voltados para praças, ruas e becos.

Soma-se a isso a abertura do mercado brasileiro às nações amigas, em 1808, possibilitando que fosse comercializada livremente uma ampla variedade de produtos industrializados produzidos na Europa e América do Norte, que abrangiam inclusive novos materiais de construção. Desde então, proliferou no Centro Histórico o uso de calhas e gradis metálicos, ladrilhos cerâmicos, estatuetas e ornamentos em relevo de louça, gesso ou outros tipos de argamassa, assim como a utilização de cores nas superfícies das fachadas, anteriormente apenas caiadas de branco.

Muitas das velhas edificações coloniais passaram a ser 'modernizadas' com a utilização desses elementos nas fachadas que, em vários casos, também passam a ser coroadas por platibandas de diversos tipos, superpondo linguagens estilísticas de variadas épocas e origens. Iniciavam-se os tempos do ecletismo e da disseminação de uma das suas vertentes mais populares: o pastiche compositivo, que perdurariam até meados do século XX.

Ainda ostentando esse rico panorama, onde marca presença um variado conjunto de testemunhos arquitetônicos e estilísticos de diversas épocas, a zona do Centro Histórico de Salvador - CHS veio a ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no ano de 1959. Sem dúvida, a adoção desta medida de proteção contribuiu para que essa mesma paisagem urbana ainda possa ser apreciada nos tempos atuais.

Centro

A zona da poligonal do CAS denominada "Centro" constitui-se em uma área que resultou da consolidação do primeiro trecho do vetor de expansão sul da cidade colonial, cuja origem está ligada ao caminho da Vila Velha do Pereira¹¹ e à construção de importantes edificações religiosas em suas margens, destacando-se o Mosteiro de São Bento (iniciado no século XVI) e a desaparecida Igreja de São Pedro (iniciada no século XVII). A sua rápida ocupação como um dos primeiros bairros extramuros de Salvador justificou a sua elevação à freguesia de São Pedro Velho, em 1679, com limites que chegavam a incorporar terrenos hoje pertencentes ao bairro dos Barris e aos sub-bairros São Raimundo, Politeama e Dois de Julho¹².

A zona do Centro possui uma malha urbana de desenho bastante irregular, dominada notadamente por uma via de cumeeada – atual Av. Sete de Setembro –, assentada sobre o leito por onde passava o antigo caminho da Vila Velha. Esta via – resultante das primeiras grandes obras de modernização da Cidade Alta, implementadas

a partir de 1912, articulava o então centro administrativo da capital com os novos bairros residenciais destinados aos segmentos mais abastados da população¹³, situados ao sul dos limites da cidade colonial e ocupados especialmente a partir da segunda metade do século XIX.

Dados de levantamentos censitários oitocentistas indicam que a freguesia de São Pedro Velho era habitada por importantes segmentos das elites locais, concentrando o maior número de profissionais liberais da cidade – especialmente médicos e advogados –, como também de funcionários públicos e desembargadores¹⁴. Depois da inauguração da Av. Sete de Setembro, na segunda década do século XX, observou-se o surgimento de atividades comerciais e de serviços na avenida e em seu entorno, anteriormente concentradas na Rua Chile, na Baixa dos Sapateiros e no bairro do Comércio. Cabe destacar que isto foi acompanhado de uma paulatina redução do uso residencial na avenida, sendo que as atividades comerciais e de serviços aí implantadas permanecem ainda hoje, apesar da mudança de seu perfil para o atendimento de uma clientela mais popular, tendo em vista a construção dos grandes *shoppings*, voltados para os segmentos de renda média e alta, em outras zonas da cidade.

A abertura da Av. Sete de Setembro propiciou uma articulação mais fluida entre os novos bairros ao sul e a zona administrativa da cidade, então concentrada no Centro Histórico, se configurando como um marco de modernização em Salvador. Esta modernidade era determinada não apenas pelas características técnicas da sua calha viária¹⁵, como também pela inserção, em larga escala no contexto da cidade, de uma imagem urbana marcada pela forte presença de fachadas ecléticas¹⁶, das quais ainda restam alguns testemunhos importantes, encobertos por letreiros e engenhos publicitários. Contudo, hoje a arquitetura eclética do Centro tem como principal concentração a Praça da Piedade, onde se destacam o Gabinete Português de Leitura, os remanescentes do antigo Senado Estadual, a Igreja da Piedade e convento anexo dos capuchinhos, além da nova Igreja de São Pedro que, somados ao paisagismo do jardim de inspiração francesa¹⁷ – praticamente íntegro até os anos de 1970 – e a um conjunto de edificações de linhas mais modernas¹⁸, criavam uma ambiência única que merecia vir a ser legalmente protegida.

Apesar da verticalização ocorrida principalmente a partir dos anos 1950, remanescentes de uma malha urbana característica da cidade anterior às obras modernizadoras implementadas por Seabra podem ser observados nos trechos urbanos tombados nos arredores das Igrejas da Barroquinha, de Santa Teresa e de São Bento, como também em outras zonas próximas da encosta, entre a Preguiça e a Gamboa, estas últimas em pleno processo de valorização imobiliária em decorrência da ampla vista da baía que pode daí ser descortinada. Nos arredores da Gamboa, a Igreja do Senhor Bom Jesus dos Aflitos apresenta características históricas e ambientais que justificariam a sua inclusão na lista dos monumentos tombados do bairro.

A extremidade sul da área correspondente ao Centro é marcada pela Praça Dois de Julho, popularmente conhecida como Campo Grande, uma das mais tradicionais praças da cidade, quer seja pelas suas dimensões, sua intensa utilização ou pela forte significação que possui ao rememorar a data comemorativa da independência da Bahia. Resultante de obras de urbanização da última década do século XIX, a praça ocupou o espaço anteriormente utilizado como campo de exercícios das tropas que guarneciam o vizinho Forte de São

Pedro. Tendo se originado possivelmente da ação dos invasores holandeses durante o tempo em que dominaram a cidade (1624-25), atualmente essa velha fortaleza se encontra quase escondida pela densa ocupação imobiliária dos seus arredores.

Apesar de não ter todo o conjunto edificado que o delimita incluído na poligonal do Centro Antigo, o Campo Grande abriga importantes edificações, onde podem ser destacados dois importantes marcos da arquitetura moderna em Salvador: o prédio do tradicional Hotel da Bahia (projetado em 1949) e o Teatro Castro Alves (projeto do final dos anos de 1950), sendo o último a principal casa de espetáculos da Bahia.

Barris

A ocupação do bairro dos Barris iniciou-se provavelmente a partir do século XVIII, em terrenos então pertencentes à freguesia de São Pedro Velho, situados atrás da Igreja da Piedade e convento dos capuchinhos. Inicialmente os habitantes da área deveriam ser, em grande parte, representantes dos segmentos médios da população, compostos notadamente por artífices e oficiais mecânicos envolvidos com a tanoaria. Tal fato é atestado por medidas oficiais da Câmara¹⁹ que, no final do século XVIII, determinava que os tanoeiros – ou seja, os fabricantes ou consertadores de pipas, barris, cubas ou tinas – poderiam se instalar na Rua dos Coqueiros, atualmente bastante mutilada pela construção dos *shoppings* Piedade e Lapa, assim como da estação terminal de mesmo nome.

Contudo, a ocupação urbana de áreas mais interiores do bairro por segmentos mais abonados deve ter se efetivado a partir da primeira metade do século XIX. Demarca esta segunda fase da ocupação do bairro, a fixação, no local da sede da atual Biblioteca Central, da residência de uma das mais importantes figuras no panorama político, militar e empresarial do Brasil: o Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant²⁰, que, nascido em Minas Gerais, fixou residência em Salvador, em 1801, após o seu casamento com uma das mais ricas herdeiras da Bahia. Entre diversos fatos que atestam a importância do Marquês na província da Bahia, registra-se a implantação da primeira linha de navegação a vapor do Brasil, entre Salvador e Cachoeira.

A partir de 1930, novos loteamentos, ruas e praças foram construídos com um traçado viário mais regular, acompanhados de uma significativa transformação no padrão estético-construtivo das novas edificações. Estas passaram a ser feitas seguindo outras linguagens de caráter mais inovador que o ecletismo então dominante no panorama arquitetônico da cidade. Soma-se às linhas mais limpas e geométricas dessa arquitetura, de inspiração moderna²¹, uma urbanização que privilegiava a arborização regular dos logradouros e que ainda marca presença nas ruas e praças, mais para o interior do bairro.

Quando a tranquilidade do lugar e a sua proximidade do centro da cidade sedimentaram um uso residencial destinado a segmentos de renda média a alta, que perduraria até os anos de 1950²², uma série de fatores contribuiu para alterar substancialmente a forma de ocupação do bairro. Primeiramente, a inauguração da Biblioteca Central do Estado, na década de 1970, associada ao funcionamento de instâncias administrativas

da gestão estadual nas suas instalações, incrementou o fluxo de pessoas para o bairro incentivando a instalação de comércio e serviços na área, o que, além de impulsionar a saída de moradores, aumentou os problemas de estacionamento no local. Por outro lado, a abertura das avenidas de vale que circundam o bairro em suas faces norte, sul e leste, na mesma década, intensificou o surgimento de favelas nas encostas, assim como, posteriormente, a implantação da Estação de Transbordo da Lapa (1982) e a construção dos dois maiores *shoppings centers* (Piedade - 1986 e Lapa - 1996) do centro da cidade, nos limites do bairro potencializaram o desenvolvimento do uso terciário, contribuindo para que hoje o bairro dos Barris seja ocupado por múltiplas funções e habitado por uma população que economicamente varia de renda média a baixa.

Nazaré

Limitado a oeste pela antiga vala do Rio das Tripas, por onde atualmente corre a Rua J. J. Seabra, e a leste pelo dique do Tororó, determinando a sua separação com a área de Brotas, o bairro de Nazaré ocupa praticamente toda a segunda linha de cumeadas que se desenvolve em paralelo à orla da Baía de Todos os Santos, a leste da antiga cidade seiscentista. A face oeste desta linha de cumeadas (Palma, Santana e Saúde) começou a ser urbanizada a partir da primeira expansão radial da cidade decorrente do esgotamento dos terrenos livres na zona mais ao centro e da consolidação das vias de acesso aos estabelecimentos religiosos que foram aí implantados, desde a segunda metade do século XVII. Dentre estes se destacam, inicialmente, a Igreja e Convento de N. Sa. da Palma, cuja construção se iniciou pouco tempo depois das invasões holandesas, e o Convento de Santa Clara do Desterro, primeiro convento de freiras fundado no Brasil, além das posteriores sedes do Convento da Lapa, da Igreja do Santíssimo Sacramento de Santana, da Igreja de N. Sa. da Saúde e Glória e da Igreja de N. Sa. de Nazaré, estes quatro últimos já construídos no século XVIII.

Depois do estabelecimento dessas edificações e de sua articulação, no século XVIII, com áreas das antigas freguesias da Sé e Passo, então consolidadas como zona central da cidade, registra-se a constituição de um eixo viário que as interligava ao longo da cumeadas e que hoje funciona como espinha dorsal do bairro: a Av. Joana Angélica. Este eixo foi se estruturando paulatinamente a partir da abertura de diversas ruas interligadas²³: a *Rua da Lapa*, que ligava o largo do mesmo nome à Piedade; a *Rua do Ferraro*, ligando a Lapa à *Rua Atraz do Muro das Freiras* (que, passando por trás do Convento do Desterro, ia em direção norte até o Largo da Cova da Onça); e, finalmente, a *Rua do Caquende*, que ligava o Largo da Cova da Onça ao Largo de Nazaré. Ou seja, a constituição da citada avenida resultou da retificação e alargamento dessas vias, a partir de obras realizadas já no decorrer do século XX.

Como decorrência das suas amplas dimensões e do próprio processo que caracterizou a sua urbanização²⁴, o bairro de Nazaré também possui alguns bairros (Tororó, Saúde) e sub-bairros contíguos como Lapa, Mouraria, Palma, Santana, Boulevard América e Jardim Baiano, que apresentam características bastante diferenciadas entre si, visto que, particularmente os dois últimos, resultaram de obras de urbanização efetivadas somente no segundo quartel do século XX.

Não obstante atualmente ser zona de moradia de uma população predominantemente de classe média²⁵, Nazaré foi área de residência de segmentos das elites baianas nos séculos XVIII e XIX e das classes média a alta ao longo do século XX. Daí observar-se a presença de importantes testemunhos arquitetônicos e urbanísticos de diversos períodos, que, inclusive, levaram o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC a protegê-los através do instituto do tombamento²⁶. Apesar disso, no bairro ainda se encontra um expressivo número de edificações que, quer pelos seus méritos arquitetônicos ou significação histórico-simbólica, mereceriam também vir a ser incluídas no rol de bens passíveis de proteção pelas políticas de preservação do patrimônio cultural.

Dentre essas, cabe destacar: o Colégio Central da Bahia, considerado, até os anos 1960, um dos mais conceituados estabelecimentos de ensino público da cidade; a Sinagoga Beit Israel que, fundada no final dos anos 1940, constitui uma referência do tempo em que o bairro de Nazaré concentrava praticamente toda a pequena comunidade judaica de Salvador; a Igreja de N. Sa. de Nazaré que, apesar de descaracterizada por intervenções inadequadas interna e externamente, ainda apresenta a mesma volumetria e modinatura do barroco baiano setecentista; o Fórum Ruy Barbosa que com sua arquitetura monumental – porém plasticamente anacrônica, já que data de 1949 – representa um dos mais expressivos exemplares ecléticos de vertente do historicismo tipológico ainda existente na cidade; além de um conjunto de palacetes burgueses²⁷ de inspiração romântica disseminado em alguns pontos, notadamente no início da Rua da Independência e na Praça Almeida Couto. Construídos a partir dos anos 1930 e 1940, estes palacetes são usualmente cobertos com telhas francesas, configurando múltiplos telhados de águas inclinadas, com as fachadas caracterizadas por uma modinatura complexa que, muitas vezes, remete aos enxaiméis de madeira, tradicionais no território europeu.

Ainda poderiam ser incluídos nas políticas de preservação da área alguns conjuntos urbanísticos de expressão como a Ladeira da Palma, as Ruas do Gravatá e da Fonte do Gravatá, o início da Rua da Independência²⁸, a Ladeira e Rua do Bângala e, finalmente, a Rua da Castanheda. Todos estes logradouros ainda ostentam características arquitetônicas e urbanas que remetem à imagem da cidade oitocentista, além de se constituírem em zonas fundamentais na configuração da ambiência de alguns bens tombados pelo IPHAN²⁹. Ainda merecedora de medidas que assegurem a preservação da sua ambiência urbana³⁰ pode ser destacada a zona correspondente aos sub-bairros do Jardim Baiano e Boulevard América. Neles, além da presença de interessantes edificações de arquitetura moderna dos anos 1950, pode ser observado um curioso exemplo de urbanização do sítio, onde o traçado viário é determinado por uma rígida adaptação às características do relevo, assim como também acontece com o seu conjunto edificado, resultando na constituição de uma longa “fachada” contínua e curva no trecho voltado para o Dique do Tororó.

Do ponto de vista funcional, nas edificações aí encontradas, ao lado do uso residencial predominante, pode-se observar a intensa presença de comércio e serviços em algumas zonas do bairro, notadamente na sua principal via de circulação: a Av. Joana Angélica. Nas proximidades do Largo de Nazaré encontram-se, além de alguns dos mais importantes hospitais da cidade³¹, clínicas médicas e diversos estabelecimentos de ensino, público e privado, sendo que estes também marcam presença em praticamente todo o alinhamento da Av. Joana Angélica, desde o seu início na Piedade.

Finalizando, registra-se que profundas transformações poderão ocorrer nesses usos em função da inauguração da linha do metrô e da reconstrução do Estádio Fonte Nova, prevista para a copa de 2014. A proposta de reconstrução do estádio está articulada a um ambicioso projeto de cunho empresarial, visando à viabilização econômica da intervenção, que implicará em profundas transformações nos usos e no sistema viário das zonas envoltórias, ainda com consequências imprevisíveis no que toca à preservação dos valores arquitetônicos e urbanísticos já identificados nas redondezas.

Tororó

Do ponto de vista geográfico, o Tororó configura-se numa espécie de braço da segunda linha de cumeadas do relevo de Salvador, ocupada principalmente a partir de meados do século XVII, numa relação de interdependência com o bairro de Nazaré. Delimitado pelo espelho d'água do Dique, a leste e sul, e pelo vale também chamado Tororó, a oeste, esta zona teve sua ocupação determinada por um caminho que, desenvolvendo-se na sua linha de cumeadas, ligava o Dique à Rua do Ferraro (atual Av. Joana Angélica) e daí a outras áreas do centro da cidade. Por conta da sua topografia, que limita as possibilidades de acesso de veículos ao bairro a apenas uma única via (a Rua José Duarte), de modo geral, observa-se no Tororó uma ambiência urbana marcada por relações de intenso convívio social dos seus moradores, numa dinâmica que lembra aquela vivenciada nas pequenas cidades do interior.

Entre as peças mais importantes da cartografia soteropolitana, tal caminho aparece claramente pela primeira vez na, já mencionada, "Planta da Cidade de São Salvador", de 1894, organizada pelo Engenheiro Adolfo Morales de Los Rios, sendo então denominado Caminho do Tororó. Tal fato leva a deduzir que a efetiva ocupação dos terrenos que atualmente delimitam a Rua José Duarte³², assim como dos logradouros que se desenvolvem a partir dela, se deu somente nos anos subsequentes a 1890. Esta ocupação foi marcada pela utilização de um padrão construtivo de médio a pequeno porte, característico de edificações destinadas a segmentos de classe média baixa, que ainda hoje caracteriza a ambiência do local.

Nas margens do Dique, propriamente dito, tem-se registro de um parcelamento do solo mais generoso, constituído pela presença de roças e chácaras voltadas para a produção de hortaliças e flores, que perdurou até a construção da Av. Presidente Costa e Silva, no final dos anos de 1960.

A construção dessa avenida somada a de outras vias que se desenvolvem no encontro dos chamados vales do Tororó e dos Barris, assim como na zona do Estádio Fonte Nova, contribuíram para uma significativa diminuição do espelho d'água do Dique do Tororó³³. Apesar de bastante reduzido em sua dimensão, o Dique é um importante testemunho das grandes obras de engenharia hidráulico-militar erigidas pelos holandeses com o intuito de assegurar a defesa da cidade, durante o período em que dominaram Salvador depois da invasão de 1624, justificando assim o seu tombamento pelo IPHAN em 1959. Contudo, até hoje, tanto os limites do tombamento quanto da sua área de vizinhança ainda não foram plenamente definidos.

Saúde

Esta zona, por conta de suas características geográficas e urbanas, também se configura em um bairro contíguo ao de Nazaré. A Saúde se limita a oeste pela Av. J. J. Seabra (construída sobre o leito do antigo Rio da Vala) e a leste pela Av. Presidente Castelo Branco, construída ao longo do chamado Vale de Nazaré. Sua ocupação teve início no século XVIII e foi fortemente condicionada pela construção, iniciada em 1723, da Igreja de N. Sa. da Saúde e Glória em ponto privilegiado da cumeada, e pela influência que o mesmo templo exerceria na ocupação urbana dos seus arredores. De certo modo, a área possui como elementos estruturadores de sua rede viária, além do largo da igreja, o eixo constituído pela Ladeira da Saúde – através da qual se fazia a ligação com os bairros centrais da antiga cidade colonial – e a Rua Marquês de Barbacena que, ainda hoje, se configura na principal via de articulação com o bairro de Nazaré, propriamente dito.

A malha urbana de toda a área é bastante irregular, tanto pelo traçado quanto pela largura de suas vias, dificultando significativamente a circulação de veículos por seus logradouros. Tal situação é agravada pela inexistência de garagens na maioria das edificações aí presentes, visto que estas geralmente reproduzem a mesma tipologia arquitetônica das construções e as mesmas formas de ocupação dos lotes da cidade colonial. Apesar de ser em grande parte considerada apenas uma moldura componente da ambiência de alguns bens tombados no seu contexto³⁴, assim como o "entorno" da zona do Centro Histórico de Salvador - CHS, a Saúde apresenta em muitos trechos uma riqueza e homogeneidade arquitetônica e urbanística que pouco se diferencia daquela encontrada no contexto do CHS reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Exceto por uma "franja" viária que interliga a Saúde com a Av. Joana Angélica, onde pode ser identificada a presença de diversos estabelecimentos voltados às atividades comerciais, institucionais ou de prestação de serviços, observa-se um nítido predomínio do uso residencial na maior parte dos logradouros que compõem o bairro. Nestes ainda se mantêm fortes os laços de sociabilidade entre os seus habitantes, de modo análogo àqueles vivenciados em pequenas cidades do interior.

Santo Antônio

A área compreendida pela zona do Passo, Carmo e Santo Antônio, corresponde ao trecho definido como 1º Distrito da antiga Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. A urbanização mais sistemática desta área data de meados do século XVII, a partir da consolidação do vetor norte de expansão da cidade. A origem deste vetor foi condicionada tanto pela instalação de algumas instituições religiosas a norte da cidade murada, iniciada com a fundação do convento do Carmo, ainda em 1586, quanto pela sua articulação com a Estrada das Boiadas, principal via de comunicação terrestre entre Salvador, o Recôncavo açucareiro e o sertão do gado.

Do ponto de vista de sua morfologia urbana observa-se que, também em Santo Antônio, não foi mantida a regularidade do traçado viário que caracterizou a zona mais central, correspondente à cidade intramuros. No

que toca ao conjunto edificado, apesar da presença de algumas edificações de caráter mais monumental – caso dos edifícios religiosos – pode-se dizer que os grandes sobrados são raras exceções. A maioria das edificações do bairro passa a apresentar um porte mais reduzido à medida que se afastam da zona central e se aproximam do largo de Santo Antônio Além do Carmo.

Historicamente, em termos gerais, o bairro de Santo Antônio foi zona de moradia de segmentos das camadas médias da população, compostos, possivelmente, por artífices e pequenos funcionários da administração pública e do comércio. Esta característica foi determinante para que a área não passasse por processos de decadência tão intensos quanto os vivenciados em zonas mais próximas do centro da cidade colonial – como Pelourinho, Terreiro de Jesus e arredores. Estas, a partir de meados do século XIX, começaram a ser abandonadas pelos seus moradores mais abastados, que se transferiram para os novos bairros de elite, surgidos nas imediações do Campo Grande, Vitória, Graça e Barra, onde floresciam novos padrões de moradia e conforto. As limitadas possibilidades de mobilidade das populações de renda mediana, que desde cedo ocuparam a área assim como a sua proximidade dos locais de trabalho, contribuíram para que esse perfil de ocupação, com poucas modificações, tenha se mantido na zona de Santo Antônio até poucos anos atrás. Ao invés de abandonadas por seus proprietários originais, as casas muitas vezes permaneceram ao longo do tempo em mãos de membros de uma mesma família, sendo paulatinamente adaptadas às novas referências estéticas³⁵ e às novas exigências de conforto e higiene.

Nos últimos anos registra-se um crescente processo de *gentrificação*³⁶. Muitas das suas edificações, notadamente aquelas situadas no lado da encosta, de onde se desfruta ampla vista da baía, foram vendidas para estrangeiros e para pessoas ligadas ao meio artístico, determinando um significativo incremento no valor dos imóveis. Por sua vez, este processo também pode vir a ser alimentado pela instalação de alguns equipamentos voltados ao turismo, destacando-se a transformação do Convento do Carmo no mais luxuoso hotel da cidade.

Além de possuir diversos monumentos tombados individualmente em âmbito federal e estadual, quase toda a área do bairro de Santo Antônio encontra-se incluída na poligonal do tombamento federal do CHS, resultante da re-delimitação feita em 1984, reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Apesar disto, observam-se, em algumas de suas áreas, alterações significativas no seu conjunto edificado, notadamente nas construções localizadas nas ruas situadas em trechos mais deslocados dos principais eixos de circulação, tais como a Rua Direita de Santo Antônio, atual Rua Joaquim Távora.

Barbalho

A ocupação da colina onde se encontra o bairro do Barbalho decorre possivelmente da construção definitiva do forte do mesmo nome, concluída no início do século XVIII. Trata-se da maior fortificação construída em Salvador, edificada para defender, junto com o Forte de Santo Antônio, um dos pontos mais estratégicos para o controle do acesso da cidade, a partir da sua face norte. Contudo, possivelmente os primeiros trechos

habitados do bairro resultaram do prolongamento do vetor norte de expansão da cidade efetivada no início do século XIX. Este se deu a partir do largo de Santo Antônio Além do Carmo em direção à zona da Soledade, ao longo do eixo que, mais à frente, se transformava no leito da já mencionada Estrada das Boiadas.

A expansão da malha urbana do bairro em direção a oeste provavelmente se deu em outro período e foi catalisada pela ocupação dos arredores do campo do Barbalho³⁷. Este funcionou por muito tempo como uma grande praça de exercícios das tropas que se utilizavam do forte, até que foi ocupado pela construção de uma das mais importantes instituições de ensino da cidade, inaugurada em meados dos anos de 1930: o Instituto Central de Educação, atual ICEIA (Instituto Central de Educação Isaías Alves). Além de inovador no que tocava ao projeto educacional a ser implementado, a sede do ICEIA, cuja autoria é atribuída a Alexander Buddeus, com suas linhas de nítidas influências da arquitetura da Bauhaus, se configurou em um marco pioneiro da arquitetura moderna de Salvador e, embora ainda se encontre a descoberto da legislação de preservação, merecia ser tombado federalmente tanto pelos seus méritos arquitetônicos, quanto pelo seu indiscutível valor histórico e cultural.

Apesar de possuir apenas três monumentos tombados individualmente – o Forte do Barbalho e a Casa do Conde da Palma, ambos tombados pelo IPHAN em 1957 e 1943, respectivamente, além da Casa nº 33 da Ladeira do Arco tombada pelo IPAC, em 1981 –, uma parte do chamado conjunto urbano da Soledade – também tombado pelo IPAC em 1981 – encontra-se inserido nos limites do bairro, mais especificamente compreendendo um trecho da Rua São José de Cima que se inicia logo após a sede do Instituto dos Cegos e vai até o encontro com a esquina da Estrada da Rainha. A delimitação clara das zonas de entorno desses bens, assim como o tombamento de mais um (o ICEIA), poderá resultar em um aumento significativo das áreas protegidas no Barbalho.

Atualmente, marcado pela presença de tradicionais instituições voltadas para a educação – além do ICEIA, destaca-se a presença da Escola Técnica Federal³⁸ e do Instituto de Cegos da Bahia –, ainda se observa no bairro o predomínio do uso residencial, mesmo que entremeado por estabelecimentos comerciais e de serviços destinados ao atendimento preferencial das demandas locais. Apesar de historicamente se registrar a presença no bairro de algumas famílias dos segmentos mais abastados, a ocupação habitacional da zona foi determinada pela fixação de moradia de representantes das camadas médias da população soteropolitana, como pode ser atestado pelo padrão construtivo predominante nas edificações, ainda observado na área.

Macaúbas

Esta área se configura numa espécie de bairro do Barbalho, já que sua ocupação esteve intimamente ligada à consolidação urbana da zona oeste deste último, já no decorrer no século XX. Na verdade, do ponto de vista do relevo geográfico, não existe nenhuma separação entre ambos: Macaúbas aparece como uma zona que corresponde prioritariamente às encostas do quadrante oeste da mesma cumeada onde se desenvolve o coração do Barbalho.

No que toca ao seu povoamento, pode-se dizer que Macaúbas³⁹ também foi ocupado por população de renda mediana, que se torna mais baixa à medida que se afasta dos limites com o Barbalho e ocupa terrenos de encosta, mais próximos aos vales que, *grosso modo*, o separam das zonas da Cidade Nova e Matatu, por sua vez ocupados pelas ruas General Argolo e Cônego Pereira, respectivamente.

Talvez o motivo da inclusão do bairro de Macaúbas na poligonal do Centro Antigo seja o fato de concentrar, nesses vales que configuram os seus limites, notadamente com a Baixa de Quintas, uma intensa atividade comercial especializada, voltada para o mercado de auto-peças, atendendo a uma demanda que se estende por toda a cidade.

Do ponto de vista do seu conjunto edificado, não se registra a presença de exemplares com características especiais a ponto de serem incluídos nas políticas de preservação via tombamento. Algumas exceções podem vir a ser identificadas em eventuais exemplares de arquitetura residencial de caráter proletário, produzidos para fins de aluguel, a partir do final do século XIX, em grupos de dimensões variáveis. Contudo, nestes casos parece ser mais interessante a definição de políticas de isenção de tributos urbanos que incentivem os proprietários a investir na conservação das volumetrias e fachadas desses imóveis, tendo em vista serem estas as suas características de maior interesse para preservação.

Comércio

Assim como os bairros compreendidos pelo CHS, a zona do Comércio, que hoje incorpora áreas das antigas freguesias de N. Sa. da Conceição da Praia e de N. Sa. do Pilar, é um dos mais antigos bairros de Salvador. Sua ocupação inicial data do século XVI, com a instalação de alguns armazéns e depósitos, além da Igreja de N. Sa. da Conceição da Praia, na estreita faixa de terra que existia entre a base da falésia e o porto. Algum tempo após a fundação da cidade, quando esta consolidaria a sua importância enquanto centro administrativo e econômico da colônia, paulatinamente a zona do Comércio viria a ser ampliada, através da construção de aterros que iriam reforçar cada vez mais o seu caráter de zona comercial e portuária.

No ano de 1610, o viajante francês Pyrard de Laval descrevia a zona do Comércio como um lugar onde havia casas bem fabricadas em torno de uma grande rua que se estendia por mais de 1,5 km ao longo da base da encosta, onde podia ser encontrada toda "sorte de lojas de misteres e artífices"⁴⁰. Quase dois séculos depois, Vilhena⁴¹ deixava claro que as atividades comerciais ainda se encontravam plenamente ancoradas na mesma área, fato que viria a ser fortalecido ao longo de todo o século XIX e até meados dos anos 1970. A partir desta época se inicia um longo período de decadência e esvaziamento da área, decorrente da definição de novos vetores de crescimento da cidade, criando outras zonas de concentração de comércio e serviços. Tal processo foi iniciado com a construção de *shoppings centers* em pontos estratégicos da nova malha viária, caracterizada pela abertura de grandes avenidas de vale, construídas para desafogar o tráfego no centro, ao tempo em que também davam acessibilidade e suporte à ocupação da chamada zona do miolo⁴² de Salvador.

Apesar de ainda possuir um traçado urbano de forte caráter linear, estruturado sobre ruas e avenidas que se desenvolvem paralelamente à base da encosta e ao mar, o bairro do Comércio – que na época de Laval era composto basicamente por uma única rua – foi ampliado por diversos aterros, sendo os últimos deles executados a partir do final dos anos 1960, no trecho compreendido pela área da antiga feira de Água de Meninos e arredores da Jequitaiá. Este crescimento do bairro, viabilizado através da construção de faixas aterradas, possibilita uma leitura do seu conjunto urbano sintetizada no seguinte esquema evolutivo: a faixa *ao pé da base da encosta* é a de mais antiga urbanização e se caracteriza pela presença de ruas estreitas ocupadas por sobrados construídos ainda sob influência das tradições construtivas do período colonial; a faixa *intermediária* – constituída pelo conjunto edificado entre a primeira faixa e a Rua Miguel Calmon, antigo Cais das Amarras⁴³ – caracterizada por uma trama urbana de pequenos quarteirões ocupados por edificações de linguagem eclética, construídas a partir de meados do século XIX; a faixa da *borda portuária* – correspondente à zona edificada entre a Rua Miguel Calmon e o porto, propriamente dito – se caracteriza pelo traçado urbano de quarteirões mais regulares, ocupado por edificações que testemunham o processo de implantação, disseminação e consolidação do movimento moderno no panorama da arquitetura de Salvador, especialmente a partir de meados dos anos de 1930.

As faixas *intermediária* e a da *base da encosta*, apesar do seu significativo estado de abandono, já se encontram protegidas do ponto de vista legal, considerando estarem incluídas no tombamento de 1984 e na recente incorporação de novas áreas à poligonal que o definia. Na faixa correspondente à *borda portuária*, poucos monumentos que testemunham a mais recente fase de ocupação e desenvolvimento da área se encontram tombados: o Instituto do Cacau, tombado pelo IPAC em 2002, e o Edifício Caramuru, tombado provisoriamente pelo IPAC, em 2008, ainda em processo de tombamento definitivo⁴⁴.

Contudo, se por um lado se reconhece a validade da medida como importante instrumento das políticas de preservação, por outro se observa que o tombamento, se não acompanhado de um efetivo conhecimento dos valores que levaram o bem a ser protegido, não necessariamente assegura a preservação dos seus aspectos essenciais. O tombamento do Edifício Caramuru é um bom exemplo: as obras de recuperação do prédio buscando adequá-lo a novo uso pecam por não resgatar, com o devido cuidado e detalhamento, algumas das características⁴⁵ que colocaram-no como uma das mais importantes obras da arquitetura brasileira do final dos anos 1940, contando inclusive com o reconhecimento internacional, atestado pela ampla divulgação do projeto nas mais importantes revistas de arquitetura no plano mundial⁴⁶, na época de sua inauguração.

Na área do Comércio, também uma série de monumentos isolados foi protegida pelo tombamento federal: as igrejas de N. Sa. da Conceição da Praia, de N. Sa. do Pilar e de São Pedro Gonçalves do Corpo Santo; a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim; a sede da Antiga Alfândega da Bahia, hoje funcionando como Mercado Modelo, e a sede da Associação Comercial da Bahia; a Casa Nobre da Jequitaiá; e, finalmente, o Sobrado de Azulejos da Praça Cayru. Entretanto, observa-se na mesma área a existência de outros exemplares arquitetônicos, de diversas épocas, que também seriam merecedores de tombamento individual (federal ou estadual), quer seja pelo seu valor artístico ou histórico. Dentre estes podem ser destacados: o Forte de Santo

Alberto, também chamado de Forte da Lagartixa, concluído na primeira metade do século XVII; os remanescentes do Forte da Jequitaia, a mais recente fortificação edificada em Salvador, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, cujo objetivo era proteger a entrada do canal que interligaria a enseada da Ribeira à zona de São Joaquim, através do corte do istmo da península de Itapagipe; a Igreja de São Francisco de Paula; a Igreja da Ordem Terceira da Santíssima Trindade; e, finalmente, a Antiga Sede dos Correios e Telégrafos, outro exemplo pioneiro da difusão do modernismo na Bahia.

O Espigão da Liberdade

Ao contrário das outras áreas do Centro Antigo, já analisadas⁴⁷, o aqui denominado Espigão da Liberdade não se configura em um bairro e nem mesmo em um sub-bairro com limites claramente definidos, como foi visto em outros momentos deste texto. Trata-se de um conjunto urbano resultante do agrupamento dos bairros da Soledade e da Lapinha, ao qual se soma o trecho inicial do grande bairro da Liberdade, sendo a terminologia de Espigão da Liberdade aqui utilizada apenas como uma tentativa de simplificar a identificação da área para fins deste trabalho.

A ocupação do trecho da Soledade se iniciou entre o final do século XVIII e o início do XIX. Ao descrever os limites urbanos situados a norte da cidade de Salvador, Vilhena, em suas Cartas Soteropolitanas de 1799, fala que, depois de Santo Antônio, recomeçava a povoação "por uma rua larga, ou ladeira acompanhada de casas, pela maior parte térreas, até o convento da Soledade, onde finaliza a cidade alta"⁴⁸. Possivelmente pouco tempo depois, representantes de algumas das famílias mais abastadas da sociedade baiana viriam se instalar na mesma área, embora optando por um estilo de moradia de caráter mais suburbano.

Entretanto, tal estilo de morar não descartava a incorporação de requisitos de luxo e conforto como atestava o belo jardim situado aos fundos do Solar Bandeira, uma grande edificação residencial construída, provavelmente, no início dos oitocentos. Uma aquarela⁴⁹ de autoria de Salius Nacher, datada de 1879, retrata não apenas esse jardim, cujos remanescentes ainda são visíveis *in loco*, como também grandes sobrados na vizinhança do Solar Bandeira, indicando que, por essa altura, a Soledade era habitada por população de alta renda.

Caracterizada pela presença desses grandes sobrados oitocentistas, alguns com as fachadas totalmente revestidas por azulejos e arrematados por beirais com telhões de louça, o conjunto arquitetônico da Ladeira da Soledade foi tombado no âmbito estadual⁵⁰ em 1981. Paradoxalmente, pouco tempo depois o conjunto foi mutilado por obras de reforma implementadas pelo estado no Colégio Estadual Carneiro Ribeiro, que implicaram na demolição dos remanescentes de alguns sobrados.

Seguindo em direção norte, o conjunto edificado torna-se mais modesto e a malha viária dá origem a ruas estreitas e irregulares e ao largo onde foi construída a Igreja da Lapinha. Fundada em 1771, atualmente a igreja apresenta uma arquitetura de estilo eclético, resultado de uma curiosa mistura de referências neogóticas e mouriscas. Pelo inusitado da composição e, principalmente, por fomentar em seu entorno a realização dos folguedos de reis, uma tradição fortemente ancorada entre os habitantes do local, esse edifício merecia ser objeto de proteção através do tombamento estadual. No mesmo largo também se encontra o Pavilhão do Dois

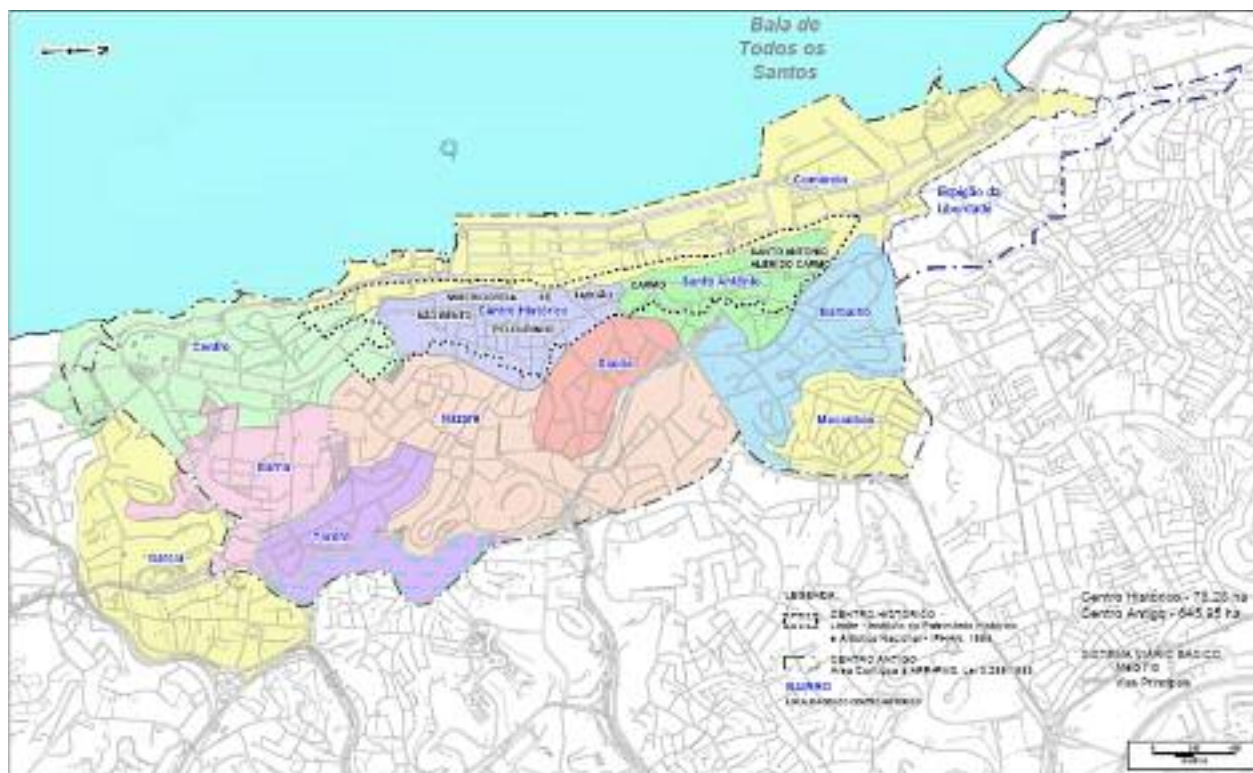
de Julho⁵¹, abrigo dos carros do Caboclo e da Cabocla, símbolos maiores da participação popular nas lutas pela independência da Bahia.

No século XIX, depois de ultrapassados os limites do largo da Lapinha, ainda em direção ao norte, a ocupação se tornava mais rarefeita e se caracterizava por um parcelamento do solo marcado pela presença de roças distribuídas ao longo do primeiro trecho da Estrada das Boiadas. Segundo Vilhena, uma denominação decorrente do fato de "entrarem por ela todas as [boiadas] que do sertão descem para a Bahia"⁵². O adensamento dessa zona que, ao longo do século XIX, possuía um caráter eminentemente rural, se deu ao longo dos anos de 1900.

Notadamente a partir do início do século XX, os terrenos do segundo distrito da antiga freguesia de Santo Antônio, do qual a Soledade e a Lapinha também faziam parte, passaram a ser ocupados por habitações de segmentos populacionais oriundos do mercado informal do trabalho⁵³, dando origem aos atuais grandes bairros populares da Liberdade, São Caetano, Fazenda Grande e suas imediações. O modo de ocupação desses bairros, já que foi determinado por segmentos que fugiam ao circuito da economia formal⁵⁴, se deu de maneira mais livre e informal, afastada do controle dos padrões de urbanização e habitabilidade, então vigentes.

Finalizando, apesar do caráter predominantemente habitacional do contexto urbano compreendido pelo Espigão da Liberdade, verifica-se uma significativa concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços voltada para o atendimento das demandas locais ao longo da Av. Lima e Silva⁵⁵ eixo viário estruturador do processo de ocupação dessa área.

Mapa - Bairros do Centro Antigo.



Notas

1. Estas categorias foram estabelecidas para o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, coordenado por Paulo Ormino de Azevedo. Cf. BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPACBA)*; monumentos do município de Salvador, 3. ed., Salvador, 1997.
2. Segundo a delimitação elaborada pela CONDER, estes são assim denominados: Centro Histórico, Centro, Barris, Nazaré, Tororó, Saúde, Santo Antônio, Barbalho, Macaúbas, Comércio e parte do espigão da Liberdade, como pode ser observado no Mapa.
3. Afinal não se pode perder de vista que aí se encontram as zonas urbanas mais antigas da cidade. Cabe registrar que a delimitação do Centro Histórico, aqui tratado, não corresponde à mesma delimitação adotada pelo tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Esta, de acordo com a subdivisão da poligonal do Centro Antigo, compreende além do Centro Histórico o Bairro de Santo Antônio. Tal situação pode ser melhor entendida ao ser observado o Mapa.
4. A planta base desta ilustração foi elaborada a partir de levantamento aerofotogramétrico e publicada como anexo em CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes et al. Centro Histórico de Salvador, Bahia: patrimônio mundial. Horizonte Geográfico, São Paulo: Horizonte, 2000. p. 131.
5. Fato que inclusive justificou a inserção da mesma na poligonal ampliada do tombamento do IPHAN, em 1984, reconhecida no ano seguinte como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.
6. Esta regularidade seria quebrada apenas pela configuração posterior de alguns bairros periféricos, surgidos em torno de estabelecimentos relacionados às ordens religiosas que foram implantados fora do perímetro murado do núcleo urbano, especialmente a partir do último quartel do século XVI.
7. Este 'princípio' de 'adaptação' estava completamente explícito no Regimento de D. João III, chamado Regimento de Tomé de Souza, que determinou e norteou a construção da cidade.
8. As plantas mais antigas de Salvador datam do início do século XVII, tendo em vista que as suas 'traças' originais – que orientaram Tomé de Souza e Luís Dias na construção da cidade – desapareceram sem deixar registro.
9. Numa carta ao rei de Portugal, Luís Dias – o mestre construtor responsável pela edificação da cidade de Salvador – informava ter construído a Casa de Câmara e Cadeia sob forma de um sobrado de pedra e barro, rebocado com cal e recoberto com telhas. Contudo, a cidade só é generalizadamente reconstruída com técnicas e materiais mais resistentes a partir da expulsão definitiva dos invasores estrangeiros e da restauração da coroa portuguesa.
10. Tais como a forma, disposição e tipos de cercaduras dos vãos; as soluções de arremates dos beirais; os trabalhos de modenatura; os detalhes dos balcões e esquadrias, entre outros aspectos considerados 'secundários' pela historiografia da arquitetura brasileira, fortemente marcada pelo pensamento modernista.
11. Remanescente da sede da antiga Capitania da Baía de Todos os Santos, localizada nos arredores do Porto da Barra.
12. Embora a maior parte da zona do Centro estivesse incluída, até o século XIX, na freguesia de São Pedro Velho, outros sub-bairros da mesma zona, tais como Aflitos, Gamboa e Campo Grande, faziam parte da freguesia de N. Sa. da Vitória, no mesmo período.
13. Notadamente os arredores do Campo Grande, Vitória, Graça e Barra.
14. Cf. NASCIMENTO, Anna Amélia V. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador: FUNCEB, 1986.
15. Com traçado e largura regularizados, pavimentação de paralelepípedos, trilhos para bondes, passeios destinados aos pedestres e posteamento para iluminação pública.
16. A implantação da Avenida Sete de Setembro foi marcadamente influenciada pela construção da Avenida Central no Rio de Janeiro, no período áureo de disseminação do ecletismo arquitetônico no Brasil. Não se pode esquecer que o Governador José Joaquim Seabra – responsável pelo projeto e implantação da obra – foi ministro do governo de Rodrigues Alves, participando diretamente das amplas reformas implementadas por Pereira Passos na modernização da capital federal.
17. As obras de urbanização e de criação do jardim na mesma praça possivelmente contribuíram para apagar da memória dos soteropolitanos a imagem de "Largo da Forca", onde teriam sido punidos por enforcamento, entre outros personagens, algumas das lideranças da Conjuração dos Alfaiates, em 1799.
18. Destacando-se os prédios da Faculdade de Economia da UFBA e da antiga sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública.
19. Também chamadas de "arruações", estas medidas procuravam organizar e regularizar a distribuição e o exercício das diversas profissões e ofícios encontrados entre a população soteropolitana. A "arruação" aqui mencionada é de 1785.
20. O Marquês de Barbacena foi senador do império, conselheiro de Estado, gentil homem da imperial câmara, mordomo-mor da imperatriz a Sra. D. Amélia, alcaide-mor da vila de Jaguaripe, marechal do exército e membro de várias sociedades científicas e literárias no Brasil e na Europa.

21. A arquiteta Lígia Galeffi registra a presença de arquitetura residencial de influência *art déco* nos Barris. Cf. GALEFFI, Lígia Larcher. Princípios compositivos nas linguagens arquitetônicas *déco* desde a leitura de algumas obras do acervo soteropolitano. In *Cadernos do PPPG-AU / UFBA, no. 3, vol. 1*. Salvador: PPG-AU/UFBA, 2004. p. 65.
22. Além de próximo ao centro, o bairro se articulava com outras zonas da cidade através de uma linha de bonde que trafegava pelas ruas General Labatut e do Salete, dois eixos estruturadores da sua malha viária.
23. Tal situação pode ser melhor observada na "Planta da Cidade de São Salvador", organizada pelo Engenheiro Adolfo Morales de Los Rios, em 1894.
24. Tomando como referência a linha de cumeadas, constata-se que enquanto a sua face oeste começou a ser ocupada desde a primeira metade do século XVII, a sua face leste só teve a urbanização iniciada a partir do final do século XIX.
25. Com alguns enclaves ocupados por segmentos bem mais empobrecidos e socialmente marginalizados, caso das zonas limítrofes à Barroquinha. e à Baixa dos Sapateiros, especialmente os arredores da Rua do Gravatá, popularmente conhecidos como "cracolândia".
26. Além dos diversos bens tombados individualmente pelo IPHAN (nove imóveis) e pelo IPAC (três imóveis) no contexto do bairro, cabe destacar que a área do Largo da Palma também foi tombada pela União como sítio urbano, muito embora a sua delimitação ainda seja difusa, tendo em vista que tal tombamento não foi objeto de detalhamento.
27. Em um deles, situado no antigo Largo da Cova da Onça, funciona a sede da Academia de Letras da Bahia.
28. Especialmente o seu lado ímpar, entre a Rua da Fonte do Gravatá e a Rua Junqueira Freire, onde pode ser observado um conjunto de sobrados oitocentistas, com recuos frontais que testemunham as mudanças dos padrões de ocupação dos lotes urbanos efetivadas a partir do século XIX.
29. São eles: Igreja de Santana, Solar do Gravatá, Casa da Rua da Fonte do Gravatá, Largo e igreja da Palma, sem contar que as intervenções eventualmente executadas em todo contexto da encosta oeste do bairro também podem influir na preservação da área tombada pelo IPHAN no CHS.
30. Esclarecemos que aqui não se defende a adoção indiscriminada do instituto do tombamento, mas também a utilização de parâmetros urbanísticos que possam auxiliar a preservação dos aspectos essenciais dessas áreas de paisagem urbana de caráter tão especial.
31. Inclusive o Hospital Santa Isabel que – por conta da sua importância como um dos mais antigos da cidade e pela sua arquitetura que se configura em um dos pontos altos da difusão do neoclassicismo na Bahia – foi tombado pelo Estado, em 1984.
32. Denominação atual do antigo Caminho do Tororó.
33. O historiador Cid Teixeira chega a mencionar que, antes dos aterros necessários à implantação das avenidas construídas nos seus arredores, era possível navegar pelas águas do Dique entre a vizinhança do Garcia e a Rua Djalma Dutra, na parte baixa da Ladeira dos Galés.
34. Além do Largo da Saúde, tombado como sítio histórico pelo IPHAN, ainda registra-se na mesma área o tombamento individual da Igreja de N. Sa. da Saúde e Glória (também no âmbito federal), assim como do Asilo Santa Isabel, de duas casas urbanas situadas na Rua Felipe Camarão no 34 e na Rua do Jenipapeiro, nº 27, e do conjunto arquitetônico composto pela Casa da Providência, Capela e Pavilhão, situado na Rua Góes Calmon, todos estes últimos tombados pelo IPAC.
35. Especialmente pelo "enriquecimento" das fachadas através da incorporação de elementos de modinatura pré-fabricados em massa, disponibilizados no mercado ao longo da vigência do ecletismo como linguagem hegemônica no panorama construtivo brasileiro.
36. Gentrificação ou enobrecimento urbano é um neologismo (*gentrification*) que diz respeito à expulsão de moradores tradicionais, que pertencem a classes sociais de menor renda, de espaços urbanos e que subitamente sofrem uma intervenção urbana (com ou sem auxílio governamental) que provoca sua valorização imobiliária.
37. O nome de Forte do Barbalho – posteriormente estendido para todo o bairro – foi dado em homenagem a Luiz Barbalho Bezerra, que comandando tropas vindas do Rio Grande do Norte, com cerca de 1500 homens, desempenhou papel importantíssimo na defesa da cidade contra as tentativas holandesas de retomá-la, em 1640.
38. Atual CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.
39. O termo Macaúba designa um tipo de palmeira comum em algumas áreas do Brasil, inclusive na Amazônia.
40. Cf. LAVAL, Francisco Pyrrard de. *Viagem de Francisco Pyrrard de Laval (1601 a 1611). Vertida do Francez em Portuguez sobre Edição de 1679. Correcta e acrescentada com algumas notas por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. TOMO II*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862. p. 227.
41. Cf. VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.
42. Miolo: região com aproximadamente 41 bairros, que abrange 35% da superfície da cidade e que não atinge a orla marítima.

43. A construção desse cais com o seu conjunto de sobrados, que constituía uma verdadeira fachada marítima para a zona do comércio, se configurou numa das mais importantes intervenções urbanísticas executadas no Brasil, no período.
44. Além desses, duas antigas fontes – a do Muganga, na Jequitaiá, e a dos Padres, na parte baixa da Ladeira do Taboão – também constam da lista de bens tombados pelo IPAC, na mesma área.
45. Especialmente no que toca à solução das esquadrias e dos brises que recobriam as suas fachadas voltadas para o poente, que davam singularidade inquestionável ao edifício. Ao lado disto, outros aspectos como o *terraço jardim*, merecem ser recuperados com o devido cuidado já que representam características fundamentais do movimento arquitetônico ao qual a obra se vinculava. O terraço assume caráter de uma "quinta fachada" do edifício devido à possibilidade de sua plena visualização a partir da cidade alta.
46. Entre estas destacam-se: *L'Architecture D'Aujourd'hui*, de Paris ; *Domus*, de Milão ; e *Architectural Review*, de Londres.
47. Todas com denominações oficialmente reconhecidas no decreto que determina os limites do Centro Antigo.
48. Cf. VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, 3 tomos. Salvador: 1954. p. 104.
49. Pertencente ao acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
50. Nos arredores da Soledade, em 1984, também foi tombada pelo Estado a antiga Fonte do Queimado. Sem dúvida um importante testemunho da implantação dos serviços de abastecimento de água em Salvador.
51. Também merecedor de proteção via tombamento estadual.
52. Cf. VILHENA, op. cit. p. 104.
53. Conforme se pode deduzir dos livros de registro do cadastro imobiliário. Cf. CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes. Considerações sobre os primeiros bairros proletários de Salvador. In *Anais do IV Congresso de História da Bahia. Vol. II*. Salvador: IGHBA/FGM, 2001. p. 946.
54. Frente ao significativo incremento das atividades informais, já que o circuito formal da economia era incapaz de absorver a maior parte da mão-de-obra oriunda da escravidão.
55. Cujo traçado coincide com o da velha Estrada das Boiadas, posteriormente denominada Estrada da Liberdade em homenagem à entrada das tropas para libertação de Salvador, durante as lutas de independência da Bahia, em 1823.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade de Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969.
- BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA) - Monumentos do Município de Salvador*. 3. ed. Salvador: SCT, 1997. v. 1
- CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes et al. Centro Histórico de Salvador, Bahia: patrimônio mundial. Horizonte Geográfico, São Paulo: Horizonte, 2000.
- _____. Considerações sobre os primeiros bairros proletários de Salvador. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, IV, 1999. Salvador. *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador: IGHBA/FGM, 2001. p. 941-950. v. 2
- CARNEIRO, Édson. *A cidade de Salvador 1549: Uma Investigação Histórica*. Salvador: Banco Econômico, 1978.
- GALEFFI, Lígia M. Larcher. Princípios compositivos nas linguagens arquitetônicas déco desde a leitura de algumas obras do acervo soteropolitano. In: Cadernos do PPG-AU/UFBA, v. 3, n. 1. Salvador: PPG-AU/UFBA, 2004. p. 33-53
- NASCIMENTO, Anna Amélia V. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador: FUNCEB, 1986.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortificações Portuguesas de Salvador Quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.
- REBOUÇAS, Diógenes; FILHO, Godofredo. *Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX*. Salvador: Fundação Odebrecht, 1996.
- RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. 2. ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1996.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. (coord.) Américo Simas Filho. *Evolução Física de Salvador 1549-1800*. ed. especial. Salvador: CEAB-FGM, 1998.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, 3 tomos. Salvador: Itapuã, 1969.

Luiz Antonio Fernandes Cardoso



Fotos 1 – Vista da Cidade Baixa. Fonte: Vaner Casaes/AGECOM.

A Legislação de Proteção no CAS e as Políticas Públicas visando à sua Recuperação

Algumas considerações sobre as áreas legalmente protegidas e sua delimitação no contexto do CAS

Grande parte da área que compreende o Centro Antigo de Salvador - CAS encontra-se submetida à legislação de proteção, especialmente de âmbito federal e, em menor escala, na esfera estadual¹. Entre estas, destaca-se notadamente a grande poligonal que define o Centro Histórico de Salvador - CHS, definida ao longo do processo de elaboração do dossiê que fundamentou o reconhecimento da mesma área como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Essa poligonal resultou da re-delimitação de três subáreas já tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na zona central da cidade, desde 1959. Ao terem seus limites reavaliados por uma equipe composta de representantes do IPHAN e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, sob coordenação do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia - CEAB-UFBA, estes foram ampliados e unificados a partir da incorporação de trechos intermediários da malha urbana, considerados de menor interesse nos primeiros estudos que fundamentaram a atuação do IPHAN na preservação urbana do centro de Salvador. As três subáreas anteriormente tombadas pelo IPHAN eram as seguintes: o Largo de Santo Antônio Além do Carmo; a zona central da Cidade Alta, entre o Largo da Cruz do Pascoal e o Terreiro de Jesus e, mais ao sul, na Cidade Baixa e encosta, a zona envoltória da Igreja de N. Sa. da Conceição da Praia e do Convento de Santa Teresa (atual sede do Museu de Arte Sacra). Os estudos realizados sob coordenação do CEAB comprovaram que as zonas intersticiais² existentes entre as três subáreas objeto do tombamento do IPHAN apresentavam valores históricos, urbanísticos e paisagísticos que justificavam sua incorporação à área protegida pelo tombamento federal, que viria posteriormente a ser reconhecida como *Patrimônio da Humanidade* pela UNESCO.

Ao norte dessa poligonal, os estudos demonstraram que o trecho urbano compreendido entre o largo de Santo Antônio e o Oratório da Cruz do Pascoal - aí incluídos, além da Rua Joaquim Távora (antiga Rua Direita de Santo Antônio), as ruas 'dos Perdões', 'dos Adobes', 'dos Ossos' e 'dos Carvões' - ainda apresentava o mesmo traçado viário e a mesma forma de ocupação dos lotes e uso dos imóveis que caracterizou o desenvolvimento e consolidação urbana do bairro de Santo Antônio, desde o século XVIII.

No que tocava à zona compreendida entre o Terreiro de Jesus e as imediações do Convento de Santa Teresa, localizados mais ao sul, os já mencionados estudos, realizados no início da década de 1980, constataram a

persistência de características da maior importância para a história da cidade. Afinal, aí se encontravam algumas das principais edificações e logradouros remanescentes dos tempos em que Salvador desempenhou o papel de capital da colônia, quer fossem de função administrativa, religiosa ou residencial, muitos, até então, a descoberto de qualquer medida de proteção (a Praça Municipal, antiga Praça do Palácio, o sítio da antiga Sé, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, entre outros).

Por outro lado, apesar das inúmeras obras de modernização viária³ das primeiras décadas do século XX e da significativa alteração do conjunto edificado⁴, nesse mesmo trecho urbano, constatou-se que o traçado das suas ruas (exceto pelo alargamento de algumas das vias) permanecia quase idêntico ao da chamada 'mancha matriz' construída por Tomé de Souza, conforme registrado nas mais antigas plantas cartográficas de Salvador.

O reconhecimento desses aspectos, desconsiderados nas delimitações das zonas tombadas anteriormente, resultou na constituição de uma poligonal mais condizente com a importância histórica e com as características morfológicas da área a ser preservada. Contudo, a incidência da legislação federal de preservação no CAS não se restringiu apenas a essa poligonal que hoje delimita o CHS. Três outras subáreas do Centro Antigo também foram objeto do Tombamento Federal: o Largo da Palma e o Largo da Saúde, ambos situados na segunda cumeada da linha de colinas e platôs que se desenvolvem a leste do CHS, na face oposta do vale hoje ocupado pela Baixa dos Sapateiros, e o Dique do Tororó e seus arredores, situado no vale subsequente. Entretanto, estes sítios tombados ainda não possuem poligonais com os limites claramente definidos.

A área de incidência das medidas de proteção decorrentes da legislação federal ainda pode ser ampliada ao serem consideradas as *zonas de entorno* dos sítios e monumentos tombados. O conceito de "entorno", inicialmente atrelado às ideias de visibilidade ou vizinhança dos bens tombados, embora previsto na legislação de proteção brasileira desde os seus primórdios⁵, ainda demanda maior precisão na sua aplicação.

Apesar do contínuo aprofundamento e ampliação do significado do conceito – verificados mais especificamente a partir dos anos de 1960 em diversos eventos internacionais sobre a preservação do patrimônio cultural⁶ – que passou a considerar não apenas as relações físico-visuais, como também referências decorrentes dos laços sociais, econômicos e culturais historicamente estabelecidos entre os conjuntos históricos protegidos e as suas áreas envoltórias⁷; a delimitação clara dos limites da vizinhança ou ambiência de um sítio tombado abarca uma ampla gama de desafios. Na prática, a delimitação do entorno⁸ de um bem tombado envolve grande complexidade já que, na maioria dos casos, apresenta variáveis equivalentes à delimitação do próprio tombamento de um sítio de interesse cultural. Também aqui, muito frequentemente, se observa a participação de múltiplos agentes sociais no processo, além da existência de diversificada legislação urbana, de variados projetos urbanísticos e interesses econômicos e, finalmente, a difícil aplicação de limites ao direito de propriedade justificada pelo interesse cultural da coletividade.

Talvez sejam esses os motivos pelos quais, apesar do grande investimento do IPHAN na delimitação de algumas zonas de entorno, muitas áreas tombadas ainda permaneçam sem tais definições. Sem dúvida, ainda são muitas as dificuldades a serem vencidas, visto que é grande o número de bens protegidos que aguardam os estudos

para regulamentação de tais zonas. Somam-se a isto os poucos recursos destinados a este fim, principalmente se considerada a complexidade do tema e a necessidade de um maior amadurecimento de um referencial conceitual e metodológico para balizamento de tal processo.

Além das áreas e monumentos tombados pelo IPHAN no CAS, também se encontram vários bens protegidos pelo tombamento estadual (de responsabilidade do IPAC), aí incluídos diversos edifícios isolados⁹ e o conjunto urbanístico da Soledade. Sobre estes bens tombados pelo Estado também poderia ser aplicado o princípio de entorno, já que a legislação estadual, criada sob forte influência da federal, contempla um entendimento equivalente ao conceito de vizinhança do bem protegido.

Resumindo, apesar das dificuldades, pode-se constatar que, se plenamente efetivada, a delimitação das zonas de entorno das áreas e monumentos protegidos pelo tombamento federal e/ou estadual, somada àquelas áreas efetivamente tombadas, abarcaria, praticamente, quase a totalidade do contexto edificado inserido na poligonal do CAS.

Contudo, apesar da importância dos tombamentos de âmbito federal e estadual, a efetiva proteção destas áreas só pode ser alcançada a partir da adoção de políticas urbanas mais amplas, no mais das vezes inseridas na esfera de atribuições do município. Durante os primeiros trinta anos de atuação do IPHAN no CAS, os recursos foram basicamente canalizados para a preservação de edificações de destaque, tanto pela sua importância histórica, quanto pela sua monumentalidade ou riqueza artístico-arquitetônica.

Historicamente pode-se dizer que o tombamento do Centro Histórico de Salvador gerou uma série de limitações construtivas e projetuais na área tombada que, associado à mudança de usos resultante da transferência das instituições governamentais para outras áreas e da criação de novas zonas de comércio e residência, a nordeste do centro da cidade, implicou no seu esvaziamento e desvalorização imobiliária.

Uma breve avaliação histórica das políticas de preservação de áreas tombadas no CAS

Embora, como visto anteriormente, existam várias áreas objeto do tombamento, federal e estadual na poligonal do CAS, as políticas urbanas que buscavam revalorizá-las privilegiaram especialmente aquelas situadas nas imediações do Pelourinho e Terreiro de Jesus, quer fosse pela sua maior importância histórica e paisagística, pelo maior interesse como local de visitação turística ou pelo avançado estado de degradação a que estiveram submetidas nas últimas cinco décadas. As primeiras tentativas de implementação de políticas públicas complementares à prática de preservação das edificações monumentais isoladas datam do final dos anos de 1960 e foram capitaneadas pelo Estado, contando com a contribuição de financiamentos federais. Nesta fase, assim como ao longo destes cerca de quarenta anos de tentativas de revalorização da área, registra-se uma quase ausência do governo municipal no processo.

Ao longo de todo esse período, no âmbito do poder público, pode-se constatar algumas estratégias de recuperação urbana da área¹⁰, nem sempre articuladas. Observa-se que em todas elas é dominante a proposta do turismo e de outras atividades terciárias no Pelourinho como forma de reverter o processo de esvaziamento e deterioração, mesmo que, ao lado disto, também se observe uma tímida canalização de recursos para o desenvolvimento social e econômico da população residente – equivocadamente vista como um empecilho para a resolução dos problemas de degradação da área – como base para a consolidação de um bairro central de função residencial, a coexistir com a sua vocação turística.

Não obstante a constatação de que os investimentos em atividades terciárias e turísticas tenham sido privilegiados pelo poder público, cabe registrar que durante muito tempo a população residente foi alvo de uma intensa política conduzida pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, atual IPAC¹¹, conhecida então como 'Fundação do Pelourinho'.

Com recursos canalizados pelo Governo Estadual, a 'Fundação do Pelourinho' criou escolas, creche, posto policial e posto médico, voltados para o atendimento quase que exclusivo das demandas da população residente, assumindo também a implementação de programas educacionais e de qualificação de pessoal para posterior inserção no mercado de trabalho, principalmente nas obras de restauro de monumentos a serem executadas pela própria instituição. Se, por um lado, tais procedimentos abriram canais de atendimento mais facilitado para as demandas da população residente, contribuindo para o fortalecimento da articulação da instituição com segmentos dos moradores da área, por outro, contribuíram para o acirramento do isolamento e distanciamento do CHS em relação às ações governamentais implementadas no contexto da cidade. Essa situação transferia para a 'Fundação do Pelourinho' a responsabilidade e o ônus de implantação de uma gama de políticas sociais, liberando as instituições efetivamente responsáveis por elas (caso das secretarias de educação, saúde, trabalho e desenvolvimento social), quer fossem da esfera do Estado ou do município, da obrigatoriedade de atuação na região. O CHS – mais especificamente os arredores do Largo do Pelourinho, entre o Terreiro de Jesus e o Passo/Carmo – se afirmava então como uma espécie de 'enclave urbano' controlado e administrado pela 'Fundação do Pelourinho'/IPAC, que passou a assumir até mesmo as tarefas de limpeza das vias e de controle do tráfego de veículos.

Esta política, aliada a outros fatores decorrentes da condição de área tombada, contribuiu para o incremento de um processo de "guetificação" especialmente da zona edificada entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Carmo. A dissociação do projeto de desenvolvimento urbano do CHS em relação aos projetos de desenvolvimento para a cidade de Salvador e sua área metropolitana, ficava explicitada quando, por exemplo, se observava no texto do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador – PLANDURB¹², dos anos 1970, uma certa discriminação da zona tombada no CHS. Segundo este plano, a zona tombada do CHS deixava de ser objeto das proposições aí presentes e deveria ser objeto de um plano diretor específico, a ser elaborado também sob coordenação da 'Fundação do Pelourinho'. O Plano Diretor do Pelourinho – PLANDIP – chegou a ter uma sede fixa no Maciel – Rua Gregório de Mattos – e uma equipe de técnicos constituída por representantes da Fundação e da CONDER (então Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador), mas não

passou da fase de levantamentos de alguns dados necessários para a elaboração de um diagnóstico da área. Dentre os dados produzidos a partir de então, destacam-se aqueles que fundamentaram a realização do Inventário de Bens Imóveis do Centro Histórico de Salvador¹³, continuado pelo IPAC mesmo após a paralisação do PLANDIP, no final dos anos 1970, constituindo-se num importante banco de informações acerca do conjunto edificado na área tombada.

Nos anos 1980 registra-se uma das primeiras tentativas de implantação de um programa habitacional no CHS: o Projeto Habitacional do Pelourinho (PROHAP), 1981/1983. Desenvolvido por um grupo de trabalho subordinado ao IPAC, com a participação de representante da URBIS, o projeto tinha como objetivos buscar alternativas para disponibilizar moradia minimamente digna a segmentos populacionais residentes no Centro Histórico, a serem comercializadas conforme linhas especiais de financiamento do Banco Nacional da Habitação - BNH¹⁴. O projeto apoiava-se em levantamentos socioeconômicos da população residente no CHS, que apontavam para a existência de algumas famílias com renda mínima suficiente para arcar com o pagamento de prestações regulares para aquisição da casa própria, cujos valores eram muitas vezes equivalentes aos preços dos aluguéis vigentes no local.

Apesar do programa investir na realização de projetos em que se buscava a produção de unidades habitacionais de baixo custo, as dificuldades inerentes à transformação de imóveis unifamiliares antigos¹⁵ em edificações pluridomiciliares contribuíram para que as unidades residenciais projetadas superassem os custos máximos previstos pelo BNH nas linhas de financiamento disponibilizadas para moradia de baixa renda. Para resolver tal problema, o grupo de trabalho propôs a alternativa do uso de subsídios em parte do custo das unidades habitacionais produzidas, a partir do entendimento de que os valores usualmente utilizados na implantação de infraestrutura urbana das áreas de ocupação dos novos conjuntos habitacionais - então subsidiados pelo Governo Federal - não necessitariam vir a ser investidos no CHS. Ou seja, tendo em vista a existência de infraestrutura mínima (especialmente redes de distribuição de telefonia, água e energia elétrica) já implantada na área, o grupo de trabalho propunha ao BNH o abatimento dos hipotéticos recursos a serem utilizados para tal fim no custo das unidades residenciais produzidas, o que resultaria na redução de cerca de 30% do valor final de financiamento de cada uma delas.

Por motivos não muito claros, além de dificuldades apontadas pela URBIS/BNH para operacionalização de tal alternativa, o projeto foi paralisado logo após a finalização de algumas obras em imóveis no Pelourinho destinados ao alojamento provisório de famílias cadastradas pelo PROHAP, enquanto durasse a realização dos trabalhos de recuperação definitiva dos imóveis selecionados pelo programa.

Depois de uma longa hegemonia do Governo Estadual na busca de alternativas de revalorização da área, em meados dos anos 1980 registra-se a primeira tentativa desenvolvida no âmbito municipal de intervir no processo de recuperação do CHS. Buscando reverter o esvaziamento do CHS, ocasionado pela transferência das instituições governamentais da esfera estadual para o Centro Administrativo da Bahia - CAB, o município passa a investir na elaboração do Projeto CAMI - Centro Administrativo Municipal Integrado. A retomada da

centralidade, de acordo com este projeto, se fundamentava na perspectiva de relocação da maior parte das instituições vinculadas à administração municipal na área central, mais especificamente de 12 secretarias e órgãos da Prefeitura.

A relocação dessas instituições, conforme previsto no projeto, deveria privilegiar as zonas de predomínio de usos comerciais e de serviços, procurando não interferir nas áreas que ainda possuíam uso residencial predominante. Em que pese o objetivo de buscar a concentração das decisões político-administrativas, o projeto não chegou, contudo, a propor o retorno da sede da Prefeitura municipal para o centro da cidade – então instalada no bairro do Engenho Velho de Brotas. Segundo a lógica que fundamentava o CAMI, as funções administrativas contribuiriam para reforçar o interesse turístico na área, além de promover a concentração das decisões políticas e estratégicas municipais, agilizando os processos burocráticos e otimizando o sistema administrativo do município, na época distribuído em diversos bairros da cidade.

Não obstante a sua importância, o Projeto CAMI se mostrava limitado enquanto política urbana ao não propor ações de caráter mais global visando a recuperação de todo o CHS. Na verdade, o CAMI apenas preconizava a recuperação de alguns imóveis para instalação de serviços públicos, apostando que a requalificação da área seria uma decorrência do processo. A única obra realizada pelo Projeto CAMI foi a restauração do Solar São Dâmaso para instalação da sede do Arquivo Público Municipal, posteriormente transferido para uma edificação mais recente, na Rua Chile, tendo em vista a inadequação do uso do antigo edifício para tal fim.

O interesse do poder público municipal na recuperação do CHS se intensificou a partir de 1986, quando o prefeito da cidade foi eleito diretamente, pela primeira vez desde o golpe militar de 1964. Entre as ações promovidas por esta administração, destaca-se a criação do Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador – PERSH, um ambicioso programa que tinha como objetivos recuperar o tradicional caráter do centro da cidade¹⁶ como local de trabalho, moradia, encontro e lazer da população, articulando-o com a preservação do seu patrimônio arquitetônico, urbano-paisagístico e cultural. Dentre as ações vinculadas ao programa registra-se a criação do Parque Histórico do Pelourinho – PHP: uma inovação conceitual que defendia a noção de “parque construído” de caráter urbano, constituído por edificações e logradouros urbanizados. A criação do PHP se apropriava de um conceito usualmente aplicado à ideia de usufruto lúdico e de preservação de áreas naturais, agora transpondo-o para uma área construída possuidora de grande valor histórico e paisagístico.

O PHP compreendia uma área de 30,8 ha inserida na poligonal do tombamento federal¹⁷, então também já reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO. O parque possuía administração própria que tinha como objetivos promover ações nos campos da proteção contra incêndio, segurança pública, dos serviços de limpeza pública, da ordenação da circulação interna do tráfego viário e disciplinamento do comércio ambulante, além da fixação de calendários de eventos culturais.

Em síntese, pode-se afirmar que as políticas implementadas pelo PERSH estavam também fundamentadas em uma visão da cidade de Salvador que a privilegiava como um fato cultural de grande estatura, ao tempo em

que tentava retomar o clima de efervescência cultural vivenciado na cidade na época pré-golpe de 1964, alimentado em grande parte pela geração tropicalista.

Cabe ressaltar que, até então a administração municipal nunca interviu nas políticas de preservação do CHS, exceto por meio de ações pontuais de manutenção. A partir da criação do PERSH, a Prefeitura requisita para si o direito constitucional da gestão integral do território municipal, levando em conta a ideia de que havia uma superposição de esferas de poder na própria gestão do centro histórico.

Apesar do forte caráter de *marketing* político que marcava a atuação da Prefeitura nesse período, não se pode deixar de reconhecer que, além de consolidar a presença do município como um dos agentes polarizadores das políticas de preservação do centro histórico¹⁸, o PERSH trouxe novas referências para o universo da preservação cultural do CHS, a saber: 1) desmistificou a noção do CHS como território de atuação exclusivo de categorias profissionais especializadas, principalmente arquitetos e profissionais de restauro; 2) buscou a alternativa de utilização de novas tecnologias construtivas, visando baratear os custos e agilizar os processos de estabilização e recuperação dos imóveis em larga escala, a partir da utilização de componentes pré-fabricados¹⁹; 3) inseriu no processo de elaboração do plano e dos projetos de recuperação dos imóveis alguns grandes nomes da arquitetura brasileira – notadamente a arquiteta Lina Bo Bardi – dando credibilidade e respeitabilidade ao programa frente à opinião pública e à comunidade acadêmica, ao tempo em que somava às vantagens advindas da recuperação de edificações antigas outros potenciais ganhos decorrentes do reconhecimento das inserções arquitetônicas contemporâneas como 'novidades' de grande qualidade projetual e construtiva²⁰; 4) estimulou a participação da iniciativa privada na recuperação de edificações históricas, a partir de parcerias com o setor público, fato de grande importância, mesmo considerando que tal política não tenha sido eficiente frente à ausência de estudos concretos de viabilidade econômica, capazes de seduzir o empresariado para que aí se estabelecesse, tendo em vista as limitações construtivas decorrentes da legislação do tombamento.

Finalizando, cabe registrar que mesmo partindo de uma visão global do conjunto e reconceituando intervenções anteriores, as ações do PERSH mantiveram-se pontuais, limitando-se a alguns sítios e monumentos isolados²¹. De certo modo, na prática, manteve-se uma visão em que se superestimava um eventual "efeito multiplicador" das intervenções pontuais realizadas, imaginando que estas poderiam provocar mudanças substanciais nos seus arredores, alimentando o crescimento do interesse pelo investimento na área.

No início dos anos 1990, após um vácuo de projetos mais consistentes para a preservação do CHS em decorrência do enfraquecimento das ações implementadas pelos órgãos públicos²², é posto em prática o mais audacioso programa de recuperação do CHS: o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. O caráter audacioso do programa, cujo grande agente mobilizador voltava a ser o Governo Estadual, encontrava-se mais na quantidade das obras e dos recursos financeiros envolvidos²³ do que no desenvolvimento de metodologias inovadoras, em termos das políticas públicas e dos projetos urbanísticos que foram implementados.

O programa se apoiava em uma grande mobilização de *marketing* e apostava numa estratégia governamental de desenvolvimento do turismo, em que se mostrava fundamental o reforço de Salvador enquanto principal polo turístico do Estado. A recuperação do Centro Histórico da cidade aparecia então como uma importante alternativa para o incremento das atividades turísticas em Salvador, ao ser levada em conta uma tendência internacional que via na cultura uma vertente com grande capacidade de agregar valor ao "produto turístico" a ser disponibilizado no mercado.

A estratégia política que determinou o desenrolar do programa não criou possibilidades de desenvolvimento de estudos ou planos aprofundados, buscando efetivamente a solução dos problemas estruturais que historicamente determinaram a decadência do Centro Histórico²⁴. A essência da intervenção baseava-se na transformação de grande parte da área recuperada em um "*shopping* ao ar livre", especialmente voltado para a demanda turística, onde a conjunção de atividades de consumo, lazer e cultura numa zona de fortes características históricas e paisagísticas contribuiria para a sua equiparação, ou mesmo superação enquanto ponto de atração, aos outros *shoppings centers* e centros de comércio da cidade. Segundo os documentos que fundamentavam a intervenção, isso geraria uma dinâmica que se expandiria pelas áreas contíguas, tornando viável o Centro Histórico. Aqui se observa a retomada de uma visão – comum ao desenvolvimento de diversas políticas precedentes – que superestimava a capacidade "multiplicadora" das intervenções realizadas, mesmo que fossem de caráter meramente pontual.

Para a realização de tal objetivo, o Estado investiu na desapropriação ou no estabelecimento de relações de comodato com os proprietários dos imóveis que foram recuperados e, posteriormente, disponibilizados para os empresários responsáveis pela implantação do pretendido "*shopping* ao ar livre". Ao contrário do que usualmente ocorre nas negociações de caráter nitidamente comercial e privado, a seleção dos potenciais agentes exploradores do empreendimento obedeceu bem mais a critérios políticos do que econômicos. A exploração dos empreendimentos instalados na área, ao contrário do que acontecia nos *shoppings* existentes em outras partes da cidade, foi isentada do pagamento de taxas de condomínio e de publicidade, chegando mesmo os trabalhos de manutenção do exterior dos imóveis e das áreas comuns – depois de recuperados e disponibilizados – a ficar sob responsabilidade do governo estadual. Ainda ficavam sob o ônus do Estado algumas despesas que, em outras circunstâncias, seriam de responsabilidade dos empreendedores privados, tais como o pagamento de diversos impostos, taxas para viabilização dos serviços de limpeza e coleta do lixo, além da manutenção e segurança das vias públicas.

Diante disso, foram muitos os empreendimentos que, pouco tempo depois de inaugurados, fecharam as portas por conta da inexistência de demanda, notadamente aqueles voltados ao atendimento de interesses das classes mais elevadas de Salvador, que só foram seduzidas pelo consumo e lazer no Centro Histórico enquanto a intervenção ainda ostentava as cores da novidade.

Ao longo do desenvolvimento das diversas etapas das obras, constatadas as dificuldades decorrentes do modelo adotado, alguns estudos foram realizados buscando alternativas para a gestão e o funcionamento do programa.

A partir do resultado eleitoral de 1991, a Prefeitura passou a ser parceira do Estado, contudo, assumindo um papel secundário²⁵ no desenvolvimento do programa, subordinando-se aos ditames da gestão da área implementada pelo governo estadual e assumindo a responsabilidade apenas pela manutenção, iluminação e limpeza do espaço público.

Somente a partir de 1999, após a constatação de que o turismo – ao contrário do que se imaginava – não poderia ser visto como a panaceia para todos os males que afligiam o CHS²⁶, tem início a implementação de mudanças mais significativas nesse programa. A produção da habitação ganha força como uma alternativa a ser buscada na sustentação do processo, visto que pesquisas elaboradas no contexto apontavam para existência, especialmente entre segmentos de faixas de renda média e baixa, de uma demanda expressiva por unidades residenciais reabilitadas no CHS. A partir de então, um convênio assinado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal – CEF deu início a um projeto piloto com fins habitacionais, buscando desenvolver uma experiência de reabilitação de imóveis em que fosse reduzida a participação de verbas públicas e incentivada a utilização de recursos privados, através de linhas de financiamento da Caixa Econômica Federal. Esta experiência piloto, apesar de ser pequena frente à quantidade de imóveis que carecem de recuperação, apresentou resultados animadores, porém, por conta de aspectos ainda por serem estudados, até o momento não chegou a gerar efeitos multiplicadores, como se esperava.

Contudo, os retornos positivos advindos dessa experiência de fomento ao uso habitacional, a comprovada fragilidade dos pressupostos que apostavam no turismo e na transformação da área do CHS em um “shopping ao ar livre” como fundamentos estratégicos para a sua recuperação, aliados especialmente à entrada em cena de outros agentes financiadores no programa – caso do Monumenta/BID e da CEF –, determinaram uma substancial mudança no modelo de intervenção da sua sétima e última etapa, ainda em processo de execução. Tal etapa, por se estruturar em estudos técnicos decorrentes das exigências dos novos agentes financiadores, pode ser considerada um avanço – em termos dos objetivos e operacionalidade – se comparada às precedentes.

Apesar desta perspectiva de aprimoramento do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, espera-se que o seu desdobramento se fundamente numa valorização mais aprofundada do seu patrimônio arquitetônico e urbano, abandonando o entendimento e as intervenções de caráter meramente fachadista e cenográfico, que desconsideram outras variáveis fundamentais na caracterização e valorização da sua verdadeira significação histórica e documental.

Notas

1. Destacam-se aqui apenas a participação do Estado e da união tendo em vista que o município, apesar de definir uma grande parte do contexto do CAS como Área de Proteção Rigorosa – APR (através da Lei 3289 de 1983), historicamente, quase sempre ficou a reboque das ações de ambos no que toca à implementação de políticas de preservação em Salvador.
2. Assim como a zona envoltória do Mosteiro de São Bento e da Igreja de N. Sa. da Barroquinha, tombados como monumentos isolados pelo IPHAN, respectivamente, desde 1938 e 1941.
3. Especialmente no que se referia ao alargamento e pavimentação de algumas ruas.
4. Inclui-se pelo aumento do gabarito, fato especialmente verificado a partir dos anos 40 do século passado.
5. Como pode ser observado no Art. 18 do Decreto Lei no. 25, de 1937, que por sua vez, se configura no marco legal de institucionalização da figura do Tombamento, demarcando o início das políticas públicas de preservação em escala nacional no Brasil.
6. Promovidos pela UNESCO (1962 e 1968), ICOMOS (1964) e OEA (1967).
7. Conferência Geral da UNESCO, Nairóbi, 1976.
8. Termo usualmente utilizado pelos técnicos do IPHAN, em substituição a 'vizinhança' ou 'ambiência' do bem tombado, cuja significação foi oficialmente reconhecida a partir da sua incorporação como verbete no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, em 1986.
9. Totalizando trinta monumentos de diversas tipologias e funções, sendo que três ainda estão sob tombamento provisório.
10. Cf. SANT'ANNA, Márcia. A recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. *Revista RUA*, no. 8. Salvador: PPGAU / UFBA, jul./dez. 2003. p. 44–59.
11. Uma reforma administrativa, promovida pelo então governador Antonio Carlos Magalhães, entre 1980/1981, transformou a fundação numa autarquia subordinada à Secretaria de Educação e Cultura, passando a ser denominada desde esta época como Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC.
12. Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador, a mais completa experiência de planejamento urbano de Salvador, desde a realização do EPUCS, foi finalizado em 1979. Além do plano, no mesmo período foi elaborado o EUST – Estudo de Uso do Solo e Transportes da Região Metropolitana de Salvador, que também deixava fora a área protegida pelo tombamento no Centro Histórico de Salvador.
13. Da documentação utilizada para inventariação dos quase mil imóveis constavam, além de dados fundiários e informações acerca do estado de conservação dos imóveis, plantas semi-cadastrais, registros fotográficos etc.
14. Na verdade, embora não existisse na época nenhum financiamento público específico para implantação de programas habitacionais em sítios históricos, apostou-se numa possível adaptação para este fim da "Linha de Financiamento Específico para Habitação de Baixa Renda" (FICAM), então utilizada na construção de conjuntos habitacionais do BNH.
15. Mesmo considerando que as obras contemplariam especialmente imóveis arruinados em oito ruas da subárea então conhecida por Maciel.
16. Muito embora tenham sido então identificadas outras duas áreas de interesse histórico pelo programa (Rio Vermelho e Itapagipe), apenas o centro antigo – especificamente através de algumas obras nas imediações do Pelourinho, da Praça da Sé, da ladeira da Misericórdia e Praça Castro Alves – foi efetivamente alvo de ações vinculadas aos seus objetivos.
17. A área do parque compreendia 42 quarteirões com aproximadamente 1000 edificações, envolvendo diversas igrejas, conventos, solares e sobrados.
18. Neste sentido atendendo às recomendações nacionais e internacionais que há muito defendiam a necessidade de criação de instituições municipais voltadas para a preservação, entendidas como fundamentais para complementação e fortalecimento das ações desenvolvidas pelo IPHAN, e, no caso da Bahia, pelo IPAC.
19. Tais elementos seriam produzidos pela Fábrica de Equipamentos Comunitários (FAEC), a partir da possibilidade de adaptação desses elementos às especificidades do CHS. Isto abria a perspectiva de utilização de uma experiência então já consolidada pela municipalidade na recuperação e construção de equipamentos comunitários – escolas, creches etc. – como também de mobiliário urbano, tais como passarelas de pedestres e pontos de ônibus, entre outros.

20. Guardando-se as devidas proporções, pode-se dizer que o CHS vivenciava experiência análoga àquela implementada em zonas históricas reconhecidas mundialmente, onde a inserção de obras de grandes nomes da arquitetura contemporânea funcionava como catalisadores do seu processo de recuperação – casos, por exemplo, de Bilbao e Lisboa.
21. Dentre os projetos elaborados pelo PERSH, só foram executados os seguintes: Projeto Piloto da Ladeira da Misericórdia, Fundação e Teatro Gregório de Mattos, Casa do Benin, Casa do Olodum, Belvedere da Sé, reforma da fachada do Cine Glauber Rocha e obras de infraestrutura.
22. Quer fossem no âmbito municipal, estadual ou federal, as instituições oficiais de preservação do patrimônio cultural, sofreram grandes restrições orçamentárias em função do aprofundamento da crise econômica que se abateu sobre o país, no final dos anos oitenta.
23. Entre 1992 e 1999, as seis etapas executadas pelo programa promoveram a recuperação de aproximadamente seiscentos imóveis e a restauração de nove monumentos tombados, além da construção de três grandes estacionamentos e de seis 'praças' nos miolos de quadras recuperadas. Tais obras atingiram uma soma de cerca de R\$ 92 milhões. Cf. SANT'ANNA, *op cit*, p. 44 – 59.
24. Ainda segundo a arquiteta Márcia Sant'Anna, no mesmo artigo, *três documentos, de certa forma contraditórios*, guiaram o desenvolvimento da intervenção. Cf. SANT'ANNA, Márcia. *Op Cit*. p. 44 – 59.
25. Que, como bem salienta Márcia Sant'Anna, em artigo já citado, foram excluídos do processo através do pagamento de taxas indenizatórias. Cerca de 1900 famílias foram removidas da área, objeto da intervenção.
26. De certo modo assumindo uma posição que retroagia ao período da ditadura, quando a PMS era totalmente submissa aos interesses do Governo do Estado, deixando que este gerisse o "enclave territorial" em que se constituía o CHS.
27. Os estudos de avaliação do impacto provocado pelo programa, ao fim da conclusão das primeiras etapas, constataram que os turistas, mesmo em épocas de alta estação, correspondiam somente a cerca de 20% dos usuários e consumidores das atividades implantadas no CHS. Cf. SANT'ANNA, Márcia. *Op Cit*. p. 44 – 59.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Paulo Ormino de. *O caso do Pelourinho*. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 219-255
- BAHIA/Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER. Plano Diretor do Pelourinho-PLANDIP. Convênio CONDER/FPACBA/SEPLAN-PR. *Uma visão crítica do Plano – relatório de atividades*. Salvador: [s.n.], março de 1979.
- BAHIA/GOVERNO DO ESTADO. *Centro Histórico de Salvador*. Salvador: [s.n.],1992.
- BAHIA/SCT/BAHIATURSA. *Desempenho do Turismo Baiano – 1991-2000* (versão síntese). [s.n.t.]
- BAHIA/SCT/IPAC. *Centro Histórico de Salvador, Programa de Recuperação*. Salvador: Corrupio, 1995. (texto em inglês e português)
- BONFIM, Juarez Duarte; SILVA, Paulo R. Guimarães. *O caso do parque Histórico do Pelourinho: investigação de originalidade numa ação do governo local*. Sitientibus, Feira de Santana: UEFS, n. 13, jul./dez., 1995. p. 15-33
- CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes et al. *Centro Histórico de Salvador, Bahia: patrimônio mundial*. Horizonte Geográfico, São Paulo: Horizonte, 2000.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (org.). *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: EDUFBA/PPGAU-UFBA, 1995.
- MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Caderno de Estudos do PEP/Entorno dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN/Programa de Especialização em Patrimônio, 2007.
- SALVADOR. PMS. Secretaria Municipal de Planejamento/SEPLAN Programa MINTER/RM Salvador. *Projeto Centro Administrativo Municipal Integrado – CAMI*. Relatório, v. 1. Salvador: [s.n.],1985.
- SANT'ANNA, Márcia. *A recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados*. Revista RUA, Salvador: PPGAU/UFBA, n. 8, jul./dez. 2003.

Ângela Gordilho Souza¹



Foto 1 – Casario do Centro Histórico. Fonte: Arquivo ERCAS.

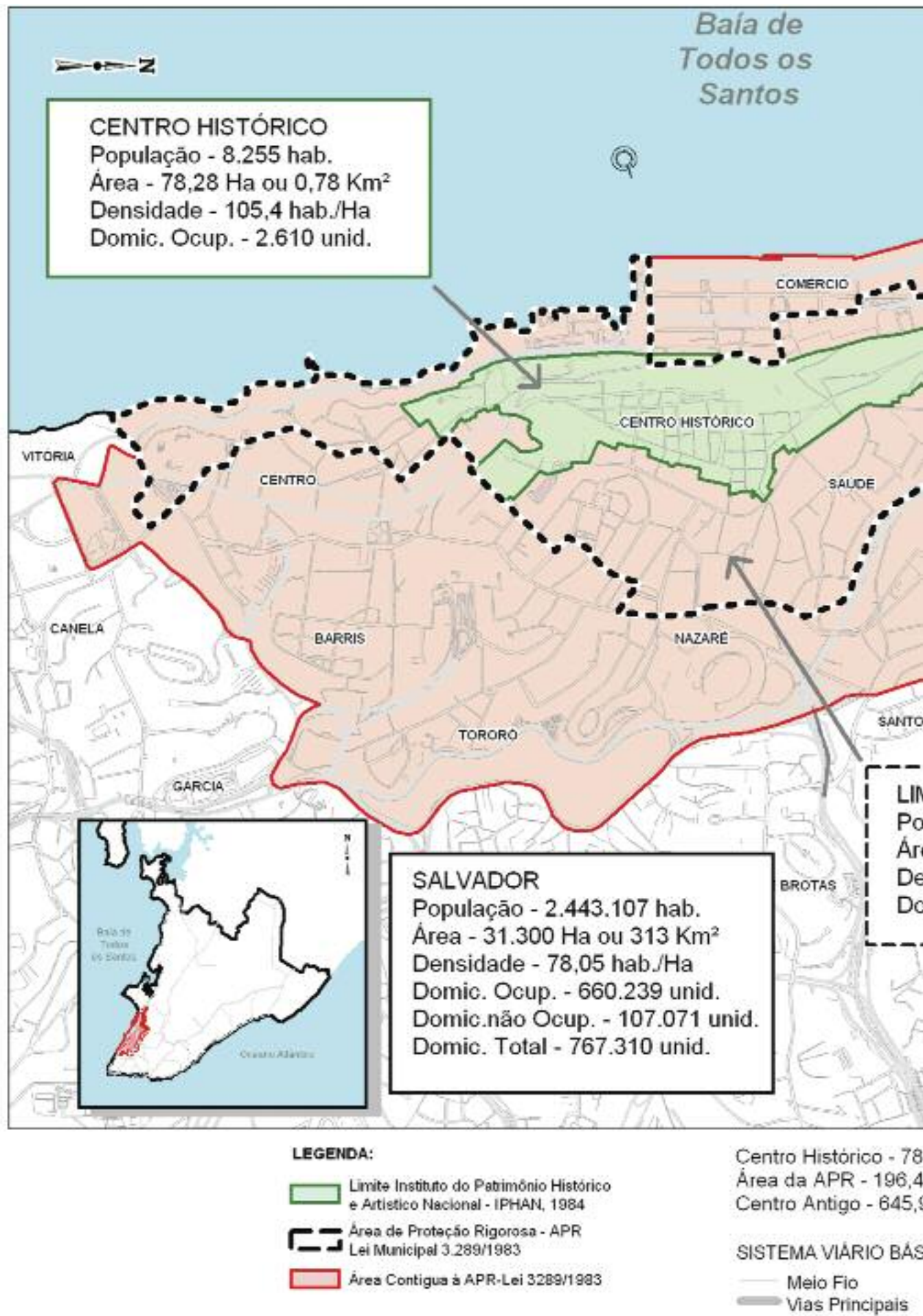
Ocupação Urbana e Habitação

Neste texto são apresentados os principais resultados do diagnóstico da ocupação urbana e do ambiente construído do Centro Antigo de Salvador - CAS, tendo como referência o enfoque cultural enquanto eixo de desenvolvimento econômico, de inserção social e de reordenamento urbano. São considerados, sobretudo, os aspectos que venham a fortalecer a cultura de morar no centro. Para isso, salientam-se as diferentes identidades e territorialidades das diversas localidades e bairros aí existentes, ao proceder às análises conjuntas de potencialidades, limitações, desafios e tendências detectadas para reabilitação dessa área histórica, patrimônio maior da Cidade do Salvador.

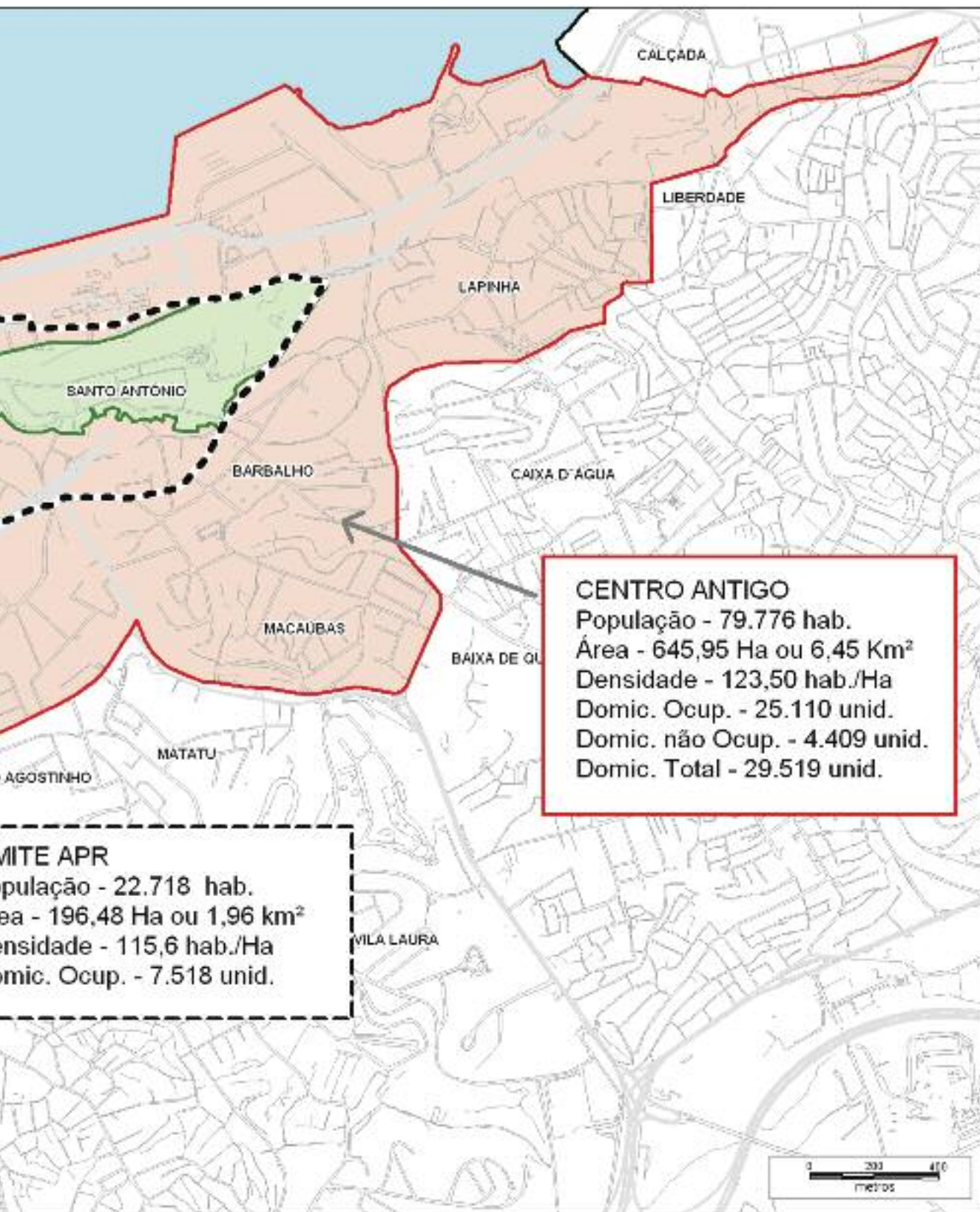
Considerando o elevado número de imóveis vazios na área central da cidade, tem-se como pressuposto que, além das atividades mais dinâmicas aí localizadas, como as instituições públicas, as atividades de comércio e serviço, de turismo e culturais, essa área tem um grande potencial para atração do uso habitacional e complementares, aumentando, assim, a economicidade e a agregação de valores sociais, materiais e simbólicos, propiciando uma mais ampla integração ao ambiente urbano, além da indução para um maior grau de conservação e segurança.

O levantamento atualizado das informações contribui para um melhor conhecimento e análise dessas potencialidades, como forma de identificar novos projetos que venham ao encontro das diretrizes de reabilitação de áreas centrais, com vistas a uma maior urbanidade, preservação histórica e melhorias no ambiente construído.

Visa subsidiar o Plano de Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador, conforme área de abrangência indicada para o Centro Histórico e seu entorno imediato², com informações sobre uso e ocupação do solo, ambiente construído, conservação e vacância das edificações, obtidas com base em levantamento de campo, compilação de estudos, diagnósticos, análises e indicações de intervenções setoriais.



Mapa 1 - Delimitação de poligonais - Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador. Fonte: Ângela Gordilho, 2009.



CENTRO ANTIGO
 População - 79.776 hab.
 Área - 645,95 Ha ou 6,45 Km²
 Densidade - 123,50 hab./Ha
 Domic. Ocup. - 25.110 unid.
 Domic. não Ocup. - 4.409 unid.
 Domic. Total - 29.519 unid.

CENTRO HISTÓRICO
 População - 22.718 hab.
 Área - 196,48 Ha ou 1,96 km²
 Densidade - 115,6 hab./Ha
 Domic. Ocup. - 7.518 unid.

28 Ha
 8 Ha
 95 Ha

ICO

PROJETO: REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

OCUPAÇÃO URBANA E AMBIENTE CONSTRUÍDO
 CONSULTORIA UNESCO/SECULT - Angela Corcillo Souza (Coordenação)

Mapa 1 - Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador
 LOCALIZAÇÃO E POLIGONAIS DE DELIMITAÇÃO, 1983 e 1984

Fonte:
 Prefeitura Municipal de Salvador - Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação - SEMURH
 1993; FUNAI, 1994; FUNAI, Lei 12.296/1993, FUNAI, 2004

Escala: 1/6000
 Data: 08/03/05

Breve histórico da ocupação na área e inserção urbana

A Cidade do Salvador, um dos primeiros centros urbanos do Brasil e da América colonial, é, atualmente, a terceira maior capital em população no país, tendo atingido cerca de 3 milhões de habitantes neste final da primeira década do século XXI. Vem acumulando historicamente funções distintas que, associadas às características do sítio, à sua inserção na economia nacional, às intervenções públicas e privadas no ambiente construído e às suas características socioculturais, interferiram na forma como o espaço urbano está organizado.

Salvador é uma das raras cidades brasileiras que guarda características do traçado do sítio histórico original e foi uma das primeiras áreas urbanas a ser edificada no continente americano de forma planejada para ser uma capital colonial. Isso é revelado tanto no seu traçado urbanístico, como no seu ambiente construído, que mantém as marcas das interações entre os grupos sociais nativos e imigrantes e o ambiente natural. Na sua edificação gradativa foram utilizadas as técnicas construtivas originárias culturalmente dos portugueses que aí se instalaram, dos africanos trazidos para o trabalho escravo e dos índios que nessas terras habitavam. Nestes quase cinco séculos de existência, foi construído um rico patrimônio histórico e cultural, composto por um acervo arquitetônico colonial tombado por sua importância nacional e internacional, que se estende por uma área mais abrangente que a do Pelourinho – núcleo mais conhecido deste Centro Histórico –, atingindo uma área, ocupada até o final do século XIX, de aproximadamente mil hectares (10km²), na qual se pode observar a justaposição de ideias de fora com aquelas nascidas no lugar, conformando a construção desta cidade tão plural ao tempo que tão singular³.

Salvador surge como cidadela, edificada inicialmente no topo de uma cumeada, situada à direita da entrada da Baía de Todos os Santos, no ponto mais alto de saliência do continente, com cerca de 65m de altura. O sítio escolhido revela-se em forma peninsular, cercado de belezas naturais e dotado de uma escarpa frontal, a partir da qual se prolonga suavemente um relevo de cumeadas e vales, na direção do seu interior continental, até novamente bordejar o mar na orla oceânica. Ainda na fase inicial do povoamento, cercada por muros erguidos em taipa de pilão, abrigava aproximadamente 1.000 habitantes (colonizadores portugueses), sob uma completa organização administrativa militar. Foi implantada a partir de um projeto preestabelecido, geométrico, ainda que adaptado à topografia local, abrangendo, aproximadamente, a área correspondente à região da Sé, na parte alta, estendendo-se até o porto, na parte baixa. Assim traçada como cidade fortaleza e portuária, surge como marco da conquista colonizadora, dividida em dois níveis, Cidade Alta e Cidade Baixa.

Esse núcleo, instalado na área que veio a se constituir na freguesia da Sé, logo amplia-se extramuros, com o plantio de culturas de subsistência. Expande-se inicialmente para a parte baixa na estreita área do sopé, onde se localizavam o cais do porto, a alfândega e a Praça do Comércio, avançando também para as suas meias encostas e no prolongamento da cumeada. Ligava-se à Vila Velha, local de povoação anterior e pioneira (proximidades do atual Largo da Barra), situada na ponta sul da península, que se manteve como núcleo urbano ligado à cidade pelo Caminho do Conselho. Mais tarde, surgiu o julgado de Paripe, na borda da baía, ao norte, próximo a engenhos aí instalados.

O Centro Histórico de Salvador localiza-se na primeira cumeada onde a cidade foi fundada, entrecortada pelo vale onde passa a antiga Rua da Valla, na direção da Baixa dos Sapateiros e Taboão, que se interliga com o vale do Dique, atual Dique do Tororó. As principais localidades aí identificadas são: Sé, Pelourinho, Misericórdia, São Bento, Taboão, Carmo. A ocupação se restringiu a essa área até o século XVIII, quando se expandiu na direção de Santo Antônio Além do Carmo e posteriormente para as cumeadas do entorno, nas localidades de Barbalho, Queimado, Nazaré, Barris e Vitória.

Em meados do século XIX, a ocupação urbana de Salvador estendeu-se ao sul, na direção do Campo Grande e Vitória, e, ao norte, na península de Itapagipe e em pequenos núcleos no subúrbio, bordejando a Baía de Todos os Santos. Essas localidades, identificadas principalmente pelas antigas freguesias, irão dar nome aos futuros bairros. Nessa região do Comércio e Calçada, até Itapagipe, instalam-se as primeiras indústrias, com a fabricação de produtos estritamente relacionados à produção agroexportadora. Aí também localiza-se a Estação Ferroviária, construída pelos ingleses, com a implantação da *Bahia and San Francisco Railway*, em 1860.

Até o início do século XIX, as atividades econômicas e administrativas exigiam uma relativamente baixa concentração populacional, já que era na zona rural, nos engenhos e fazendas, onde se produziam as riquezas básicas e, portanto, neles se localizavam a maior parte da mão-de-obra e a população em geral. A partir de então, o comércio urbano se intensificou, com o incremento de exportações, e os primeiros indícios de industrialização começaram a se ampliar nas periferias urbanas.

No final do século XIX, surgiram os movimentos de expansão urbana para áreas mais afastadas, manifestando-se, ao sul, em localidades como Garcia, Canela, Vitória, Graça e Barra, que passam a abrigar população de renda mais alta, famílias vindas das antigas residências do saturado centro antigo e proprietários rurais recém-fixados na cidade. Logo, os sobrados que vão sendo deixados para trás, principalmente aqueles localizados no antigo núcleo, passam a ter seus pavimentos subdivididos em pequenos cubículos, agora multiplicados em pequenas unidades domiciliares que irão dar origem aos futuros cortiços.

Ao mesmo tempo, são construídos por pequenos empreendedores projetos de habitação proletária, sujeitos à formalização junto às instâncias municipais. São as "evoneas", que serão seguidas pela construção de "vilas operárias", das chamadas "avenidas" de casas, dos "grupos de casas" ou "correr de casas". Surgem também os novos bairros pobres, nos arredores ao norte da cidade, de ocupação desordenada. Milton Santos, assim descreve esse processo:

"Para o sul surge o bairro da Vitória, constituído por grandes e belos palacetes, rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra. Para o norte formam-se bairros habitados pela classe média e pobre. Essa extensão da cidade tornou-se possível pela instalação das novas vias de comunicação e meios de transporte: em 1855 são construídos viadutos para ligar Nazaré e Barbalho, Federação e Pedra da Marca; em 1868 a cidade já possui os primeiros transportes coletivos; em 1869, novas emprêsas de transporte se instalam; em 1874, inaugura-se o elevador hidráulico [...] para favorecer as comunicações da Cidade Alta com a Cidade Baixa, que é o centro comercial [...] Os primeiros aterros sistemáticos, embora elementares, são feitos no pôrto." (SANTOS, 1959: 42, grafia original)⁴



Foto 2 – Porto de Salvador. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Data das primeiras décadas do século XX, o movimento de modernização da cidade. Primeiramente com as obras do aterro na área do porto, no governo J. J. Seabra (1912-1916), ampliando a área do Comércio e criando também, com a ampliação de linhas de bonde, maiores possibilidades de ocupação na península de Itapagipe. Grande parte das edificações coloniais do Centro Histórico e da área do Comércio foi demolida, a partir de então, para dar lugar ao alargamento de vias e à construção de altos edifícios modernos, que passam a abrigar os novos serviços nessa área antiga da cidade. Foram constantes as demolições para alargamento de vias, como a Av. Sete de Setembro, as Ruas Chile, Misericórdia e Ajuda, além da abertura da Praça da Sé, obtida com a polêmica destruição da Igreja da Sé. O centro da Cidade Alta é então o local de maior predominância do comércio varejista e dos serviços de profissionais liberais, ao tempo em que na Cidade Baixa, na área do

Comércio, se consolida o centro financeiro, mantendo e modernizando o comércio atacadista e de serviços portuários, aí existentes desde a sua fundação.

Constituem-se, no entanto, em intervenções físicas pontuais, ainda dissociadas de uma visão urbanística. Até o início do século XX, além das normas de cunho higienista para uso de áreas comuns e construção das edificações, praticamente não havia legislação para parcelamento do solo e implantação da edificação no terreno. Essas regras só surgiram a partir da década de 1920, com a definição dos primeiros Códigos de Postura. Data dessa época a implantação dos primeiros loteamentos habitacionais, em Itapagipe, Barris, Graça, Barra e depois, em grande monta, no Subúrbio Ferroviário, direcionando a expansão da cidade.

Antes, as iniciativas para o parcelamento do solo se davam, por conta dos proprietários fundiários, que definiam as dimensões da subdivisão de glebas. Este processo ocorria aos poucos, de acordo com a demanda, em frações individualizadas e diferenciadas entre si, seguindo a morfologia do terreno. Geralmente os lotes, marcados por "testadas", eram estreitos e profundos, aproveitando ao máximo o acesso pelas cumeadas, por onde passavam as vias. As casas, cujos moldes revelam a herança portuguesa, eram construídas praticamente coladas umas às outras, com dois a três pavimentos e um quintal na meia encosta. Muitas vezes, estendiam-se até o fundo de vale, aproveitado para produção doméstica de alimentos e criatórios.

As edificações também eram, na maioria, construídas pelo proprietário fundiário, por encomenda a mestres-de-obras e pequenos empreiteiros, em um processo associado de parcelamento do solo e construção da moradia para uso próprio ou para renda. Predominava, na relação comercial de uso, o aluguel da edificação e/ou do terreno, através de contratos de arrendamentos, aforamentos e cessões. As normas públicas para ocupação e edificação eram mínimas, limitando-se, basicamente, às restrições de cunho higienista, proteção ao fogo e parâmetros em relação às vias de circulação. Assim, o controle sobre a intervenção no ambiente construído esteve quase que exclusivamente nas mãos desses agentes imobiliários proprietários fundiários.

As características particulares da estrutura fundiária em Salvador, com o solo nas mãos de poucos grandes proprietários (Igreja, poder público e alguns particulares), e sob um sistema fundiário arcaico, tinham influência direta na produção da habitação e no uso do solo em geral. A cidade herdara uma estrutura fundiária assentada sobre o sistema de enfiteuse ou aforamento. Esse instrumento jurídico de parcelamento da terra, instituído no Brasil no período colonial, consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante uma pensão, sem, contudo, destruir-lhe a substância (domínio pleno ou direto), que permanece com o titular. A aprovação da Lei de Terras de 1850 modificou o processo de aquisição e transmissão de terra no País. O instrumento da enfiteuse, que até então predominava, passa a ser paulatinamente substituído pelo novo sistema de compra e venda de glebas e terrenos, dando origem aos futuros loteamentos, mudança que irá afetar profundamente a ocupação urbana das cidades brasileiras.

Até a década de quarenta do século XX a Cidade do Salvador, na sua área continental, guardou no seu território as características de cidade-colônia, circunscrita em pouco mais de mil hectares, com cerca de 290 mil habitantes.

A partir de então, nasce a Salvador moderna, impulsionada por vários fatores socioeconômicos internos e externos que propiciam momentos de urbanização intensiva, com grandes fluxos populacionais direcionados para essa cidade-capital, registrando-se, nas diversas situações, ao seu tempo, uma expansão urbana abrupta e significativa do espaço construído. A emergência de novas demandas e a ação de agentes diversificados na produção imobiliária resultaram em espaços urbanos mais complexos, que caracterizam a ocupação urbana até este início de século XXI.

Esse processo de modernização tomou impulso com a implantação das primeiras avenidas de fundo de vale, a partir da década de 1950, que abriram outras áreas de expansão da cidade além de sua área antiga, atingindo a orla oceânica, como Ondina, Rio Vermelho e Pituba, bem como a ampliação da periferia urbana, na direção do Subúrbio Ferroviário e do Miolo da cidade, área interna contida entre as bordas do mar. A implantação de polos industriais nos limites do município e na sua Região Metropolitana, a partir da década de 1960, também trouxe mudanças na dinâmica urbana nos arredores da Calçada e Itapagipe com a saída da atividade industrial pioneira.

Na década de 1970, o Centro Antigo de Salvador – CAS atingiu o auge da concentração das atividades de serviços e comércio e como praça financeira, passando a sofrer, a partir de então, um processo de esvaziamento e decadência, impulsionado pela realização de uma série de obras fora da área central, tais como: a construção da Av. Paralela; do Centro Administrativo da Bahia e a implantação de um novo centro comercial em suas proximidades; a construção do Shopping Center Iguatemi e a implantação de muitos edifícios de escritórios e lojas comerciais.

Rompeu-se com a estrutura antiga para dar lugar a uma cidade espalhada, verticalizada, de fluxos viários extensivos, segmentada por diversos usos, múltiplas funções e conteúdos sociais distintos. Bairros pobres justapostos a bairros de classes mais altas, ocupações informais dividindo espaço com grandes empreendimentos imobiliários, arquitetura e urbanismo moderno marcando a produção desse novo espaço urbano, cada vez mais segregador e excludente dos benefícios públicos.

Nesse sentido, a privatização do solo, que se ampliou com a Reforma Urbana de 1968, de âmbito nacional, acabou por desbloquear áreas de domínio público, com a alienação de terras municipais arrendadas aos enfiteutas. Essa condição particular de uma ampla propriedade fundiária pública, aliada aos baixos níveis de renda da população migrante, à pouca efetividade no controle da ocupação e na antecipação de oferta habitacional planejada de baixo custo, contribuiu para o amplo processo de ocupação informal do solo urbano. Intensificam-se ocupações e parcelamentos à margem da legislação urbanística, sobretudo na periferia, culminando nos dias atuais, com uma proporção de cerca de 35% da área urbana ocupada à margem da legislação, onde habita em torno de 60% da população da cidade. Esse déficit habitacional qualitativo se soma a um crônico déficit quantitativo, que, no município de Salvador, acumula atualmente um índice de cerca de 100 mil novas unidades habitacionais².

Atualmente a ocupação contínua de Salvador praticamente já atinge os limites do município e se expande de forma conurbada para os municípios vizinhos, configurando uma cidade-metrópole com uma malha urbana

contínua de mais de 20 mil hectares (200 km²), onde habitam cerca de 4 milhões de pessoas. Guarda no seu território esse conteúdo histórico e a diversidade do seu permanente fazer, belezas e mazelas, tão contrastantes.

Por outro lado, considerando-se o esgotamento gradativo de vazios com possibilidade de ocupação na área continental de Salvador, constata-se uma área remanescente para uso habitacional de apenas 4 mil ha (40 km²), que representa 14% do total de área ocupada⁶. Esse é também um importante aspecto a ser considerado para que se avance nas definições de intervenções urbanas frente ao atual esvaziamento da área central da cidade.

Esse crescimento populacional e espacial abrupto, agravado pela pobreza da maioria de sua população e pelo acentuado desnível na distribuição de renda, aliados a uma frágil e descontínua administração pública são problemas estruturais que apresentam impactos na área antiga da cidade.

Nas últimas décadas do século XX, o CAS foi perdendo população e atividades de comércio e serviço, se degradando fisicamente com a saída das atividades econômicas mais dinâmicas e a população de renda mais alta. Seu parque imobiliário apresenta sinais evidentes de desgaste, com o fechamento e arruinamento de imóveis, vários deles habitados por famílias pobres, que passam a ocupar também a encosta da escarpa entre a Cidade Alta e Cidade Baixa, além dos precários cortiços e vilas aí existentes, desde épocas anteriores.

Caracterização atual do (des)uso e ocupação do solo

O levantamento recente do uso e ocupação do solo no CAS e, mais especificamente, do Centro Histórico de Salvador – CHS identifica o estado de vacância, de conservação e qualificação do uso habitacional para as edificações desse parque imobiliário e para os vazios aí existentes⁷. Demonstra não apenas o grau de esvaziamento e precariedade da ocupação, como também o potencial de renovação e requalificação urbana, sobretudo no que se refere à inserção de novas habitações e equipamentos urbanos.

De acordo com os dados do último censo do IBGE, o CAS detinha, em 2000, 79.776 habitantes, em uma área total de 645,95 ha ou 6,45 km². Para o CHS, com 78,28 ha (0,78 km²) dessa área, a estimativa é de uma população de 8.255 habitantes, tomando-se os setores censitários que estão predominantemente aí inseridos. Em comparação com o Censo de 1991, observa-se que o total de população encontrada naquele ano para o CAS foi de 86.740 habitantes, dos quais 11.949 habitantes no CHS, indicando, perda de 7 mil habitantes, sobretudo no CHS, onde a saída foi de 3,7 mil habitantes desse total, cerca de um terço do número de 1991. De acordo com o censo de 2000, em relação ao total de domicílios ocupados, havia 25.110 unidades no CAS, sendo 2.610 no CHS; somam-se a esses mais 4.409 domicílios não-ocupados, inseridos no CAS⁸.

O levantamento recente de uso e ocupação do solo no CAS indica que do total de 16.687 registros, 10.935 correspondiam a habitação⁹. Deste número, 28% são edificações em condições de habitabilidade precária, construídas em ocupações informais nas encostas, vilas, cortiços, além das ocupações prediais dos movimentos de sem-teto, conforme se indica no Gráfico 1 a seguir.



Foto 3 - Ocupação da encosta. Fonte: Robson Mendes/AGECOM.

No CHS, à exceção do Carmo e do Santo Antônio Além do Carmo, restam poucas edificações com uso habitacional, que são os cortiços remanescentes na Ladeira da Montanha e alguns poucos no Pelourinho, próximos à Baixa dos Sapateiros. As áreas com predominância de habitação estão localizadas no entorno do CHS, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas e Lapinha.

Praticamente não há registro de habitação na área do Comércio, observando-se incidência apenas na última quadra, ao longo do sopé da encosta, no trecho entre Taboão e Jequitaiá, sendo a maioria dessas edificações de uso misto, comercial no térreo e habitação nos andares superiores. Também, nesse trecho, há uma forte

presença de ocupações de famílias sem-teto, usando coletivamente as edificações que estavam ociosas ou arruinadas. As ocupações de sem-teto em todo o CAS somam 56 edificações, que, de acordo com o mapeamento, estão principalmente situadas, além desse trecho, no entorno imediato do CHS, nas proximidades da Barroquinha e Saúde. Estima-se que pouco mais de mil famílias habitem essas ocupações.

Evidencia-se assim, nas edificações do CAS como um todo, a preponderância do uso habitacional (65%), seguido pelo comércio e serviços (22%), além do uso institucional (6%). Esse levantamento também indica que, no âmbito do CAS, as áreas de maior incidência de uso de comércio e serviços estão localizadas no bairro Centro, prolongando-se até o Centro Histórico, Santo Antônio e Comércio. Nesse bairro, o uso institucional é marcante, com destaque para a área do Porto, com uma grande área aberta destinada aos contêineres, bem como para a grande gleba do Distrito Naval. É também relevante observar-se a instalação recente de instituições privadas de ensino superior no bairro do Comércio (Dom Pedro II, São Salvador, Faculdade da Cidade), que muito dinamizam o uso dessa área, inclusive à noite. Na poligonal do CHS, a incidência de comércio e serviços é preponderante, seguido pelo uso institucional, ruínas e imóveis fechados, sendo menor a presença de uso habitacional, que apenas aparece com maior destaque no bairro de Santo Antônio, sobretudo no Carmo.



Gráfico 1 - TOTAL DE EDIFICAÇÕES REGISTRADAS: 3.016.

Fonte: Escritório de Referência do Centro Antigo. Consultoria UNESCO/SECULT, Ocupação Urbana e Ambiente Construído, coord. Ângela Gordilho Souza, set. 2009.

Ainda sobre o uso institucional, de grande importância para a presença de visitantes na área central no período diurno, observa-se uma forte presença desse uso em todo o CAS, sobressaindo-se no CHS. Ao se qualificar o tipo de instituição, conforme gráfico 2, tem-se que, isoladamente, as instituições privadas de interesse público representam a maior frequência, 195 (32%) do total das 588 edificações foram identificadas nessa categoria.

USO INSTITUCIONAL

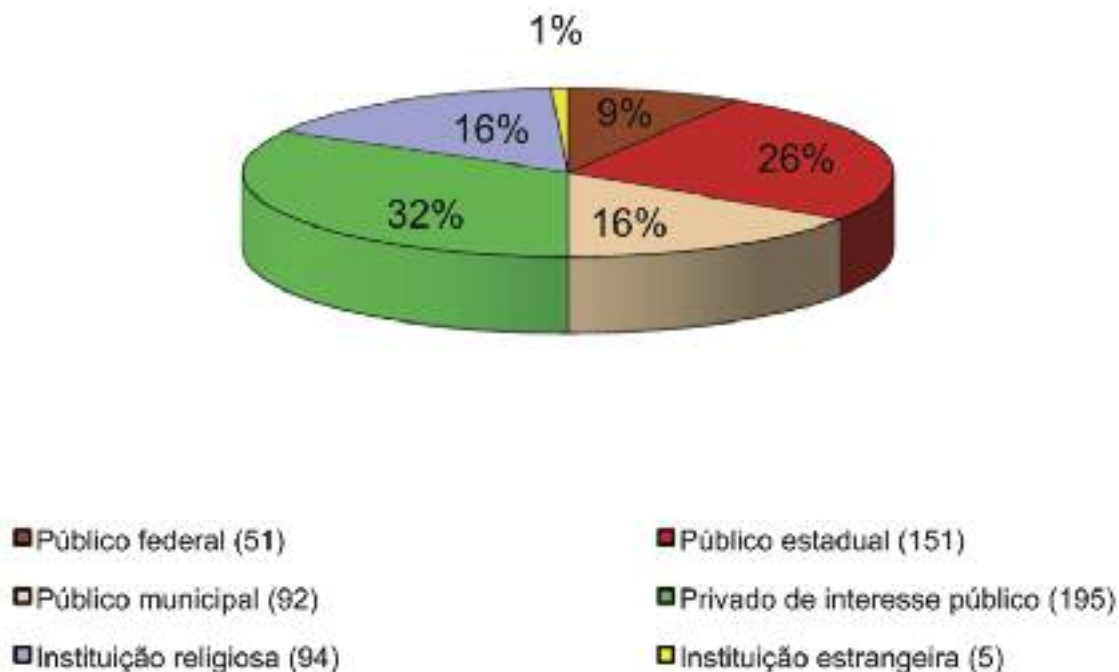


Gráfico 2: Uso institucional.

Fonte: Escritório de Referência do Centro Antigo. Consultoria UNESCO/SECULT, Ocupação Urbana e Ambiente Construído, coord. Ângela Gordilho Souza, set. 2009.

Agrupando-se o conjunto de instituições públicas, essas passam a ser preponderantes, somando 294 (50%) do total. Dentre essas, destaca-se o uso público estadual (151), seguido pelo municipal (92) e federal (51). As instituições religiosas também estão fortemente presentes no CAS, 16% do total. Foram identificadas aí apenas 5 instituições estrangeiras (1%), em sua maior parte sedes de consulados¹⁰.

A presença industrial é residual, ainda que se constituam em grandes equipamentos de moinhos, no bairro do Comércio. Na Calçada, área que no passado sediou uma grande quantidade de indústrias, esses antigos imóveis encontram-se fechados ou em ruínas, sendo também utilizados pelo comércio e serviços, como grandes depósitos e supermercados.

As situações indicativas do estado de vacância, nessa área, somam 1.101 imóveis, segundo as categorias: edificações em ruínas (466), edificações fechadas (486) e lotes baldios (149). Edificações ou lotes passíveis de utilização representam 7% do total de registros na qualificação do uso do solo (16.687). As maiores concentrações de edificações em ruínas e fechadas estão no CHS, com destaque para a área do Pelourinho, nas proximidades da Baixa dos Sapateiros, bem como na região ao longo de toda a encosta entre a Cidade Alta e

Cidade Baixa, com particular incidência nos trechos da Av. Contorno, Conceição da Praia, Taboão, Pilar, Lapinha e Calçada. Em muitas dessas ruínas, é frequente a presença informal de moradia, apesar da insalubridade e dos riscos que se apresentam, conforme Gráfico 3 e fotos.

O fechamento parcial das edificações é frequente, geralmente nos andares superiores, mantidos usos de comércio e serviços no térreo. Imóveis em ruínas também são utilizados para uso misto de habitação e comércio. O fechamento total de edificações ocorre com maior incidência no Comércio e no CHS, ainda que também se observe essa condição diluída praticamente em todo o CAS.

Também os lotes baldios (149), de tamanhos variados, incidem com maior frequência nas áreas do entorno do CHS, nos bairros de Barris, Tororó, Nazaré e Macaúbas. Esses lotes não se confundem com as demais áreas abertas identificadas, como estacionamentos (175), incluindo aí áreas de contêineres, no Porto, e as praças e largos (130). Os estacionamentos de uso público são na maioria improvisados, salientando-se a presença de alguns poucos edifícios-garagem no Comércio e adjacências, alguns desses encontram-se fechados ou em estado de ruína parcial. As praças e largos são na sua maioria de pequenas dimensões, a exceção do Campo Grande, Passeio Público, Castro Alves, Terreiro de Jesus, Praça da Sé, Marechal Teodoro e Visconde de Cairú, com características mais marcantes de área de lazer e desfrute coletivo. A presença de praças é escassa, notadamente nas áreas de predominância habitacional intensiva, como Barris, Macaúbas, Barbalho e Lapinha.



Gráfico 3 - TOTAL DE REGISTROS: 1.101 | TOTAL DE EDIFICAÇÕES SEM USO: 952 | TOTAL DE LOTES BALDIOS: 149.

Fonte: Escritório de Referência do Centro Antigo. Consultoria UNESCO/SECULT, Ocupação Urbana e Ambiente Construído, coord. Ângela Gordilho Souza, set. 2009.

Tratando-se de uma área de topografia acidentada, constituída por cumeadas e vales, algumas das encostas do CAS, mais acidentadas, encontram-se desocupadas. Constituem as áreas verdes, identificadas como vazios sem uso. Entretanto, verifica-se um crescente movimento de ocupação informal em alguns trechos, incluindo a encosta do frontispício entre Cidade Alta e Cidade Baixa.

Quanto ao estado de conservação das edificações que compõem esse parque imobiliário, foram identificadas 29 ruínas ocupadas e 431 vazias, que somam 460 ruínas; essas situações representam 4% do total de registros considerados. Na condição "bom", estão 31% das edificações; "regular" (36%); e "precário" (29%). Portanto, 68% do total de edificações no CAS necessitam, pelo menos, de uma intervenção física para a melhoria das suas condições de habitabilidade, seja cobertura, reboco/pintura, instalação de esquadrias de vedação, ou mesmo reconstrução total, no caso das ruínas. A precariedade, quando há necessidade de intervenção em mais de um desses itens, é mais incidente no CHS, especialmente na região do entorno da Barroquinha, Ladeira da Montanha e Taboão, além das encostas do Pilar e Santo Antônio. No entorno do CHS, salientam-se as ocupações informais em Macaúbas, encosta da Lapinha e da Liberdade/Calçada e na encosta do Tororó.

O alto grau de esvaziamento e a precarização da ocupação são influenciados pelos empreendimentos que essa área central passou a receber no final dos anos 1980, tais como a Estação da Lapa, os *shoppings* Piedade e Center Lapa, além da atração exercida pelo novo centro Iguatemi. Também contribuem para intensificar o comércio informal na área de entorno, inibindo o comércio tradicional, inicialmente na Rua Chile e, mais recentemente na Baixa dos Sapateiros, mantendo apenas lojas de roupas e utensílios domésticos de baixo custo.



Gráfico 4 - TOTAL DE EDIFICAÇÕES E LOTES BALDIOS: 16.206.

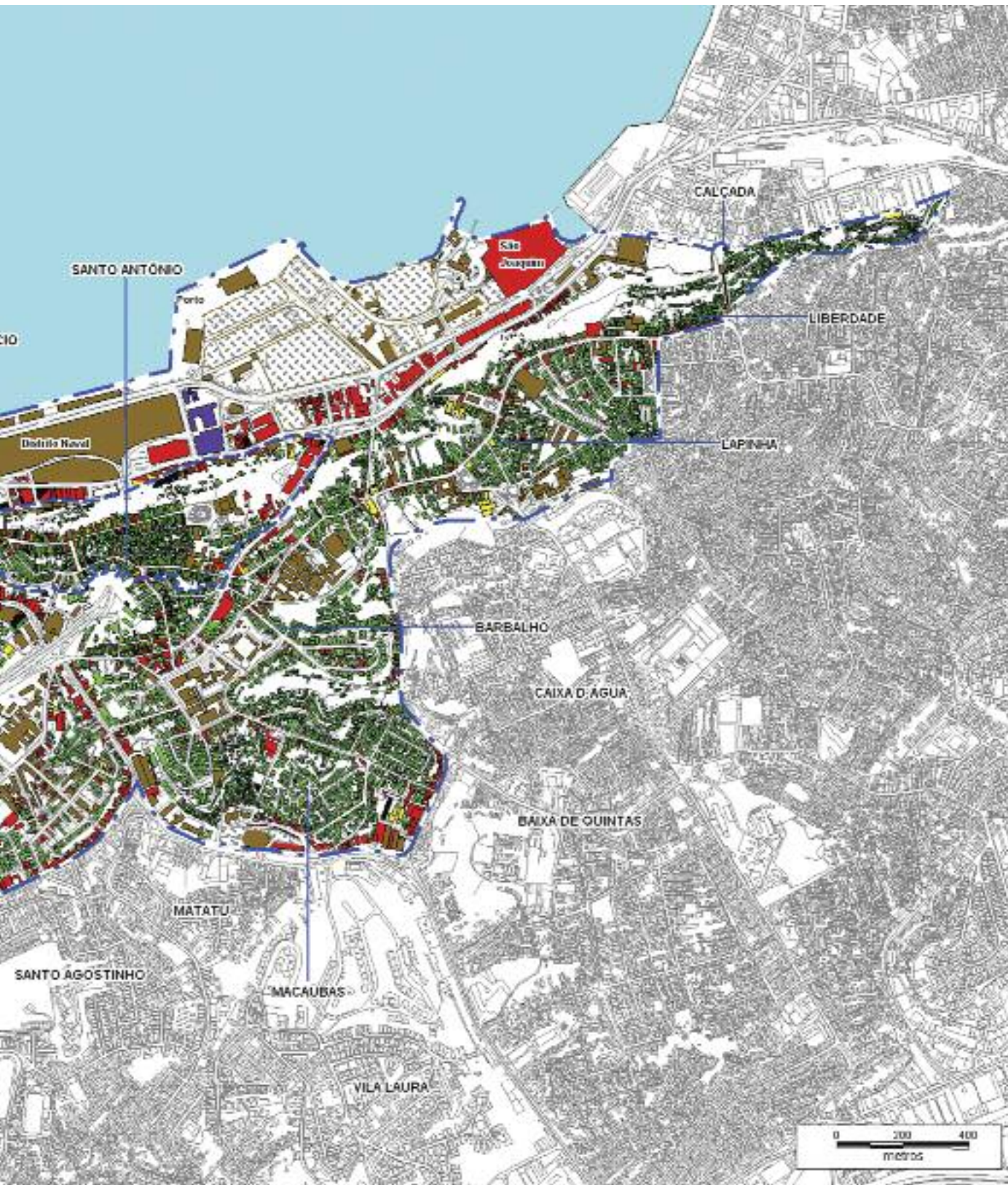
Fonte: Escritório de Referência do Centro Antigo. Consultoria UNESCO/SECULT, Ocupação Urbana e Ambiente Construído, coord. Ângela Gordilho Souza, set. 2009.



Foto 4 - Estação da Lapa. Fonte: Arquivo ERCAS.



Mapa 2 – Uso do solo no CAS. Fonte: Ângela Gordilho, 2009.



PROJETO: REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

OCUPAÇÃO URBANA E AMBIENTE CONSTRUÍDO
CONSULTORIA UNESCO/SECULT: Angela Gardino Souza (Coordenação)

Mapa 8 - Centro Antigo de Salvador
PREDOMINÂNCIA DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO, 2009

Fonte:
Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador - SIGARCONDER, 1992; IPHAN, 1994;
PMQ: Lei 3.228/1992; PMQ: PDU: 2004; Conselho 96/FLAM-2/MA/PMQ, CONDER e URBAN, 2009;
Parâmetros de Campos da Construção: Maio a Junho de 2009.

Escala: 1:15000
Data: Agosto/2009

RUINA
MISTO
ESTACIONAMENTO
PRAÇA E LARGO
LOTE BALDIO

Intervenções no CAS

Os levantamentos atualizados do uso e ocupação do solo certamente apontam para aspectos e características particulares a serem observadas na preservação e obtenção de uma melhor qualidade de vida urbana no sítio histórico. Evidenciam-se não apenas a necessidade de melhorias nos espaços construídos e abertos, indução de novas atividades e equipamentos urbanos, mas, sobretudo o incremento do uso habitacional como forma de viabilizar uma maior dinâmica de uso e sustentação da área, considerando o alto índice de vacância, ruínas e áreas degradadas.

O sentido de complementaridade do CHS e do CAS, seja na diversificação de renda, seja relativo a um maior leque de atividades urbanas, constitui também um fator indispensável para a sua sustentabilidade. Observa-se ainda que o crescente esgotamento de áreas livres aptas para construção habitacional no município de Salvador certamente deverá impactar essa área central, indicando a necessidade de antecipar-se a esse processo de forma planejada, para obtenção de intervenções apropriadas e que valorizem esse espaço urbano no seu conteúdo histórico-cultural.

Uma breve retrospectiva das intervenções ocorridas na área do CAS, associada às indicações dos projetos realizados nos últimos dez anos, permite identificar, a partir da segunda metade do século XX, três momentos distintos.

Num primeiro momento, até o final da década de 1980, os antigos sobrados e casarões localizados no Centro e no Comércio, deixados pelas famílias mais abastadas, foram substituídos por modernas edificações, visando novos usos de comércio e serviços, além de prédios de apartamentos.

As ações preservacionistas estiveram então focadas principalmente no tombamento e recuperação de monumentos e edificações históricas de uso institucional, mas não trouxeram impactos positivos significativos para o Pelourinho e adjacências, densamente habitado por famílias de baixa renda, moradoras em cortiços. Essa área, que já vinha sofrendo um intenso processo de decadência e evasão das atividades econômicas mais dinâmicas e da população mais abastada, foi tombada em 1984 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e, em 1985, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO.

Nessa época, a Prefeitura, à frente das iniciativas para recuperação da área, convidou arquitetos de renome, como Lina Bo Bardi, para desenvolver projetos de reabilitação de trechos degradados. Além da preservação histórica, foi incorporada a ideia de fortalecer as raízes africanas sociais e culturais, o que foi revelado nos vários projetos realizados pela arquiteta para o CHS, entre 1986 e 1989, como estratégia de propagação de outras iniciativas similares. Dentre eles, destacam-se, o Belvedere da Sé, Complexo Barroquinha, Complexo da Ladeira da Misericórdia, Casa de Benin, Casa de Olodum e Fundação Pierre Verger.

Essa estratégia foi modificada a partir de uma atuação mais efetiva do Governo do Estado, que passou a privilegiar projetos de incentivo ao crescimento turístico na cidade, tendo o Pelourinho como porta de entrada,



Foto 5 - Belvedere da Sé. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

ações que deram início a um **segundo momento** de intervenções nessa área. Iniciou-se, a partir da década de 1990, quando estava em curso um intenso processo de esvaziamento da área central, motivado pela implantação de grandes *shoppings* e edifícios comerciais nas novas áreas de expansão da cidade, bem como pela transferência de muitas instituições públicas estaduais para o novo Centro Administrativo da Bahia, na Av. Paralela. Nesse período também, ocorreu uma evasão significativa de atividades bancárias e de escritórios da área do Comércio e do Centro, atraídos pelo novo centro urbano, na região do Iguatemi.

A partir de 1992, o Governo do Estado, por meio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC e da então Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - -, iniciou uma grande intervenção na área do Pelourinho, tendo como diretriz o "Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador", projeto concebido em sete etapas, que visava realizar as obras por quarteirões, abrangendo toda a área, com cerca de 12 hectares.

Esse projeto de revitalização do Pelourinho, de grande impacto na área do CHS, deu ênfase às atividades voltadas ao turismo, eventos festivos, musicais e outros entretenimentos, incentivando o surgimento de bares,

restaurantes e butiques, em detrimento do uso habitacional. Os cortiços passaram a ser sistematicamente eliminados, com a indenização dos seus antigos moradores, com valores muito baixos, insuficientes para aquisição de novas moradias, fazendo com que a maioria dessa população passasse a ocupar informalmente áreas nos arredores, sobretudo os prédios fechados e em ruínas, bem como as encostas e áreas livres, próximas. Foram também criados novos espaços públicos abertos, tais como as praças Tereza Batista, Pedro Arcanjo e Quincas Berro d'Água, Praça Arte, Cultura e Memória, utilizando de forma agregada os quintais de antigas residências, no miolo das quadras, além de estacionamentos periféricos, da Baixa dos Sapateiros ao Pelourinho. Transformou-se, assim, essa grande área, em um *shopping cultural*¹¹.

Os principais parâmetros urbanísticos desse plano foram:

- > restauração, aplicada aos imóveis mais importantes;
- > recuperação predial, mantendo a volumetria e fachada, com mudanças nos espaços internos;
- > conservação e manutenção dos imóveis em bom estado;
- > construção de equipamentos em áreas vazias e utilização de imóveis em ruínas;
- > agenciamento, urbanização e paisagismo, com a criação de praças no interior das quadras;
- > implantação de estacionamentos nas áreas de entorno;
- > melhoria de infraestrutura e remanejamento do tráfego, com fechamento de ruas.

As novas atividades econômicas criadas, com forte subsídio estatal, além da privatização de espaços públicos, receberam um regime de segurança ostensiva e houve o incentivo às atividades culturais desenvolvidas pelos movimentos musicais da cultura afrobaiana. Muitos pontos comerciais de uso da população local também foram esvaziados e, nos anos seguintes, observou-se também o fechamento sucessivo de muitos dos novos negócios aí instalados.

As obras, que se estendem vigorosamente até os anos 1996/97, em seis das sete etapas previstas, sofrem desaceleração a partir de então, diante dos altos investimentos públicos realizados e da pouca efetividade econômica dos novos pontos comerciais. De 1992 a 1996, foram investidos cerca de US\$ 100 milhões em obras de infraestrutura, praças e intervenções prediais. Conforme previsto inicialmente, US\$ 85 milhões era a estimativa para a conclusão das sete etapas do projeto de revitalização do Pelourinho, basicamente recursos estaduais, sendo investidos 3,9 milhões em indenizações para as famílias deslocadas. Nas seis primeiras etapas, cerca de 72% dos imóveis previstos (531 dos 734) foram recuperados, 2.909 famílias foram deslocadas, de um total de 470 imóveis, e 1.350 unidades foram produzidas. Desses imóveis, o governo baiano adquiriu 432 e obteve o usufruto de 133¹².



Foto 6 - Largo Jubiabá, Pelourinho. Fonte: Arquivo ERCAS.

Essa ampla intervenção, se por um lado converteu o Pelourinho em uma das atrações turísticas mais conhecidas e visitadas do País, aumentando significativamente o número de visitantes e a ocupação de hotéis, ao criar uma nova condição de cenário, com o seu casario multicolorido e espaços comerciais, para a *cidade espetáculo*, também promoveu um grande esvaziamento do seu conteúdo de *cidade permanente*, com a saída da maioria da população moradora, que passou de 6,7 mil, em 1991, para cerca de 3 mil habitantes, em 2000 (IBGE).

A retirada maciça dos antigos moradores, a atração para o mercado informal, os laços sociais existentes, são alguns dos fatores que contribuíram, nesses últimos anos, para promover a ocupação intensiva das encostas do Pilar, Lapinha, Santo Antônio e Taboão, além do surgimento de novos cortiços na Baixa dos Sapateiros e Saúde, seguidos pela ocupação sistemática de imóveis ociosos e ruínas, conforme já assinalado.

A 7ª Etapa de intervenções no Pelourinho, com participação do Programa Monumenta, passa a ter como foco prioritário a habitação. Está previsto um total de 332 unidades habitacionais, distribuídas em 76 casarões. Dessas, 229 serão apartamentos a serem comercializados aos funcionários públicos estaduais e, outras 103 unidades, conforme Termo de Ajuste de Conduta (TAC), proposto pelo Ministério Público a partir de reivindicações de associações de moradores locais, serão destinadas a famílias que foram removidas da área em etapas anteriores. Além dessas, 45 unidades serão destinadas a lojas situadas nos térreos dos edifícios residenciais.



Foto 7 - 7ª etapa Programa Monumenta. Fonte: Juliana Souza/AGECOM.

Foto 8 - 7ª etapa Programa Monumenta. Fonte: Roberto Nascimento.

Esse é o marco inicial de um **terceiro momento**, que se caracteriza pela busca de reinserção de moradias, numa perspectiva preservacionista mais ampla, tendo como pressuposto a implantação de atividades mais dinâmicas e duradouras. Por outro lado, o incentivo do uso habitacional nas áreas centrais esvaziadas, como garantia do direito à moradia e cidades sustentáveis, está respaldado no Estatuto da Cidade.

O levantamento de projetos recentes para o CAS indica o incremento de várias iniciativas públicas e privadas, ainda de forma descoordenada, direcionadas para a renovação desse espaço urbano. Abrangem hotéis e habitações de luxo nas proximidades da Av. Contorno e do Comércio; pousadas e outros empreendimentos no Carmo, além de projetos habitacionais de interesse social; projetos viários, de infraestrutura, embelezamento e recuperação de edificações históricas (Palácio Rio Branco, Aclamação, Sede da Prefeitura de Salvador, Forte Santo Antônio Além do Carmo, antiga Escola de Medicina da Bahia, dentre outras). Esse largo espectro de investimentos envolve capitais privados, inclusive estrangeiros, e recursos federais, estaduais e municipais.

Os projetos previstos para uso habitacional, nas diversas faixas de renda, inclusive habitação eventual de hotelaria, alcançam, de acordo com a tabela a seguir, um montante de R\$ 285 milhões, sendo cerca de R\$ 150 milhões para produção de habitação social, destinados a cerca de 2.900 novas unidades habitacionais para população com níveis de renda de até 6 salários mínimos.

Essas iniciativas, se devidamente compatibilizadas e potencializadas para atrair uma variedade de usos – a pluralidade de faixas de renda para o uso habitacional, além de atividades de apoio, comércio, serviço e uso institucional – poderão trazer uma maior economicidade, agregação de valores sociais, materiais e simbólicos, fortalecendo a cultura do CAS, e, conseqüentemente, um maior interesse turístico pela cidade. Contrariamente, o uso seletivo e privatizado de espaços públicos, traz o risco da gentrificação¹³, segregação e desagregação social.

Uma maior intensidade do uso habitacional em áreas centrais propicia sua melhor integração ao ambiente urbano, além de induzir à um maior grau de conservação e segurança, uma vez que diminui a ociosidade no uso desses espaços.

Essa intenção mostra-se plenamente factível ao considerar-se o alto índice de vacância detectado pela pesquisa, que alcança, conforme já indicado, valores próximos a 1,1 mil edificações e lotes vagos, portanto, disponíveis para novos usos. Para o uso habitacional e misto, tomando-se uma média de absorção de um mínimo de 7 a 8 unidades habitacionais por edificação vaga e lote disponível, teríamos uma possível capacidade de oferta de cerca de 8 mil novas unidades habitacionais no CAS, a serem destinadas para diversas faixas de renda¹⁴.

Foto 9 - 7ª etapa Programa Monumenta. Fonte: Roberto Nascimento.





Foto 10 - Av. Lafayette Coutinho (Av. Contorno). Fonte: Aristeu Chagas/AGECOM.

Por outro lado, ressalta-se o elevado número de habitações degradadas aí existente, computado em torno de 3 mil edificações, ou seja próximo a 27% do total das edificações habitacionais cadastradas (10,9 mil). Dessas, cerca de 800 edificações são casos mais graves, implicando em remanejamento da população moradora (ruínas habitadas, cortiços, ocupações dos sem-teto e áreas de risco), estimando-se um número próximo a 2,7 mil famílias moradoras nesses imóveis. Para o restante das edificações em condições de habitabilidade precária, contudo, passível de permanência (ocupações informais consolidadas e vilas), foi estimado um total de 2,2 mil edificações, que necessitam de melhorias de urbanização e da unidade existente.

Tipo	Nº de Projetos	Nº de Unid.	Nº de Pessoas	Faixa de Renda	Investimento (R\$) mil
Habitação social com subsídio	12	1.851	9.233	< 3 SM Baixa	76.464,00
Habitação social para arrendamento	07	1.036	4.698	3 a 6 SM Média	72.420,00
Habitação de mercado	03	211	250	Alta	20.000,00
Habitação eventual - hotelaria	05	660	1.300	(variável) Alta	116.000,00
TOTAIS	27	3.758	15.481	Variada	284.884,00

Tabela 1 - Projetos de intervenção em habitação no Centro Antigo de Salvador (1999-2009).

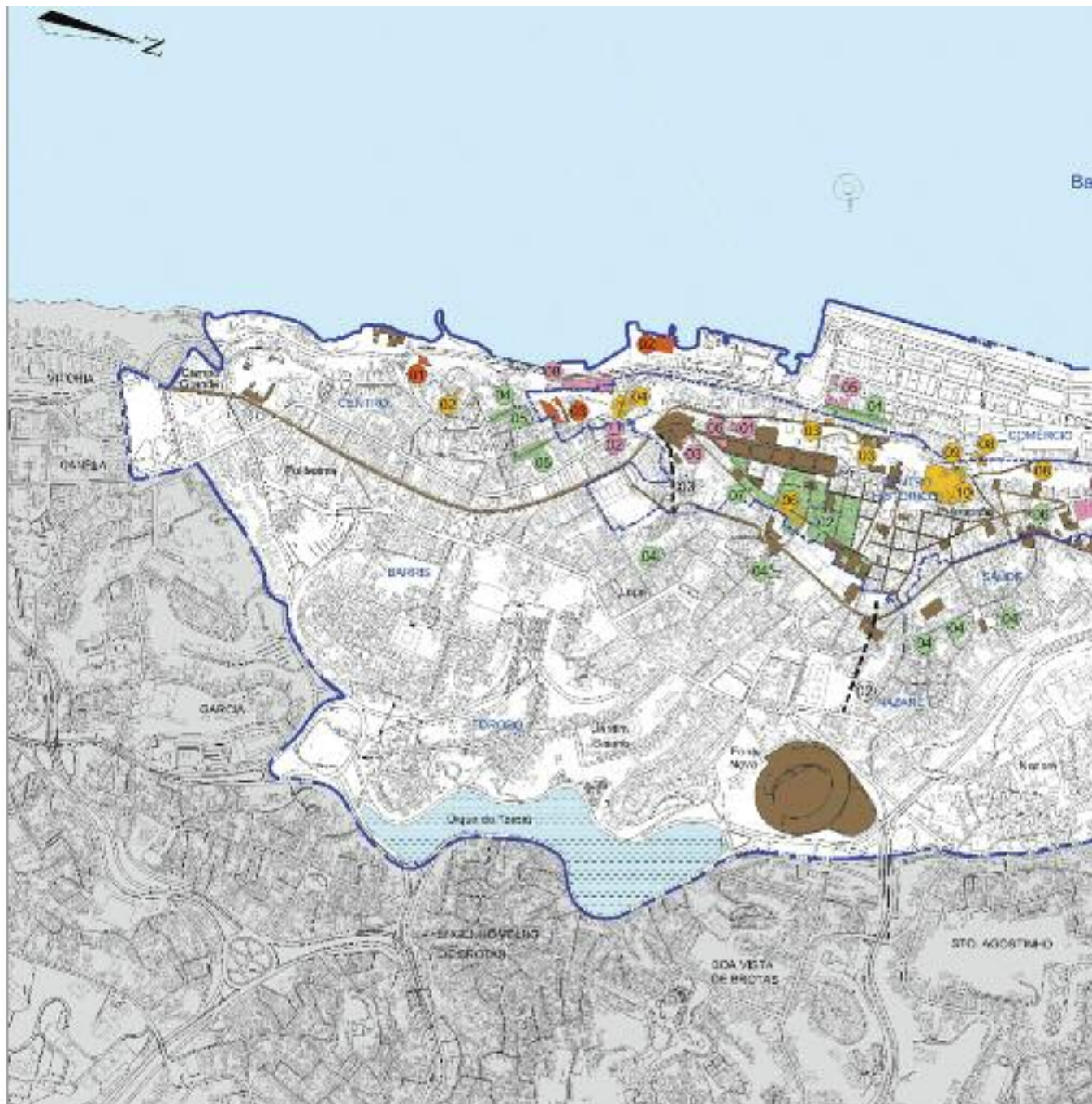
Fonte: Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador/SECULT e SEDUR agosto de 2009

Montagem da Consultoria UNESCO/SECULT: Ocupação Urbana e Ambiente Construído - Coord. Ângela Gordilho Souza

Esses resultados apontam não apenas a viabilidade de remanejamento de famílias em habitações de risco (2,7 mil novas unidades), como também a capacidade de absorção de população externa para novas edificações (5,3 mil unidades). Essa projeção deverá estar associada à implantação de novos equipamentos urbanos e ao incentivo à ocupação de domicílios vagos existentes em todo o CAS, conforme indicados pelo Censo 2000/IBGE, em 3.361 unidades domiciliares, perfazendo, um total de oferta habitacional de cerca de 8,6 mil unidades domiciliares, o que equivale a cerca de 25 mil novos moradores, portanto um terço da população atual do CAS¹⁵.

Essa possível adequação habitacional para o CAS alinha-se à política nacional de reabilitação de áreas urbanas centrais do Ministério das Cidades, respaldando-se também na Lei 10.257 do Estatuto das Cidades, nas definições contidas na Lei Nº 7.400, PDDU/2008, referente à Política Habitacional de Interesse Social. Segue também as indicações do Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025), observando-se as definições referentes às ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) em áreas históricas. Na abordagem preservacionista, almeja-se não apenas a recuperação, manutenção e valorização dos imóveis históricos e monumentos – capazes de alavancar outras iniciativas nos imóveis do entorno –, como também a preservação do sítio enquanto desenho urbano, que ainda mantém, em grande parte, os traçados urbanísticos originais desde a fundação da cidade-fortaleza.

As diretrizes e ações propostas com base nesse diagnóstico, compatibilizadas às proposições dos demais segmentos e ao dimensionamento adequado dos projetos em curso darão suporte ao Plano de Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador. Quiçá, numa perspectiva reabilitadora mais ampla do que aquelas até então empreendidas, preservacionista dos seus valores históricos e culturais e construtora de uma cidade que se pretenda mais justa para os seus moradores, tornando-se, assim, ainda mais atraente para os seus visitantes.















LEGENDA:

-  CENTRO HISTÓRICO - 78,28 ha
Limite - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 1964
-  CENTRO ANTIGO - 645,95 ha
Área Contígua à APR-RMS, Lei 3.289/1983
-  NOVAS VIAS E PASSARELAS PROPOSTAS
 -  01 VIA EXPRESSA
 -  02 PASSARELA (NAZARÉ/CHS)
 -  03 PASSAGEM DE NÍVEL (BARROQUINHA/ LAD. MONTANHA)
-  OUTROS INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

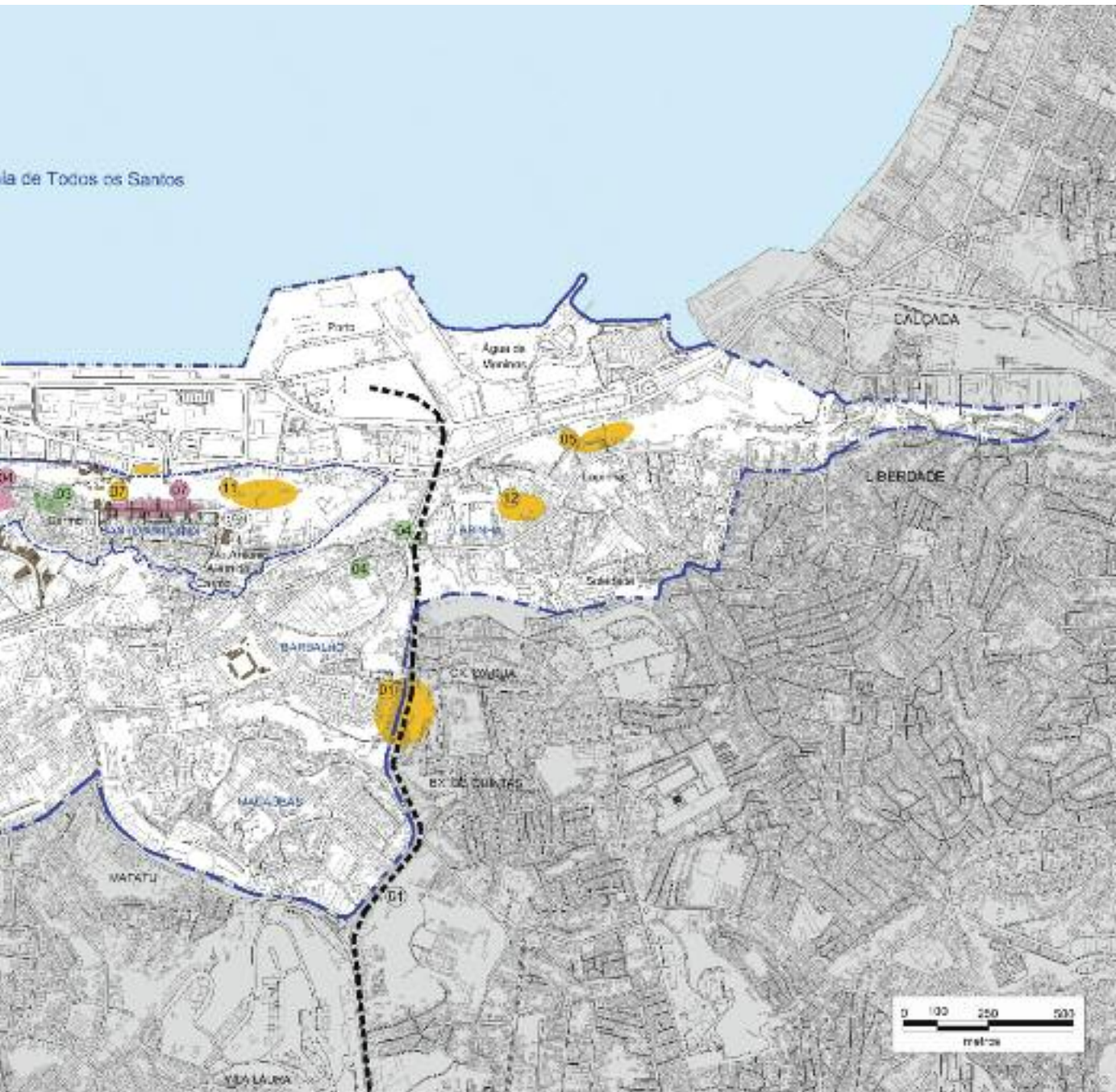
HIS COM SUBSÍDIO (1-3 SM)

-  01 Água Brusca (relocação para CAS)
-  02 Dois de Julho
-  03 Falha Geológica I - 16 casarões/ Lad. Misericórdia
-  04 Falha Geológica IV Lad. Montanha
-  05 Lapinha/ encosta Soledade
-  06 Pelourinho - 7ª Etapa (antigos moradores)
-  07 Pilar I
-  08 Pilar II
-  09 Pilar III
-  10 Rocinha (Vila Nova Esperança) - Pelourinho
-  11 Santo Antônio
-  12 Village CONDER - Lapinha

HABITAÇÃO DE MERCADO

-  01 Clock Residence
-  02 Trapiche Porto
-  03 Txai Residence

Mapa 3 – Localização de intervenções habitacionais e urbanísticas recentes (1999-2009). Fonte: Ângela Gordilho, 2009



HIS COM ARRENDAMENTO (3-6 SM)

- 01 Comércio
- 02 Pelourinho - 7ª Etapa
- 03 Rememorar I - Carmo
- 04 Rememorar II - 16 casasões
- 05 Rememorar III
- 06 Residência Estudantil - Carmo/Alfredo de Brito
- 07 Residência Estudantil - Rua d'Ajuda

HABITAÇÃO TEMPORÁRIA/ HOTELARIA

- 01 Casarão 28
- 02 Hotel Boutique
- 03 Hotel Design
- 04 Hotel do Carmo
- 05 Hotel Hilton Salvador - Solar dos Azulejos
- 06 Palace Hotel
- 07 Pousadas do Carmo
- 08 Txiá Salvador Hotel

PROJETO: REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

OCUPAÇÃO URBANA E AMBIENTE CONSTRUÍDO
 CONSULTORIA UNESCO/SECULT: Angela Gordilho Souza (Coordenação)

Mapa 14 - Centro Antigo de Salvador
 LOCALIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES HABITACIONAIS E URBANÍSTICAS RECENTES, 1998-2009

Escala: 1/7.000
 Data: Agosto/2009

Fontes:
 Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador - SICAR/CONDOR, 1992; PHAN, 1998;
 PMS, Lei 3.289/1983; PMS, PDDU, 2004; Conselho SEPLAN-SNA/PMS, CONDOR e UPBA, 2009;
 Pesquisa de Campo da Consultoria: MAIO a Junho de 2009.

Notas

1. Na elaboração do trabalho, realizado entre abril e agosto de 2009, participaram: Renée Buzahr Fontes Barreto, Lídia Rocha Aguiar, Daniela Andrade de Monteiro Veiga, Bruno Oliveira Santana e Ana Carla Cortes de Lira, por ordem de ingresso. No levantamento de campo participaram os estudantes: Adriana Sobral Teixeira, Emy Rocha Nishimoto, Joaquim Flores Seixas de Oliveira, Juliana Ribeiro Nascimento, Marina Almeida Barreto, Marina Moreira Santos Pereira, Rennata Lordello Lima de Magalhães. No apoio, com pesquisas do LabHabitar-FAUFBA, também participaram os estudantes: Teresa Paula Wegelin; Clara Maria Matos Soledade e André Luiz Barros da Silva.
2. Para esses limites foram consideradas as poligonais definidas para o Centro Histórico de Salvador, pelo IPHAN, 1984, com 78,28 hectares, ou seja, 0,78 km²; e para o Centro Antigo de Salvador, área Contígua à Área de Proteção Rigorosa, conforme Lei Municipal 3.289/1983, com 645,95 hectares (6,45 km²).
3. A síntese histórica contida nesse texto foi baseada em trabalhos anteriores da autora. GORDILHO-SOUZA, Ângela. Limites do Habitar. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000; e GORDILHO-SOUZA, Ângela. As cidades na cidade – Aventuras do capital e do trabalho na produção de Salvador. In: Quem faz Salvador. Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2002.
4. Cf. SANTOS, Milton. O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana. Salvador: Livraria Progresso. 1959.
5. Cf. Gordilho-Souza, Ângela. Atualização e novas tendências na questão habitacional e urbana: Salvador na entrada do século XXI. Posfácio. Limites do Habitar. Salvador: EDUFBA, 2ª. edição, 2008.
6. Esses dados foram levantados considerando o ano 2002, Cf. SALVADOR, Prefeitura Municipal. Vazios urbanos com potencial de implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social. SEHAB/LCAD-UFBA, 2007.
7. A pesquisa de campo para esse estudo ocorreu no período de maio a junho de 2009. Os dados foram mapeados e georeferenciados, tendo como base cartográfica a retificação SICAR/CONDER, 1992 e base de ortofotos SICAD/PMS, 2006, tendo sido obtidos dessa forma os dados numéricos, conforme gráficos apresentados neste texto. Constam, de forma mais detalhada, nos relatórios técnicos da Consultoria UNESCO/SECULT, Ocupação Urbana e Ambiente Construído, coordenado por Ângela Gordilho Souza, no âmbito do trabalho desenvolvido para o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS).
8. Para o CHS foram considerados também os dados dos setores censitários do Comércio, uma vez que a população residente nessa área é basicamente aquela moradora das encostas do Taboão, Pilar e Santo Antônio, portanto ocupações integrantes da poligonal do CHS. Foram considerados domicílios não-ocupados pelo IBGE/2000, aqueles que na data de coleta estavam nas seguintes situações: fechado (525); uso ocasional (523); e vagos (3.361), sendo esses últimos, disponíveis para utilização, 76% do total de 4.409 domicílios cadastrados como não-ocupados.
9. A pesquisa cadastrou o total de edificações, considerando como unidade a sua projeção e fachada, os usos mistos, além dos lotes baldios demarcados. Portanto essa estimativa de ocupação não representa o total de imóveis existentes no CAS, nem tampouco abrange o total de imóveis vagos existentes no interior de cada edificação. Como referência comparativa de grandeza, conforme os dados do Censo IBGE/2000, tem-se que o somatório de domicílios nos setores censitários inseridos na poligonal do CAS correspondia a um total de 29.519 domicílios, sendo 4.409 (15%) domicílios não-ocupados, para uma população total de 79.776 hab.
10. Foram consideradas de uso institucional as edificações nas quais são desenvolvidas atividades do setor público e aquelas do setor privado, de interesse público.

11. Ver: HEBER, Florence; MOURA, Suzana; FISHER, Tânia. De Pelourinho a shopping cultural. Revista de Administração, São Paulo. V.31, no.2, abril/junho de 1996.

12. Ver: Centro Histórico de Salvador. Programa de Recuperação. Salvador: Corrupio, 1995; FERNANDES, Ana. Projeto Pelourinho: operação deportação x ampliação do direito. Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais. Lincoln Institute Land Policy e LabHab/FAUUSP, 2006; Informações do IPAC-Bahia, 2009.

13. Gentrificação ou enobrecimento urbano é um neologismo (*gentrification*) que diz respeito à expulsão de moradores tradicionais, que pertencem a classes sociais de menor renda, de espaços urbanos e que subitamente sofrem uma intervenção urbana (com ou sem auxílio governamental) que provoca sua valorização imobiliária.

14. Como parâmetro comparativo, considerando o total de população indicada pelo Censo IBGE/2000, 79.776 habitantes, relacionado às 10,9 mil edificações habitacionais cadastradas por esta pesquisa, tem-se uma média de 3 domicílios por edificação em todo o CAS. Nesse sentido observa-se aí a presença de um grande número de edificações ocupadas por apenas um domicílio, o que interfere nessa baixa densidade. Por outro lado, para as ocupações de sem-teto, em particular, a variação média encontrada é bem mais elevada, de 10 a 35 famílias por edificação, configurando uma densidade muito alta. A estimativa de 7 a 8 unidades por edificação pauta-se na média definida pelos novos projetos de habitação elaborados para reutilização de edificações ociosas no CHS.

15. Nesse caso dos domicílios vagos, conforme já definido, não se trata de uma edificação fechada ou em ruína, nem de domicílios fechados ou de uso ocasional, mas sim de domicílios vagos existentes em imóveis de uso habitacional disponibilizados para ocupação, conforme levantado pelo Censo do IBGE/2000, podendo assim existir mais de um domicílio em uma edificação.



Foto 1 – Plano Inclinado Pilar. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Acessibilidade e Mobilidade Urbana

O estudo sobre Acessibilidade e Mobilidade no Centro Antigo de Salvador - CAS considera os pedestres, inclusive aqueles com deficiência e/ou mobilidade reduzida, e os veículos, buscando o seu atendimento de forma adequada e socialmente justa. O recorte e ênfase dados ao tema se justificam pelo crescente entendimento entre os técnicos e estudiosos de sua importância na sustentabilidade das cidades brasileiras. Essa condição é reafirmada pelos resultados extraídos do III Encontro de Câmaras Temáticas, instância participativa da sociedade na construção do Plano de Reabilitação, na qual o tema aparece de forma transversal em quase todas as dimensões abordadas.

Nesse trabalho são apresentadas inicialmente algumas considerações sobre as questões conceituais, tais como o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade urbana, mobilidade urbana sustentável e acessibilidade, que amparam a base conceitual e metodológica da nossa análise.

Em seguida, são apresentados os resultados obtidos em levantamento de campo sobre as condições de acessibilidade e infraestrutura de circulação das principais vias do CAS, em particular do Centro Histórico e, alguns indicadores de transporte e tráfego obtidos junto aos órgãos responsáveis do sistema de transporte e tráfego de Salvador.

Conceitos Utilizados

Desenvolvimento Sustentável

As expressões "sustentabilidade" e "desenvolvimento sustentável" são utilizadas cada vez mais em trabalhos, conferências e debates, sendo visível contudo, a dificuldade em obter-se definição precisa e consensual para estes termos.

O conceito apresentado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987), uma das referências mais conhecidas, define desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades da geração atual sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades". Na Agenda 21, além da preservação e conservação da natureza como pilares da sustentabilidade, são ainda consideradas, dentre outras, questões estratégicas ligadas à geração de emprego e renda, diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda, mudanças nos padrões de produção e consumo, construção de cidades sustentáveis e a adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

Conforme COSTA (2003), o ponto em comum entre muitas definições encontradas tem sido a abordagem integrada das dimensões sociais, econômicas e ambientais no âmbito do desenvolvimento sustentável. Assim, este pode ser entendido como um caminho progressivo em direção a um crescimento econômico mais equilibrado, equidade social e proteção do meio ambiente.

Sustentabilidade urbana

A problemática quanto à precisão do termo persiste no que diz respeito às expressões "sustentabilidade urbana" e "desenvolvimento urbano sustentável". A proximidade dos seus significados faz com que sejam utilizados indistintamente. Segundo COSTA (2003), uma forma de distinguir estas duas expressões, entretanto, é considerar a sustentabilidade como um estado desejável ou um conjunto de condições que se mantêm ao longo do tempo. Já a palavra "desenvolvimento" no termo "desenvolvimento urbano sustentável" implica no processo pelo qual a sustentabilidade pode ser alcançada.

Na busca de identificar as características ou atributos que assegurem essa sustentabilidade, a literatura sobre o assunto é rica. MOORE e JOHNSON (1994) identificaram uma série de atributos e características comuns ao planejamento de comunidades sustentáveis, que no nosso entendimento, traduzem em grande parte, os objetivos do Plano ora em curso, quais sejam: equilíbrio entre o ambiente construído e o não-construído; diversidade de padrões, formas, pessoas e atividades; consciência ecológica; flexibilidade das políticas para alcance dos objetivos comuns; visão holística (todos os sistemas devem ser vistos de forma integrada); interação entre as diferentes formas e padrões; simbiose (o desenvolvimento sustentável sugere a complementação e manutenção das formas e sistemas existentes) e; sistemas (todos os elementos de um ambiente devem ser vistos como redes interativas e flexíveis). Concluem que, qualquer que seja a definição ou conceituação teórica adotada tanto para desenvolvimento sustentável como para sustentabilidade urbana, é fundamental desenvolver estratégias para sua implantação no nível das cidades.

Mobilidade Urbana Sustentável

O termo "Mobilidade Urbana" encontra inúmeras definições por diversos autores/organismos passíveis de serem incorporadas pelo Planejamento Urbano e de Transportes. O Ministério das Cidades tem buscado definir o conceito de forma a pautar as políticas públicas do setor desde 2004.

Em 2006, definiu a Mobilidade Urbana como o resultado da interação dos deslocamentos de pessoas e bens entre si e com a própria cidade. Significa que o conceito de mobilidade urbana vai além do deslocamento de veículos ou do conjunto de serviços implantados para estes deslocamentos. Pensar a mobilidade urbana é mais que tratar apenas de transporte e trânsito Ministério das Cidades (MCIDADES 2004, 2005).

COSTA (2008) afirma que não é somente o acesso aos diferentes modos de transporte e tecnologias que determina as condições de mobilidade nas cidades. Ao contrário, algumas situações da realidade enfrentadas no cotidiano das pessoas, ou seja, a precariedade da infraestrutura urbana, ausência de passeios, iluminação

e equipamentos de drenagem; a apropriação ilegal do espaço público por ambulantes, bares ou comerciantes; ausência de arborização urbana, perda de qualidade ambiental, pouca atratividade para o pedestre; deficiência no planejamento urbano, aumento do tempo de deslocamento e do custo do transporte, complementam e influenciam essas condições. Dessa forma, entendemos que as condições de acessibilidade ao espaço físico assumem destaque e o termo extrapola os limites conceitualmente conhecidos e restritos às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Acessibilidade

Segundo a NBR 9050 (2004) acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Assim, entende-se por cidade com acessibilidade, toda aquela que, nas suas edificações, seu urbanismo, seu transporte e seus meios de comunicação, traz condições que permitam a qualquer pessoa a sua utilização com autonomia e segurança.

A Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, ao regulamentar o Art. 182 da Constituição Federal, enuncia que a política urbana executada pelo Poder Público municipal, deve ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, tendo como instrumento básico o Plano Diretor. As premissas em acessibilidade prevêm que a equiparação de oportunidades é fazer acessível a todos os habitantes a vida na cidade com qualidade. Na comparação, a função social da cidade e a equiparação de oportunidades são convergentes e têm sentido equivalente, confirmando a acessibilidade como atributo da qualidade de vida e pressuposto da sustentabilidade ambiental urbana.

A promoção da acessibilidade nos espaços urbanos, considerando o ser humano e suas atividades (incluindo aqueles com deficiência física ou com mobilidade reduzida), tem sido, na maioria das vezes, abordada de forma empírica baseada apenas em observações visuais e situações individuais e isoladas. Não considerando cada problema ou situação como parte de um sistema e, talvez, por este motivo, as intervenções arquitetônicas hoje implantadas não obtenham o êxito desejado ou contribuam para a promoção da inclusão social dessa parcela da população.

Neste trabalho foi utilizado um índice denominado Índice de Acessibilidade – IA extraído do conceito de Caminhabilidade apresentado em 1993 por Cris Bradshaw, de Ottawa, Canadá, na 14ª Conferência Internacional sobre Pedestres, realizada em Bolden, Colorado, EUA.

Condições de acessibilidade e mobilidade urbana no CAS

A tarefa de analisar as condições de acessibilidade e mobilidade urbana do CAS apresenta algumas dificuldades no que diz respeito à mobilidade urbana. Em primeiro lugar, o recorte para a área de estudo conflita com o conceito amplo e sistêmico da mobilidade, que é resultado de um conjunto de indicadores que dizem respeito

à cidade como um todo. A elaboração de um diagnóstico dessa natureza requer uma gama de dados sobre o deslocamento de pessoas nos seus diversos modos e sobre a cidade, principalmente no que diz respeito à sua malha viária e seu zoneamento urbano. Em segundo lugar, a falta de informações mais abrangentes sobre o sistema, ou mesmo a forma dispersa com que estão disponibilizados, impossibilita a formulação de indicadores que traduzam de maneira mais precisa as condições atuais de mobilidade urbana em Salvador. A superação dessa incômoda situação exige reformas em profundidade na organização do sistema, buscando uma visão mais ampla sobre os fatores que determinam a mobilidade, na coleta e sistematização dos dados e na organização institucional e econômica dos setores envolvidos. O sucesso nessa tarefa depende da capacidade do gestor público articular os diferentes setores públicos e agentes privados na implementação de uma política de acessibilidade e mobilidade urbana planejada em nível metropolitano e implementada e fiscalizada no âmbito local.

Mobilidade Urbana

Na tentativa de superar a dificuldade, foram coletados dados em fontes diversas, que, uma vez agrupados, traduzem uma realidade atual da circulação de pessoas e veículos no CAS. As fontes consultadas foram: a Empresa de Transporte Municipal de Salvador – Transalvador, estudos e pesquisas realizados pela Associação Nacional de Transporte Público – ANTP, artigos e estudos sobre transportes em Salvador.

A ANTP realizou pesquisa em 2003 sobre o perfil da mobilidade urbana no Brasil em 437 municípios com população acima de 60.000 habitantes e os agrupou por faixa de população. Dentre os dados coletados e os resultados obtidos, extraímos e compilamos os dados para Salvador e comparamos com aqueles apresentados para o total de 14 municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

Os resultados demonstram que Salvador tem uma relação de habitantes/ônibus, acima da média das 14 cidades, indicando uma demanda grande por esse meio de transporte. Do número de viagens realizadas por modo de transporte motorizado, chama à atenção a grande demanda pelo transporte coletivo, responsável por 55% das viagens realizadas, bem acima da média das 14 cidades que é de 39%. Se considerarmos as viagens realizadas pelo modo individual e motorizadas (carro e moto), observamos que somente 14% delas se dão por esses meios, contra 35% da média das cidades relacionadas. Os números permitem inferir que o baixo poder aquisitivo da população de Salvador é responsável pelo uso preferencial do transporte coletivo em detrimento do automóvel. Por outro lado, a utilização de meios não motorizados para deslocamento (bicicleta e a pé) são responsáveis por 31% dessas viagens, contra 26% nas demais cidades do grupo e vale lembrar que a porcentagem estimada no Brasil é de 44%.

Os dados obtidos para o CAS, em que pese à impropriedade do recorte espacial para a análise da mobilidade, apontam alguns aspectos relevantes no tocante à circulação de pessoas e veículos. O primeiro deles é que na área em estudo localiza-se o maior terminal de transporte urbano da cidade, o Terminal da Lapa, além de outros não menos importantes como o Terminal da Barroquinha, Terminal da França, e do Aquidabã, que juntos

transportam quase 500 mil passageiros por dia. Outro dado relevante é o número de pessoas transportadas por dia pelo Elevador Lacerda, Plano Inclinado Gonçalves e Plano Inclinado do Pilar que, juntos, somam quase 24 mil pessoas. Isto nos leva a supor que uma parcela considerável de pessoas se destina ao Centro e, conseqüentemente, se desloca a pé na área. Apesar de não dispormos de dados de contagem volumétrica de pessoas nesse modo de deslocamento para o Centro Antigo, o percentual, nessa área da cidade, extrapola em muito os 28% estimados como média para a cidade.

As informações disponibilizadas pela Transalvador sobre contagem de linhas, volume de ônibus/hora, intervalo de viagens e viagens programadas, permitem, de alguma forma, analisar as condições do fluxo de transporte coletivo no sistema viário urbano do município, principalmente na área do CAS, dados fundamentais para a melhoria da mobilidade e da acessibilidade na cidade. Com os pontos de contagem marcados no Mapa , foram feitos traçados de ligação entre eles, resultando em uma análise visual de circulação, do volume de ônibus - viagens/hora nos dias úteis, dentro dos limites do CAS. Vale dizer, que basta essa contagem para percebermos o grande volume de pessoas que transitam por esses traçados, mesmo não levando em conta outros modos de transportes, como carros particulares, táxis, vans, transporte irregular, motos e bicicletas que considerados, contribuiriam para aumentar ainda mais o volume de pessoas nesses trechos.

O mapa apresenta os trajetos marcados com cores e espessuras diferenciadas, onde apontamos percursos com contagem de mais de 200 ônibus/hora, de 100 a 200 ônibus/hora e menos de 100 ônibus/hora, ficando esse volume bem evidenciado em alguns locais.

A grande concentração de linhas de ônibus (além do volume não contabilizado de carros, motos etc.) em áreas mais adensadas ou com intenso uso do solo, gera congestionamentos em determinados horários do dia, sendo mais uma vez necessárias medidas de racionalização com vistas a tornar o uso do espaço viário (pistas de rolamento e calçadas) mais eficaz. Este fato indica a necessidade de um sistema racional de transporte público, priorizando o transporte não motorizado e/ou coletivo, sobre o motorizado e/ou individual.

Um dos objetivos da realização das contagens foi conhecer um pouco mais sobre o trânsito e transporte na área do CAS, porém mais ilustrativo seria se tivéssemos também o perfil da formação da demanda segundo as diversas categorias de passageiros: pagantes, idosos, estudantes, deficientes etc., circulando nessa região, principalmente no Centro Histórico de Salvador.

Acessibilidade

Para o reconhecimento das condições de acessibilidade foi realizado um levantamento de campo² abrangendo as principais vias da área do CAS, tomando como parâmetro para avaliação aqueles estabelecidos na legislação (Dec. 5.296/2004 e NBR 9050 - ABNT). Os espaços foram divididos por trechos ao longo dos eixos estruturantes identificados, definidos conforme diagrama a seguir:

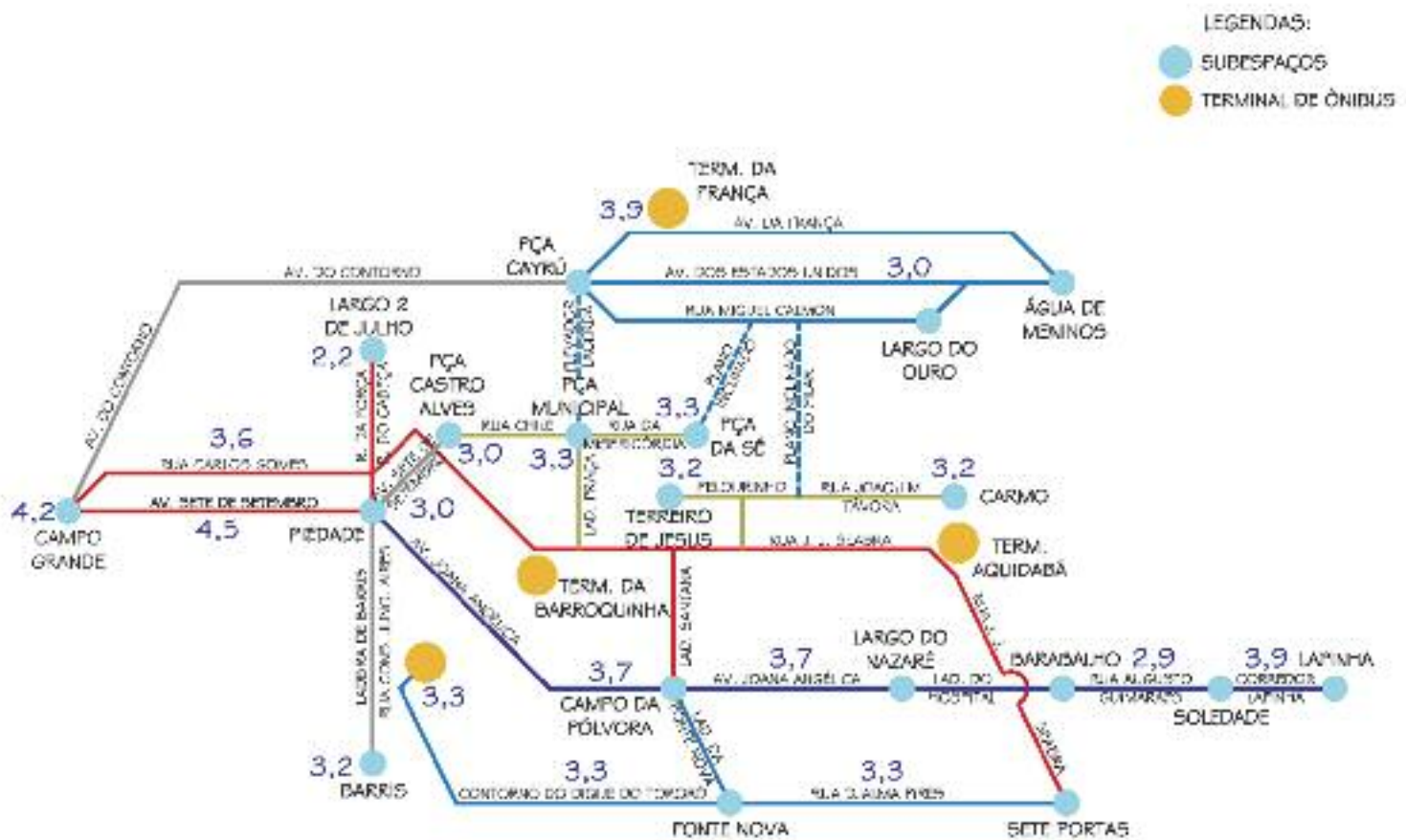


Diagrama 1 – Unifilar de ligação de área entre os subespaços.

Trecho Urbano entre a Praça Cayrú e Águas de Meninos, compreendendo o Comércio, Av. França, Av. Estados Unidos, Ruas Miguel Calmon e Largo do Ouro; Trecho Urbano entre Sete Portas e Terminal da Lapa, compreendendo Rua Djalma Dutra, Estádio Fonte Nova e contorno do Dique do Tororó.

Grupo 2: Trecho Urbano entre Campo Grande e Praça Castro Alves, compreendendo Av. Sete de Setembro, Piedade, Rua da Força, Largo Dois de Julho, Rua do Cabeça, R. Cons. Junqueira Ayres, Barris, Ladeira dos Barris, Av. Sete de Setembro e Rua Carlos Gomes; Trecho Urbano entre a Praça Castro Alves e Sete Portas, compreendendo a ladeira da Barroquinha, Terminal da Barroquinha e Rua J. J. Seabra.

Grupo 3: Trecho Urbano entre Piedade e Lapinha, compreendendo Av. Joana Angélica, Campo da Pólvora, Av. Joana Angélica, Lgo. Nazaré, Rua Ladeira do Hospital, Barbalho, Rua Ladeira do Arco, Rua Emílio dos Santos e Soledade.

Grupo 4: Trecho Urbano entre Praça Castro Alves e Praça da Sé, compreendendo Rua Chile, Pça. Municipal e Rua Misericórdia; Trecho Urbano entre Praça da Sé e Praça do Carmo, compreendendo Terreiro de Jesus, Pelourinho e Rua Joaquim Távora.

Para o levantamento das condições de acessibilidade dos espaços urbanos do CAS, foi utilizado um índice denominado Índice de Acessibilidade – IA³, composto por vinte parâmetros estabelecidos na legislação (Dec. 5.296/2004 e NBR 9050 - ABNT), que possibilitam aferir, numa escala de 0 a 10, quantitativamente, a acessibilidade num espaço urbano, de modo a facilitar a implementação de políticas públicas, como também orientar e priorizar a aplicação dos recursos públicos para adequação dos espaços viários.

Trechos pesquisados e seus respectivos índices obtidos:

Trechos	IA
Praça Cayrú e Água de Meninos	3,9
Campo Grande e Praça Castro Alves	3,6
Piedade e Lapinha	3,4
Sete Portas e Terminal da Lapa	3,3
Praça Castro Alves e Sete Portas	3,3
Praça Castro Alves e Praça da Sé	3,3
Praça da Sé e Praça do Carmo	3,2

Observa-se, ainda, a tentativa de se aplicarem os conceitos previstos na Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050/2004, norma que estabelece parâmetros de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, provavelmente tentando oferecer igualdade de uso nesses ambientes, para todas as pessoas.

No levantamento realizado nas áreas aqui identificadas, fica constatado que, nos locais onde houve intervenção, não se aplicou a Norma Técnica para acessibilidade em espaços públicos e não se alcançaram condições que atendam às necessidades de deslocamento de todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida.

Da análise dos dados levantados e tabulados, cabe ressaltar as seguintes considerações que ilustram as más condições de acessibilidade e caminhabilidade nos espaços urbanos do CAS:

Rebaixamento de calçada – Os trechos pesquisados apresentam pouca incidência de rampas de acesso, e quando existentes, estão fora do padrão previsto na NBR 9050;

Entrada de veículos – Muitas são as situações onde as calçadas são rebaixadas para acesso de veículos, interferindo na faixa de livre circulação de pedestres e alterando a inclinação transversal para valores acima de 3%;

Estacionamento – Não foram identificadas nos trechos pesquisados, indicações de vagas para veículos de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, estabelecidas na Norma Técnica. Nos raros casos encontrados, as mesmas não estão interligadas às rotas acessíveis como definido na Norma;

Ocupação na esquina – A existência de vários elementos nas esquinas (bancas de revistas, camelôs etc.) reduz a área reservada ao pedestre, forçando aglomerações que comprometem o trânsito de pessoas e a visibilidade das faixas de trânsito;

Visibilidade das esquinas – Na sua maioria é deficiente devido às faixas de tráfego de veículos não proporcionarem boa visão para os pedestres e motoristas, nos cruzamentos e conversões;

Mobiliário urbano – De forma geral o mobiliário existente não está devidamente sinalizado com piso de alerta, conforme estabelecido na Norma Técnica (excedendo em 0,60m a projeção do obstáculo) e, em diversos casos, está localizado na faixa de livre circulação, impedindo o tráfego de todas as pessoas, principalmente as com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Telefones – Não foram identificados, nos trechos pesquisados, telefones públicos instalados conforme previsto na ABNT NBR 9050.

Iluminação noturna – Na maioria dos trechos o sistema de iluminação é precário ou inexistente. O item foi adotado na avaliação por influenciar decisivamente na segurança quanto ao uso das vias no período noturno, horário de deslocamento de muitos estudantes e trabalhadores;

Faixa de mobiliário – Quando existentes, estão localizadas junto a esquinas e cruzamentos. Observa-se ainda a existência de obstáculos verticais ou interferências horizontais próximas ao acesso de edificações lindeiras e a instalação de mobiliário urbano dificultando o acesso de veículos ou livre trânsito e visualização de pedestres;

Calçada com faixas de uso sem definição – Inexistência de faixa de vegetação, mobiliário e faixa livre, tanto nas áreas de uso residencial como nas áreas de uso para comércio e serviços;

Largura mínima da faixa para livre circulação nas calçadas – Na maioria dos trechos pesquisados, a largura é inferior a 1,20m impossibilitando a circulação de pessoas que utilizam equipamentos de auxílio como andador ou cadeira de rodas. Em que pese a largura mínima ideal ser de 1,50m, pois permite a passagem de um cadeirante e um pedestre simultaneamente, a pontuação máxima adotada foi para larguras de 1,20m considerando o padrão vigente na área.

Percepção e visibilidade da faixa de travessia – Não atende às condições adequadas (fácil percepção e boa visibilidade), em alguns casos, comprometendo a segurança devido ao grande fluxo de veículos e pedestres;

Localização e frequência das faixas de travessia – Usualmente estão mal localizadas, fora do caminho contínuo de uma rota acessível e não apresentam rampas rebaixadas, fatos que comprometem a acessibilidade;

Piso tátil de alerta e direcional – Quando existentes, não atendem à função de orientar as pessoas com deficiência visual em sua locomoção nas vias e logradouros públicos, não permitindo a percepção de rotas e obstáculos com os pés ou bengalas de rastreamento;

Condição do piso – Na maioria dos trechos, os pisos das calçadas estão em péssimo estado de conservação (superfície irregular, pouco firme, sinuosa e derrapante), prejudicando o seu uso por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e, em alguns locais, com inclinação longitudinal superior a 8,33% (1:12) e inclinação transversal superior a 3%, colocando em risco a segurança dos pedestres. Quando da existência de grelha, as mesmas apresentam irregularidades na sua colocação e estão orientadas no sentido longitudinal da rota de



Foto 2 – Calçada degradada no Comércio. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

circulação, com espaçamento superior a 1,50cm, ocasionando riscos na circulação da cadeira de rodas ou mesmo no ato de caminhar com sapatos de salto. A orientação correta é no sentido transversal da circulação;

Desníveis no piso - Encontrados em alguns espaços, com altura de até 0,5 cm, com desnível entre 0,5cm e 1,5 cm oferecendo inclinações maiores que 50% (1:2) e com desnível acima de 1,5cm não sendo tratado como degrau;

Interferências – Várias são as interferências nos percursos, tais como: vegetação, faixas, cartazes ou outros elementos, com altura mínima livre inferior a 2,10m, avançando sobre a faixa livre e, em algumas situações, comprometendo o trânsito de pedestre;

Plataforma de embarque e desembarque – Ponto de Ônibus – Quando existentes, não possuem implantação de piso tátil direcional e de alerta, conforme Símbolo Internacional de Acesso – SIA e, em sua maioria, não dispõem de assento e local reservado para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

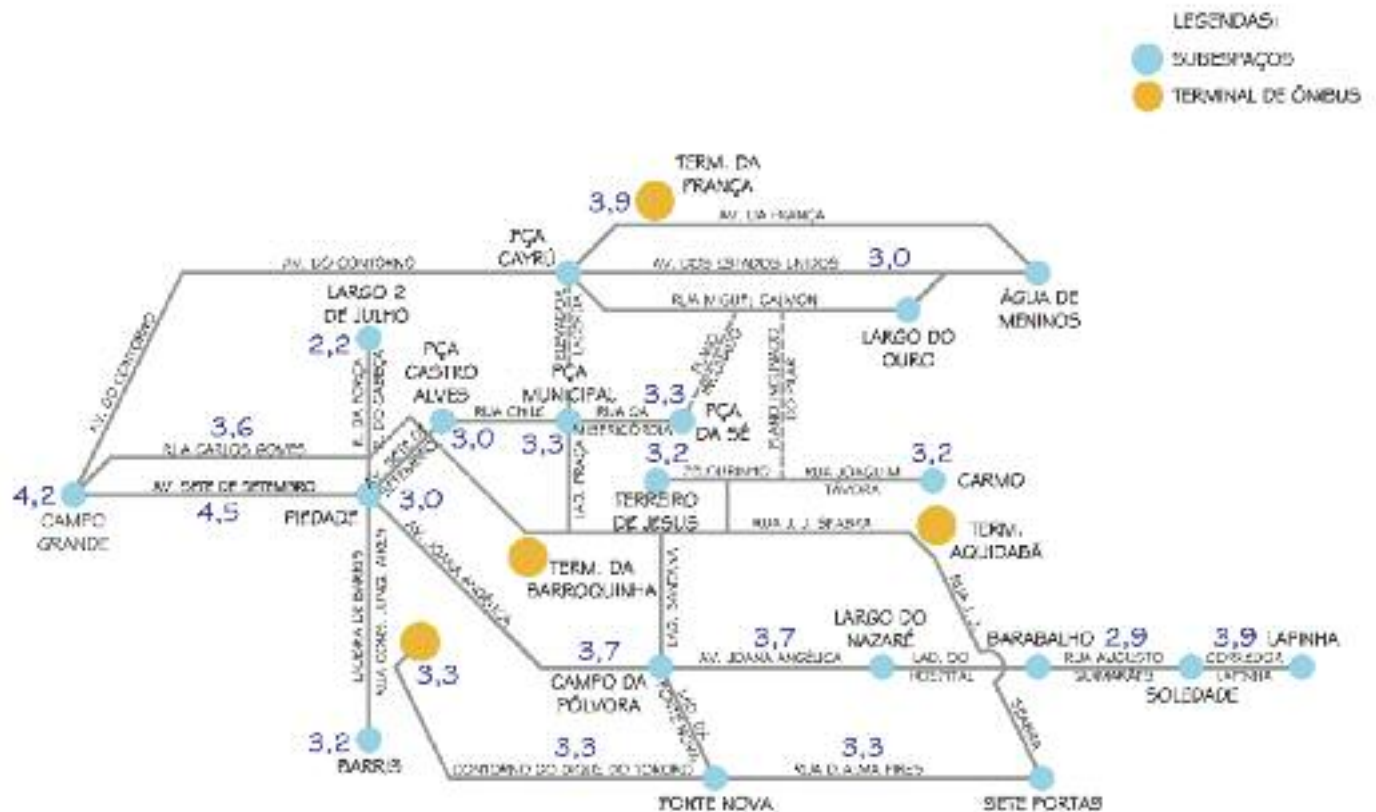


Diagrama 2 – Unifilar de ligação.

sem escala.

Resultados dos Índices de Acessibilidade

Os resultados obtidos demonstram claramente as precárias condições de acessibilidade e mobilidade urbana na área do CAS. A realidade encontrada, ganha maior relevância na medida em que grandes investimentos estão previstos para a área, aumentando o fluxo de pessoas e veículos, sem a adequada infra-estrutura que garanta a segurança e conforto desejados.

Nesse sentido, foram analisadas as informações disponíveis sobre esses programas e projetos de investimentos, no requisito acessibilidade e mobilidade urbana. O projeto da Fonte Nova e o Metrô de Salvador deixaram de ser analisados por falta de informações disponíveis, sendo, portanto, necessária uma avaliação de seus impactos na mobilidade urbana como um todo e no seu entorno, assim como a adequação dos seus espaços edificados às condições de acessibilidade, conforme as normas vigentes.

Para efeito de análise, adotou-se uma classificação pelo grau de interferência que cada um deles causa ou venha a causar sobre a área de estudo.

Dessa forma, foram classificados em dois tipos:

- 1. Com impacto direto na área de estudo - se referem àqueles com intervenção no espaço urbano construído e de investimento público. São eles:

Projeto de Revitalização da Rua Chile

Projeto de Revitalização da Av. Sete de Setembro

Projeto de Revitalização de Espaços Públicos: J. J. Seabra, Barroquinha, Tesouro, Ruy Barbosa e ruas adjacentes

Os projetos têm em comum o objetivo de requalificar os espaços urbanos, dotando-os de infraestrutura mais adequada para a circulação de pedestres. Todos apontam para a necessidade de ampliação da área de calçadas, realocação de equipamentos urbanos e a redução da área hoje disponível para a circulação de veículos motorizados. A iniciativa vem ao encontro das proposições do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador e em destaque a melhoria da qualidade de acessibilidade e mobilidade urbana. A análise foi feita para cada um deles, apontando as conformidades ou não com as normas vigentes. Cabem, no entanto, algumas observações de ordem geral que devem ser analisadas de forma a compatibilizá-los entre si:

- > tratamento urbanístico comum a todos os projetos no que se refere ao tipo de piso, mobiliário urbano, implantação de rede de serviços e sinalização;
- > revisão do traçado previsto considerando a inclusão de ciclovia ou ciclofaixas para a circulação de bicicletas;
- > ampliação da proposta de intervenção para outras vias de igual importância que complementam o Plano (Av. Joana Angélica, Comércio etc.) e;
- > compatibilização com as propostas de implantação de novas áreas para estacionamentos.

Projeto de Circulação por Ciclovias em Salvador – CONDER – BA

A proposta inicial consiste em dotar a cidade de um sistema de ciclovias, em locais estratégicos, de forma a incluir a bicicleta como um meio de transporte alternativo. O projeto pode ser classificado como um importante elemento de interligação e consolidação de um eficiente sistema de mobilidade urbana, utilizando o meio não motorizado de circulação: a bicicleta.

A proposta inicial em estudo na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia – CONDER propõe a implantação de uma infraestrutura cicloviária na área central da cidade, com características de circuito cultural integrando os equipamentos culturais e de serviço. No entanto, uma avaliação de suas diretrizes básicas para uma melhor adequação ao projeto de Reabilitação Sustentável do CAS se faz necessária e algumas reflexões devem ser consideradas para a elaboração do desenho de um sistema que dê início a um amplo projeto de circulação por bicicleta em Salvador:

- > elaboração de um diagnóstico preliminar sobre a demanda por ciclovias na Cidade;
- > avaliação das condições e extensão das ciclovias existentes;
- > estudar possíveis trajetos que garantam a sua articulação com os demais meios de transporte (a exemplo da possibilidade de utilização do trajeto do Metrô na Bonocô, para a implantação de ciclovia sobre a linha, utilização do entorno do Dique do Tororó como ciclovia etc.);
- > destinação de áreas para a implantação de bicicletários;
- > análise nas condições de circulação nas vias que ligam as Estações Ferroviária de Calçada e Terminais de ônibus;
- > uma pesquisa sobre a origem e destino dessas pessoas em locais pré-determinados, como, por exemplo, Calçada, Lapa, Barroquinha, Aquidabã e França etc.

Projeto Via Expressa Portuária de Salvador

O projeto sugere um grande impacto no desenvolvimento e mobilidade urbana da cidade, em particular na área portuária e ao longo do seu trajeto, retirando das vias urbanas um grande fluxo de carretas envolvidas no transporte de contêineres. Devido à sua importância, recomenda-se um estudo para um reordenamento urbanístico quanto à mobilidade, assim como uma verificação nos Planos e Projetos de Transporte e mobilidade urbana propostos.

Outro fato relevante é que, por interligar áreas adensadas e estratégicas da cidade, o projeto deve prever a inclusão de ciclovia em todo o seu percurso e calçadas acessíveis, bem como a inclusão de terminais adequados de parada de ônibus, dentro do que estabelece a Norma Técnica NBR 9050/2004 e o Decreto nº 5.296/2004. A inclusão desses elementos constituiria um importante fator para a promoção da acessibilidade e mobilidade urbana, principalmente para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Projeto Bahia Terra de Todos Nós – IPAC

O projeto vem sendo implantado por fases e agrega importantes valores ao Projeto de Reabilitação Sustentável. Nas etapas já implantadas foram analisados aspectos que apontam a não observância dos conceitos de acessibilidade previstos na legislação e que devem ser observados nas etapas seguintes, quais sejam:

- > Estacionamentos: não prevêm acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida devido à ausência de vagas devidamente sinalizadas e reservadas, elevadores funcionais e da correta interligação de seus acessos ao Centro Histórico de Salvador – CHS, como constante na legislação;
- > Espaços Coletivos – Largos e Praças: a ausência de acessibilidade dentro do que estabelece a legislação

é evidente. Quando existentes, os conceitos são aplicados de forma incorreta, alguns deles até dificultando ainda mais ou colocando em risco as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Outro fato está na utilização dos espaços para instalação de infraestrutura para espetáculos, como palanques, por exemplo, que são instalados sobre as rampas e rebaixamento de calçadas, desconsiderando a hipótese de o ambiente ser frequentado igualmente por todas as pessoas, inclusive cadeirantes;

> Recuperação de imóveis, habitacionais, comerciais e institucionais: observa-se que, na elaboração e implantação do projeto de recuperação, não é considerada a revitalização do espaço urbano do seu entorno, nem mesmo o calçamento do imóvel conforme estabelece a legislação, possibilitando o acesso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Num primeiro momento, esses imóveis poderiam servir de referência para elaboração de rotas acessíveis dentro do CHS.

Recomenda-se que, na elaboração da 7ª etapa do projeto do Pelourinho, na qual está prevista a recuperação de sistema viário e de infraestrutura e a mudança do perfil para uso misto, residencial e comercial, e, seja observada a adequação dos espaços urbanos no entorno, com rotas acessíveis, possibilitando o uso do CHS por todas as pessoas. Para a elaboração do projeto e execução da obra, devem ser observados o que estabelecem a ABNT NBR 9050/2004 e a Circular nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - Acessibilidade em Bens Culturais Imóveis Acautelado em Nível Federal.

Projeto Centro Antigo Ambientalmente Sustentável

O projeto, que tem a forma de um diagnóstico ambiental da área, aponta fatores que influenciam nas condições ambientais do CHS e apresenta conclusões e recomendações que devem influenciar na elaboração de qualquer projeto urbanísticos de reabilitação sustentável. Dentre as recomendações, destacamos a indicação de mobiliário urbano como suporte ao projeto de sustentabilidade ambiental. As adequadas localização e distribuição desse mobiliário possibilitarão que o projeto tenha resultado positivo e contribua significativamente para o atendimento das condições de acessibilidade na área.

Projeto de Ampliação e Modernização do Porto Organizado de Salvador

É notória e conhecida a influência de uma instalação portuária na vida de uma cidade. Em um porto como o de Salvador, que opera com navios de turismo, transatlânticos e transporte de carga por contêineres, essa influência torna-se mais evidente. A atividade de turismo, por envolver movimentação intensa de pessoas num período relativamente curto de tempo, desenvolvendo uma série de atividades, coloca uma quantidade acima da média de recursos na cidade. Já a movimentação de carga por contêineres, que envolve intensa movimentação de caminhões de grande porte, exige área extensa para armazenamento e sofisticados equipamentos para sua operação. Estas atividades, se mal planejadas e executadas, causam, ainda que de forma indireta, um efeito extremamente negativo na mobilidade urbana da cidade.



Foto 3 – Porto de Salvador. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Com relação à ociosidade prevista para a Estação Marítima de Passageiros, o Armazém nº 1 pode vir a ser destinado aos embarques hoje realizados pelo terminal da Companhia de Navegação Baiana, nitidamente saturada e em condições precárias de atendimento. O projeto, devido à sua extensão e desdobramento para a cidade, deveria ser associado a projetos de revitalização para a Av. França, Estação Marítima de Passageiros e acesso ao Elevador Lacerda e Praça do Mercado Modelo, esse último já associado ao projeto do Hotel Hilton. Sugere-se que uma Parceria Pública Privada (PPP), coordenada pela Prefeitura de Salvador, complemente os projetos já dimensionados e indicados, de forma a atender tal integração.

Projeto Santo Antônio Além do Carmo

O projeto prevê a aquisição de vários imóveis na área do Carmo e sua transformação de uso habitacional para comércio e lazer. Em que pese a falta de maior clareza dos investimentos e quais atividades serão ali realizadas, eles não terão interferência direta no processo de acessibilidade e mobilidade urbana do Centro Antigo de Salvador; ao contrário, serão beneficiados pelos investimentos públicos previstos. No entanto, devido à possibilidade do projeto alterar significativamente o fluxo de pessoas na área, cabe quantificar essa perspectiva de aumento, bem como a forma de deslocamento prevista para esse fluxo de pessoas.

Os estacionamentos de que hoje dispõe o CHS não atendem diretamente a área abrangida pelo projeto. Este fato remete à necessidade de indicação de novas áreas para estacionamento.

Outro fato importante a ser considerado é a necessidade de, quando da elaboração do projeto executivo dos espaços urbanos abrangidos, serem observados os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 5.296/2004 e na ABNT NBR 9050/2004, para promoção de um ambiente acessível para todas as pessoas, principalmente aquelas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim

O enfoque principal do projeto não apresenta impacto direto na área de estudo, porém, quando na proposta de revitalização da área de acesso - Av. Engenheiro Oscar Pontes - interfere diretamente na mobilidade urbana e acessibilidade na área.

Alguns pontos do projeto indicam a necessidade de serem observados os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 5.296/2004 e na ABNT NBR 9050/2004 para promoção de um ambiente acessível para todas as pessoas, principalmente aquelas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. São eles:

- > a localização indicada para implantação da Estação de Ônibus e Estacionamento é interligada à área da Feira de São Joaquim (FSJ) por passarela, elemento urbano de difícil utilização por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > é indicado, também, que seja considerado na proposta de Requalificação da Frente da FSJ o Projeto de Circulação por Ciclovias em Salvador - CONDER - BA;
- > os espaços internos da feira devem ser concebidos de forma a propiciar mobilidade e acessibilidade igualmente para todas as pessoas, inclusive aquela com deficiência e/ou com mobilidade reduzida;
- > o desenho proposto para os boxes e restaurante não contemplam a acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida;

Projetos de Hotelaria

- > CLOC Marina Residence;
- > Hotel Design Salvador – antigo edifício A Tarde;
- > Hotel Hilton;
- > Casarão 28 - *Bed and Breakfast*.

Os quatro projetos representam importantes equipamentos para a área. As informações disponíveis não permitem avaliar a adequação dos projetos arquitetônicos às normas de acessibilidade, que devem ser exigidas quando da sua aprovação nos órgãos competentes.

Recomenda-se a sua adequação aos parâmetros definidos para as propostas do espaço urbano do entorno e a observância do Decreto nº 5.296/2004 e na ABNT NBR 9050/2004, para promoção de um ambiente acessível para todas as pessoas, principalmente aquelas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Levantamento das condições de acessibilidade nos principais acessos ao Centro Histórico de Salvador – CHS

A análise do Centro Histórico de Salvador – CHS mereceu um destaque especial, considerando suas características históricas de assentamento e circulação que dificultam maiores intervenções físicas.

A restrição à circulação de veículos motorizados na área denominada Pelourinho é uma medida positiva na preservação do seu patrimônio arquitetônico. No entanto, as dificuldades daí decorrentes para a circulação a pé das pessoas residentes e visitantes requer um equacionamento no sentido de melhorar as condições de caminhabilidade na área.

Ao analisar os acessos ao CHS, foi considerado o que estabelecem as normas, atendendo, prioritariamente, aos fatores de análise quantitativa, porém com considerável destaque aos fatores de análise qualitativa visto que, no caso da acessibilidade, estes estão bem definidos na legislação.

Foram analisados os seguintes acessos:

Plano Inclinado Pilar/Carmo – Liga o Comércio ao Terminal de Aquidabã, pela Rua dos Marchantes e Ladeira Aquidabã, e à Rua J. J. Seabra pela Ladeira Ramos de Queiros.

No terminal do Carmo foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > o trilho guia da grade de proteção que, instalado sobre o piso, constitui um obstáculo para circulação com cadeira de rodas e um obstáculo não sinalizado para deficiente visual;
- > desnível e afastamento considerável, sem sinalização, entre a cabine e a plataforma, exigindo preocupação constante com a regulagem do cabo de tração;
- > não foram observadas vagas reservadas às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida na proximidade do terminal;
- > falta de indicação e sinalização no CHS para o Plano inclinado;
- > falta de um traçado de rota acessível ligando o CHS ao Plano inclinado;
- > falta de sinalização tátil.

No terminal do Pilar foram observadas boas condições de acessibilidade, incluindo o uso de rampa e elevador para vencer o desnível entre a rua e o terminal, porém são observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > ausência de sinalização ou indicação do desnível e do afastamento acentuado entre a cabine e a plataforma;
- > a rampa de acesso apresenta corrimãos colocados com alturas variáveis entre o início e o término, fato que dificulta a circulação de pessoas com cadeira de rodas;
- > não foram observadas vagas, reservadas às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida na proximidade do terminal;
- > falta de uma melhor urbanização na área do terminal, incluindo boa iluminação;
- > falta de indicação e sinalização na área do Pilar para o Plano inclinado;
- > falta de um traçado de rota acessível ao Plano inclinado;
- > falta de sinalização tátil.



Foto 4 – Plano Inclinado Pilar. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.



Foto 5 - Plano Inclinado Gonçalves. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.
Foto 6 - Elevador do Taboão. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Ladeira do Taboão – Liga o Comércio ao CHS, na altura da Baixa do Sapateiro e da Ladeira do Carmo, e à Rua J. J. Seabra.

Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > falta de indicação e sinalização na área do comércio para o Plano inclinado;
- > falta de um traçado de rota acessível ligando o Comércio ao Plano inclinado;
- > falta de uma melhor urbanização na área de acesso à Ladeira, possibilitando a ligação com a área do comércio e com outros meios de transporte, garantindo o acesso por todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > as calçadas, além de estreitas, são mal conservadas ou ocupadas pelo comércio local, impossibilitando o uso pelos pedestres;
- > falta de sinalização tátil.

Plano Inclinado Gonçalves/Comércio – Liga o Comércio à Praça da Sé.

No terminal do Comércio, foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > o acesso de pessoas com deficiência é feito pela saída de passageiros, visto que a roleta de entrada não possui adaptação para o uso por pessoas com cadeira de rodas;
- > a cabine do carro não possui local adequado para cadeira de rodas;
- > o acesso ao Terminal, pela Rua Francisco Gonçalves, é pavimentado com pedra portuguesa, sem sinalização tátil e os rebaixamentos das calçadas são executados fora do que estabelece a Norma Técnica, dificultando o trânsito de pessoas com cadeira de rodas e deficiência visual;
- > não existe faixa de travessia ligando a Praça Cayrú ao Terminal, dificultando o fluxo de pessoas;
- > falta de indicação e sinalização no CHS para o Plano Inclinado;
- > falta de um traçado de rota acessível ligando o CHS ao Plano inclinado;
- > falta de sinalização tátil.



Foto 7 - Rampa de acessibilidade no Plano Inclinado Gonçalves no Comércio.
Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

No Terminal da Praça da Sé foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > ausência de sinalização ou indicação do desnível e do afastamento acentuado entre a cabine e a plataforma, exigindo uma preocupação constante com a regulação do cabo de tração;
- > instalação de uma grelha na saída da estação, produzindo uma barreira ao trânsito de pessoas com cadeira de rodas e das portadoras de deficiência visual;
- > não foram observadas vagas na proximidade reservadas às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > falta de uma melhor urbanização na área do terminal;
- > falta de indicação e sinalização na área da Praça de Sé indicando o Plano inclinado;
- > falta de um traçado de rota acessível ao Plano inclinado;
- > falta de sinalização tátil.

Elevador Lacerda – Liga o Comércio (Praça Cayrú) ao CHS (Praça Municipal).

Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > importante elemento de ligação entre o comércio e o CHS, o elevador não possui indicação sonora dos andares e, apesar das

instalações apresentarem condições razoáveis de acessibilidade, não existe um sistema de circulação (rota acessível) que possibilite seu uso, com segurança e independência, por todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Na saída do Comércio, assim como na Praça Municipal, são encontradas barreiras nas saídas e entradas. São elas:

- > piso em paralelepípedo;
- > elevação de via de forma incorreta e com interrupção, rebaixamento de calçadas de forma irregular;
- > faixa de pedestre com localização incorreta, obrigando a travessia pelo espaço reservado ao carro.

Em ambos os acessos:

- > não foram observadas vagas na proximidade do Elevador reservadas às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > falta de uma melhor urbanização nas áreas de embarque e desembarque dos terminais, incluindo iluminação inadequada, o que impossibilita seu uso no período noturno com segurança;
- > falta de indicação e sinalização na área da Praça de Sé para o Elevador;
- > falta de um traçado de rota acessível ligando seu entorno ao Elevador;
- > falta de sinalização tátil.



Foto 8 – Elevador Lacerda. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.



Foto 9 – Ladeira da Montanha. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Ladeira da Montanha – Ligando o Comércio ao CHS pela Pça. Castro Alves.

Apesar de possuir uma inclinação acentuada, o que impossibilita o seu uso por pessoas com cadeira de rodas de forma independente, permite rápida ligação entre duas áreas de grande comércio, serviços e com potencial turístico.

Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > trechos de calçada com largura variando de 4,40m a 0,0m, interrompendo o tráfego das pessoas;
- > prioridade à implantação de vagas para estacionamento ao logo da via;
- > não continuidade nas calçadas em toda a sua extensão, obrigando a alternância de um lado para o outro da rua, sem a existência de faixa de travessia que possibilite o tráfego de pedestres com segurança em toda a sua extensão;
- > o calçamento, além de mal conservado, é formado por uma variedade de materiais em desacordo com o que estabelece a Norma Técnica, dificultando e impossibilitando o uso pelas pessoas, principalmente aquelas com deficiência e mobilidade reduzida, respectivamente;
- > iluminação deficiente, impossibilitando o uso no período noturno com segurança;
- > Teatro Cultural Gregório de Mattos falta de sinalização tátil.

Av. Sete de Setembro – Importante elemento de ligação ao CHS, pelos meios de transporte de uso coletivo, vindos de diversos pontos da cidade e do Aeroporto. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > calçamento em pedra portuguesa e com uma série de desníveis e buracos, comprovando a inadequação deste tipo de piso para áreas de alta circulação de pessoas;
- > rebaixamentos de calçadas de forma irregular, sem faixa de travessia;
- > faixas de travessia sem rebaixamento de calçada;



Foto 10 – Terminal da Barroquinha. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

- > mobiliário urbano instalados de forma a dificultar a livre circulação de pedestres, como por exemplo, os telefones públicos instalados no meio das calçadas e sem a altura adequada estabelecida na Norma Técnica;
- > iluminação que, além de deficiente nas calçadas, está direcionada exclusivamente para as vias de trânsito de veículos;
- > falta de sinalização tátil.

Ladeira da Barroquinha – Estabelece a ligação direta entre o terminal da Barroquinha e o CHS, possui pontos culturais como: Teatro Cultural Gregório de Mattos, Espaço Cultural da Barroquinha e Cinema Espaço Unibanco. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > o piso é composto de três tipos de calçamento: pedra portuguesa, blocos intertravados e paralelepípedo com diversas irregularidades e desníveis acentuados, em desacordo com o que estabelece a Norma Técnica NBR 9050/2004.
- > Em dois terços de sua extensão, não possui calçamento, obrigando a divisão de espaços entre pedestres, carros e comerciantes.

- > No trecho final, próximo à Praça Castro Alves, encontra-se escadaria, em placas de pedra, sem alternativa de rampa de acesso como estabelece a Norma Técnica.
- > O mobiliário urbano existente foi instalado de forma inadequada e não atende ao que estabelece a Norma Técnica;
- > não está interligada ao Terminal da Barroquinha por rota acessível;
- > iluminação deficiente, impossibilitando o uso no período noturno com segurança;
- > falta de sinalização tátil.

Ladeira da Praça – Estabelece a ligação da Praça dos Veteranos ao CHS pela Praça Municipal onde se localiza, além de importante centro turístico, o Centro Político e Administrativo da Cidade. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > trecho de calçada em pedra portuguesa sem conservação e parte em blocos intertravados, instalados de forma que impossibilitam a utilização, com segurança e independência, de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > observa-se, também a interrupção da calçada, sem indicação de faixa de travessia que possibilite a alternância das calçadas com segurança;
- > instalação de mobiliário urbano dificultando a livre circulação de pedestres, como por exemplo, os telefones instalados no meio das calçadas e sem a altura estabelecida na Norma Técnica;
- > iluminação deficiente que impossibilita o uso no período noturno com segurança;
- > falta de sinalização tátil.

Rua 28 de Setembro – Estabelece a ligação entre a Rua J. J. Seabra, a Praça dos Veteranos e o CHS, chegando no Terreiro de Jesus e no Viaduto da Sé. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > em sua maior extensão as calçadas são estreitas e estão em péssimas condições de conservação.
- > as calçadas quando existentes e com largura suficiente para possibilitar o uso pelas pessoas, costuma ser utilizada como estacionamento irregularmente; inexistência de faixa de travessia e rebaixamento de calçada, colocando em risco a segurança das pessoas, principalmente aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > iluminação deficiente que impossibilita o uso no período noturno com segurança;
- > falta de sinalização tátil.

Ladeira da 3ª Ordem de São Francisco – Liga a Rua J. J. Seabra ao CHS. Apesar de possuir uma inclinação acentuada, o que impossibilita o seu uso por cadeirantes de forma independente, possibilita uma rápida ligação do CHS a uma área de grande comércio, oferecendo ao turista facilidades e serviços não encontrados no CHS. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > calçada de tamanho variado, impossibilitando o seu uso em toda a extensão, principalmente por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > iluminação deficiente que impossibilita o uso no período noturno com segurança;
- > falta de sinalização tátil;
- > má conservação da calçada em pedra portuguesa.



Foto 11 – Acesso para o estacionamento da Rua das Laranjeiras.
Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Estacionamento da Rua das Laranjeiras – Estabelece ligação entre a Rua J. J. Seabra e o CHS. O acesso é feito através de escadas e elevadores. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > falta de sinalização tátil possibilitando o uso por pessoas com deficiência visual com independência e segurança;
- > existem vagas disponíveis para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, porém fora do que estabelece a Norma Técnica;
- > existência de grelha na saída do acesso ao CHS, contrariando o que estabelece a Norma Técnica e configurando uma barreira aos cadeirantes e deficientes visuais;
- > rampas de acesso sem corrimão, em desacordo com o que estabelece a Norma Técnica; inexistência de rota acessível, ligando o estacionamento ao CHS.



Foto 12 – Estacionamento da Praça das Artes. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Ladeira de São Miguel – Estabelece ligação entre a Rua J. J. Seabra, em frente ao Largo São Miguel, e o CHS. A requalificação desse espaço está incluída no projeto de revitalização da Rua J. J. Seabra. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > calçadas em estado de conservação deficiente e, em alguns pontos, com interrupção, impossibilitando o uso por todas as pessoas;
- > calçamento em pedra, dificultando o seu uso por todas as pessoas;
- > iluminação deficiente que impossibilita o uso no período noturno com segurança;
- > falta de sinalização tátil.

Estacionamento Praça das Artes – Estabelece ligação entre a Rua J. J. Seabra e o CHS, na Praça das Artes. Importante ponto de acesso ao Pelourinho e ao Largo do Carmo. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > não existe elevador para acesso aos andares e ao CHS, apesar de previsto com a construção de um poço para instalação;
- > não existem vagas destinadas às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, como estabelecido na Norma Técnica;
- > o acesso ao Pelourinho e à Praça das Artes é realizado por escada ou rampas, fora do que estabelece a Norma Técnica;
- > o sanitário existente está fora do que estabelece a Norma, apesar de indicada, por placa, que seu uso destina-se às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Ladeira do Ferrão – Liga o Pelourinho à Rua J. J. Seabra e constitui uma importante ligação ao CHS. O piso da rua é em pedra e as calçadas estão em estado de má conservação, podendo ser considerada como um acesso de difícil circulação por todas as pessoas, principalmente aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Rua Padre Agostinho Gomes – Importante via de acesso ao CHS pela Baixa do Sapateiro, interliga a área com o Comércio pela Ladeira do Taboão. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > calçamento em mau estado de conservação e obstruído em grande parte por produtos e placas de propaganda;
- > iluminação deficiente que impossibilita o uso no período noturno com segurança;



Foto 13 – Ladeira do Ferrão. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Ladeira do Aquidabã – Estabelece a ligação entre o Terminal do Aquidabã e o Plano Inclinado Pilar, no Carmo. Foram observados os seguintes elementos que constituem barreiras à livre circulação de todas as pessoas:

- > calçadas em mau estado de conservação e com desníveis acentuados, muito acima do que estabelece a Norma Técnica NBR 9050/2004, sem sinalização e orientação para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- > não existe continuidade no calçamento, nem a existência de uma rota acessível e sinalizada, dificultando o uso por todas as pessoas e impossibilitando o uso por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida; falta de uma melhor urbanização na área do Terminal do Aquidabã e do Plano Inclinado no Carmo, incluindo iluminação, impossibilitando o seu uso no período noturno com segurança;
- > falta de indicação e sinalização na área do terminal Aquidabã para o Plano inclinado no Carmo e vice-versa.

A reabilitação integrada, participativa e sustentável do Centro Antigo de Salvador depende não somente da decisão política de enfrentar o desafio de fazê-la, confirmada na iniciativa em curso, mas também da determinação de romper com paradigmas existentes no nosso modelo de cidades. É necessário alterar o desenho comumente concebido que privilegia o automóvel, em detrimento das pessoas. O direito de ir e vir deve ser comum a todos, embora a realidade das cidades brasileiras ainda não o assegure totalmente. O incentivo ao uso do automóvel em larga escala, como solução para a carência do transporte coletivo, gera grande impacto na sociedade, no ambiente e na economia, de modo geral, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.

Um dos princípios básicos para melhorar a mobilidade urbana é limitar o uso do automóvel e promover a circulação do pedestre, do ciclista e aprimorar o transporte público. Também, faz-se necessário reverter o quadro atual da realidade enfrentada no cotidiano das pessoas, ou seja, a precariedade da infraestrutura urbana, ausência de passeios, iluminação e equipamentos de drenagem; a apropriação ilegal do espaço público por ambulantes, bares ou comerciantes; ausência de arborização urbana, perda de qualidade ambiental e pouca atratividade para o pedestre; deficiência no planejamento urbano, aumento do tempo de deslocamento e do custo do transporte. É necessário, portanto, adotar uma política adequada de ordenamento do território e dos transportes, gerir de forma eficiente, criar infraestrutura de apoio e acessibilidade urbana e estabelecer sistemas de informação e sensibilização, de acordo com as estratégias eleitas para uma gestão sustentável da mobilidade, segundo Borrego (2005).

As condições atuais do tecido urbano na área de estudo evidenciam má qualidade da infraestrutura existente, uso desordenado dos espaços públicos e a quase inexistente fiscalização desse uso por parte do poder público decorrente, em parte, de uma fragilidade nos instrumentos legais de regulamentação da ocupação destes. Alterar essas condições exige, em primeiro lugar, a adoção dos princípios básicos citados para melhorar a mobilidade urbana e, em segundo, promover uma intervenção física no espaço de forma a garantir condições de circulação de pedestres e ciclistas com conforto e segurança, garantindo, por último, uma legislação adequada à nova realidade, acompanhada de fiscalização que garanta o cumprimento desse novo ordenamento.

Notas

1 - Co-autores: Jorge Luiz Silva, Cláudio Valadares, Lidia Martins, Isabela Mayerhofer e Paulo Costa Kalil.

2 - O dimensionamento e a montagem das Equipes de Campo foram definidos a partir dos seguintes critérios:

A equipes ser composta por estudantes de arquitetura e urbanismo, no mínimo do 5º período, em faculdades da Grande Salvador, e após a realização do curso de qualificação;

O trabalho ser realizado num período que atendesse a demanda temporal do Escritório de Referência do CAS;

O levantamento ser aplicado/realizado nos espaços urbanos identificados pelo esquema de ligações viárias entre os Sub-Espaços

A capacitação da equipe de campo se deu através da realização do Curso de Capacitação em Acessibilidade, com uma carga horária de 12 horas, com os seguintes objetivos:

Principal: Capacitar a equipe de estagiários para levantamento e mapeamento das condições atuais de acessibilidade e mobilidade urbana como subsídio ao desenvolvimento do projeto "Diagnóstico e Diretrizes para Acessibilidade/Mobilidade Urbana do Centro Antigo de Salvador - CAS";

Complementar: Compreender a legislação e a aplicabilidade dos conceitos do Desenho Universal na arquitetura e no ambiente urbano, como estabelecido na Norma ABNT NBR 9050 e no Decreto Federal nº 5.296/2004.

3 - Extraído do conceito de Caminhabilidade apresentado em 1993 por Cris Bradshaw, de Ottawa, Canadá, na 14ª Conferência Internacional sobre Pedestres, realizada em Bolden, Colorado, EUA.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050. Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ANTP. Associação Nacional de Transporte Público. *Panorama da Mobilidade Urbana no Brasil – Tendências e Desafios*. Cadernos Técnicos, São Paulo: ANTP, n. 3, 2006.

BORREGO, C. *Transporte Sustentável em Zonas Urbanas*. Seminário: Transportes Sustentáveis para as Cidades do Futuro. Departamento Ambiente e Ordenamento. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005.

COSTA, M. S. *Mobilidade Urbana Sustentável: Um Estudo Comparativo e as Bases de um Sistema de gestão para Brasil e Portugal*. Dissertação (Mestrado). São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Um Índice de Mobilidade Urbana Sustentável*. Tese (Doutorado). São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável*. Cadernos MCIDADES, Brasília: MCIDADES, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES/SeMob. *Curso de Gestão Integrada da Mobilidade Urbana*. Módulo II: Mobilidade Urbana e Cidades Sustentáveis. Brasília: MCIDADES, 2005.

MOORE, J. A.; JOHNSON, J. M. *Transportation, land use and sustainability*. Tampa: Florida Center for Community Design and Research, 1994. Disponível em: <http://www.fccdr.usf.edu/projects/tlushtml>. Acesso em 20 jun. 2008.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future (The Brundtland Report)*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Mariely Cabral de Santana



Fotos 1 – Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira. Fonte: Ronaldo Silva/AGECOM.

Avaliação dos Equipamentos e Negócios Culturais

A partir das últimas décadas do século XX, a cultura como fator de desenvolvimento e requalificação de áreas urbanas degradadas passou a ser um tema do discurso da esfera política e econômica, com vias a valorizar a diversidade cultural, o respeito à diferença e o reconhecimento da tradição.

Em Salvador, experiências vêm sendo realizadas, desde os anos de 1960, no intuito de requalificar o seu Centro Histórico, que guarda um rico e significativo acervo arquitetônico, com alguns edifícios adaptados à condição de equipamento cultural – museus, fundações, galerias, centros culturais – condição que está diretamente relacionada à valorização e reconhecimento do patrimônio cultural, mas, principalmente, atende às indicações do Encontro de Quito¹, quando foi reconhecida a potencialidade do patrimônio material para a atividade econômica², especificamente, de cultura e turismo. Após a visita de Michel Parent, consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1968, e ao longo das décadas seguintes, a cidade de Salvador passou a abrigar, em muitos edifícios religiosos, oficiais e civis, equipamentos culturais, voltados à cultura, ao turismo e ao lazer.

É possível encontrar na região do Centro Antigo de Salvador – CAS um grande número de equipamentos culturais tradicionais³ que se distribui de forma não uniforme e apresenta características arquitetônicas, artísticas e históricas diversificadas⁴. A expansão urbana e a consolidação de novas áreas economicamente ativas na cidade, nas últimas décadas do século XX, favoreceram o surgimento de alguns negócios culturais fora do centro, a exemplo de teatros, salas de cinema e espaços para eventos, no entanto, muito raramente, equipamentos tradicionais (museus, arquivos, bibliotecas, centros de cultura) foram instalados nessas áreas. O Espaço Cultural dos Alagados, o Centro Cultural de Plataforma, o Palacete das Artes/Museu Rodin são exceções. Sem dúvida, o Centro Histórico e seu entorno imediato, continuam sendo o território cultural de Salvador, tanto do ponto de vista da oferta de equipamentos, quanto do fluxo de pessoas que têm acesso aos bens culturais ou educativos.

Devido à ausência de análises quantitativas e qualitativas dos equipamentos culturais do CAS, foi realizada a avaliação⁵ desses bens, considerados potencialmente estruturadores de uma nova dinâmica para a área.

Para essa análise tomou-se como base:

- > as informações coletadas pela Pesquisa de Equipamentos Culturais do CAS – PEC/CAS, de responsabilidade técnica da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT, do Escritório de

Referência do Centro Antigo de Salvador-ERCAS e da UNESCO, realizada entre os meses de novembro de 2008 e março de 2009;

- > os atributos pessoais dos residentes e sua posição no mercado de trabalho, selecionados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED (SEI/UFBA/DIEESE) e do Censo Demográfico (IBGE);
- > as atividades econômicas desenvolvidas na região, identificadas segundo a Sondagem de Ocupação dos Moradores no Centro Histórico de Salvador - CHS (SEI/UFBA) e do Censo das Empresas do CHS (SEBRAE);
- > entrevistas e visitas *in loco*.

Análise dos Equipamentos e Negócios Culturais

Nesse trabalho, se optou por organizar os espaços culturais em dois grupos: equipamentos tradicionais - museus, igrejas e conventos, bibliotecas, arquivos, centros culturais e fundações - e negócios culturais - cinemas, teatros, antiquários e sebos, galerias e espaços de exposição. Por entender que poderão exercer papéis diferenciados no processo de reabilitação do CAS, foram considerados como âncora os museus, igrejas, cinemas e teatros, o que implicou em uma análise mais detalhada desses equipamentos. Esta escolha levou em consideração: o valor histórico, o caráter de sociabilidade dos espaços, o fluxo de visitação e a possibilidade de alguns desses espaços virem a obter melhor desempenho econômico. Os demais segmentos - bibliotecas, centros culturais, fundações, arquivos, antiquários, sebos e galerias - ainda que de reconhecida importância para a formação educacional e de público, aqui foram analisados apenas à luz dos dados coletados pela pesquisa de campo.

A pesquisa de campo da PEC/CAS abrangeu uma amostra de 159 equipamentos e negócios culturais localizados no CAS. A representatividade estatística dessa coleta pode ser constatada quando comparada ao registro do Censo Cultural⁶ para os equipamentos localizados nesse território: Museus (68% dos equipamentos visitados), Teatros (67%), Arquivos (71%), Centros Culturais e Fundações (80%), Igrejas e Conventos (50%), Antiquários e Sebos (alcança de 75% acima do indicado), Galerias (55%). Segundo os organizadores da pesquisa, "no caso de Bibliotecas (42%), o registro da PEC/CAS considerou apenas os espaços que contemplavam os seguintes critérios: acervo classificado, existência de um responsável técnico e de acesso público. Nas entrevistas com os gestores de salas de cinema (71%), se optou por considerar as salas de exibição localizadas em um mesmo espaço como único registro, casos do Cine Lapa I e II e Espaço Unibanco de Cinema Glauber Rocha (quatro salas)".

Do conjunto de informações disponibilizadas pela PEC/CAS, foram selecionados alguns itens considerados essenciais para a avaliação qualitativa dos equipamentos e negócios culturais: localização, natureza administrativa, início de funcionamento das atividades, estado de conservação dos prédios, setores e equipamentos disponíveis, acervos, fluxo de público, quando disponível, serviços e atividades oferecidas, comunicação, número de funcionários, escolaridade e vínculo empregatício. Os dados referentes à receita e

despesa das instituições, fundamentais para avaliação da capacidade de sustentação dos equipamentos e dos negócios, principalmente no que diz respeito à origem de recursos e à distribuição de gastos das instituições, não puderam ser analisados, visto que a maioria dos entrevistados desconhecia ou se recusou a tornar públicas essas informações.

Distribuição Espacial e Tipologia dos Equipamentos e Negócios Culturais

A amostra pesquisada pela SECULT-ERCAS/UNESCO, aponta que os espaços culturais estão distribuídos territorialmente de forma irregular, observando-se uma concentração de equipamentos nas áreas do CHS: São Bento/Misericórdia e Praça da Sé/Pelourinho/Taboão e na área Campo Grande/Campo da Pólvora/Nove de Julho e do Entorno do Centro Histórico - ECH: Piedade e Nazaré, que também apresenta um dinamismo econômico e cultural desde o século XVIII. (Gráfico 1 e Mapas 1 e 2).

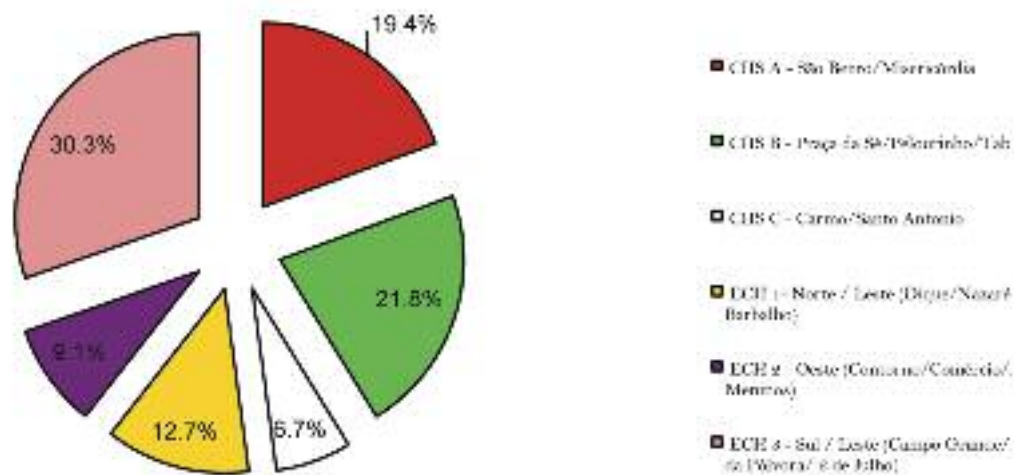
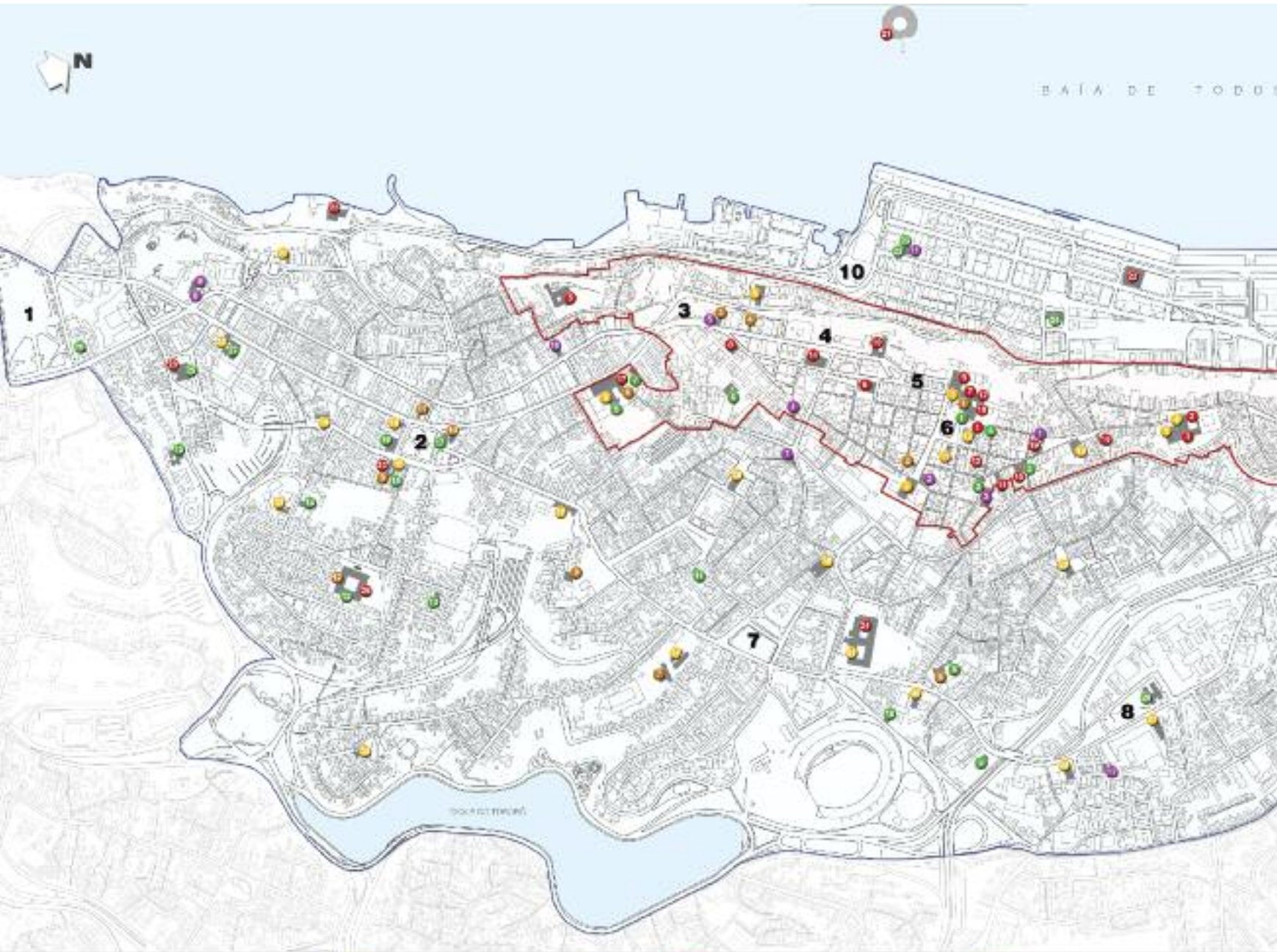


Gráfico 1 - Distribuição dos Equipamentos Tradicionais e Negócios Culturais no CAS - Salvador - Bahia 2008/2009. Fonte: SECULT-ERCAS/UNESCO, 2009.

Analisando-se os dados da PEC/CAS segundo a tipologia dos equipamentos culturais, os museus e os edifícios religiosos – igrejas e conventos – se destacam no cenário e na dinâmica cultural da área, seja pelo número significativo de equipamentos (26 museus e 33 igrejas, representando 37% do total dos equipamentos), seja pela dimensão dos edifícios e riqueza dos acervos, que apresentam uma diversidade de materiais e linguagens artísticas, no interior e no exterior dos prédios. (Gráfico 2).



- CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (Centro da Vila)
- CENTRO DO CEMITÉRIO DE SALVADOR (Área do Cemitério - Lote nº 8, 10 e 11)
- 1 - PRAÇA DO CRUZEIRO
- 2 - PRAÇA DA PIAÇA
- 3 - PRAÇA CASTRO ALVES
- 4 - PRAÇA MUNICIPAL
- 5 - PRAÇA DA BÉ
- 6 - PRAÇA 15 DE NOVOBRO / TERREIRO DE JESUS
- 7 - PRAÇA DO CAMPO DA POLICIA
- 8 - PRAÇA DOUSHERING MURBIDE COELHO
- 9 - PRAÇA DO TRIUNFO
- 10 - PRAÇA CASTRO - OMBREIRO

IGREJAS E CONVENTOS

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 1 - Catedral Basílica de Salvador
- 2 - Igreja de Santo Antônio Abade do Carmo
- 3 - Ordem Terceira de Carmo
- 4 - Igreja de Nossa Senhora do Carmo
- 5 - Igreja Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia
- 6 - Igreja e Convento São Francisco Orlado Pereira e Orlado Pereira
- 7 - Convento Nossa Jesus dos Pretões
- 8 - Realidade São Sebastião Abadeiro do São Bento
- 9 - Igreja dos Quinze Minutos
- 10 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão
- 11 - Igreja de Nossa Senhora de São Domingos de Guarário
- 12 - Igreja de São Pedro dos Diáconos
- 13 - Realidade Ordem Terceira N. Sra. do Rosário dos Pretos

ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 14 - Igreja de Nossa Senhora das Virgens - Figueiras
- 15 - Igreja do Santíssimo Sacramento e Santana
- 16 - Convento e Igreja de Nossa Senhora da Piedade
- 17 - Igreja Nossa Senhora da Conceição de Lapa
- 18 - Igreja de São Pedro
- 19 - Igreja de São Raimundo
- 20 - Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Glória
- 21 - Convento Nossa Senhora do Deserto
- 22 - Igreja de Nossa Senhora da Trindade
- 23 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Viradô
- 24 - Convento de Nossa Senhora da Esperança
- 25 - Capela de Casa Pia e Colégio dos Orfãos de São-Joaquim
- 26 - Igreja e Convento de Nossa Senhora da Palma
- 27 - Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (Ionsawag)
- 28 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário
- 29 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lapinha
- 30 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus
- 31 - Igreja Nossa Senhora das Aflições
- 32 - Capela de Nossa Senhora das Dores - Saúde
- 33 - Capela de Nossa Senhora das Dores - Saúde

MUSEUS

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 1 - Església Teófila Lual
- 2 - Museu Casa de São João do Carmo
- 3 - Museu do Carmo
- 4 - Casa Museu Casa de São Antonio
- 5 - Museu de Arte Sacra
- 6 - Museu de Imagem da Associação Baiana
- 7 - Fundação de Medicina da Bahia
- 8 - Museu Casa de Fr. Benedito
- 9 - Museu do Casarão
- 10 - Museu de Santa Casa Misericórdia
- 11 - Museu Terapêutico
- 12 - Museu Afro Brasileiro
- 13 - Museu Otto Proff de Azevedo
- 14 - Memorial do Câmara Municipal de Salvador
- 15 - Museu Alameda Rodrigues
- 16 - Casa do Barão
- 17 - Museu São Bento
- 18 - Museu de Arqueologia e Etnologia
- 19 - Museu da Cidade

ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 20 - Museu Parângula Cofre/Museu do Teat
- 21 - Museu de Imagem da Cidade - Forte de São Marcelo
- 22 - Museu do Casaco
- 23 - Museu Frei Domingos Gilvino
- 24 - Museu do Convento de Santa Casa de Doação
- 25 - Museu de Arte Moderna de Bahia
- 26 - Memorial dos Governadores Republicanos da Bahia

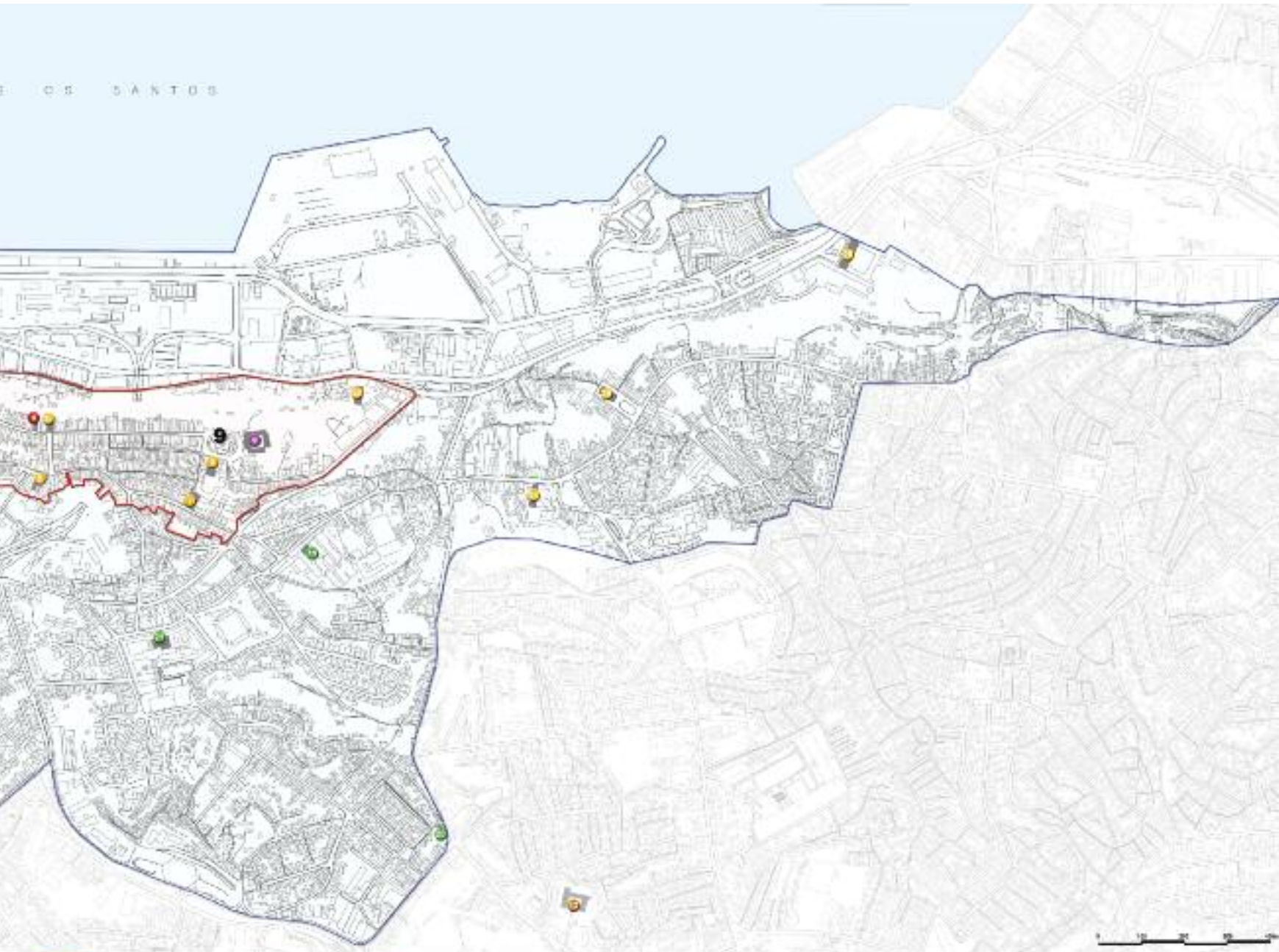
BIBLIOTECAS

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 1 - Biblioteca Gaspar Murtz - Memorial de Medicina
- 2 - Biblioteca Manoel Gervasio - EPSC
- 3 - Biblioteca do Instituto do Arquivo Histórico de Ilhéus
- 4 - Biblioteca Instituto Mercantil de Odeir Calmon
- 5 - Biblioteca do Instituto de São Bento de Salvador
- 6 - Arquivo Bibliográfico da 7ª Sup. Regional (RAN)
- 7 - Arquivo Teófilo

ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 8 - Biblioteca da Academia de Letras da Bahia
- 9 - Biblioteca do Serviço Social do Comércio
- 10 - Biblioteca Ardeamaral Correia
- 11 - Biblioteca Marcelo Rocha - Faculdade Olga Ming
- 12 - Biblioteca Pública do Estado da Bahia
- 13 - Biblioteca do Exército
- 14 - Biblioteca Divina Margarita/Instituto Vencedor de Gato
- 15 - Biblioteca do Fundição Maria Lúcia Portoto
- 16 - Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas - UFBA
- 17 - Biblioteca Ray Barbosa - Instituto Geográfico e Histórico
- 18 - Biblioteca Frei João de Maraval - C. da Piedade
- 19 - Biblioteca Frei Benedito
- 20 - Biblioteca Francisco Vitorino Gomes
- 21 - Biblioteca Adelia Azeite
- 22 - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro
- 23 - Centro de Documentação e Imagem/Arquivo Cultural sobre a Bahia
- 24 - Associação Cultural da Bahia
- 25 - Biblioteca Mariana Alves - Instituto Penitenciar
- 26 - Biblioteca Professor Fernando de Castro
- 27 - Biblioteca Maria Maria Lúcia Mello - Colégio Mercês
- 28 - Biblioteca Manoel Mariano Ladeira



ARQUIVOS

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 1 - Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia
- 2 - Associação Penitente dos Escrivães
- 3 - Arquivo Histórico Municipal de Salvador
- 4 - Setor de Biblioteca, Documentação e Arquivo
- 5 - Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia

ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO

- 6 - Arquivo Pessoa Seber de Castro - AUS
- 7 - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia
- 8 - Arquivo Histórico do Colégio Francês da Bahia
- 9 - Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade
- 10 - Arquivo Histórico Terço do Sampaio - ICHS
- 11 - Centro de Estudos e Pesquisas Sociais
- 12 - Núcleo de Memória do CIMAG
- 13 - Arquivo Público da Bahia

CENTROS CULTURAIS E FUNDAÇÕES

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 1 - Fundação Casa de Jorge Amado
- 2 - Centro Cultural Cascaes
- 3 - Fundação Babi Politécnica da Bahia
- 4 - Casa Histórica dos Sete Candieiros
- 5 - Fundação Gregório de Matos
- 6 - Foto de Santo Antônio, Abade do Carmo
- 7 - Casa de Inês de Castro

ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO

- 8 - Associação Cultural Casa de Mica
- 9 - Academia de Cultura Italiana
- 10 - Casa Cultural Selviche
- 11 - Fundação Clemente Mariani
- 12 - Centro Cultural Islâmico da Bahia

Mapeamento dos Equipamentos Culturais no CAS
 Consultoria de Avaliação dos Equipamentos e Negócios Culturais
 Diretora: Mirely Castel de Santana
 Base de Dados: Pesquisa Equipamentos Culturais - BndB/PCAR/ANISBOC
 Base de Dados: BndB/SPC - 04
 Período: Dezembro 2008 e Maio 2009
 Ilustração: Maria Ricardo Adams

Mapa 1 - Distribuição Espacial dos Equipamentos Culturais.

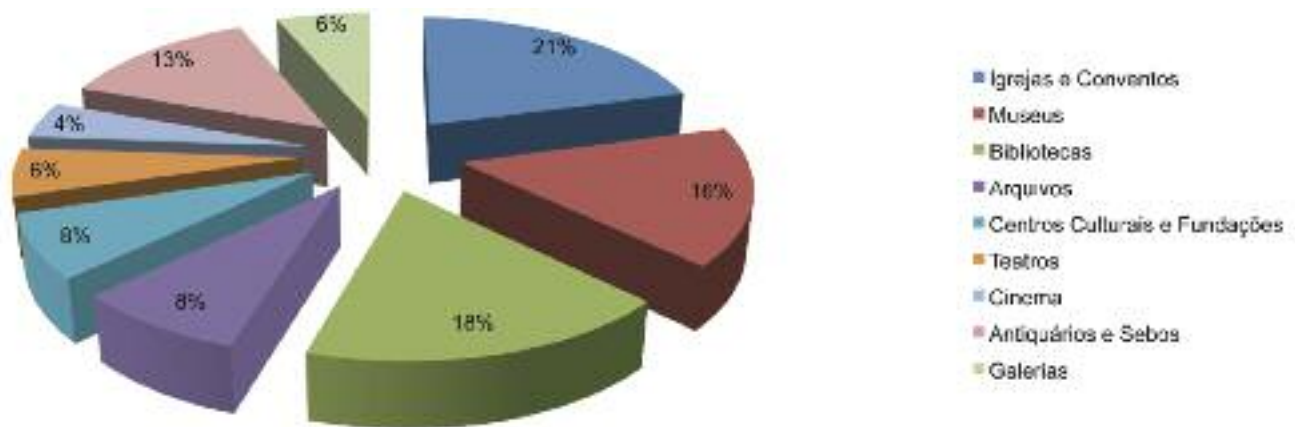


Gráfico 2 - Tipologia dos Equipamentos e Negócios Culturais no CAS. Salvador – Bahia 2008/2009. Fonte: SECULT-ERCAS/UNESCO.

Caracterização dos Equipamentos e Negócios Culturais no CAS

Igrejas

Na pesquisa foram entrevistados os responsáveis por 33 edificações religiosas, pertencentes à Igreja Católica, distribuídas entre estruturas conventuais de ordem primeira e segunda⁷, capelas, igrejas matrizes⁸ e capelas de irmandades⁹. Essa amostra corresponde a uma parcela das instituições que respondeu ao questionário, pois muitas edificações não foram incluídas na pesquisa, ora por estarem fechadas por motivos de conservação, ora por não ser possível localizar os responsáveis¹⁰.

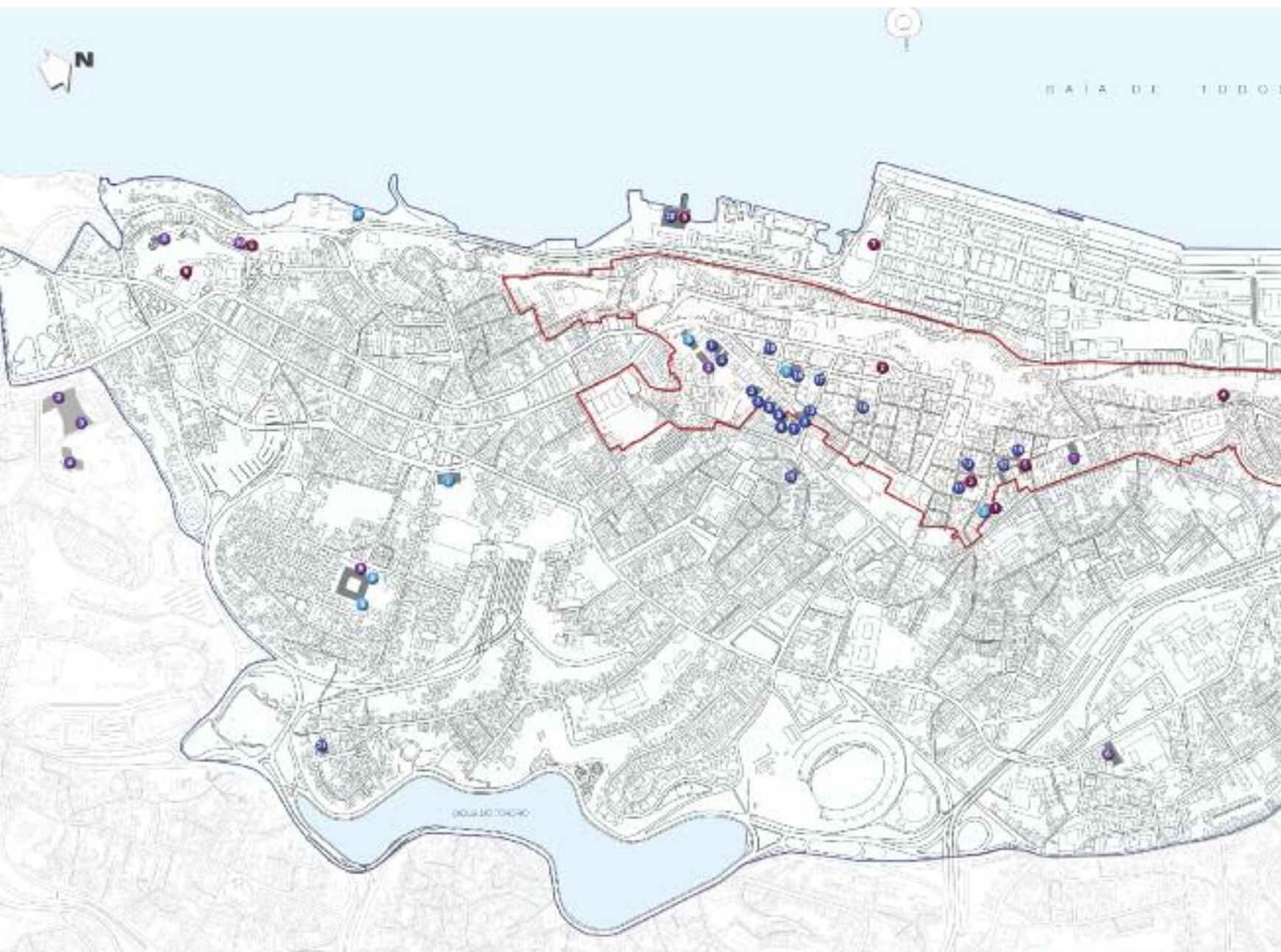
O grande número de edifícios religiosos, na cidade, decorre da política portuguesa ancorada no Padroado, quando a igreja dividia com o Estado o poder administrativo, eclesiástico e cultural, e a religião católica era a única representação da Fé na colônia. Muitos desses edifícios, além de cumprirem os serviços religiosos, educacionais e sociais, abrigam, em suas salas, exposições do acervo sacro dos séculos XVIII e XIX¹¹, desempenhando, muitas vezes, a função de museus.



Foto 2 – Interior da Igreja de São Francisco. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

O maior número de instituições religiosas pesquisadas está no ECH, onde se encontram edifícios conventuais femininos e conventos masculinos, igrejas matrizes, inúmeras capelas de Irmandade ou ainda capelas construídas em pagamento de promessa. Na região do CHS, os edifícios religiosos se destacam na paisagem, pois foram implantados na primeira cumeada da cidade, possibilitando aos que chegam pelo porto visualizar suas torres e sua monumentalidade.

O edifício religioso em si é o primeiro acervo a ser visitado e valorado nas igrejas baianas. Adros, naves, capelas, salas do capítulo, claustros, sacristias representam a forma de pensar de cada grupo e os recursos utilizados para seduzir um maior número de fiéis. A decoração composta por talha, imaginária, pratarias sacras e azulejaria é um rico patrimônio para o estudo da história da arte e um dos grandes atrativos para o turismo cultural (destaque para a talha barroca da igreja do Convento de São Francisco, que recebe o maior número de visitantes).

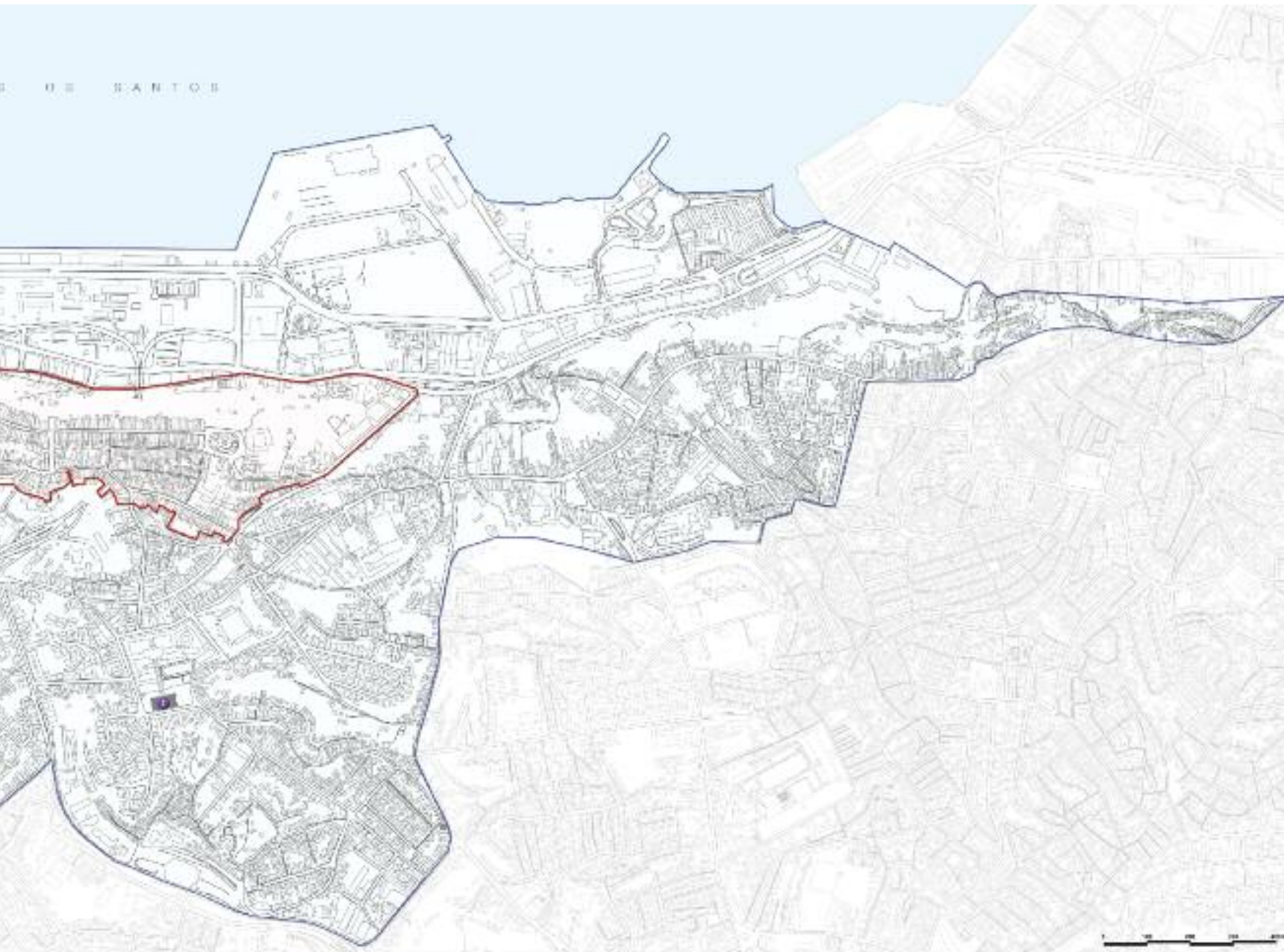


- CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR
Densidade 30,37
- ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR
Área de Reabilitação - Lei Municipal n.º 128/1992
- 1 - PRAÇA DO CAMPO GRANDE
- 2 - PRAÇA DA PIEDADE
- 3 - PRAÇA CASTRO ALVES
- 4 - PRAÇA MANCINI
- 5 - PRAÇA DA SÉ
- 6 - PRAÇA 15 DE NOVEMBRO / TERRAÇO DE JESUS
- 7 - PRAÇA DO CAMPO DA POLVORA
- 8 - PRAÇA CONSULADOR ALMEIDA COUTO
- 9 - PRAÇA DO TRINHO
- 10 - PRAÇA CIVIL - COMÉRCIO

- ANTIQUÁRIOS E SEBOS**
- CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**
- 1 - Luís Alberto Celiques de Oliveira Antiquaristas
 - 2 - Resena Antiquários
 - 3 - João Emilio Gooko Ramos João Antiquaristas
 - 4 - Sebo Branco
 - 5 - Comércio das Índias Antiquaristas
 - 6 - Antiquário Antiquaristas Ltda.
 - 7 - Antiquários Antiquaristas
 - 8 - Casa São Martin Antiquaristas
 - 9 - Casa San Rafael
 - 10 - Poliana Antiquaristas
 - 11 - Passado Presente Antiquaristas
 - 12 - Oum Casa de Arte Ltda.
 - 13 - Rua Antiquaristas (passo largo)
 - 14 - Espaço Comércio de Arte e Presentes Ltda
 - 15 - Empório (Antigo Bemfazer)
 - 16 - Casa das Livras
 - 17 - Casa Mariana Antiquaristas e Jobs
 - 18 - Lúci Antiquaristas Ltda.
- ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**
- 19 - Alti Terra de Tere Antiquaristas
 - 20 - Roberto Abon Antiquaristas
 - 21 - Lúcia Paiva

- TEATROS**
- CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**
- 1 - Teatro SESQUÊNIO Peçonhito
 - 2 - Teatro Gregório de Matos
- ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**
- 3 - Teatro Castro Alves - Sala Principal
 - 4 - Teatro Castro Alves - Corchão Acústico
 - 5 - Teatro Castro Alves - Sala de Coro
 - 6 - Teatro Sotomaior
 - 7 - Cine Teatro do ICBA
 - 8 - Teatro Via Velha
 - 9 - Teatro Espaço Auto Velha
 - 10 - Teatro Comércio Nova

- CINEMA**
- CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**
- 1 - Ador
 - 2 - Cine BV Realtime
 - 3 - Espaço Urbano
- ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**
- 4 - Salãozinho do Maré
 - 5 - Cinema Walter de Silva
 - 6 - Cine Lapa 1 e 2
 - 7 - Sala do Visor Alexandre Falcão



GALERIAS

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 1 - Galeria Manoel Moreira
- 2 - Fundação Casa de Padre Nogueira
- 3 - Galeria Costa da Terra
- 4 - Galeria
- 5 - Galeria Solar Pereira

ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

- 6 - Galeria Jurema Figueira
- 7 - Galeria Alencar
- 8 - Projeto Alceu Garcia de Azeite
- 9 - Galeria do Consórcio

Mapeamento dos Negócios Culturais no CAS
 Consultoria de Avaliação dos Equipamentos e Negócios Culturais
 coordenada por Marley Cabral de Santana
 Base de Dados: Pesquisa Equipamentos Culturais - São CRICAS / UNB/CCO
 Base de Mapa: Mapa Sica - BA
 Data: Dezembro/2008 a Maio/2009
 Elaborado cartograficamente por Ricardo Adorno

Mapa 2 - Distribuição Espacial dos Negócios Culturais.



Fotos 3 e 4 - Painéis de Azulejos da Ordem Terceira de São Francisco. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.



A azulejaria portuguesa, disposta nas paredes dos claustros e no interior dos templos religiosos baianos, é considerada de alta qualidade, pelo tipo de técnica utilizada e profusão de informações impressas nos seus painéis. O maior acervo de painéis de azulejaria de origem portuguesa, do século XVIII, no Brasil, se encontra no conjunto franciscano de Salvador – Ordem Primeira e Terceira – com destaque para as cenas que representam a capital do reino, Lisboa, antes do terremoto de 1755, e que decoram as paredes do claustro e da Sala da Mesa da Ordem Terceira.

Na imaginária, se destaca a produção do século XVIII, originária de oficinas locais ou de Portugal. Muitas dessas peças, devido ao mau estado de conservação das igrejas, estão no Museu de Arte Sacra – MAS, o que, a despeito do projeto museológico do MAS, representa uma perda sob o critério da relação entre função e lugar de origem. Desse mesmo século, encontramos a melhor produção em prataria, pinturas de forro e de telas para paredes, de autoria de importantes artistas baianos, dos séculos XVIII e XIX, como José Theófilo de Jesus, Antonio Joaquim Franco Velasco, José Joaquim da Rocha.

No mobiliário merecem ênfase os lavabos em lioz e os arcazes encontrados nas sacristias, com destaque para os acervos da Santa Casa de Misericórdia, da Catedral, de São Francisco e do convento do Carmo.

Quanto à propriedade e natureza jurídica dos edifícios religiosos, 54,5% das instituições pesquisadas no CAS estão subordinadas à Arquidiocese, que detém a maior parte do patrimônio religioso da capital, seguida pelas comunidades religiosas a exemplo dos beneditinos, capuchos e franciscanos e algumas Irmandades que permanecem com Mesa instalada e registro jurídico, como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

Ainda que de natureza particular, as instituições religiosas, dependem cada vez mais do orçamento público¹² e da disponibilização financeira de instituições particulares para manutenção e conservação das suas estruturas. Assim, as condicionantes de natureza jurídica, associadas à dimensão física dos edifícios e ao tempo de construção, têm favorecido um desgaste dos edifícios religiosos no CAS, estando 69,6% deles em situação de risco. Dentre os edifícios encontrados em estado de conservação precário, com impossibilidade de acesso público e de realização de atos litúrgicos, salientamos as Igrejas de São Pedro dos Clérigos, a Ordem Terceira de São Domingos, a Igreja Matriz do Passo, a Igreja do Boqueirão e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, situadas no eixo de maior visitação turística do CHS, Praça da Sé/Pelourinho/Taboão e Carmo/Santo Antônio Além do Carmo, fato que se estende também para o ECH, onde é possível encontrar edificações com alto grau de comprometimento das suas estruturas. No universo pesquisado, foram identificadas apenas 10 edificações (30,3%), em bom ou ótimo estado de conservação da estrutura física.

As atividades desenvolvidas hoje nos edifícios religiosos extrapolam a sua função original. As bibliotecas e arquivos dos conventos, mosteiros e da Cúria, antes de uso exclusivo do clero, passaram a ser abertos ao público, atraindo grande número de pesquisadores e possibilitando um maior entendimento da arte, da história da cidade e da própria igreja. Destaque para as bibliotecas e arquivos dos Beneditinos, com acervo bibliográfico que data do século XVI, a biblioteca do Museu de Arte Sacra, os arquivos da Santa Casa de Misericórdia, além do acervo documental da Cúria Metropolitana de Salvador, em fase de restauração.

Cidade turística, com potencial para o turismo cultural, o acervo religioso é o principal atrativo desse segmento, em particular a capela barroca do convento franciscano. No entanto, pode-se constatar pela pesquisa da PEC/CAS e por entrevistas realizadas *in loco*, que essas Instituições não atendem aos requisitos mínimos de comunicação – sinalizações bilíngues, etiquetas de identificação das peças – e não disponibilizam monitores. Os visitantes estrangeiros, na grande maioria, ficam sujeitos a acompanhamento de guias particulares ou vinculados às agências de receptivo turístico.

Outro fator limitante é que um grande número de conventos e igrejas permanece fechado nos finais de semana e feriados. A falta de segurança é a principal justificativa, declarada por seus gestores. As igrejas e conventos baianos, quase na sua totalidade, estão abertos somente nos horários de missa ou de atividades litúrgicas – orações comunitárias, casamentos, novenas.

Museus

Os 26 museus visitados pela PEC/CAS correspondem a 48,2% das instituições existentes em Salvador¹³ e preservam um rico e variado acervo, que inclui arte sacra católica e africana, arte e utensílios indígenas, arte africana, vestígios arqueológicos, arte moderna e contemporânea, arte decorativa, vestuário e alfaias.

Entendendo Museu como espaço de memória e referência cultural, o território ocupado pelo CAS é o primeiro museu da cidade. Seu traçado urbano, edifícios e atividades culturais nos remetem a diferentes épocas da história da primeira capital do país e do Atlântico Sul, assim como nos retratam o seu crescimento, desenvolvimento e modernizações. A arquitetura exposta nas ruas, largos e praças da cidade representa uma ampla documentação dos usos e costumes locais, materializados ora nos solares e sobrados, nas igrejas e conventos, fortes e palácios, ora expressos nas mais diversificadas linguagens artísticas, expostas nas fachadas, ou no interior dos seus edifícios. Compõem ainda este imenso espaço museográfico outras representações da cultura como: festas, culinária, música, dança, entre as variadas formas de expressão e saberes dos cidadãos. Sem dúvida, o CAS é guardião do primeiro acervo a ser conhecido pelos soteropolitanos e pelos visitantes.

O compromisso de apresentar ao público obras de arte, testemunho histórico de diferentes épocas, nos locais onde foram produzidas favoreceu a criação de instituições fechadas, protegidas e seguras denominadas de Museu¹⁴. Seu objetivo inicial, "educar e informar o público"¹⁵ logo foi substituído pelo de espaços para guardar, conservar e expor coleções ou, ainda, lugares para pesquisar e estudar. Em Salvador, esta premissa também foi verdadeira: o primeiro museu da cidade, o Museu de Arte da Bahia, criado pelo Estado, em 1918, teve como principal objetivo abrigar a coleção de pintura do Dr. Jonathas Abbott, professor da Escola de Belas Artes da Bahia, e o acervo de artes decorativas que pertenceu à família do Dr. Góes Calmon, configurando-se em um lugar de conhecimento.

Ao longo do século XX vários museus foram fundados na cidade e os mais significativos se localizam no CHS, onde está o maior número de instituições (73% dos equipamentos pesquisados, 19 instituições distribuídas na área Praça da Sé/Pelourinho/Taboão) com dimensões físicas variadas e abrigando importantes coleções. Destacam-se o Museu de Arte Sacra da Bahia, pertencente à UFBA, que ocupa a antiga edificação religiosa dos



Foto 5 – Museu de Arte Moderna (MAM). Fonte: Robson Mendes/AGECOM.

Carmelitas Descalços, no Sodré; o Museu Afro, na Ajuda e o de Arqueologia e Etnografia, implantado na antiga Faculdade de Medicina da UFBA, no Terreiro de Jesus; o Museu Abelardo Rodrigues, pertencente ao Estado, localizado no Pelourinho e o Museu da Cidade, de propriedade da Prefeitura Municipal de Salvador, também situado na área. Outros museus expõem coleções particulares de empresas, instituições ou pessoas físicas. No ECH estão sete instituições, com destaque para o Museu de Arte Moderna com rica coleção de pintura moderna e contemporânea, localizado na Av. Contorno, e para o Museu Henriqueta Catharino/Museu do Traje, localizado na área do Politeama.

Quanto à natureza jurídica dos museus baianos, verifica-se que 50% dos museus pesquisados pertencem ao poder público, nas diferentes esferas, e 50% à iniciativa privada, destacando-se as instituições religiosas e particulares. Dentre os museus ligados aos poder público, 46,2% pertencem ao Estado da Bahia, com orçamento vinculado à Secretaria de Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia e da Secretaria de Agricultura; 30,8% ao Governo Federal através da UFBA e 23% ao poder municipal. Quanto aos museus ligados às instituições privadas, a pesquisa identificou 53,8% pertencentes a igrejas e Irmandades; 38,5% a fundações e 7,7% de propriedade particular (Tabela 1).

Vale destacar que muitos dos museus sofrem com a escassez de recursos para os serviços de manutenção e conservação, assim como para o desenvolvimento de projetos educativos e exposições. Na grande maioria, os museus públicos e privados são diretamente dependentes do orçamento público ou da capacidade financeira de instituições particulares para a conservação dos prédios, aquisição de acervo e desenvolvimento de projetos, o que tem provocado uma descontinuidade de seus serviços e políticas. Esta condicionante, associada à dimensão física e à época de construção dos edifícios¹⁶, tem levado ao desgaste dos prédios, cuja maior parte apresenta problemas de manutenção, o que compromete a qualidade dos espaços de exposições e administrativos, colocando em risco o acervo. A pesquisa detectou que 53,8% dos edifícios ocupados por museus apresentam estado de conservação de regular para ruim; no CAS, seis instituições estão fechadas por problemas de manutenção e/ou de gestão, a exemplo do Memorial de Medicina e do Museu Casa de Rui Barbosa; dois museus estão fechados para reforma e/ou instalação de novo projeto museográfico – caso do Museu do Desterro; e seis instituições apresentam sérios problemas na estrutura. Por outro lado, oito instituições (31,6%) estão com seus prédios em bom ou ótimo estado de conservação e apresentam projetos de exposição modernos e adequados à visita do público – como, por exemplo, o Museu de Arte Sacra da Bahia e o Museu Abelardo Rodrigues. Nesta situação destaca-se o Museu de Arte Moderna, que apresenta espaços de exposição aptos a receber obras nacionais e internacionais.

As atividades desenvolvidas nos museus – exposições temporárias, cursos, ateliês e oficinas de arte –, e os espaços multiusos, como café, livrarias, lojas, restaurantes propiciam o maior fluxo de visitantes e incentivam o retorno periódico dos cidadãos à instituição. Analisando os dados, é possível constatar que os museus desenvolvem múltiplas atividades, já que 22 (84,6%) têm salas de exposição temporária e 11 (42,3%) salas para atividades diversas; espaços para eventos e lojas para venda de souvenirs estão em 14 museus (53,8%); café/restaurante em quatro museus (15,4%). O MAM abriga uma sala de cinema e disponibiliza espaço para um

EQUIPAMENTO	PÚBLICO ESTADUAL	PÚBLICO FEDERAL	PÚBLICO MUNICIPAL	PRIVADO	TOTAL
CHS	04	03	03	09	19
Abelardo Rodrigues	SECULT/IPAC				
Udo Knoff de Azulejaria	SECULT/IPAC				
Tempostal	SECULT/IPAC				
Memorial dos Governadores Republicanos da Bahia	SECULT/Fundação Pedro Calmon				
Arqueologia e Etnologia		UFBA			
Faculdade de Medicina da Bahia		UFBA			
Afrobrasileiro		CEAO/UFBA			
Memorial da Câmara Municipal de Salvador			Câmara Municipal de Salvador		
Museu da Cidade			FGM /PMS		
Casa do Benin			FGM/PMS		
Museu do Carmo				Província Carmelitana de Santo Elías	
Venerável Ordem Terceira do Carmo				Irmandade da O. T. do Carmo	
Museu da Catedral				Arquidiocese	
Museu São Bento				Mosteiro de São Bento da Bahia	
Museu de Imprensa da Associação Baiana				ABI	
Museu da Misericórdia				Irmandade da Santa Casa da Misericórdia	
Museu Casa de Rui Barbosa				ABI/ Faculdade Rui Barbosa	
Eugenio Teixeira Leal				Fundação Econômico Miguel Calmon	
Casa Museu Solar Santo Antonio				Particular	
ECH	02	01	04	07	
Museu do Cacau	SEAGRI				
Museu de Arte Moderna da Bahia	SECULT/IPAC				
Arte Sacra		UFBA			
Museu Frei Germano Citeroni				Convento N. Sra. da Piedade	
Santa Clara do Desterro				Sociedade Sagrado Coração de Jesus	
Museu Henriqueta Catarino/ Museu do Traje e do Textil				Arquidiocese / Fundação Instituto Feminino da Bahia	
Forte de São Marcelo				ABRAF	
Total CAS	06	04	03	13	

Tabela 1 - Natureza jurídica dos museus. Fonte: SECULT-ERCAS/UNESCO, 2008/2009.



Fotos 6 e 7 – Museu de Arte Sacra - fachada e interior. Fonte: Aristeu Chagas/AGECOM.



projeto musical (Jam no MAM - Jazz), também promove cursos, oficinas e ações voltadas para a formação de público, como visitas guiadas e conversas com os artistas, criando oportunidade de debates sobre artes visuais.

Em visita a diferentes instituições museológicas no CAS, é possível perceber que, principalmente nos museus de pequeno porte, os acervos estão distribuídos de forma aleatória, sem legendas ou informações, em especial para o turista estrangeiro; também faltam iluminação e suporte adequados aos objetos. Entretanto, é imprescindível destacar os projetos de exposições permanentes do Museu de Arte Sacra, do Museu Afro, do Museu Abelardo Rodrigues e a variedade de projetos museográficos do Museu de Arte Moderna, que têm atraído um grande número de visitantes nas exposições temporárias patrocinadas pelo Governo do Estado ou em parceria com a iniciativa privada.

A PEC/CAS identificou que, em relação ao acervo, 87,8% dos museus são históricos e/ou artísticos, com relevo para peças sacras – esculturas, quadros, alfaías, mobiliários –, mobiliário e arte visual. Quanto à arte contemporânea, o destaque é a coleção de esculturas do MAM.

Outro fator limitante do acesso aos museus, principalmente no CHS, é o fato de algumas instituições permanecerem fechadas nos finais de semana e feriados, entre eles o Museu de Arte Sacra, Museu Casa de Ruy Barbosa, cuja justificativa, mais uma vez, assim como nas igrejas, é a falta de segurança pública.

Analisando a estrutura interna das edificações e os espaços de exposição, observa-se que as instituições pesquisadas não atendem à necessidade de comunicação, sinalização e acesso ao acervo para a atividade turística. Do universo pesquisado, apenas 46,1% do acervo possuem etiquetas e textos em outros idiomas e apenas 34,6% apresentam sinalização bilíngue. Vale ressaltar que, em apenas 34,5% dos museus pesquisados, os dados do acervo encontram-se informatizados, o que impossibilita os museus de participarem da rede local, nacional e também internacional de informações museológicas.

Outros fatores observados foram: repetição temática dos espaços, sobretudo os localizados no CHS; controle pouco preciso de público nos museus; os pequenos museus não possuem objetivos claros quanto ao enquadramento temático; ainda que diverso, o acervo não apresenta organização temática ou temporal por sala ou espaço de exposição; ausência de definição de público-alvo, o que dificulta a adequação dos textos e da linguagem utilizada e inexistência de guias especializados na relação entre o acervo, a edificação e a história da cidade.

Dentre as instituições que responderam à PEC/CAS, 19 museus (73%) apresentaram dados sobre o perfil do frequentador, aparecendo mais comumente estudantes do nível fundamental e médio e grupos de turistas. Os museus mais visitados estão principalmente entre o Terreiro de Jesus e o Pelourinho, o Museu Afro, Museu Abelardo Rodrigues, Conjunto do Convento e Ordem Terceira de São Francisco, Museu Casa do Benin e Museu da Ordem Terceira do Carmo. Importantes equipamentos culturais ficam fora do circuito, apresentando-se como justificativa mais salientada a falta de segurança e o restrito horário de funcionamento.

Com relação ao pessoal ocupado, as instituições pesquisadas declararam ter em média de seis a 15 funcionários por museu, com um total de 395 empregos no CAS. Avaliando o total de funcionários empregados nos museus do CAS, verifica-se que 71,9% estão empregados em instituições públicas nas três esferas e 28,1% nas instituições particulares, demonstrando o significativo papel do Estado enquanto empregador, pois do quadro de profissionais de nível superior (41%), distribuídos em 19 museus do CAS, o maior número encontra-se no Museu de Arte Moderna e no Museu de Arte Sacra da Bahia. Observou-se, também, que existe uma paridade entre as ocupações formalizadas e o vínculo temporário dos trabalhadores, o que aponta para uma relativa fragilidade na continuidade dos trabalhos e na memória institucional, técnica e administrativa dos museus.

Teatros do CAS e de Salvador

Dos 23 teatros pesquisados em Salvador, dez salas estão localizadas no CAS, o que corresponde a 43,5% do total desses equipamentos. Desde o século XIX os teatros, além de serem utilizados para apresentações musicais, peças teatrais e espetáculos de dança, são importantes espaços de socialização estendendo, posteriormente, a sua função, destacando-se hoje como espaço de criação e formação.

O mais importante espaço teatral de Salvador é o complexo do Teatro Castro Alves, localizado no Campo Grande - ECH, composto pela sala principal, Concha Acústica e Sala do Coro, recebendo o maior número de espetáculos

Foto 8 – Teatro Castro Alves. Fonte: Adenor Gondim.



e espectadores de todas as linguagens artísticas. Ainda nesta região encontram-se o Teatro Vila Velha e o Teatro Gamboa Nova, localizados nas proximidades do Campo Grande, o Teatro Salesiano, em Nazaré, o Teatro Espaço Xisto Bahia, nos Barris e o Cine Teatro ICEIA - Instituto Central de Educação Isaiás Alves, no Barbalho, segunda maior sala de espetáculo de Salvador, que se encontra fechado por problemas de conservação nas instalações prediais.

No Centro Histórico, foram pesquisados os Teatros SESC Pelourinho e o Teatro Gregório de Mattos (fechado para reforma desde março de 2008).

De maneira geral, no CAS estão localizados os espaços que fizeram a história do teatro na Bahia: o Teatro Vila Velha (1964), que serviu de palco inicial para a carreira dos Tropicalistas¹⁷, hoje é administrado por uma associação privada e desenvolve diversas atividades culturais, educativas e de memória; o Teatro Gamboa (1974), "de grande importância para o teatro local, não apenas porque abriu as portas às suas produções, mas porque se tornou um núcleo produtor delas"¹⁸, hoje, designado Teatro Gamboa Nova, é dirigido por uma associação privada e vem se firmando como um espaço de criação. Para dar continuidade a seus projetos e programas, esses dois teatros comumente recorrem aos programas de fomento à cultura.

No CHS a PEC/CAS registrou dois teatros: o Teatro do Sesc/Senac Pelourinho, reaberto ao público em 1998, que promove importantes atividades educativas e culturais que beneficiam, principalmente, a população do CHS e de seu entorno e o Teatro Gregório de Mattos (1994), subordinado ao poder público municipal, porém fechado devido a problemas de manutenção e conservação.

No entorno do CHS encontram-se, ainda o Teatro Salesiano (1961), administrado pelo Liceu Salesiano do Salvador e os Teatros Espaço Xisto Bahia (1994) e o Cine Teatro do ICEIA (1949)¹⁹, subordinados à Funceb/SECULT.

A PEC/CAS indicou que a maioria dos teatros pesquisados na cidade é de médio (9 acima de 400 assentos) e de pequeno porte (13 até 300 assentos), exceção para o Teatro Castro Alves que ganha destaque, neste quadro, posto que suas três alternativas de espaços representam 51,2% da capacidade instalada total dos teatros pesquisados, na capital. Vale ressaltar que a Concha Acústica, destinada aos *shows* musicais mais populares, responde por 39% desses assentos e a sala principal por 10,9%.

Segundo declaração dos gestores entrevistados, no CAS, 26% dos edifícios que abrigam os teatros apresentam estado de conservação de ruim para regular, a exemplo do Teatro Gregório de Mattos (CHS) e do Teatro do ICEIA (ECH).

Como forma de incentivar o exercício das práticas culturais externas, os teatros soteropolitanos oferecem alternativas de educação, lazer e sociabilidade aos seus frequentadores - projeção de filmes e vídeos, espaços para palestras, conferências ou oficinas. Quanto à infraestrutura para a apresentação de espetáculos, a Pesquisa identificou que os palcos dos teatros são quase todos do tipo italiano e que apenas quatro são arenas ou semi-arenas (caso dos teatros Vila Velha e Gregório de Mattos).

Dentre os teatros, da capital, que fizeram controle de público²⁰ em 2007, os *shows* musicais foram os mais procurados, inclusive as duas conchas acústicas disponíveis na capital (68%). O Teatro Castro Alves (TCA) atraiu 90,3% da demanda total desse público (314.587 pessoas). Ainda que a oferta de peças teatrais tenha sido significativa – 50,5% do total de espetáculos apresentados em 2007 –, o que é indicativo de vitalidade dos grupos locais, o número de pessoas que optou por prestigiar essa linguagem não foi correspondente a essa oferta (20,7%). Outra informação trazida pela PEC/CAS foi quanto à pequena oferta e frequência de público para os espetáculos de dança, pois essa manifestação respondeu por 11,2% do público total que se dirigiu aos principais espaços teatrais da capital.

Ainda que o TCA seja o espaço mais frequentado de Salvador (recebendo 83,6% do público de todas as linguagens), existe, na cidade, uma relativa pulverização na oferta de espetáculos. O TCA sediou apenas 29,3% do total de *shows* musicais; 8,9% das peças teatrais e 14,7% dos espetáculos de dança que se apresentaram em Salvador, em 2007.

Em relação ao pessoal ocupado, a Pesquisa apontou que 78% dos teatros têm profissionais de nível superior em seu quadro administrativo e que a maioria dos equipamentos (cinco teatros no CAS e oito fora do CAS) trabalha com funcionários que têm terceiro grau completo em diversas áreas do conhecimento, predominantemente em teatro, administração, letras e jornalismo. No ano de 2007, os teatros pesquisados no CAS empregaram 394 pessoas com diferentes níveis de escolaridade, havendo uma relativa paridade entre os profissionais de nível médio (169) e superior (186); também se observou que é grande a formalização do vínculo empregatício dentre os trabalhadores desses equipamentos (287). Esses dados demonstram relativo amadurecimento do mercado de trabalho dos teatros em Salvador.

Salas de Cinema do CAS e de Salvador

Em Salvador, ir ao cinema era o principal divertimento dos soteropolitanos nos anos de 1950/60. Em sintonia com a tendência verificada mundialmente, os cinemas de rua de Salvador foram sendo sucessivamente substituídos por salas instaladas nos centros comerciais. Hoje restam apenas dois exemplares desse modelo, os cine Astor e Cine XIV Sala de Arte, ambos localizados no CHS. As outras salas de exibição localizadas no ECH são salas associadas a espaços culturais públicos (Sala de Arte do MAM, Cinema Walter da Silveira, Sala de Vídeo Alexandre Robatto) e duas salas de exibição integradas ao Shopping Lapa. Na Praça Castro Alves, foi inaugurado, em 2008, o Espaço Unibanco de Cinema Glauber Rocha – complexo de salas com lanchonete, livraria, café e restaurante. Dos quinze grupos responsáveis pela exibição de filmes entrevistados pela PEC/CAS, que operam quarenta e oito salas de cinema na capital, sete estão no CAS.

As duas salas mantidas pelo poder público estadual inauguraram essa alternativa, o Cinema Walter da Silveira (1980) e a Sala de Vídeo Alexandre Robatto (1988), que dividem espaço com a Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Também a Sala de Arte Cinema do MAM (ECH) integra a estratégia do grupo Cinema e Artes Produções

de formar parcerias com instituições públicas e privadas por meio da cessão dos imóveis para adequação das salas de exibição. Essa alternativa tem audiência garantida entre o segmento de público mais intelectualizado, adulto e de classe média.

O Espaço Unibanco de Cinema Glauber Rocha²¹ é um diferencial no conceito de cinema associado a complexos culturais, complexo de salas associado a lanchonete, livraria, café e restaurante. Integrado à rede nacional de exibição do Instituto Unibanco de Cinema, esse espaço é de grande importância para Salvador, tanto por seu significado simbólico quanto pela possibilidade de vir a se constituir em uma alternativa de exibição fora dos centros comerciais e, com isso, contribuir fortemente para o processo de requalificação do Centro Histórico. As 11 salas de cinema instaladas no CAS representam 19,3% (1950 assentos) do total de assentos disponíveis na capital (10.127).

A Pesquisa identificou que, de maneira geral, as condições físicas das instalações dos cinemas são boas e ótimas, sobretudo daqueles localizados nos *shoppings centers*. Analisando a qualidade sonora, 80% das salas possuem som do tipo *Dolby Digital*; 13,3% *Digital Theater Systems-DTS* e mesa de som com 16 canais; os demais apresentam som em Mono, Amplificador Stereo e *Dolby Stereo* (6,7% cada), o que demonstra uma excelência na qualidade do som.

Os cinemas de Salvador pertencem quase que exclusivamente à iniciativa privada, à exceção do Cinema Walter da Silveira e da Sala de Vídeo Alexandre Robatto, nos Barris, vinculados à Funceb/Dimas. A principal exibidora privada que opera em Salvador é a Oriente Filmes, empresa que figura entre as 20 maiores do Brasil e que, na Bahia, atua em oito complexos espalhados por Salvador e Feira de Santana. No CAS, essa exibidora opera apenas o Cine Lapa I e II; as outras salas desse território são gerenciadas pelo grupo Cinema e Artes Produções (Sala de Arte Cinema do MAM e Cine XIV Sala de Arte); e Art Films, que administra o Cine Astor.

Merece destaque o fato de, em 2005, Salvador ter ocupado a sétima posição no *ranking* nacional do mercado de cinema²². O fluxo de pessoas que diariamente se destina às 12 salas do Multiplex Iguatemi-UCI/Oriente é o que determina esse resultado. De acordo com a classificação no ranqueamento dos 50 grupos que operam no mercado de multiplex no Brasil, o Iguatemi de Salvador foi classificado em primeiro lugar por dois anos seguidos, 2006 (1,481 milhão de pessoas) e 2007 (1,288 milhão)²³. Esse resultado indica a vitalidade do mercado de cinema soteropolitano e aponta para a possibilidade de expansão do mercado, a exemplo do Espaço Unibanco, competindo com o multiplex pela qualidade das instalações e dos equipamentos.

Diferentemente dos outros equipamentos, até mesmo dos teatros, a quase totalidade dos cinemas distribui folheto de divulgação com a programação que está sendo exibida (86,7%) e também a disponibiliza em *sites* especializados.

As atividades desenvolvidas nas salas de exibição são geradoras de emprego e renda, principalmente nos centros culturais e *shoppings centers*, que absorvem profissionais de qualificação mediana, em geral, que dispõem de 2º grau completo, para exercer funções de atendimento.



Foto 9 – Biblioteca Monteiro Lobato (Nazaré). Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

Bibliotecas

A PEC/CAS pesquisou 28 bibliotecas e identificou que, apesar de sua importância para os cidadãos soteropolitanos, como equipamento prestador de serviço público voltado para educação, formação de público, pesquisa e memória, o investimento das esferas governamentais nesses espaços é relativamente recente. A maioria das bibliotecas foi fundada a partir dos anos 1960, à exceção da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, instalada em 1811, e reconhecida como a mais importante da cidade, seja pelo número de visitantes que recebe, seja pela riqueza e diversidade do acervo, direcionado a estudantes do ensino médio e pesquisadores. De igual maneira, é relevante o papel da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, em Nazaré, especializada em literatura infantil e juvenil. A pesquisa aferiu que a maioria das bibliotecas pesquisadas é subordinada a escolas públicas e particulares, universidades e instituições públicas e privadas. A grande maioria (74,1%) está localizada no ECH, prioritariamente na segunda cumeada - Barris, Piedade, Nazaré, área que se caracteriza como espaço educacional. No CHS, estão localizadas 25,9% das bibliotecas do CAS, com destaque para a Biblioteca do Mosteiro de São Bento de Salvador, que abriga livros raros do século XV e XVI.

Quanto à tipologia das bibliotecas do CAS, sua maioria é Especializada (68%), seguida das Escolares (11%), Particulares (11%), Públicas (7%), e uma biblioteca Itinerante (3%), a Biblioteca de Extensão. As bibliotecas consideradas Escolares se encontram em instituições de ensino de nível médio, já as Especializadas em instituições de nível superior, centros culturais e museus. A maior concentração de bibliotecas especializadas

está no CHS (5), das quais uma é particular. No que se refere à natureza administrativa das bibliotecas do CAS, 14 delas (50%) são Públicas – estadual, federal ou municipal – sendo sua maioria (nove), ligada à esfera Estadual, com destaque para a Biblioteca Pública do Estado da Bahia e a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato. A Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (com natureza administrativa pública federal), situada no Pelourinho, funciona apenas para consulta de seus funcionários. A Biblioteca da Fundação Mario Leal Ferreira, localizada nos Barris, é a única com natureza administrativa pública municipal. A parcela privada é constituída por fundações, associações, empresas e instituição filantrópica.

O estado de conservação dos prédios onde estão instaladas as bibliotecas é considerado bom por 50% dos entrevistados e ótimo por 14%, o que indica que quase 65% avaliaram satisfatoriamente o local de funcionamento. A situação do imóvel é apontada como regular ou ruim por 36% das instituições localizadas no CAS.

Das informações sobre o número de títulos e qualidade dos acervos das bibliotecas do CAS, quatro instituições se destacam no universo pesquisado por sua riqueza e especificidade – as Bibliotecas do Mosteiro de São Bento (CHS) que conta com 600 mil títulos, sendo 20 mil títulos raros do século XVI ao início do XX; a Biblioteca Pública do Estado da Bahia (ECH) com 83.536 títulos, destacando-se 3.820 livros raros do século XVI ao XX; a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato (ECH) com 14.070 títulos infantis e juvenis e o Memorial de Medicina que dispõe de 11.483 teses acadêmicas. Mesmo frente a essa riqueza patrimonial, cerca de 90% das bibliotecas não possuem seguro para seu acervo ou equipamentos específicos para a sua conservação.

Diferentemente da Biblioteca Monteiro Lobato, que atende sobretudo ao público residente no eixo norte do CAS (Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas), a Biblioteca do Estado, por estar localizada próxima ao terminal da Lapa e de diversos estabelecimentos de ensino, atende ao conjunto dos soteropolitanos. No Centro Histórico, a Biblioteca do Memorial do Banco Econômico, no Pelourinho, também se destaca por sua estrutura, proporcionando diversas atividades como cursos e oficinas, ações educativas, apresentações teatrais e musicais e algumas específicas para o público infantil e juvenil, como hora do conto, encontro com escritores, brinquedoteca, entre outras.

Foto 10 – Biblioteca Central (Barris). Fonte: Aristeu Chagas/AGECOM.

Foto 11 – Biblioteca Monteiro Lobato (Nazaré). Fonte: Ivan Erick/AGECOM.



Das 28 bibliotecas existentes no CAS, cerca de 90% (25 espaços), estão abertas ao público e dessas apenas uma funciona aos domingos, a Biblioteca de Extensão, e nove abrem aos sábados, no período da manhã. A pesquisa de público é feita em 20 bibliotecas (71%), sendo seus principais frequentadores estudantes (53%) e pesquisadores (39%). O acesso do público ao acervo é direto em 15 bibliotecas e, quanto à informatização, quinze bibliotecas (54%) contam com esta ferramenta (4 no CHS e 11 no ECH).

O veículo mais citado para divulgação das bibliotecas é a Agenda Cultural, estando 12 bibliotecas citadas em guias culturais (43%), e quatro possuem *sites* particulares na internet. Quanto às publicações, observa-se que apenas nove instituições publicam folhetos ou catálogos e divulgam suas atividades na internet e apenas duas instituições editam livros.

Segundo as entrevistas, é possível constatar que existe um alto índice de empregos nas bibliotecas entrevistadas, com um total de 270 pessoas com vínculo empregatício, sendo 102 indivíduos com nível superior (38%); 151 com nível médio (56%) e 17 com nível fundamental (6%). Quanto ao vínculo empregatício dos trabalhadores, 139 são efetivos (52%), 30 estão em cargos de confiança (11%), 72 têm contrato temporário (27%) e 29 são estagiários (10%).

Arquivos

Os Arquivos localizados no CAS são de grande importância para a cultura baiana; juntamente com as bibliotecas guardam a documentação, a iconografia e os registros da história da cidade e da memória social dos soteropolitanos. A PEC/CAS identificou 13 equipamentos no CAS, sendo 5 (38%) no CHS a exemplo do Arquivo da Ordem Beneditina e Arquivo Municipal (São Bento/Misericórdia) e oito (62%) no ECH, como o Arquivo Teodoro Sampaio/Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB e do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia (localizados na Piedade e Nazaré, respectivamente). Não podemos deixar de salientar o rico acervo documental existente no Arquivo Público do Estado da Bahia, localizado na antiga Quinta dos Padres Jesuítas, na Baixa de Quintas, identificado na pesquisa como área do ECH.

No que se refere à natureza administrativa dos Arquivos do CAS, 46% são públicos e 54% são privados. Dentre os arquivos públicos, três estão localizados no ECH, a exemplo do Arquivo Público da Bahia, o mais antigo e bem estruturado do Estado; e o Núcleo de Memória da DIMAS/Funceb. No CHS, dois arquivos pertencem à esfera municipal: o Setor de Biblioteca e Arquivo da Procuradoria Geral do Município de Salvador, na Rua da Ajuda, e o Arquivo Histórico Municipal de Salvador, na Rua Chile; e um arquivo se vincula à esfera federal: o Arquivo da Faculdade de Medicina, no Pelourinho, fechado para reforma desde julho de 2008.

O estado de conservação dos prédios que sediam os arquivos é variável, pois 23% das instituições avaliaram satisfatoriamente o local de funcionamento, com destaque para o Arquivo do Mosteiro de São Bento, no CHS, e para o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, no ECH; e a maioria dos entrevistados (77%) qualificou as instalações prediais de regulares para péssimas, a exemplo do Arquivo da Faculdade de Medicina, no CHS e do Arquivo Histórico Teodoro Sampaio/IGHB, na Piedade.

Os Arquivos do CAS caracterizam-se pela diversidade de conteúdo oferecido ao público. O Arquivo Público do Estado, por exemplo, se enquadra em cinco categorias – Administrativo, Eclesiástico, Privado, Cartorial e Histórico; o Arquivo Público Municipal se enquadra em Administrativo, Legislativo e Histórico-Colonial; alguns são bem específicos como o Setor de Biblioteca, Documentação e Arquivo da Procuradoria do Município, no CHS, e o Centro de Estudo e Pesquisa Sindical, no ECH. No que diz respeito ao tipo de documentos existentes, os mais comuns são jornais, cartografias, fotografias, filmes e negativos fotográficos, documentos públicos e institucionais. Chama atenção o fato de 77% dos arquivos localizados no CAS, não disporem de seguro para o seu acervo.

Quanto à informatização, apenas dois arquivos são informatizados (15%) e seis estão em processo de informatização (46%). A pesquisa de público é feita por 11 arquivos, (85%); os pesquisadores são apontados como público principal seguido por estudantes dos níveis médio e superior.

Apenas quatro arquivos são citados em guias/sites, 31%. O veículo mais citado é o *site* das próprias instituições. Quanto a publicações, a maioria (54%) edita catálogo, revista e/ou boletim informativo.

Trabalham nos arquivos do CAS cerca de 138 empregados e um voluntário, totalizando 139 pessoas ocupadas, sendo 30 em instituições localizadas no CHS e 109 pessoas nas proximidades do CHS. Quanto à escolaridade, 55 têm nível superior (40%); 71 funcionários têm nível médio (51%) e 12 têm nível fundamental de escolaridade (9%). Apenas o Arquivo Histórico Teodoro Sampaio do IGHB não possui profissional de nível superior. Quanto ao vínculo empregatício dos 138 empregados, 83 são efetivos (60%), 19 estão em cargos de confiança (14%), 11 têm contrato temporário (8%) e 25 são estagiários (18%).

Segundo os gestores, duas dificuldades para a continuidade de políticas efetivas para os arquivos são a falta de investimentos em equipe técnica e a falta de verbas fixas.

Centros Culturais e Fundações

Ao analisar Centros Culturais e Fundações se verifica que, de maneira geral, estas instituições desempenham os papéis de centralizar informações relacionadas a diferentes áreas temáticas, proporcionar e viabilizar pesquisas, sensibilizar a comunidade para o valor da memória e sua projeção no presente, realizar e dar apoio a iniciativas de extensão cultural (exposições, debates, encontros científicos). No CAS, as 12 Fundações e/ou Centros Culturais pesquisados pela PEC/CAS – sete (58%) no CHS e cinco (42%) no ECH –, se caracterizam por serem organizações de natureza diferenciada: lugares de preservação da memória de respeitáveis cidadãos soteropolitanos que doaram seu acervo particular, a exemplo da Fundação Clemente Mariani, localizada no Comércio, e da Fundação Casa de Jorge Amado, no Pelourinho; lugares representativos da cultura de diferentes grupos que contribuíram para a formação da sociedade soteropolitana, a exemplo da Associação Cultural Casa D'Italia, localizada no Campo Grande, e do Centro Cultural Islâmico da Bahia, em Nazaré; espaços de exposição e divulgação da cultura vinculados a instituições federais, como o Centro Cultural da Caixa Econômica, Rua Carlos Gomes, e Centro Cultural dos Correios, no Terreiro de Jesus, ou ainda a Fundação Gregório de Mattos, localizada na Rua Chile, que atua como responsável pela gestão municipal da cultura.



Foto 12 – Fundação Casa de Jorge Amado. Fonte: Arquivo ERCAS.

Quanto à personalidade jurídica, 50% das instituições pesquisadas são subordinadas ao Estado ou a Empresas particulares. Dos Centros Culturais/Fundações do CAS, com vínculo em instituições públicas, 60% são ligadas ao Governo Federal, a exemplo do Centro Cultural da Caixa e Centro Cultural dos Correios. Na esfera municipal temos a Fundação Gregório de Mattos (CHS), ligada à Secretaria de Educação do município, que, de certa forma, cumpre a função de uma Secretaria Municipal de Cultura, e o Centro Cultural da Capoeira, no Forte de Santo Antônio Além do Carmo, vinculado ao governo estadual. As demais instituições são Fundações Privadas (34%); Associações Privadas (17%), no ECH, e uma Instituição Internacional, a Casa de Angola, aqui considerada no CHS.

O estado de conservação desses prédios foi considerado bom em 50% dos equipamentos (6), sendo considerado ruim apenas no Centro Cultural Islâmico da Bahia; dois Centros Culturais/Fundações no CAS (17%) consideraram ótimo o estado do prédio onde funcionam (Fundação Clemente Mariani, no ECH, e a Casa de Angola na Bahia). Quanto aos setores existentes nos Centros Culturais/Fundações do CAS, de modo geral, são encontrados arquivos, bibliotecas, auditórios, salas de teatro e galerias, a maioria localizada em equipamentos do CHS. Merecem destaque no CHS, a Casa Histórica dos Sete Candeeiros, ligada à esfera federal, que apresenta Oficina de Restauração e Área Arqueológica; a Fundação Gregório de Mattos, que conta com sala de teatro, biblioteca, galeria, oficinas de arte, arquivo multimeio e auditório climatizado para 300 pessoas; a Casa de

Angola, com curso de idioma kibundu e sala de cinema, e a Fundação Balé Folclórico da Bahia, no Teatro Miguel Santana, com auditório climatizado para 110 pessoas. No ECH, destacam-se o Centro Cultural da Caixa e a Associação Casa d'Itália com salão multiuso; Centro Cultural Islâmico, Academia de Cultura Itália, com sala para cursos de árabe e italiano, respectivamente.

Todos os Centros Culturais/Fundações do Centro Histórico possuem acervo próprio, basicamente com conteúdos fotográficos, filmes, fitas de vídeo, plantas, mapas e livros. Exceção para os acervos da Caixa Cultural – acervo histórico da instituição mantenedora – e da Casa dos Sete Candeeiros – que possui 127 peças artísticas, esculturas e achados arqueológicos. Em 58% dos equipamentos, o público tem acesso direto ao acervo e a maior parte dos Centros Culturais/Fundações do CAS (67%) apresenta acervo informatizado.

Os 12 Centros Culturais/Fundações do CAS estão abertos ao público. No entanto, no CHS, apenas o Centro Cultural da Capoeira, no Santo Antônio Além do Carmo, o Centro Cultural dos Correios, a Academia de Cultura Italiana, o Centro Cultural Islâmico da Bahia e a Caixa Cultural abrem no final de semana para exposições, eventos ou atividades vinculadas ao grupo mantenedor. Quanto ao tipo de público dos Centros Culturais/Fundações do CAS, os mais apontados são os pesquisadores que frequentam as bibliotecas, estudantes dos cursos oferecidos (língua, oficinas, dança etc.) e estudantes em geral.

Para divulgação das atividades desenvolvidas pelos Centros Culturais/Fundações são usados guias/sites (83%). Os veículos mais citados são a Agenda Cultural do Estado, o Guia da Bahiatursa e a Agenda do Pelourinho. Quanto a publicações, a maior parte (67%) edita alguma publicação, a maioria catálogos, cartazes, folhetos; a Casa de Jorge Amado faz edição de livros.

Segundo as entrevistas, trabalham nos Centros Culturais/Fundações do CAS 297 pessoas. Quanto à escolaridade, 120 funcionários possuem nível superior (42%), 145 pessoas têm nível médio (51%) e 20 têm nível fundamental

Fotos 13 e 14 – Centro Cultural da Caixa Econômica. Fonte: Aristeu Chagas/AGECOM.





Foto 15 – Forte de Santo Antônio Além do Carmo. Fonte: Jhonas Araújo.

de escolaridade (7%). Os cursos de nível superior mais frequentes são Administração de Empresas, História e Sociologia. Quanto ao vínculo empregatício dos 285 empregados, 139 são efetivos (49%), 14 estão em cargos de confiança (5%), 70 têm contrato temporário (25%) e 62 são estagiários (21%).

Antiquários e Sebos

A PEC/CAS indica que, dentre os negócios culturais, o maior número de registros foi de Antiquários e Sebos (17 Antiquários e 4 Sebos). Os Antiquários se consolidaram empresarialmente a partir de 1960, quando obras de arte, principalmente, imaginária, mobiliário e alfaias adquiriram alto valor de mercado e ganharam novo impulso, a partir de 1990, com a expansão do mercado de arquitetura de interiores. No CHS, o maior número desses negócios está localizado no São Bento/Misericórdia, mais especificamente na Rua Ruy Barbosa (85,7%). O mais antigo Antiquário, a Casa Moreira Antiquidades, localizado na Praça da Sé, foi inaugurado, em 1925. Dentre as lojas situadas no ECH, estão o Sebo Papiro, no Tororó; o Antiquário Roberto Alban Antiquidades, no Comércio, e Ada Tem de Tudo, no Gravatá.

Ainda que a Rua Ruy Barbosa tenha prédios com problemas de manutenção e, até mesmo, algumas ruínas, o local onde funcionam esses negócios foi considerado pelos entrevistados como de regular para bom (76%). Apenas a Casa San Martin Antiquidades avaliou como ótimas as suas instalações.

Reafirmando a regra básica de *marketing*, que prevê uma relação direta entre negócio e estacionamento, os

Antiquários e Sebos do CAS quase não oferecem esse conforto a seus clientes; apenas três empresas possuem vagas, o que é indicativo da dificuldade de sobrevivência desses negócios nessas condições.

Quanto ao tipo de peças comercializadas pelos Antiquários e Sebos no CAS, os móveis, louças, prataria e obras de arte são as comumente ofertadas; jóias, vidraria e arte sacra, também são citadas. Nos sebos, livros de literatura, nacional e estrangeira, os livros de arte, história e os livros técnicos são citados por todos, além de postais, gravuras, discos/cds.

Entre os Antiquários/Sebos, 52% são citados em guias da cidade, lista de compras e *sites* nacionais/internacionais. Apenas um antiquário – Roberto Alban Antiquidades – faz parte de uma rede nacional, a associação dos Mercantes de Arte. Entre as lojas entrevistadas, 19% são informatizadas e 10% estavam em fase de informatização.

Segundo as entrevistas, trabalham nos Antiquários e Sebos do CAS, 68 pessoas, no entanto estes pertencem, na maioria, à família proprietária do negócio, o que denota a predominância de microempresas familiares atuando nesse segmento. Em nove negócios (42%), há funcionários que falam outro idioma, como inglês, espanhol, francês e alemão.

Galerias

Ponto de encontro de artistas e apreciadores de arte, as Galerias oferecem ao público espaços para exposição, café-bar e ateliê, além de serem importantes veículos, em Salvador, de divulgação da arte moderna e contemporânea. A PEC/CAS entrevistou os gestores de nove galerias de arte e espaços de exposição.

A maior concentração de galerias está no Centro Histórico, entre a Misericórdia e o Carmo. Dentre as mais conhecidas estão: a galeria do Ferrão, Coisas da Terra e Moacir Moreno, localizadas no Pelourinho; a Pierre Verger, na Misericórdia e a Cafellier, no Carmo. No ECH, as galerias se distribuem entre as regiões do Comércio – galeria Roberto Alban Galeria de Arte e a Africana – e a região sul do CHS, no Campo Grande – galerias Jayme Figura e a do Conselho de Cultura. Desse universo, sete são galerias privadas e dois são espaços de exposição



Foto 16 – Sebo Brandão (Rua Ruy Barbosa). Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

Foto 17 – Galeria do Solar Ferrão. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.



ligados à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – Galeria Solar do Ferrão, no Pelourinho, e Galeria do Conselho de Cultura, localizada no ECH.

Apenas a Galeria do Solar do Ferrão ocupa prédio tombado, datado do século XVIII. O estado de conservação dos prédios onde funcionam as galerias foi considerado regular (33%), bom (33%) e ótimo (33%) equitativamente nas instituições pesquisadas.

Em relação aos setores existentes, todas apresentam salas de exposição e em 44% é detectada a presença de área exclusiva para depósito e guarda de acervo. Aparecem, ainda, Lanchonete/Restaurante em duas galerias do CHS, na Cafelieir e na Moacir Moreno, no Pelourinho.

Fato significativo é que 56% (cinco galerias) possuem acervo próprio de arte moderna e contemporânea, organizado em exposição permanente (80%), favorecendo um contraponto à quase exclusividade de exposições de arte barroca encontrada nos museus do CHS. O acervo das galerias do CAS se enquadra em diversas categorias, pois oferece ao público esculturas, pinturas, fotografias, gravuras e cerâmicas, com destaque para as Galerias Pierre Verger e Roberto Alban.

O público que frequenta as galerias, segundo as entrevistas, é composto por turistas, nacionais e estrangeiros, e estudantes. Todas as galerias estão citadas em algum guia/site cultural, a maioria na Agenda Cultural do Estado.

Segundo as entrevistas, as galerias privadas são microempresas que empregam, no total, 30 pessoas; desses trabalhadores 21 têm nível médio (70%) e nove têm nível superior (30%). Dentre as galerias que possuem funcionários, 38% oferecem algum treinamento para atendimento ao público, ministrados pelos proprietários dos estabelecimentos; em 50% há funcionários que falam outros idiomas – inglês e francês. Vale destacar que 44% das galerias são dirigidas por artistas plásticos e 44% por comerciantes.

O fato do território do CAS abrigar o maior e mais diversificado conjunto de equipamentos e de negócios culturais de Salvador, cujo acervo, dentre outros predados, guarda registros preciosos da história da Bahia e do Brasil, o diferencia das demais áreas de ocupação recente na capital.

Com o apoio do sistema de transporte público – Estação da Lapa, terminal da França e terminal da Barroquinha –, da oferta de serviços diversos, principalmente os educacionais e do comércio varejista de rua e de *shopping centers*, pelo CAS circulam diariamente milhares de pessoas, com destaque para o público jovem. Observa-se ainda, nesse território, uma relativa efervescência cultural em decorrência dos acervos disponíveis para consulta nas bibliotecas e arquivos e da oferta de serviços e programas educacionais desenvolvidos por instituições públicas e privadas (Teatro Castro Alves, Teatro Vila Velha, Teatro do SESC Pelourinho, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, IPAC/Pelourinho Cultural, Museu de Arte Moderna, Universidade Federal da Bahia e várias ONGs). No entanto, tal movimentação está aquém do potencial existente nos diversos espaços culturais disponíveis no CAS, que poderá interessar a esse e a outros públicos, a partir de ações de requalificação dos equipamentos, melhoria no sistema de informação, programas de segurança pública, ampliação dos estacionamentos e melhoria da mobilidade, entre outros.

Um dos aspectos indicados pela PEC/CAS, ainda que não comprovado pela deficiência de informação, diz respeito à concentração de público em algumas instituições e a baixa frequência de outras. O Teatro Castro Alves, por exemplo, que responde por 51,2% da capacidade instalada dos teatros pesquisados em Salvador, em 2007, foi o mais frequentado, pois atraiu 83,6% das pessoas que foram a essas casas de espetáculo. O Museu de Arte Moderna – MAM é o mais concorrido dentre os museus de Salvador, em algumas exposições como a do fotógrafo Pierre Verger e a do artista plástico Caribé, foi grande o número de pessoas que ocorreu ao Solar do Unhão. O projeto Jam no MAM, com apresentações de *jazz*, atrai até duas mil pessoas semanalmente; o cinema Sala de Arte do MAM e o programa de Arte-Educação desenvolvido com crianças e jovens são alternativas que ampliam a frequência e permanência de público. Também com amplo fluxo de público, temos os museus da Universidade Federal da Bahia, com destaque para o Museu Afro. Ainda que o deficiente sistema de controle de público dos museus baianos não permita uma mensuração precisa, observa-se que algumas exposições têm resposta mais positiva do que outras, certamente o fator divulgação influencia nesse resultado.

Os conventos e igrejas da cidade atraem um elevado número de soteropolitanos e turistas ao CAS, seja pelos ritos católicos, seja pela beleza de seus edifícios e acervos. As missas mais procuradas são as da Igreja de São Francisco (especialmente a Terça da Benção), Igreja de São Bento (cânticos gregorianos), Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (associação dos ritos católicos e africanos), Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, Igreja de Nazaré e Igreja de São Pedro na Piedade. Por associar liturgia e fé à arte, sem dúvida, o conjunto da Igreja e do Convento de São Francisco é o principal ponto de visitação de turistas na cidade.

A atividade de ir ao cinema continua presente no CAS. As alternativas de salas de exibição no CAS são mais diversificadas do que nas demais áreas de Salvador. Encontram-se nessa área cinemas de rua, cinemas associados aos espaços culturais e de *shopping centers*. O Espaço Unibanco de Cinema Glauber Rocha, oferece todas as condições para vir a se constituir em um espaço de grande fluxo de pessoas.

A PEC/CAS constatou que um grande número de equipamentos culturais opera com espaços multiusos, principalmente os museus, igrejas, teatros, salas de cinemas e centros culturais. No entanto, observa-se que, apesar do apelo artístico e cultural de utilização desses espaços e da crescente demanda para eventos, muitos deles continuam carentes de investimento para responder às necessidades de acessibilidade, de vagas de estacionamento e manutenção e conservação das estruturas físicas e dos acervos.

Como indicativo de fragilidade, a pesquisa aponta problemas na estratégia de divulgação e informação dos conteúdos, atividades e ações desenvolvidas nos equipamentos e negócios culturais. As agendas culturais das instituições públicas de cultura e turismo, como a da Fundação Cultural do Estado – Funceb, do Pelourinho Cultural, da Bahiatursa, e os *sites* das instituições são os recursos mais utilizados pelos equipamentos, mesmo os privados, que não conseguem atingir um grande público, nem possibilitam a integração desses espaços nas redes locais, estaduais e nacionais. Apenas as salas de cinema, muitas delas conectadas aos grupos nacionais e internacionais, disponibilizam material de divulgação e o distribuem sistematicamente.

Quanto ao número de postos de trabalho originários dos equipamentos e negócios selecionados, a PEC/CAS identificou que 1608 pessoas estavam trabalhando nessas atividades entre novembro/2008 e março/2009.

Mais da metade desses postos é ocupada por indivíduos com nível superior completo, originários de diversas áreas do conhecimento e, prioritariamente, funcionários públicos, o que comprova o importante papel dos espaços culturais na geração de emprego e renda.

Podemos concluir que a elevada concentração de espaços culturais no CAS evidencia um potencial a ser explorado no projeto de reabilitação desta área. No entanto, observa-se que a discrepância entre o rico acervo patrimonial dos equipamentos culturais e as condições para sua sustentação – descontinuidade das políticas públicas de cultura e de segurança, carência de gestão, acessibilidade, orçamento e manutenção patrimonial – apontam para a necessidade urgente de investimento em diversas áreas desse segmento. Uma melhoria na qualidade da oferta e da divulgação dos bens culturais existentes poderá propiciar maior fluxo de pessoas e, conseqüentemente, maior sustentabilidade dos conteúdos disponíveis, das expressões e das referências tradicionais e contemporâneas tão proeminentes no CAS.

Notas

1. Encontro de Quito, patrocinado pela UNESCO, em 1967, com o objetivo de determinar as "Recomendações sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico". Ver as determinações inclusas no cap. V – Valorização econômica dos monumentos e Cap. VI – A Valorização do patrimônio cultural, in: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas Patrimoniais. 3a ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p.105-122.
2. "A cultura pode gerar renda através do turismo, do artesanato e de outros empreendimentos culturais". (Banco Mundial, 1999).
3. Teatros, Museus, Bibliotecas, Arquivos, Centros Culturais e Fundações, Galerias, Antiquários e Sebos. Para análise dos equipamentos foram considerados, também, as Igrejas e Conventos, importantes na cidade de Salvador, pelo expressivo significado como espaço de socialização entre os séculos XVII e XIX e, principalmente por serem importante meio de difusão da arte e da cultura soteropolitana.
4. O conceito, aqui empregado, segue a análise desenvolvida por Jane Jacobs, 2000, segundo a qual a diversidade corresponde ao "perfil das atividades, das funções das edificações, da complexidade das redes comerciais e de serviços". (JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.)
5. Os processos metodológicos para esta pesquisa estiveram ancorados na pesquisa do *Uso do Tempo Livre e as Práticas Culturais na Região Metropolitana de São Paulo*, coordenada pelos pesquisadores Isaura Botelho e Mauricio Fiore (2004), e nas análises das políticas culturais realizados em Paris, Barcelona e México, que serviram como matriz de análise para sistematizar as informações disponíveis sobre o perfil da população residente, dos equipamentos culturais e das atividades econômicas do CAS. O uso desse recurso metodológico decorre da crença de que a universalidade das práticas culturais contemporâneas permite a comparação entre contextos culturais distintos, porém interligados, a exemplo do centro tradicional expandido de São Paulo, os centros antigos de Paris e Barcelona e do CAS. Assim, buscou-se relacionar os elementos que influenciam a intensidade do consumo cultural nos centros acima relacionados, às particularidades locais e às características dos equipamentos culturais, com o intuito de demarcar e qualificar um campo potencial de consumo de cultura na cidade.
6. Dados do Censo Cultural (2002-2005) referentes à quantidade de equipamentos localizados no CAS: Antiquários e Sebos 12 equipamentos; Arquivos 17 instituições; Bibliotecas 64 espaços; Centro de Cultura/Fundações 15 instituições; Cinemas, 14 espaços; Galerias 58 espaços; Igrejas/Conventos 66 instituições; Museus 38 instituições e Teatros 15 espaços.
7. Conventos de Ordem Primeira são espaços Masculinos de diferentes filosofias e princípios – franciscanos, carmelitas, beneditinos etc., já os conventos de Ordem Segunda se caracterizam por serem espaços Femininos, com vínculo teológico e filosófico a uma ordem primeira.
8. As igrejas matrizes foram responsáveis pelo controle efetivo da população, da terra e da catequese, com destaque para a Basílica Menor de Nossa Senhora da Conceição da Praia – cuja primeira capela data de 1549.
9. As capelas de Irmandades e de Ordem Terceira estruturaram a sociedade laica soteropolitana por cor, poder econômico e atividade profissional e tiveram importante papel nos processos de socialização, assistência social, difusão da cultura e da arte.

10. Informações cedidas pela P&A, empresa responsável pela execução da pesquisa.
11. As principais Ordens religiosas – Franciscanos, Jesuítas, Beneditinos, Carmelitas – chegaram ao Brasil no século XVI e iniciaram a construção de pequenas "casas", igrejas e capelas. No entanto é no século XVIII que irão ampliar e modernizar seus templos e "casas", dando-lhes a feição arquitetônica e artísticas que encontramos hoje na cidade.
12. Quase a totalidade dos edifícios religiosos, localizados no CAS são tombados como patrimônio histórico e artístico nacional pelo IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, e o clero credita a essa instituição a responsabilidade pela manutenção e restauração dos edifícios. Os poucos recursos que chegam para este fim estão ancorados nas políticas de fomento, principalmente a Lei Rouanet.
13. Segundo dados do Censo Cultural de Salvador - Sectur, 2002-2006, existiam em Salvador cinquenta e quatro museus.
14. MUSEU – origem no *Mouseion*, casa das Musas, na Grécia antiga. As Musas eram as filhas de Zeus e responsáveis pela guarda da deusa *Mnemosine*, sua mãe, divindade da Memória sendo a principal finalidade a preservação da memória, a educação e a pesquisa. (Museologia Social. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.)
15. Museologia Social. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
16. A grande maioria das edificações teve a construção do edifício no século XVIII e XIX.
17. Ver a publicação de Aninha Franco, *Teatro na Bahia Através da Imprensa – Século XX*. Salvador: FCJA, 1994. p. 141.
18. Idem.
19. A inauguração desse Teatro deu-se com a montagem do Auto da Graça e Glória da Bahia, financiada pelo Governo do Estado para comemorar os 400 anos de fundação da cidade de Salvador.
20. Teatros em que os entrevistados disseram não fazer controle de público em 2007: Vila Velha e Teatro Salesiano.
21. O Espaço Unibanco resultou de uma adaptação do prédio do Cine Guarany, reconstruído em 1955 e decorado com a arte moderna de Caribé e Mário Cravo Júnior, depois foi denominado Cine Glauber Rocha, após a morte prematura do cineasta em 1980.
22. www.filmebr.com.br, acesso em junho 2008. Portal sobre o mercado de cinema do Brasil. Vale destacar também a posição alcançada no item rentabilidade, pois Iguatemi ocupou a 3ª posição em 2006 (R\$12,2 milhões arrecadados), perdendo apenas para NYCC-UCI no Rio de Janeiro (R\$14,5 milhões) e Metrô Santa Cruz-Cinemax em São Paulo (R\$12,2 milhões). Quanto ao preço médio do ingresso, o valor cobrado nesse complexo foi proporcional ao de outras capitais do nordeste ou cidades do interior da região sudeste.
23. IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros*, 2006. Acesso em março 2009.

Referências Bibliográficas

- ACCIOLI, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1931.
- AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador: a igreja católica na Bahia 1551-2001*. Petrópolis: Vozes, 2001. v. I e II.
- BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. *O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt> Acesso em 20 de janeiro de 2009.
- BOTELHO, Isaura. *Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública*. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v. 23, jan./dez., 2003.
- BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CARVALHO, M. DO SOCORRO S. *Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos Anos de JK (1956-1961)*. Salvador: EDUFBA, 1999.
- DE MASI, Domenico. *O Futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- FRANCO, Aninha. *O teatro na Bahia através da imprensa*. Salvador: FCJA/Cofic/Fceba, 1994.
- MOURA, Diógenes. *Teatro Castro Alves: história e memória*. Salvador: Sectur, 2005.

Oswaldo Guerra
Paulo Gonzalez



Foto 1 - Lojas de produtos náuticos no Comércio. Fonte: Vaner Casaes/AGECOM.

Aspectos Econômicos

Aspectos Gerais do Centro Antigo de Salvador

Formação e esvaziamento

O CAS, desde sua fundação em meados do século XVI, polarizou atividades portuárias, comerciais, administrativas e de serviços, especialmente nas regiões do Comércio/Calçada (Cidade Baixa) e Avenida Sete de Setembro/Praça Castro Alves/Praça Municipal (Cidade Alta). A centralidade do CAS se estendia por toda a área insular e costeira da Baía de Todos os Santos, o Recôncavo, na qual eram produzidos bens para consumo interno e externo. Os primeiros eram comercializados nas feiras da Cidade Baixa (Preguiça, Água de Meninos, São Joaquim e Rampa do Mercado), enquanto os últimos, destinados à Portugal, África e Índia, eram escoados pelo Porto de Salvador, por onde também chegavam produtos importados e escravos. Portos fluviais localizados em Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré das Farinhas garantiam a conexão, feita por saveiros e canoas, entre o Porto de Salvador e o Recôncavo.

Na segunda metade do século XIX, a importância do CAS em relação à Baía de Todos os Santos e seu Recôncavo diminuiu com a abertura das primeiras ferrovias e rodovias. Graças ao acesso viabilizado pela implantação dos serviços de bonde, uma nova classe comercial urbana começou a erguer viletas com amplos jardins nos novos bairros ao sul do CAS (Campo Grande, Canela, Vitória, Graça), próximos às praias. A reforma urbana do Governador J. J. Seabra, já no século XX (1912-1916), ao priorizar o sul da cidade, excluindo metade do Centro Histórico de Salvador - CHS, acelerou seu processo de esvaziamento. Com isto, a parte norte da cidade (Praça da Sé, Carmo, Santo Antônio Além do Carmo, Barbalho, Soledade) conservou sua integridade física, mas perdeu atratividade com relação à parte modernizada. Já as regiões do Comércio/Calçada e Avenida Sete de Setembro/Praça Castro Alves/Praça Municipal mantiveram-se dinâmicas e viveram seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970.

Nos últimos cinquenta anos, o processo de industrialização da Bahia concentrou-se em alguns municípios no entorno de sua capital: Camaçari, São Francisco do Conde, Simões Filho, Candeias e Dias D'Ávila. A carência de infraestrutura nesses municípios, sua proximidade com Salvador, a atratividade da capital do estado, os salários relativamente elevados nas grandes empresas produtoras de bens intermediários e o baixo custo de deslocamento entre Salvador e esses distritos industriais, em alguns casos assumido pelas próprias empresas, impediram que os mesmos tivessem capacidade de fixar a mão-de-obra industrial nos seus territórios. Eles se tornaram municípios nos quais a população local vive, basicamente, de atividades informais e em favelas.

Salvador, por outro lado, desenvolveu um forte setor terciário e passou por várias transformações, entre as quais a abertura das avenidas de vale e a criação de novos bairros (Pituba/Itaigara/Iguatemi/Caminho das Árvores). Estes novos bairros ao longo da orla da capital e na do município vizinho de Lauro de Freitas, são ocupados pela classe média gerada pela industrialização. Essa dinâmica econômica aliada à estagnação do Recôncavo, do interior do estado e de parte do Nordeste brasileiro tornam a capital da Bahia captadora de parte dos migrantes dessas áreas, quase todos com baixa ou nenhuma qualificação, algo que dificultou a atuação dos mesmos na economia formal.

Com esse afluxo de migrantes, Salvador viveu um processo de inchamento que se materializou na acelerada expansão dos bairros populares e, posteriormente, dos periféricos. Em seu espaço, as regiões administrativas “ricas” convivem com o subúrbio ferroviário e com o chamado Miolo, onde se concentram os verdadeiros bolsões de miséria da cidade.

A aceleração da industrialização baiana (refinaria Landolfo Alves, polo petroquímico de Camaçari, indústria automobilística), o crescimento demográfico e o fluxo migratório para a Região Metropolitana de Salvador estimularam um novo modelo de expansão urbana, viabilizado pela transferência de alguns equipamentos polarizadores, como a Estação Rodoviária e diversas secretarias de governo, agrupadas no Centro Administrativo da Bahia, distante 16 quilômetros do CAS.

A nova infraestrutura viária, que foi construída para dar acesso ao novo Centro Administrativo, combinada com a privatização de uma enorme quantidade de terras públicas, fez surgir um novo centro (Iguatemi/Paralela/Tancredo Neves) que passou a competir com o CAS por diversas atividades econômicas. O Comércio, por exemplo, que cumpria a função de centro bancário da Bahia, assistiu, a partir dos anos 1990, ao deslocamento dessa função para a Avenida Tancredo Neves.

Nos anos 1980, houve um fortalecimento do movimento negro que sempre esteve presente no CHS. Os afrodescendentes começaram a desenvolver atividades culturais e educativas e fizeram florescer um movimento musical negro, que embora não se restringisse ao Pelourinho, tinha nele seu foco. Com isto, uma grande população dos bairros vizinhos e da periferia norte da cidade começa a ser atraída para o CHS. O movimento ganharia projeção nacional e internacional e a reboque dele, a partir de 1992, o Governo da Bahia começou uma reforma no CHS.

Intervenções no CHS e suas limitações

O projeto de reforma, nos anos 1990, marcado pela modernização da infraestrutura, reforma de prédios, limpeza de fachadas e retirada de moradores com o intuito de atrair novos investimentos e um novo público, para a área entre o Terreiro de Jesus e o Pelourinho, que foi transformado em um enclave de consumo e lazer, pautou-se no conceito de “shopping a céu aberto”. Atraídos por incentivos financeiros e fiscais um grande número de estabelecimentos se instalou na região.

O projeto do CHS não foi o único no Brasil naquela década. Várias cidades brasileiras dedicaram-se a reformar seus centros urbanos. Fernandes (2008) considera que tais políticas, em geral, ancoravam-se na implantação de programas fundados na reconquista de áreas restritas dos centros pelo capital corporativo e especulativo e pela construção de horizontes simbólicos banalizados e midiáticos. A eles, com força crescente, sobrepuseram-se estratégias vinculadas ao turismo.

Essas reformas mostraram suas limitações e, no caso do Pelourinho, a euforia e o grande afluxo de visitantes não se sustentou por muito tempo. Tentando manter a perspectiva de lugar de consumo e lazer, a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia lançou o programa Pelourinho Dia e Noite que patrocinava eventos festivos e programação musical constante. Esta alternativa também não foi capaz de atrair um público consumidor que promovesse a sustentabilidade econômica dos empreendimentos e do próprio espaço.

Segundo Azevedo (2008), a longa e tumultuada trajetória do projeto de reforma do CHS¹ confirmaria o equívoco de uma visão do centro histórico como um problema localizado, não sistêmico, que poderia ser resolvido pelo turismo cultural. Para ele, a centralidade do CAS permanece viva e não se restringe aos aspectos produtivos e socioeconômicos, senão também aos aspectos simbólicos e de identidade étnica. A inclusão de habitações e comércio diversificado na sétima etapa desse projeto seria um avanço e o reconhecimento da falência do modelo anterior.

População, escolaridade, emprego e renda

Na área do CAS circulam diariamente milhares de pessoas atraídas por diversas atividades comerciais e de serviços, equipamentos culturais e/ou por serem usuárias de um amplo, ainda que deficiente, sistema de transporte e de terminais de ônibus. Em razão do processo descrito anteriormente, o esvaziamento residencial dessa região foi constatado no Censo 2000. Enquanto Salvador ganhava 1,4 milhões de habitantes entre 1970-2000, o CAS perdia quase 54 mil residentes. Em 2000, apenas 66,8 mil pessoas moravam nos bairros do CHS e seu entorno (2,8% dos soteropolitanos). O CHS, especificamente, era habitado por 13,5 mil pessoas.

Usando dados da PED/RMS (Pesquisa de Emprego e Desemprego/Região Metropolitana de Salvador - SEI², SETRE³, UFBA⁴, DIEESE⁵, SEADE⁶, MTE/FAT⁷), Franco e outros (2008) constataram que da população residente no CAS, entre 2005 e 2007, a proporção de pessoas da terceira idade (acima de 60 anos), tanto no CHS (14,6%) quanto no Entorno do Centro Histórico (ECH) (15,1%), era maior do que em Salvador (9,3%). O percentual de mulheres também era maior nesses dois territórios - CHS (55,3%), ECH (56,7%) - do que em Salvador (53,7%). Outra informação importante revelada por esses autores diz respeito à proporção de recém-migrados (residentes há menos de três anos) no CHS (12,1%), superior à de Salvador (9,8%), sendo que o percentual de jovens entre 18 e 24 anos nessa população recém-chegada ao CAS (28,8%) era quase o dobro da observada em Salvador.

Uma inferência pode ser feita: os aluguéis relativamente mais baratos, as condições de acessibilidade, o crescimento de Salvador e as dificuldades de locomoção urbana mantêm o CAS, com o seu conjunto de serviços, particularmente os educacionais, como um espaço bastante atrativo, sobretudo para os jovens de classe média de menor poder aquisitivo que vêm estudar na capital.



Foto 2 - Colégio Central. Fonte: Vaner Casaes/AGECOM.

Em termos de escolaridade, o CAS levava, igualmente, vantagem com relação à média da população de Salvador. No CHS, 48,9% da população tinha segundo grau completo ou mais, percentual este que subia para 56,6% no ECH e caía para 39,1% em Salvador. Os indivíduos com terceiro grau completo eram também em maior número no CHS (10,9%) e no ECH (16,6%) do que em Salvador (7,7%).

No que diz respeito à ocupação, sabe-se que a Região Metropolitana de Salvador costuma apresentar as maiores taxas de desemprego das regiões metropolitanas brasileiras. Todavia, quando os dados da PED/RMS referentes a emprego e renda em Salvador são desagregados, eles revelam melhores indicadores de desemprego, formalização e rendimento no CAS. Em três intervalos distintos de tempo (1997-1999, 2001-2003 e 2005-2007), as menores taxas de desemprego foram verificadas no ECH, aparecendo o CHS em segundo lugar.

Como se sabe, a redução do desemprego que vinha acontecendo no Brasil, pelo menos até antes da recente crise financeira, permitiu a queda da informalidade no país. A informalidade entre os ocupados cai em Salvador, sendo que as maiores quedas, a partir de 2004, ocorreram no CHS e no ECH. Apesar disso, o CHS continua exibindo a maior proporção de trabalhadores informais, ainda que no último período (2005-2007) ela seja praticamente idêntica à de Salvador.

Do ponto de vista da posição na ocupação, a população residente no CHS, entre 2005 e 2007, era formada por uma parcela significativa de assalariados do setor público (21,2%), um percentual bem acima do conjunto de Salvador (13,3%). Isto é explicado pela presença da Prefeitura e de várias entidades do Governo do Estado e do Poder Judiciário na área. Duas outras observações devem ser feitas. A primeira diz respeito à menor proporção de empregadas domésticas no CHS, território onde a presença da classe média alta é menos significativa do que no restante da capital. A segunda associa-se à maior presença relativa de empregadores residentes no CHS. Este fato vincula-se à forte presença de pequenos negócios na região.

Devido ao perfil da população residente no CAS, notadamente sua escolaridade e posição ocupacional, os dados da renda média dos ocupados são melhores do que os referentes à cidade de Salvador em todo o período 2000-2007, sobretudo no ECH. Os dados mostram também uma recuperação dos rendimentos nas três regiões a partir de 2006, seguindo, mais uma vez, uma tendência nacional. Essa recuperação dos rendimentos deve ser, contudo, vista com cautela. Tanto Salvador quanto seu centro histórico ocupam uma posição pouco favorável em termos de faixa de renda da população ocupada. A renda mensal de quase 58% da população de Salvador, entre 2005 e 2007, era de menos de dois salários mínimos. No CHS, a situação era um pouco melhor, mas, aproximava-se de 46%. Em ambas as regiões, menos de 3,5% da população ocupada auferia renda mensal superior a 10 salários mínimos.

O quadro do CAS é melhor que o do restante da cidade, mas apresenta dados de vulnerabilidade social. À luz dos dados apresentados, o CAS, a despeito de abrigar contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade social, apresenta um quadro econômico e social melhor que a realidade média da cidade. Este quadro, sugerido pelos dados, deve, contudo, ser relativizado, pois a média pode contemplar grandes disparidades.

Em suma, os indicadores socioeconômicos do CAS, frente à média de Salvador, que inclui os bairros populares e periféricos, seriam menos vistosos se fossem comparados com regiões administrativas como Barra e Pituba/Costa Azul.

Metodologia para a análise dos dados

A diversidade de atividades econômicas que se pode identificar no CAS levou os responsáveis pelo Panorama Geral da Economia dessa área a dividi-la, para efeito de análise dos dados, nas seis áreas abaixo. O critério metodológico utilizado foi a identificação nessas áreas de uma predominância de estabelecimentos ligados a um determinado tipo de atividade comercial e de serviços.

CHS A (São Bento/Misericórdia)

Predominam atividades de comércio varejista (equipamentos e suprimentos de informática, artigos de vestuário e acessórios) e de prestação de serviços de administração pública, defesa e seguridade social e às empresas, especialmente serviços de escritório e apoio administrativo.

CHS B (Praça da Sé/Pelourinho/Taboão)

Preponderam estabelecimentos do comércio varejista (artigos de vestuário e acessórios, suvenires, bijuterias e artesanatos) e que lidam com atividades de serviços vinculadas à alimentação, organizações associativas, reparo e manutenção de equipamentos de informática, comunicação, objetos pessoais e domésticos.

CHS C (Carmo/Santo Antônio)

Constata-se a forte presença de atividades de comércio varejista (produtos alimentícios, artigos de vestuário e acessórios), de serviços pessoais, de alojamento e alimentação. Estes dois últimos dão suporte ao Lazer e Turismo.

ECH 1 (Dique/Nazaré/Barbalho)

Predominam estabelecimentos associados às atividades do comércio varejista, particularmente venda de produtos alimentícios em mini-mercados, mercearias e armazéns. Nos serviços, a área é marcada por escritórios e estabelecimentos vinculados à saúde, educação e alimentação.

ECH 2 (Contorno/Comércio/Água de Meninos)

Os estabelecimentos do comércio varejista dividem espaço com os do comércio por atacado. Nos serviços, o destaque fica por conta dos estabelecimentos que lidam com serviços educacionais, empresariais e financeiros.

ECH 3 (Campo Grande/Campo da Pólvora/Dois de Julho)

No comércio varejista salientam-se os estabelecimentos ligados a vestuário e acessórios, bijuterias, suvenires, artesanatos, óticas e armarinhos e, nos serviços, aqueles ligados ao ramo de alimentação, os que prestam assistência às empresas e os vinculados à saúde e à educação.

As fontes de dados usadas para identificar essas predominâncias e apoiar a análise das atividades do comércio varejista e de serviços, privilegiadas devido à grande presença das mesmas no CAS, foram o cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ) e os censos empresariais do Serviço de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2005 e 2008). Optou-se por trabalhar com essas duas fontes de dados devido a três motivos:

- > O cadastro da SEFAZ registra apenas as atividades formais, enquanto os Censos Empresariais do SEBRAE (2005, 2008) contemplam também atividades informais, bastante significativas no CAS. Além disso, este cadastro limita-se a listar os estabelecimentos por localização, enquanto os Censos SEBRAE pesquisaram variáveis que permitem delinear um perfil econômico para os estabelecimentos entrevistados.

- > Os Censos do SEBRAE não obedecem de forma rigorosa à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), procedimento que, por sua vez, é seguido pela SEFAZ.
- > Os Censos do SEBRAE não foram realizados em todo o CAS. Os dados dizem respeito às áreas CHS A, B e C e ECH 3, não abrangendo, portanto, o ECH 1 e o ECH 2.

Além disso, deve-se alertar que:

- > Os endereços dos estabelecimentos constantes no Cadastro da SEFAZ respeitam as chamadas regiões administrativas. Assim sendo, foi necessário delimitar, a partir dos endereços, com o apoio de mapas e/ou CEP, as delimitações aqui propostas.
- > O exame do perfil dos estabelecimentos utiliza os censos do SEBRAE. Em vista disso, ele se limita às áreas CHS A, B e C e ECH 3.
- > Nos censos realizados pelo SEBRAE, os estabelecimentos informais foram definidos como unidades localizadas na rua, em ponto fixo, estruturadas em termos organizacionais de forma precária, legalizadas ou não, podendo inclusive possuir CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Com esse procedimento, o SEBRAE optou por conceituar o setor informal como um conjunto de unidades de produção onde não há uma separação, ou ela é diminuta, entre trabalho e propriedade dos meios de produção, pois o proprietário trabalha diretamente no negócio com a ajuda frequente de familiares e, em alguns casos, com poucos assalariados. Nessas unidades, o lucro não é a variável-chave de seu funcionamento e sim o rendimento total de seu dono. A prioridade é o sustento da família e só depois vem a preocupação com a manutenção do negócio ou com o retorno do investimento (De Soto, 1987; Pamplona, 2001).

Cabe ainda destacar que neste diagnóstico, sempre que possível, procurou-se:

- > Levar em conta o perfil do residente das áreas selecionadas com o intuito de avaliar as possibilidades desses residentes virem a ocupar funções de consumidor, empreendedor ou trabalhador, particularmente nos novos empreendimentos públicos e privados em execução ou planejamento e nas atividades comerciais e de serviços que possam surgir por conta dos efeitos multiplicadores que se espera sejam proporcionados por tais empreendimentos;
- > Comparar variáveis (escolaridade, renda, emprego etc.) das subáreas do CAS com as do restante de Salvador;
- > Identificar concentração de atividades nas áreas selecionadas que, porventura, caracterizem a existência de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e possam vir a ser reforçados por ações governamentais a serem propostas.

Atividades Predominantes

Salvador é uma cidade voltada, essencialmente, para atividades comerciais e de serviços. De acordo com os dados da PED-RMS, essas atividades somadas ocupam, no mínimo, 85% das pessoas em Salvador, com uma clara superioridade dos serviços. No ano de 2008, os serviços ocuparam quase 62% das pessoas.

Examinando o cadastro da SEFAZ, constata-se que em qualquer das áreas do CAS predominam estabelecimentos ligados às atividades comerciais e de serviços. O maior percentual somado para as atividades industriais e de construção civil foi registrado no CHS C, apenas 15,5%.

Os censos do SEBRAE (2005 e 2008) também confirmam o predomínio das atividades comerciais e de serviços. No CHS, o comércio responde por quase 20% e os serviços por 29,3%. Já em Campo Grande/Campo da Pólvora/Dois de Julho o percentual do comércio se eleva (22,4%) e o dos serviços permanece praticamente inalterado (29,4%), percentuais que são, na verdade, ainda maiores, pois na classificação "outras atividades" encontram-se incluídas diversas atividades comerciais e de serviços, além da indústria e da construção civil.

Quando as atividades comerciais listadas no cadastro SEFAZ são desagregadas, comprova-se que na maioria das áreas prevalece o comércio varejista. Contorno, Comércio e Água de Meninos são exceções, onde os estabelecimentos varejistas (40,6%) perdem a liderança para os do comércio por atacado (52,9%), algo que pode ser explicado pela extensão da área e, acima de tudo, pela sua tradição histórica no comércio por atacado, devido à proximidade com o Porto de Salvador.

Os dados do SEBRAE (2005 e 2008) também confirmam o peso do comércio varejista. Nas subáreas pesquisadas pela instituição (CHS A, B e C e ECH 3), o comércio varejista representa quase 100% do comércio ampliado. Neste ponto, vale realçar um importante elemento que diferencia a vida econômica do CAS em relação à de algumas outras áreas da cidade de Salvador. No CAS, e especialmente em algumas das suas subáreas, predomina o comércio "de rua", ou seja, casas comerciais localizadas em imóveis nas vias de trânsito das pessoas.

A atividade comercial assim estabelecida, formal ou informal, é a de maior representatividade em Salvador e é característica da estrutura de oferta que atende, de forma particular, à demanda da população de baixa renda, que é majoritária na capital da Bahia. Em algumas áreas do CAS, particularmente no CHS B e no ECH 3, esta forma de organização do comércio varejista é especialmente significativa na realidade de Salvador e se diferencia do consumo das famílias de maior renda que é geralmente realizado em *shoppings*.

Assim, os *shoppings* existentes no CAS são, no geral, de pouca importância, com a exceção daqueles localizados em áreas de grande fluxo de pessoas, como, por exemplo, aqueles próximos a terminais de transporte urbano (Piedade e Center Lapa).



Foto 3 - Pousada no Santo Antônio. Fonte: Arquivo ERCAS.

Perfil dos Estabelecimentos no CHS A, CHS B, CHS C e ECH 3

No censo do CHS, o SEBRAE pesquisou 968 estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, formais e informais, localizados nas áreas denominadas por esta instituição como Centro (Praça Castro Alves, Rua Chile, Praça da Sé, todos os acessos ao Terreiro de Jesus e vias adjacentes, incluindo Barroquinha, Ladeira da Praça, e 28 de Setembro), Pelourinho (Terreiro de Jesus/Largo do Cruzeiro e todas as vias internas até o Pelourinho) e Santo Antônio/Carmo (Taboão, Ladeiras do Carmo, Largo de Santo Antônio e todas as ruas do entorno, inclusive a Rua Direita até a Ladeira do Pilar).

No CHS predominam os estabelecimentos formais, especialmente no Santo Antônio/Carmo (92,6%), onde novos empreendimentos hoteleiros e restaurantes, em geral de propriedade de estrangeiros, vêm sendo implantados nos últimos anos. Já a informalidade, marcada pela presença de ambulantes, é mais acentuada (24,9%) na área do Centro.

O segmento formal predomina em todos os setores de atividade econômica, particularmente no de serviços com 406 estabelecimentos, 51,3% do total, sendo seguido pelo setor comercial com 312 estabelecimentos (39,4%). O setor de serviços responde pelo maior número de estabelecimentos formais e informais (492), 50,8% do total de 968 estabelecimentos pesquisados, enquanto o comércio, com 392 unidades, participa com 40,5%.

Observando os estabelecimentos formais e informais pesquisados pelo SEBRAE, verifica-se o maior peso do setor de serviços, 51,3% e 48,6%, respectivamente, contra 39,4% e 45,2% do setor comercial. Os prestadores de serviços formais estão, em sua maioria, localizados no Centro (64,5%) e no Santo Antônio/Carmo (62,5%). Uma consulta ao cadastro SEFAZ evidencia que os estabelecimentos de serviços lidam, no Centro, com prestação de serviços de administração pública, defesa e seguridade social, e para as empresas, especialmente serviços de escritório e apoio administrativo e no Santo Antônio/Carmo com serviços pessoais, de alojamento e alimentação, que dão suporte ao Lazer e Turismo. Os prestadores de serviços informais, por sua vez, se fazem mais presentes no Pelourinho (69,4%).

As atividades comerciais têm uma importância maior em termos informais (45,2%) do que formais (39,4%). As formais estão mais presentes no Pelourinho (52,1%). A tentativa de transformar aquela área em um *shopping a céu aberto* atraiu um grande número de estabelecimentos formais. No Santo Antônio/Carmo só existem atividades comerciais informais.

No ECH 3, o censo do SEBRAE 2005 pesquisou 2047 estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços em ruas e avenidas localizadas entre a Praça Castro Alves e o Campo Grande, desdobrando-se pela Carlos Gomes, Largo Dois de Julho, Rua Direita da Piedade, parte da Joana Angélica e adjacências. Nessa área, os estabelecimentos formais (1440) são maioria, representando 70,3% do total, e atuam predominantemente no comércio e serviços. Esta predominância é também verdadeira para os 607 estabelecimentos informais. Em termos do somatório de estabelecimentos formais e informais (2047), o setor comercial responde pelo maior número (1135), 55,4% do total, enquanto o de serviços participa com 893 unidades (43,6%).

Nas atividades de serviços, a liderança do segmento formal (776) é marcante, equivalendo a 86,9% do total. Pode-se afirmar, com base nos dados da SEFAZ, que isto se deve à forte presença de estabelecimentos que prestam serviços de alimentação e atenção à saúde humana. Um maior rigor da fiscalização, que exige licença de funcionamento para este tipo de estabelecimento, pode ser uma explicação para esse elevado percentual.

Já entre os 1135 estabelecimentos comerciais ocorre um relativo equilíbrio entre formais (56,8%) e informais (43,2%). Neste caso, o comércio varejista formal divide espaço com ambulantes localizados nas proximidades da Estação da Lapa, dos *shoppings* Lapa e Piedade e nas transversais da Avenida Sete de Setembro e Carlos Gomes.

Do total de 1440 estabelecimentos formais pesquisados, 53,9% são do setor de serviços (776), 44,8% são comerciais e apenas 1,3% são unidades industriais. Existe, portanto, uma dominância do setor serviços entre as atividades formais, situação que se modifica substancialmente quando se observam as atividades informais, nas quais o comércio exibe uma liderança incontestável (80,7%). Como mencionado acima, o maior rigor da fiscalização, quanto à obrigatoriedade da formalização do tipo de serviço que se destaca na área pesquisada, e a forte presença de ambulantes concorrendo com lojistas formalmente estabelecidos justificam esses percentuais.

Em síntese, a maioria dos estabelecimentos do CHS atua no comércio e serviços, possui reduzida taxa de mortalidade, auferem um baixo faturamento, são formalizados e ocupam um reduzido contingente de pessoas.

Como essa ocupação, de acordo com o Censo SEBRAE, não ultrapassa, significativamente, mais de 9 pessoas, limite que define uma microempresa, pode-se afirmar que o universo das atividades comerciais e de serviços da região é composto, fundamentalmente, de micro negócios.

Essas características repetem-se no ECH 3. Sendo assim, pode-se igualmente afirmar que o universo das atividades comerciais e de serviços da região é formado por micro negócios. Um aspecto distinto entre as duas áreas analisadas (CHS e ECH 3) é que apesar da relativa longevidade dos negócios, presente em ambas, no ECH 3 constata-se certa mobilidade na ocupação dos espaços da área pelos negócios formais e informais.

Comércio Varejista

CHS A

No CHS A (São Bento/Misericórdia), o comércio de equipamentos de informática (13,9%) e o de artigos de vestuário (12,4%) se destacam. De acordo com o cadastro da SEFAZ, todos os estabelecimentos de informática foram registrados entre 2007 e 2008. Esse talvez seja um indicativo de uma nova dinâmica dessa área, associada ao surgimento de atividades que buscam sinergias com os escritórios de contabilidade e serviços administrativos, demandantes de artigos de informática, e com as empresas de eletrônica localizadas no entorno da Praça da Sé.

O peso do comércio de artigos de vestuário (12,4%) na área não é nenhuma surpresa, uma vez que na época em que o CAS era a principal referência para realização da maior parte das transações econômicas em Salvador, a Barroquinha e adjacências juntamente com a Baixa dos Sapateiros - apesar desta última estar majoritariamente situada no CHS B - apresentavam uma elevada concentração de lojas voltadas para o comércio de confecções.

Em que pese a importância dessas atividades, há que se destacar que o CHS A é marcado por uma forte pulverização do comércio varejista, pois as demais atividades somadas representam 73,7% do total da área. Nesse sentido, é possível dizer que nela encontra-se "um pouco de tudo".

CHS B

No CHS B (Praça da Sé/Pelourinho/Taboão), os estabelecimentos vinculados à oferta de vestuário e acessórios lideram com 25,7%, vindo em seguida os que vendem suvenires, bijuterias e artesanatos com 7,5% do total. Estes últimos dão suporte ao lazer, turismo e às atividades culturais presentes no CHS. Assim, o CHS B, especialmente o Pelourinho, pode ser visto como uma espécie de vendedor de "cartões-postais" para o visitante do conjunto do CHS. Já o comércio varejista de vestuário e acessórios, artigo de armarinho e demais artigos de uso pessoal são mais voltados para o consumidor local de baixa renda.



Foto 4 - Comércio formal na Barroquinha. Fonte: Ronaldo Silva/AGECOM.

Quando comparado com o CHS A, o CHS B é menos pulverizado sob o ponto de vista das atividades econômicas. É possível dividi-lo, quanto aos produtos comercializados, em três grandes áreas de predominância: varejo de confecções, enxovais e afins; varejo de eletroeletrônicos; e varejo de suvenires e bijuterias. Os dois primeiros focados no consumidor local e o último no turista. Neste último é possível observar o caráter predatório da concorrência, baseada em produtos de pouca qualidade, reduzida diferenciação e diminuta agregação de valor, que leva a baixos níveis de rendimento e retorno dos empreendimentos aí localizados.

CHS C

O CHS C (Carmo/Santo Antônio Além do Carmo), em comparação com as outras duas áreas do CHS, não contabiliza um grande número de estabelecimentos varejistas. Eles são apenas 22 e ofertam alimentos e bebidas voltados, sobretudo, para os turistas aí alojados. O varejo de alimentos e bebidas totaliza 31,8%, enquanto que o conjunto "outras" atividades varejistas responde por 50% do total, sendo estas constituídas das mais diversas atividades, tais como armarinhos, papelarias, joalherias, venda de bijuterias, de suvenires, *bonbonnière* etc. Ou seja, essa área é marcada por uma expressiva pulverização das atividades do comércio varejista.

Ocupação e faturamento no CHS

Os dados do SEBRAE (2008), relativos à ocupação, ajudam a compreender o perfil do comércio varejista no conjunto do CHS. Eles mostram que 79,3% dos estabelecimentos varejistas formais empregam até 5 pessoas. Os ramos que mais empregam são artigos de vestuário, bijuterias e peças e acessórios para eletro-eletrônicos, que somados representam 41% do comércio formal. No setor informal, 80,8% dos estabelecimentos ocupam até uma pessoa, sendo que o varejo de bijuterias e suvenires é o que mais atrai.

Com respeito ao faturamento no comércio varejista formal, 53,3% dos estabelecimentos faturam até R\$ 10 mil por mês, apenas 22,3% obtêm receita bruta acima de R\$ 10 mil e 19,3% não responderam ao questionário do SEBRAE. No segmento de vestuário e confecções, com maior número de estabelecimentos, apenas 30,7% faturam acima de R\$ 10 mil. No segmento de bijuterias, suvenires, artesanato e artigos de presente, a maioria das empresas (60,5%) fatura até R\$ 3 mil. No varejo de peças e acessórios eletroeletrônicos, 48,5% faturam acima de R\$ 10 mil e no intervalo de faturamento entre R\$ 20 mil a R\$ 50 mil estão enquadrados 33,3% dos estabelecimentos.

No varejo informal, 82,2% dos negócios faturam até R\$ 1 mil. A liderança (24,7%) é do varejo de bijuterias e suvenires. Tanto nele como no ramo de vestuário e acessórios/confecções em geral, apenas 16,7% dos estabelecimentos faturam acima de R\$ 1 mil. No segmento de calçados e artigos de viagem, somente 9% dos estabelecimentos faturam acima desta cifra.

ECH 1

O ECH 1 (Dique/Nazaré/Barbalho) é marcado pela expressiva presença de varejistas de alimentos (16,7%) voltados para atender aos residentes desta área, bem como os visitantes que recorrem aos serviços de saúde localizados na mesma. Dentre estes varejistas, 53,3% estão situados nos bairros do Barbalho e Nazaré. O comércio de artigos de vestuário (7,4%) está mais concentrado em Nazaré (35%) e Barbalho (25%), concentração esta que também se observa no comércio de artigos de armarinho (35,7% e 50%, respectivamente). Já o comércio varejista de bebidas encontra-se pulverizado entre os bairros que compõem o ECH 1. Por fim, nota-se uma grande diversidade de atividades ao se desagregar a categoria "outras" (alimentos, artigos para saúde e higiene, equipamentos para manutenção do lar etc.). Enfim, um conjunto de itens é ofertado por empresas que atendem uma área caracterizada por uma elevada densidade populacional.

ECH 2

Diferentemente das áreas anteriores, o ECH 2 (Contorno/Comércio/Água de Meninos) é marcado pela predominância do comércio atacadista, 652 estabelecimentos (52,9%) do total cadastrado. Mesmo com essa predominância, as atividades de comércio varejista são significativas, correspondendo a 40,6% do total (500 estabelecimentos).

Destaca-se no comércio atacadista a presença de representantes de mercadorias em geral e de medicamentos e cosméticos, que somados representam 54%. Ambos estão concentrados no Comércio. No comércio varejista salientam-se a venda de suvenires e bijuterias (20%) e artigos de vestuário (10%), cujos estabelecimentos estão também concentrados no Comércio.

ECH 3

O ECH 3 (Campo Grande/Campo da Pólvora/Dois de Julho) reúne o maior número de estabelecimentos (1749) cadastrados pela SEFAZ. A diversidade é um traço característico desta área. A categoria "outras" engloba 734 estabelecimentos (42% do total) dispersos em 54 ramos de atividade.

Essa diversidade talvez possa ser explicada pela existência da Estação da Lapa e a presença dos *shoppings* Piedade e Lapa. A propósito, de acordo com o censo do SEBRAE realizado nessa área, 58,7% dos negócios de varejo são formais e 43,2% são informais. A maior concentração dos negócios informais ocorre no Campo Grande, Praça da Piedade e Avenida Sete de Setembro, especialmente no entorno dos citados *shoppings*, onde diversos ambulantes comercializam artigos eletrônicos e miudezas para uso pessoal.

O varejo formal artigos de armarinho, vestuário e acessórios somados representam 31% dos estabelecimentos. O comércio de vestuário está localizado, predominantemente, na Avenida Sete de Setembro (25,9%), Barris (17,9%) e Centro (17,4%). Já o de artigos de armarinho situa-se, preferencialmente, em Nazaré (25,9%) e na Avenida Sete de Setembro (23,2%). As óticas, que aparecem em seguida e representam 5,7% dos estabelecimentos, estão em sua maioria na Avenida Sete de Setembro (46,5% dos estabelecimentos).

Serviços

CHS A

Os serviços exclusivamente produtivos (escritórios, seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra, serviços de arquitetura e engenharia), quando agregados, respondem por 20,2% dos estabelecimentos cadastrados pela SEFAZ no CHS A (São Bento/Misericórdia), percentual que seria maior se fossem incorporados os serviços de reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação, demandados por pessoas físicas e jurídicas. Um serviço classificado como tipicamente social (administração pública, defesa e seguridade social) tem uma participação de 15,4%, enquanto outro classificado como pessoal (alimentação) detém 5%.

CHS B

No CHS B (Praça da Sé/Pelourinho/Taboão), a liderança fica com os serviços de alimentação (20,4%), fortemente demandados pelos turistas que frequentam esta área, a exemplo dos serviços de alojamento que aparecem em quinto lugar (4,8%) num ranqueamento que pode ser montado com base no cadastro SEFAZ. Em segundo lugar

despontam as atividades de organizações associativas. Os serviços produtivos dirigidos para empresas (escritório e agenciamento e locação de mão-de-obra) representam, juntos, 12,1%. As atividades artísticas, criativas e de espetáculos têm também importância nesta área (3,6%), afinal, foi nela que os afro-descendentes fizeram florescer um movimento musical que, embora não se restringisse ao Pelourinho, tinha nele seu foco.

CHS C

No CHS C (Carmo/Santo Antônio Além do Carmo), os serviços de alojamento e alimentação representam 33,8% do total de estabelecimentos aí localizados. Este percentual confirma a capacidade que esta área tem de atrair empreendimentos hoteleiros e restaurantes que dão suporte às atividades de lazer e turismo. Neste aspecto, vale destacar que, de acordo com o SEBRAE (2008), 22,3% dos estabelecimentos formais pesquisados nessa área surgiram em 2007. Outros serviços pessoais (7,4%) e serviços exclusivamente produtivos (escritório, seleção agenciamento e locação de mão-de-obra), que somados respondem por 13,3%, aparecem em seguida.

Usando os dados do censo SEBRAE (2008) pode-se examinar, de forma agregada, as três áreas do CHS (A, B e C). Dos 406 estabelecimentos prestadores de serviços formais pesquisados, 146 (36%) estão associados à prestação de serviços de alimentação e alojamento (bares e lanchonetes, restaurantes e similares, hotéis e similares), algo explicado pela vocação turística e de lazer do CHS. Os serviços produtivos desempenham também um importante papel. Escritórios de contabilidade e advocacia, agências de publicidade, possivelmente dedicadas à criação de panfletos, e demais serviços empresariais somados representam 21,4%. Chama atenção, a existência de 19 estabelecimentos (4,7%) prestadores de serviços pessoais de beleza, dos quais 15 (79%) localizam-se nos CHS A e B.

Entre os estabelecimentos informais, a liderança permanece com os serviços de alojamento e alimentação, embora o percentual desses no total cresça significativamente (68,6%). O percentual dos serviços produtivos cai expressivamente devido à maior exigência de formalização neste tipo de atividade.

Dos 146 estabelecimentos formais que se dedicam aos serviços de alojamento e alimentação, 65 (44,5%) faturam mensalmente até R\$ 3 mil. Apenas 4 faturam mais de R\$ 50 mil. Já os serviços produtivos (informação e comunicação; financeiros; imobiliários; profissionais, científicos e técnicos; administrativos e complementares), que somam 143 estabelecimentos, possuem somente 2 com faturamento acima de R\$ 50 mil.

Como é de se esperar, o faturamento bruto mensal dos estabelecimentos informais de serviços é bem menor. Na atividade líder, 50 prestadores de serviços de alojamento e alimentação (84,7%) faturam menos de R\$ 1 mil por mês. Do total dos 86 informais, 60 (70%) possuem um faturamento de até R\$ 500. Apenas 2 afirmaram faturar mais de R\$ 5 mil por mês.

Observando as atividades líderes na prestação de serviços formais, em termos de pessoal ocupado, 68,3% dos estabelecimentos dedicados a alojamento e alimentação ocupam no máximo 5 pessoas. Percentuais equivalentes ou ainda maiores são registrados nas outras atividades. Ou seja, são micro negócios.



Foto 5 - Comércio informal na área do Mercado Modelo. Fonte: Vaner Casaes/AGECOM.

No setor informal, o micro porte dos negócios ganha ainda mais força. Na prestação de serviços de educação e profissionais, científicos e técnicos, 100% dos estabelecimentos ocupam apenas 1 pessoa, percentual que cai para 71,2% na atividade líder. Incorporando a faixa seguinte, constata-se que 98,3% dos informais que prestam serviços de alojamento e alimentação ocupam no máximo 5 pessoas, percentual superior ao verificado nos negócios formais (68,3%).

ECH 1

Voltando ao cadastro do SEFAZ, constata-se que no ECH 1 (Dique/Nazaré/Barbalho) os serviços de alimentação e empresariais continuam se destacando, ocupando, respectivamente, a primeira (15,4%) e a terceira colocação (8,1%). A novidade, em relação às demais áreas, é o aparecimento das atividades ligadas à saúde humana, em segundo lugar (15%), e educação em quinto lugar (7,4%).

No que diz respeito aos estabelecimentos educacionais se destacam as instituições de ensino fundamental (28,6%), infantil (11,9%), escola de idiomas (11,9%) e treinamento profissional (11,9%). Dentre os serviços de educação considerados mais estratégicos, a região possui 5 estabelecimentos dedicados ao treinamento profissional e gerencial, 3 estabelecimentos para educação em nível técnico e 1 de nível tecnológico. Os demais são voltados para o Ensino Médio (78,6%)

Em linhas gerais, é possível concluir que o ECH 1 possui um perfil voltado para a saúde e a educação básica, com destaque para o ensino fundamental e infantil. Essa predominância de educação básica está relacionada ao fato da região ser formada por bairros de alta densidade demográfica.

ECH 2

No ECH 2 (Contorno/Comércio/Água de Meninos), pela primeira vez, os serviços de alimentação não se sobressaem. Predomina a oferta de serviços empresariais e financeiros. A soma do conjunto dos estabelecimentos voltados à prestação de diversos serviços produtivos para empresas alcança o percentual de 48%. Os estabelecimentos educacionais, por sua vez, respondem por 4,3%. Esses percentuais são explicados pela tradição do Comércio em ofertar serviços empresariais e financeiros, tradição esta que vem sendo reforçada pela política de incentivos fiscais usada pela Prefeitura de Salvador para atrair para o local tais estabelecimentos, bem como os voltados para atividades educacionais.

Mesmo considerando a pequena participação relativa do segmento educacional no número total de estabelecimentos, deve-se atentar para o fato de que eles assumem uma destacada relevância para uma nova dinâmica naquela área, representando uma nova forma de ocupação do espaço urbano. As atividades educacionais predominantes estão associadas à oferta de serviços de treinamento profissional e gerencial, ensino de idiomas, informática, treinamento técnico e tecnológico, que representam aproximadamente 81% das atividades educacionais da área. Ademais, ela tem sido recentemente povoada por faculdades, o que contribui para formação profissional mais qualificada em Salvador.

Os estabelecimentos de lazer e entretenimento dirigidos para o público jovem e/ou de maior poder aquisitivo, que vêm se localizando nos últimos anos na Avenida Contorno, ainda não aparecem de forma nítida nas estatísticas. Apesar disso, a estrutura de serviços constituída, em especial na Bahia Marina, já pode ser considerada um importante elemento dinamizador dessa área.

ECH 3

No ECH 3 (Campo Grande/Campo da Pólvora/Dois de Julho), os serviços de alimentação voltam à cena (14,1%). Eles se espalham nas Avenidas Sete de Setembro e Joana Angélica, Rua Carlos Gomes e nos *shoppings* Piedade e Lapa. Os dados do SEBRAE corroboram a liderança dos serviços de alimentação apontada pelo cadastro da SEFAZ.

Os serviços pessoais de atenção à saúde humana, empresariais e educacionais aparecem com destaque nas duas fontes de dados. Cabe, no entanto, fazer uma distinção entre os serviços de saúde nesta área e os localizados no ECH 3. Aqui predominam clínicas e consultórios médicos e odontológicos, ao passo que no ECH 3 observa-se uma marcante presença de hospitais.

No que tange aos serviços educacionais, os voltados para treinamento profissional e gerencial lideram (16,9%).

Em segundo lugar aparece o ensino fundamental (12,5%). As escolas de idiomas ocupam a terceira posição no ranqueamento (10,6%). A área também comporta estabelecimentos de treinamento em informática (10%), nível técnico (6,9%) e ensino superior de graduação (2,5%).

Uma atividade que ganha realce no censo SEBRAE (2005) são os serviços pessoais de beleza (10,4%). Existe uma elevada presença de salões de beleza espalhados por toda a área, muitos deles informais, o que, provavelmente, impede que eles se destaquem do cadastro SEFAZ. Os informais aparecem diluídos no item "outras atividades de serviços pessoais".

Salvador, pelas mais diversas razões, é uma cidade de caráter mercantil. Sendo assim, não surpreende que seu centro antigo incorpore um conjunto amplo e diversificado de atividades comerciais e de serviços, devendo-se sublinhar que, apesar da importância do turismo, é ainda a população local que viabiliza essas atividades econômicas.

Constatar que as atividades comerciais e de serviços no CAS são, predominantemente, atividades "de rua", voltadas para atender uma população de menor nível de renda, com produtos de menor qualidade, também não surpreende, pois a pobreza e a desigualdade, desde sempre e pelas mais diversas razões, marcam Salvador.

Destacar que no CAS, especialmente no coração do Centro Histórico, encontram-se atividades focadas no público externo e fortemente caracterizadas por uma concorrência predatória e reduzida agregação de valor ao produto ou serviço comercializado é destacar que, desde sempre e pelas mais diversas razões, Salvador não consegue aproveitar adequadamente suas vantagens comparativas, herdadas da natureza e de seu passado histórico-cultural, para desenvolver, profissionalmente, atividades turísticas, transformando tais atividades em uma importante geradora de emprego e renda.

Enfim, o CAS é a síntese de Salvador. Ele retrata não só o passado da cidade, mas também sua realidade atual.

Notas

1 - Entre 1992 e 1995 foram realizadas as quatro primeiras etapas da reforma. A quinta e sexta etapas ocorreram no período 1996-1999, ano no qual se iniciou a sétima etapa ainda não concluída.

2 - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

3 - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia

4 - Universidade Federal da Bahia.

5 - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

6 - Sistema Estadual de Análise de Dados.

7 - Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, P. H.; DAMASCENO, L. *Serviços Estratégicos na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI, 2004.
- AZEVEDO, P. A. Centralidade Étnica da Mancha Matriz de Salvador. In: *Infocultura - Centro Antigo de Salvador: uma região em debate*. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, v.1, n.2 (out.), 2008.
- CENSO Empresarial e dos Pequenos Negócios Informais Localizados no Centro da Cidade Alta - Salvador/BA*. Salvador: SEBRAE, 2005.
- CENSO EMPRESARIAL do Centro Histórico da Cidade do Salvador*. Salvador: SEBRAE, 2008.
- DE SOTO, H. (1987). *Economia Subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FERNANDES, A. (2008). Centro Antigo de Salvador: centralidades em disputa e desafios à ação. In: *Infocultura - Centro Antigo de Salvador: uma região em debate*. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, v.1, n.2 (out.), 2008.
- FRANCO, A.; GOTTSCHALL, C.; DAMASCENO, L.; ALMEIDA, P. H. Perfil dos Moradores do Centro Antigo de Salvador. In: *Infocultura - Centro Antigo de Salvador: uma região em debate*. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, v.1, n.2 (out.), 2008.
- GOTTSCHALL, C.; SANTANA, M.C.; ROCHA, A. G. P. Perfil dos Moradores do Centro tradicional de Salvador à Luz do Censo 2000. In: *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA/SEI, 2006.
- PAMPLONA, J. B. *Erguendo-se pelos Próprios Cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.
- QUEIROZ, L. A. O Espaço Turístico do Centro Histórico: formação, transformações, perspectivas e desafios. In: *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA/SEI, 2006.



Foto 1 – São João do Pelô. Fonte: Carlos Alcântara.

Economia do Turismo

O Turismo em Salvador: panorama atual e desafios

Salvador, herdou um grande patrimônio arquitetônico do período colonial, pelo qual recebeu o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em 1985, e também um rico legado cultural de origem africana, peculiar em termos de musicalidade, gastronomia, religiosidade. O vasto patrimônio histórico, artístico e cultural de Salvador, as condições climáticas – temperatura média ao redor de 25° C – e físicas de seu espaço urbano, que dispõe de aproximadamente 50 km de praias, correspondentes a um terço da costa da Baía de Todos os Santos, conformam hoje uma cidade miscigenada, dotada de belezas naturais e características próprias, que a singularizam e a tornam atrativa para o turismo.

Reunindo um conjunto de atributos propícios à exploração de diversos segmentos turísticos, como o cultural, o de lazer litorâneo, o náutico, o de eventos, o gastronômico, o de negócios, dentre outros, Salvador apresenta um amplo potencial para expansão da economia do turismo. Mas, para que esse potencial possa ser efetivamente aproveitado, faz-se necessária a adoção de mecanismos de gerenciamento e ordenamento territorial do turismo que viabilizem a qualificação da oferta das distintas áreas turísticas existentes na cidade, contribuindo para a reabilitação de territórios degradados e possibilitando ao desenvolvimento turístico atuar como “um ponto de arranque para a correção de desequilíbrios espaciais” (REBOLLO, 1996: 89).

Indicadores do turismo e perfil do visitante de Salvador

Conforme estimativas ainda preliminares divulgadas pela Secretaria de Turismo - SETUR que, junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, vem realizando pesquisas objetivando aprimorar as estatísticas do turismo no Estado e dar continuidade à produção de indicadores turísticos, a Bahia, em 2008, recebeu 3,5 milhões de turistas e, em 2009, acredita-se que serão atraídos entre 4 e 4,5 milhões de turistas ao Estado. Ainda segundo as previsões da SETUR, o turismo tem proporcionado à Bahia a geração de mais de 172 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, mantendo uma participação de 6,8% no PIB estadual. Apesar da representatividade já alcançada, a atividade turística ainda tem um amplo potencial a ser explorado na Bahia, assim como no Brasil, país que respondeu por apenas 0,60% do fluxo e 0,56% da receita do turismo mundial em 2007, de acordo com dados do Ministério do Turismo - MTUR e da Organização Mundial do Turismo - OMT.

Salvador, principal destino turístico da Bahia, além dos seus atrativos, dispõe de uma oferta de equipamentos e serviços turísticos numericamente consideráveis, mas que em grande parte requer qualificação, formada por um parque hoteleiro com 404 meios de hospedagem (entre albergues, pousadas, hotéis, *apart-hotéis* e *flats*), disponibilizando 15.122 unidades habitacionais e 34.592 leitos, por 522 agências de viagem (Empresa de Turismo da Bahia - Bahiatursa/ Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, 2008), além de diversos bares, restaurantes e equipamentos culturais, de compras e lazer.

Embora os indicadores de fluxo e receita turísticos ainda não estejam disponíveis para a capital baiana, a pesquisa *Caracterização e Dimensionamento do Turismo Receptivo*, da FIPE/SETUR, realizada em julho de 2008, possibilita uma análise do perfil do turista em visita a este destino. Conforme a pesquisa, o principal fluxo para a capital é formado por residentes no próprio Estado. Dentre os turistas procedentes de outros estados predominam os paulistas e mineiros. A faixa etária de maior incidência situa-se entre 32 a 44 anos, registrando-se uma participação mais expressiva de visitantes com nível médio e superior completos.

O lazer foi o principal motivo da viagem à Salvador, impulsionado, sobretudo, pelos atrativos naturais, sendo também significativo o número de turistas motivados por negócios ou trabalho. Apenas 1,6% foram atraídos pelo turismo étnico-afro e, para esse conjunto, o artesanato e a religião são os principais apelos da cidade. Com uma renda média de R\$ 4 mil reais, os turistas efetuaram de 1 a 4 pernoites nesse centro urbano. As viagens individuais predominaram e os fatores centrais para a escolha do destino foram os comentários de amigos e parentes e o conhecimento prévio da localidade. Dentre os meios de comunicação que mais influenciaram os turistas a internet tem preponderância absoluta, seguida à larga distância, pela propaganda em revista, televisão, folheto e, por fim, anúncio de jornal.

Ainda de acordo com a pesquisa FIPE/SETUR, os atrativos naturais, o patrimônio histórico e cultural, as manifestações populares e a hospitalidade foram considerados positivos pela maioria dos turistas. No conjunto dos pontos elencados como negativos, sobressaem a informação e a sinalização turística, os serviços médicos e as comunicações. Os preços praticados na capital baiana foram considerados normais. A maioria dos entrevistados manifestou intenção em retornar ao destino e declarou que o recomendaria para amigos e parentes.

Desafios para o turismo de Salvador

Ainda são muitos os desafios que a capital baiana terá que enfrentar para se constituir em um destino turístico de expressão no mercado mundial de cidades turísticas. Terá que superar questões referentes ao seu grave quadro social, à precária infraestrutura urbana e turística, à oferta de equipamentos e serviços de qualidade e com preços competitivos, à melhoria das ações de divulgação nacional e internacional etc. No que se refere aos equipamentos e serviços, estão previstos para o turismo da capital baiana, entre 2009 e 2016, investimentos privados equivalentes a 303 milhões de dólares, que deverão acrescentar mais 2.707 unidades habitacionais ao parque de hospedagem da cidade, gerando cerca de 2.800 empregos diretos.

Salvador, que responde por quase metade do fluxo turístico estadual, deverá receber investimentos privados equivalentes a 5,4% do total de recursos previstos para serem aplicados no turismo estadual. As áreas com maior potencial de atração localizam-se, destacadamente, na Costa dos Coqueiros, que responde por 58,2% dos investimentos (a atração desta zona turística deve-se à sua localização próxima à capital, oferta de atrativos e infraestrutura); em seguida aparecem como zonas turísticas mais demandadas pelos investidores, a Baía de Todos os Santos e a Costa do Descobrimento, absorvendo, respectivamente, 16,9% e 14,9% dos investimentos programados (SETUR, 2009).

Com restrita expressividade na captação dos investimentos privados previstos para o Estado, Salvador terá que enfrentar, de fato, grandes desafios para ampliar a sua competitividade turística. Dentre esses, destacam-se:

- > a atração de investimentos que possibilitem requalificar a orla marítima e constituir uma oferta de equipamentos e serviços turísticos na área litorânea;
- > o desenvolvimento de trabalhos em parceria com outras capitais do Nordeste, objetivando, sobretudo, a produção de estudos e indicadores turísticos e o fortalecimento do *marketing* regional;
- > a criação de produtos e serviços turísticos inovadores;
- > a integração econômica da cadeia produtiva do turismo de modo a ampliar os ganhos dos agentes envolvidos com esta atividade;
- > o fomento à gestão descentralizada nos distintos territórios turísticos da cidade; a realização de um trabalho efetivo de gestão colegiada da atividade turística e de ordenamento territorial do turismo, que, dentre outros impactos, viabilize o fortalecimento dos segmentos turísticos com possibilidade de desenvolvimento na cidade, a exemplo do turismo cultural, para o qual Salvador possui uma expressiva oferta potencial a ser qualificada.

O turismo no Centro Antigo de Salvador - CAS

O CAS, aglutinando a maior parte da oferta turística da cidade para o segmento do turismo cultural, composta pelo seu valioso patrimônio arquitetônico — monumentos implantados entre os séculos XVI e XIX —, bem como pelo patrimônio imaterial — os saberes e fazeres da população local; as manifestações populares etc. — apresenta elevado potencial para desenvolvimento do turismo. Visando, dentre outros objetivos, a sua qualificação para esta atividade, o CAS foi contemplado, nos anos 1990, com um projeto de intervenção pública que possibilitou a conformação, do ponto de vista da economia do turismo, de um território dotado de áreas diferenciadas, que apresentam hoje uma dinâmica própria e vivenciam problemas específicos, embora também convivam com questões desafiantes que são comuns ao conjunto da área central e, até mesmo, a outras áreas da cidade de Salvador.



Foto 2 – Festa de Santa Bárbara. Fonte: Robson Mendes/AGECOM.

Perfil qualitativo dos equipamentos e serviços turísticos do CAS

Centro Histórico de Salvador – CHS:

Pelourinho/Sé/Taboão

A partir dos investimentos públicos dos anos 1990 efetuados com vistas à recuperação do conjunto arquitetônico do CHS e à formação de um enclave entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho, que funcionaria como um “*shopping center ao ar livre*”, foram estimuladas as atividades comerciais e de serviços, sobretudo turísticos, e retiradas muitas famílias de baixa renda para as áreas periféricas de Salvador. Conforme o *Censo Empresarial SEBRAE* ¹ 2008, o Pelourinho/Sé/Taboão concentra a maior oferta de serviços turísticos e de lazer do CHS aglutinando grande parte dos restaurantes (54,9%), bares (57,6%), lanchonetes, sorveterias, casas de suco (37%), equipamentos de arte, cultura – destacadamente, museus, teatros e cinemas – esporte e recreação (85,7%), além do comércio de bijuterias, suvenires e artesanato (82,1%).

A área também é expressiva no total de equipamentos de hospedagem e agenciamento do CHS e do CAS, embora, neste último caso, a maior parte dessa oferta encontre-se situada no Entorno do Centro Histórico

(ECH). Em seu conjunto, o CAS responde por 34,4% dos meios de hospedagem, 21,4% da oferta de leitos e 22% das agências de viagem de Salvador (Tabela 1). Considerando-se exclusivamente o CHS, a área Pelourinho/Sé/Taboão assume a liderança na oferta de agências de viagens e de leitos, seguido de Carmo/Santo Antônio Além do Carmo.

	Número de meios de hospedagem	% Meios de Hospedagem	Número de Leitos	% Leitos	Número de Agências de Viagem	% Agências de Viagem
São Bento/ Misericórdia (CHS A)	6	4,32%	329	4,45%	5	4,35%
Pelourinho/Sé/Taboão (CHS B)	25	17,99%	1080	14,61%	17	14,78%
Carmo/ Sto. Antônio Além do Carmo (CHS C)	27	19,42%	839	11,35%	9	7,83%
Barroquinha/Ladeira da Praça	13	9,35%	666	9,01%	2	1,74%
CHS	71	51,08%	2914	39,42%	33	28,70%
Campo Grande/Dois de Julho (ECH 3)	36	25,90%	2679	36,24%	21	18,26%
Nazaré/Barbalho (ECH 1)	18	12,95%	759	10,27%	5	4,35%
Contorno/Comércio (ECH 2)	0	0,00%	0	0,00%	55	47,83%
ECH	68	48,92%	4478	60,58%	82	71,30%
CAS	139	100,00%	7392	100,00%	115	100,00%
Salvador	404	-	34.592	-	522	-
CAS/Salvador	-	34,41%	-	21,37%	-	22,03%

Tabela 1 - Meios de Hospedagem (mar./08) e Agências de Viagem do CAS (jan./09). Fonte: Bahiatursa/Embratur.

Embora seja a área do CAS que concentra a mais ampla oferta direcionada ao turismo, Pelourinho/Sé/Taboão também apresenta um conjunto de problemas que dificulta a atração de um fluxo mais expressivo de visitantes e, até mesmo, de residentes, o que compromete a viabilidade econômica das unidades empresariais aí instaladas e a expansão da atividade turística. A ausência da administração municipal, desde as primeiras intervenções públicas na área até os dias atuais, como instituição com capacidade de estabelecer uma gestão - ordenamento do uso e ocupação do solo e gerenciamento do território - e de orientar e mediar os conflitos que ocorrem entre moradores, comerciantes, turistas e empresas de turismo, impediu o bom funcionamento e o crescimento harmônico das atividades econômicas dessa área, levando a uma série de entraves como conflitos nas vias de

circulação, com a expansão de algumas unidades empresariais para fora dos limites do seu negócio; a poluição sonora gerada pelos próprios estabelecimentos; o assédio de vendedores ambulantes, das "baianas", dos menores pedintes, dentre outros; a marginalidade, a prostituição², a violência, as drogas; o despreparo da mão-de-obra local, destacadamente para atendimento aos visitantes.

A dinâmica atual indica que o desafio da sustentabilidade econômica e social está colocado. Após a década de 1990 esta área transformou-se em um território muitas vezes identificado como artificial, e embora esta "perda de historicidade"³ não seja percebida pelo conjunto dos seus visitantes, desagrada a muitos, sobretudo aos adeptos de um turismo que valoriza a autenticidade cultural. Em face dos conflitos e tensões cotidianas, empresas de turismo – operadoras, agências e guias de turismo – estão optando pela promoção de um *tour* restrito, visitando, pontualmente, os monumentos mais divulgados e procurados. O perfil dos turistas de maior frequência a este espaço passou a ser caracterizado, sobretudo, por mochileiros, brasileiros e estrangeiros de baixo poder de consumo. Identifica-se uma falta de integração entre os diversos agentes da cadeia do turismo local, o que dificulta a realização de atividades em parceria e o incremento de ganhos mútuos, assim como a adoção da concorrência via preços sem que as empresas ofereçam grandes diferenciações nos artigos comercializados, sobretudo vestuários e artesanato; a carência de fortes ações de publicidade nos principais destinos emissores de turistas do país e do exterior; de espaços de estacionamento gratuitos ou que pratiquem preços acessíveis ao consumidor dos produtos/serviços ofertados, aspectos que, junto aos demais, comprometem a sua competitividade turística.

Carmo/Santo Antônio Além do Carmo

Até o início dos anos 2000 esta área caracterizava-se como predominantemente residencial, apresentando a maior densidade populacional de todo o CHS, com 64,3% dos imóveis considerados próprios (no Pelourinho/Sé/Taboão apenas 14,2% apresentavam esta condição - Censo 2000)

As intervenções realizadas através de programas como Monumenta, Pró-Moradia e o Rememorar, objetivaram, sobretudo, a recuperação de imóveis com fins residenciais e a qualificação de áreas ocupadas em situação de risco e de extrema pobreza. O diferencial da área e o elemento central da atratividade de turistas e investidores é o amplo patrimônio imaterial aí existente, engrandecido pela ambiência especial proporcionada pela Baía de Todos os Santos. As tradições, a religiosidade, as celebrações locais organizadas pela comunidade, o modo de viver dos residentes, configuram um cenário único, fruto de um ambiente interiorano e, ao mesmo tempo, internacionalizado.

Embora a intervenção pública nesta área tenha ocorrido de forma distinta do observado no Pelourinho/Sé/Taboão, com a recuperação de imóveis residenciais, com vistas à permanência da população local, o Carmo/Santo Antônio Além do Carmo tem sofrido transformações expressivas em decorrência da expansão da atividade turística. Desde 2005 esta área vem atraindo empreendimentos turísticos direcionados a um público de mais elevado poder aquisitivo, em grande parte estrangeiro, com destaque para hotéis, "pousadas de charme", restaurantes e bares temáticos dotados de programação especial, a exemplo de

apresentações de *jazz*. Conforme informações da Bahiatursa/Embratur, a área lidera a oferta de meios de hospedagem do CHS e concentra cerca 7,8% das agências de viagem do CAS (Tabela 1).

O direcionamento de parte expressiva das suas empresas para o turismo, também implica na grande dependência do Carmo/Santo Antônio Além do Carmo para com esta atividade. Mas, embora ela apresente carências comuns ao Pelourinho/Sé/Taboão, que dificultam a expansão da atividade turística, sobretudo no que se refere a aspectos relativos aos serviços urbanos – limpeza e segurança públicas –, à escassez de espaços para estacionamento e de mecanismos de divulgação para o turismo, parte das unidades empresariais aí instaladas revela-se mais competitiva do que as dessa última, principalmente no tocante à oferta de serviços diferenciados – com destaque para alimentos e bebidas e hospedagem – e às iniciativas de trabalho em parceria entre os diversos agentes do turismo⁴.

São Bento e Misericórdia

A área São Bento/Misericórdia, embora pioneira na cidade na recepção de empreendimentos turísticos, inclusive de alto padrão, como o Hotel Chile, edificado na primeira década do Século XX, que se vangloriava de ter a preferência de Ruy Barbosa, e o Palace Hotel, construído em 1934 (QUEIROZ, 2002: 25), caracteriza-se na atualidade por concentrar atividades comerciais (28,4% das suas empresas) e de serviços especializados (22,1%), predominando, dentre esses últimos, os escritórios de advocacia e contabilidade (18,3%), conforme o Censo/SEBRAE.

A Barroquinha/Ladeira da Praça, área de restrita incidência de equipamentos e fluxos turísticos, responde por 9% da oferta de leitos do CAS e por 1,7% das unidades empresariais direcionadas ao agenciamento (Tabela 1). Embora sem tradição turística, está sendo contemplada atualmente com um novo projeto cultural que poderá provocar mudanças na sua recepção de fluxos de visitantes, residentes ou não na cidade: o Espaço Cultural da Barroquinha.



Foto 3 – Pousada em Santo Antônio Além do Carmo.
Fonte: Ivan Erick/AGECOM.



Foto 4 – Hotel da Bahia, Campo Grande. Fonte: Aristeu Chagas/AGECOM.

Entorno do Centro Histórico – ECH

O ECH 3 Campo Grande/Dois de Julho se sobressai na oferta de meios de hospedagem, apresentando o maior número de leitos de todo o CAS (2.914 unidades), além de 18,3% das agências de viagens (Tabela 1). Nesta área, situada próxima a bairros tradicionalmente ocupados pela população de mais elevados rendimentos, estão localizados equipamentos culturais de expressão, como o Teatro Castro Alves e o Teatro Vila Velha, além de inúmeros bares e restaurantes direcionados tanto às classes de maior poder aquisitivo, quanto à população de renda média a baixa, ofertando, assim, um leque diversificado de opções para os turistas.

Nazaré/Barbalho (ECH 1), respondendo por 10% da oferta de leitos e 4% das agências de viagem do CAS (Tabela 1), apresenta importantes equipamentos de lazer, esporte e cultura, como o Dique do Tororó e o Centro Cultural Barroco da Bahia, na Saúde. O Centro Cultural, com o Projeto Barroco da Bahia de revitalização da música clássica, em geral, e sacra, em especial, dispõe, dentre outros equipamentos, de uma pousada, com vinte e cinco unidades habitacionais. Conforme informações prestadas por Ricardo Vieira (ED/2009), seu administrador, a pousada recebe, sobretudo, turistas estrangeiros (60%), com destaque para os alemães.

A porção oeste do ECH 2 (Contorno/Comércio) e, sobretudo, a Av. Contorno, vem sendo ocupada por empreendimentos, como restaurantes, marina e *flats*, empresas de eventos, dentre outros, dirigidos a um público seletivo, de alto poder aquisitivo. Nesta subárea estão localizadas 47,8% das agências de viagem do CAS, em sua



Foto 5 – Porto Trapiche na Av. Contorno. Fonte: Aristeu Chagas/AGECOM.

Foto 6 – Interior do Hotel A Casa das Portas Velhas. Fonte: Aristeu Chagas/AGECOM.

grande maioria direcionada para o turismo emissor. Há que se ressaltar a elevada presença de empreendimentos turísticos nessa área, a exemplo de locadoras de automóveis e agências de viagens, que aproveitando os incentivos fiscais oferecidos pela Prefeitura – redução do Imposto Sobre Serviço (ISS), de 5% para 3% – associaram-se a escritórios virtuais, transferindo os seus endereços para a região do Comércio. Com o fim do incentivo para esse tipo de empreendimento, parte dessas empresas está migrando para outros bairros de Salvador (BARBOSA, ED/2009).

Cabe também mencionar a implantação de um importante equipamento cultural o Museu do Ritmo, inaugurado em fevereiro de 2008. Ocupando o antigo Mercado do Ouro, edificado em 1879, este empreendimento, que congrega área para espetáculos musicais, teatrais, e para os mais diversos eventos culturais, como exposição de arte, dentre outros, tem atraído um público significativo de visitantes para a região do Comércio, sobretudo durante o verão baiano.

Ainda no ECH 2, a área Calçada/Água de Meninos, detentora de uma única agência de viagem e de 14,1% dos meios de hospedagem do CAS, apresenta restritos apelos turísticos, com destaque dentre esses para a Feira de São Joaquim. Centro cultural e de comércio existente há 44 anos, onde são encontrados produtos típicos – desde alimentos a vestuários e artesanatos – e artigos utilizados nos cultos de origem africana, a feira tem despertado a atenção de alguns visitantes, sobretudo estrangeiros, interessados no turismo étnico, e de agências de viagem que já estão incorporando este atrativo nos seus roteiros turísticos definidos para Salvador.

Análise das potencialidades do patrimônio cultural para a atividade turística do CAS

Equipamentos Culturais

O CAS se constitui, sem dúvida, na área da cidade que congrega um maior número de equipamentos culturais e que apresenta uma maior atratividade para os adeptos do turismo cultural, definido pelo Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur como "aquele que se pratica para satisfazer o desejo de emoções artísticas e informação cultural, por meio da visita a monumentos históricos ou relacionados a obras de arte, relíquias, antiguidades, concertos, museus, pinacotecas (Embratur, *apud* QUEIROZ, 2009: 220)⁵.

Segundo o Censo Cultural 2002-2006, o CAS responde por 91,4% dos equipamentos culturais da capital baiana. Nesse conjunto, destacam-se, em termos de número de equipamentos, as bibliotecas (correspondendo a 27,2%), os museus (16,2%), as igrejas e os conventos (13,2%) e as galerias (11,1%). Pesquisa realizada recentemente pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT nos equipamentos culturais de Salvador, com uma amostra correspondente a 96,1% do universo, revelou que a maior parte desses equipamentos está concentrada no ECH (40,3%), com destaque para a área Campo Grande/Dois de Julho (25,5%), e no CHS (39,8%), sobretudo, no Pelourinho/Sé/Taboão (17,9%) e São Bento/Misericórdia (16,3%) – Gráfico 1.

Dentre os equipamentos culturais, os museus, as igrejas e conventos tendem a atrair os visitantes de Salvador e o fluxo turístico que frequenta o CAS. Conforme a pesquisa da SECULT 42,3% dos museus do CAS estão concentrados no Pelourinho/Sé/Taboão. Embora não se destaquem em termos numéricos, as igrejas e conventos têm uma grande importância para a atratividade turística dessa área, podendo-se ressaltar, dentre esses, o Convento de São Francisco e a Catedral Basílica, monumentos religiosos mais demandados para visitação turística na cidade desde os primórdios da economia do turismo de Salvador. A área de maior concentração de monumentos religiosos é o Campo Grande/Dois de Julho (33,3% da oferta do CAS), seguida por Nazaré/Barbalho (21,%) e Carmo/Santo Antônio Além do Carmo (18,2%). Há que se ressaltar, porém, que os monumentos religiosos apresentam horário de visitação reduzido, fechando aos domingos, o que dificulta o acesso para a população local e a visitação pelos turistas. No caso dos museus, a dificuldade de acesso, de estacionamento e a carência de suportes infraestruturais disponibilizados aos turistas, a exemplo de monitores/guias que falem outros idiomas, são os principais entraves à visitação.

Merecem também menção, no conjunto dos equipamentos culturais existentes ou em implantação no CAS, o Forte Santo Antônio, o Museu Nacional Afro-Brasileiro, o Museu da Música Brasileira e o Centro Audiovisual da Bahia. O Forte de Santo Antônio, monumento do Século XVII reformado com recursos do PRODETUR II (US\$ 1.597.411,36) e reaberto ao público em dezembro de 2006, encontra-se atualmente sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC que o mantém com recursos do Tesouro Estadual. De forma a possibilitar a sua sustentabilidade, vem-se buscando apoiar outras atividades culturais compatíveis com o monumento, o que também atende a uma demanda reprimida de particulares por espaços culturais para a realização de eventos. Esta ação, entretanto, conforme Edson Magno (ED/2009), gestor deste equipamento

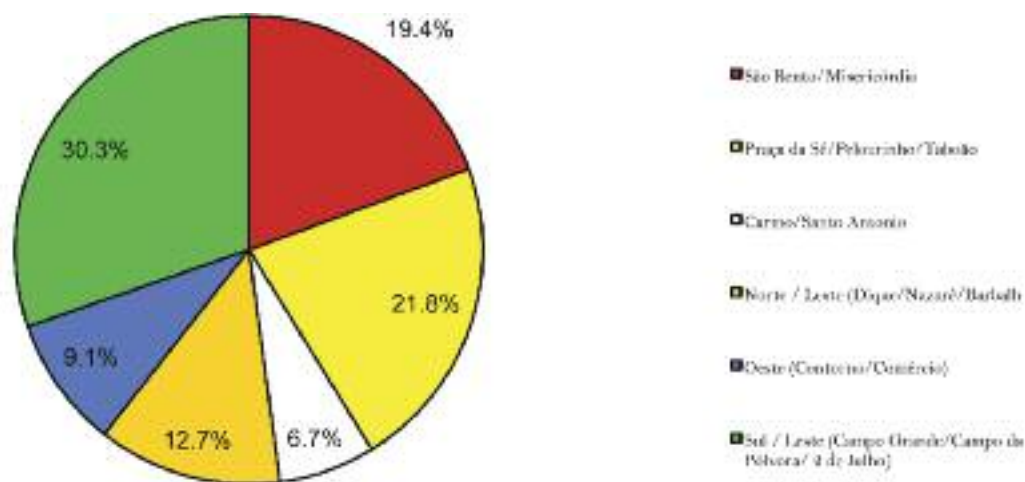


Gráfico 1 - Equipamentos Culturais no CAS. Fonte: SECULT – Pesquisa dos Equipamentos Culturais, 2009.

cultural, tem sofrido resistência dos capoeiristas residentes que defendem o uso exclusivo do espaço para atividades vinculadas à capoeira. O gestor ressalta que está sendo concebido um projeto mais amplo que objetiva propor alternativas para a sustentabilidade desse valioso patrimônio.

Apesar de ser um dos mais preciosos exemplares do patrimônio arquitetônico colonial, o forte, ainda de acordo com Magno, mantém uma relação tímida com o turismo. De forma a ampliar esses laços, está sendo desenvolvido um projeto de receptivo, com o apoio do IPAC, que prevê, dentre as suas possíveis ações, a capacitação de monitores locais para atendimento aos visitantes e o desenvolvimento de atividades cênicas, musicais, teatrais, que possam englobar a comunidade e o grupo local Capoeira pela Paz, gerando renda para os envolvidos e novas fontes de recursos para manutenção do equipamento cultural, através, sobretudo, do incremento da visitação turística. Conforme o atual gestor do forte espera-se que este projeto possa ser implantado ainda em 2009.

O Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira - MUNCAB deverá ser instalado em dois prédios da Rua do Tesouro, área São Bento/Misericórdia. Disponibilizando ao público a diversidade das formas e expressões da cultura afro-descendente, o museu contará no seu acervo com obras vindas da Universidade Federal da Bahia, do Centro de Estudos Afro-Orientais e da Fundação Pierre Verger, podendo ser considerado um dos grandes focos de interesse daqueles que valorizam a cultura e, em especial, dos adeptos do turismo de raízes ou étnico.

O Museu da Música Brasileira, uma iniciativa de Paulo Brandão, objetiva divulgar a música nacional, congregando um espaço para exposições ligadas à música popular, lançamento de discos, livros etc., com loja para a venda de cds, livros e outros artigos culturais. Localizado no Pelourinho, o Museu da Música conta com sete temas permanentes: Samba; Bossa Nova; Tropicália; Música Baiana, MPB, Música Instrumental e

Nordestina. O projeto visa possibilitar que o visitante circule, entre em contato com discos e documentos raros, como alguns de Pixinguinha, e outros produtos culturais, a exemplo da tela a óleo pintada pelo cantor e compositor Dorival Caymmi, e possa ser guiado em cinco idiomas: inglês, alemão, francês, italiano e português. A coleção atual do museu já é expressiva e comparável à existente em centros de exposição de expressão no país, como o Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro (BRANDÃO, Paulo, ED/2009).

A diversificação na oferta de equipamentos culturais desponta hoje como uma tendência do CAS, que pode ser observada na proposta de criação de um centro voltado para o audiovisual. O centro deverá funcionar nas ruínas do Trapiche Barnabé, no Comércio, com previsão para funcionamento em três anos. Este projeto é fruto de iniciativa do cineasta francês Bernard Attal, que pretende criar na Bahia "um espaço para atividades culturais ligadas ao cinema e voltado ao público", concentrando uma oferta de estúdios de gravação, ilhas de edição, empresas de comunicação, artistas e estilistas, criando sinergias e desenvolvendo parcerias na produção audiovisual (ATTAL, Revista Muito, 2009).

Eventos de grande atratividade de fluxo: Dois de Julho, Carnaval e São João

O apelo do CAS para o segmento do turismo cultural não está restrito, entretanto, aos equipamentos e serviços, compreendendo também os eventos públicos ou privados existentes, como espetáculos musicais, apresentações teatrais e às manifestações populares, com destaque para o evento cívico do Dois de Julho, o Carnaval e o São João. O primeiro desses eventos, marcado por desfile cívico, pela presença de fanfarras e bandas filarmônicas, reúne cerca de 500 mil pessoas a cada ano, nas ruas do CHS⁶, propiciando o aquecimento das vendas do mercado informal e dos bares e restaurantes da área. Entretanto, como observa o compositor e professor da Faculdade de Música da UFBA, Paulo Costa Lima, em matéria divulgada no Terra Magazine, "poucas pessoas fora da Bahia conhecem a força do Dois de Julho"; este evento, embora possa ser frequentado por turistas em visita à capital baiana, não se constitui, propriamente, até este momento, em um gerador de fluxos turísticos.

O segundo dentre esses eventos, o carnaval, principal manifestação popular de Salvador, atrai anualmente milhares de baianos, turistas brasileiros e estrangeiros às ruas da capital baiana. Conforme dados divulgados pela SETUR, o fluxo total de turistas no Carnaval de 2008 foi de 385 mil foliões, nos sete dias de festa, com uma movimentação de recursos estimada como superior a R\$ 500 milhões. As pesquisas "Entidades Carnavalescas" e de "Emprego e Desemprego sobre o Carnaval 2008" realizadas pela SECULT, possibilitam identificar a grande representatividade dos gastos dos turistas neste mega-evento, que corresponderam a 65,4% do total de recursos movimentados pelo conjunto dos foliões em 2008. Já em termos do fluxo, a liderança fica com os residentes de Salvador e da sua região metropolitana, que representaram 79,7% dos foliões da capital no carnaval/2008, contra uma participação de turistas equivalente a 20,3%. Os turistas estiveram presentes, com maior intensidade, nos blocos de trio elétrico/alternativos (33,9%), nos camarotes (32,3%), tendo ainda participado dos blocos de percussão, de travestidos (11,6%) e dos blocos de matriz africana (9,7%).



Foto 7 - Carnaval no Centro Histórico de Salvador. Fonte: Carlos Alcântara.

Foto 8 - Carnaval no Centro Histórico de Salvador. Fonte: Adenilson Nunes/AGECOM.





Foto 10 – Festa de Santa Bárbara. Fonte: Robson Mendes/AGECOM.

Dentre as agremiações vinculadas às raízes da cultura africana os blocos afro destacam-se por exercerem uma maior atratividade perante os turistas estrangeiros. Segundo cadastro da Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa)⁷, os blocos afro representam 34,4% das entidades carnavalescas do CHS, sendo, em adição, o grupo de maior incidência fora do CAS (abarcam 31,8% das agremiações aí instaladas). No CHS identifica-se ainda uma expressiva presença dos afoxés (21,9% das entidades) e a existência de grupos de percussão, de samba, infantis, de índios e de travestidos. Nas demais áreas do CAS predominam os blocos de trio elétrico, que também constituem o segundo grupo em representatividade numérica fora do CAS. Em geral vinculados a Axé Music, essas entidades são as mais procuradas pelos turistas nacionais, assim como pelas classes média e média alta de Salvador.



Foto 9 – São João do Pelô. Fonte: Carlos Alcântara.

O São João, evento caracterizado como tipicamente regional, é tradicionalmente festejado no interior baiano, para onde se dirige, no período junino, grande parte da população soteropolitana. A capital, embora atue muito mais como emissora do que receptora de fluxos de pessoas durante esse evento, vem, há alguns anos, promovendo atividades, como o São João do Pelô, que têm obtido uma boa repercussão, atraindo um número expressivo de participantes.

Ratificando a cidade de Salvador como uma destinação que não tem um apelo junino consolidado, pesquisa realizada pela FIPE/SETUR indica que para 80,1% do fluxo que se dirigiu a esta cidade entre os dias 22 e 25 de junho de 2008 a visita decorreu de motivações distintas do São João. Considerando-se os turistas que viajaram, especificamente, para o evento junino, a pesquisa totaliza um fluxo de 1.112 participantes, levando Salvador à 18ª posição em número de turistas dentre 21 municípios pesquisados. Os turistas que compareceram ao São João da capital baiana registraram o mais alto gasto médio *per capita*/dia (R\$ 533,20), efetuado em itens como hospedagem (gasto médio de R\$ 624,2), transporte local (R\$ 136,4), diversão (R\$ 314,5) e compras (R\$ 287,7). Para 56,8% dos entrevistados o evento correspondeu às expectativas ou permaneceu igual, contra 34,2% que indicaram ter superado/estar melhor. Cerca de 56% registraram a intenção de voltar e, dentre os que responderam sobre os aspectos que necessitam melhorias no São João de Salvador, 19,4% apontaram as atrações, 10,3% a segurança, 9,2% a divulgação e 8,6% a organização, dentre outros itens sugeridos.

Análise dos impactos dos investimentos previstos para o turismo do CAS

Conforme informações fornecidas pela SETUR, Salvador está sendo contemplada com uma série de investimentos públicos do programa PRODETUR Bahia II, direcionados ao turismo, que poderão contribuir significativamente para a requalificação do CAS. Para esta área estão previstos no PRODETUR II cerca de US\$ 15,9 milhões, correspondendo a 53,4% do total investido por este programa na capital baiana. Esses recursos estão concentrados, majoritariamente, na recuperação do patrimônio cultural (98,6%), em ações como a recuperação do Portal da Misericórdia (US\$ 3,9 milhões), da nova sede do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC - 2ª etapa (US\$ 1,3 milhões), do Forte Santo Antônio Além do Carmo (US\$ 1,6 milhões) e da 6ª etapa do CHS (US\$ 8.8 milhões). Além disso estão sendo aplicados, via PRODETUR, 135 mil dólares nos projetos de qualificação profissional e empresarial, e 229 mil dólares na atualização do Projeto de Recuperação do CHS - 6ª etapa.

Considerando outras fontes de financiamento, exceto PRODETUR, estão previstos investimentos do Ministério do Turismo, equivalentes a 71 mil dólares na Operação Verão, que objetiva qualificar policiais, baianas de acarajé, taxistas, ambulantes e frentistas, dentre outros profissionais atuantes no CAS. A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER e o IPAC também investirão US\$ 8,4 milhões na manutenção do CHS.

Dadas as articulações da atividade turística com o território, os investimentos programados para a infraestrutura do CAS certamente também irão repercutir de modo favorável no desempenho da economia do turismo desta área. Para esse tópico, segundo levantamentos do Escritório de Referência - ERCAS, estão programados investimentos públicos equivalentes a US\$ 32 milhões, beneficiando em torno de 600 mil pessoas, com projetos como o da Feira de São Joaquim e do Porto de Salvador. Para a maior feira livre do Estado está sendo concebido um projeto, com a participação da Associação dos Feirantes de São Joaquim e do Sindicato dos Feirantes. Como ressalta Naia Alban (palestra ERCAS, 2009), esse espaço, "cujo terreno é da União, a proposta de resgate cultural, do Governo do Estado e a competência da gestão, do município", será contemplado com um modelo propositivo de gestão colegiada que pressupõe um convênio tripartite entre as distintas esferas do Poder Público e a participação de entidades representativas dos feirantes. Também cabe destacar projetos como o de iluminação pública de monumentos (US\$ 2,1 milhões), drenagem, pavimentação e iluminação do CHS (US\$ 909,1 mil), requalificação das ladeiras da Montanha, Preguiça e Gravatá (US\$ 363,6 mil), Projeto Básico - Acesso ao CHS (US\$ 209,1 mil), Projeto Básico - Feira de São Joaquim (US\$ 667,4 mil), Feira de São Joaquim e Cais das Baianas (US\$ 15,1 milhões) e Acessos ao CHS (US\$ 12,6 milhões).

O projeto do Porto de Salvador, orçado em 10 milhões de dólares, segundo Renato Neves da Rocha, Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária (palestra ERCAS, 2009), contempla a implantação de um moderno terminal de cruzeiros marítimos, nas áreas atualmente ocupadas pelos armazéns 1 e 2. Salvador recebe hoje um fluxo significativo de visitantes em cruzeiros marítimos, estimado em 213.062 passageiros na temporada 2008/2009, segundo dados da Companhia de Docas do Estado da Bahia (Codeba) em abril/09, mas, até este momento, não oferta uma estrutura de receptivo compatível com a relevância dessa demanda.



Foto 11 – Edifício do antigo Jornal A Tarde – futuro hotel boutique. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Em relação aos investimentos privados, estão programadas para Salvador, nos próximos oito anos, investimentos na hotelaria e em espaços de eventos e convenções, equivalentes a 312 milhões de dólares. Desse total o CAS responde por 13,9%, atraindo investimentos de expressão, como Hotel Hilton Salvador – Solar dos Azulejos, previsto para a área Contorno/Comércio, um dos destaques dentre os investimentos estrangeiros definidos para a Bahia (US\$ 25 milhões); o Txai Salvador Hotel e Residence (US\$ 10 milhões), englobando um luxuoso hotel da grife TXAI e duas unidades imobiliárias, o TXAI Residence e o TXAI Exclusive, que deverão localizar-se no Largo Dois de Julho, próximo à Contorno; o Hotel Design Salvador Bahia (US\$ 6,6 milhões), um hotel-boutique a ser instalado na Praça Castro Alves pela Prima Empreendimentos e o Casarão 28 Bed and Breakfast, situado na Travessa Vidal da Cunha, uma encosta com vista panorâmica para a Baía de Todos os Santos e para a Avenida Contorno.

Além desses investimentos privados, está também prevista para a área do Carmo/Santo Antônio Além do Carmo a implantação do projeto Além do Carmo, que deverá trazer impactos expressivos para a economia local. Pertencente ao grupo empresarial LGR, o projeto Além do Carmo vem sendo idealizado como um "shopping a



Foto 12 – Espaço Unibanco de Cinema Glauber Rocha. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

céu aberto", envolvendo a construção de empreendimentos comerciais em imóveis residenciais existentes nesta área. Como mencionado por Magno, gestor do Forte Santo Antônio, a comunidade local não tem uma visão unânime em relação a este projeto. Alguns, dentre os seus membros, se manifestam favoráveis, pelo possível aquecimento comercial resultante do novo empreendimento; outros expressam certa discordância, pelo caráter residencial do bairro, e pelo possível acirramento da especulação imobiliária já presente e intensificada a partir de 2005 com a implantação dos novos empreendimentos de turismo e lazer.

Reunindo um conjunto de atributos propícios à exploração de diversos segmentos turísticos, como o histórico-cultural, de lazer litorâneo, náutico, de eventos, gastronômico, dentre outros, Salvador apresenta um amplo potencial para expansão da economia do turismo. Para tanto, junto à superação de desafios estruturais, como os referentes ao quadro social – mendicância, violência urbana, marginalidade – e de deficiências da infraestrutura urbana e turística – transporte urbano, sinalização turística, limpeza urbana, acessibilidade aérea e terrestre, dentre outros –, deverá potencializar os seus segmentos turísticos, dentre os quais o turismo cultural, considerado, na atualidade, como um dos responsáveis pelo crescimento da atividade turística mundial.

O CAS, aglutinando a maior parte da oferta turística da cidade para o segmento do turismo cultural, apesar de defrontar-se com problemas similares aos apontados para o conjunto da cidade, vem despontando como uma

área de grande atratividade para a economia do turismo. Detentor de valiosos patrimônios, arquitetônico e imaterial, é formado por áreas diferenciadas, com distintos apelos turísticos que hoje estão sendo decisivos na reconfiguração dos novos investimentos previstos para esse território.

As áreas do CAS que conseguem agregar os seus atrativos histórico-culturais, à ambiência especial proporcionada pela visibilidade da Baía de Todos os Santos e à presença de uma população residente, com seus costumes e tradições, tendem a ser as mais procuradas pelos investidores privados. Assim, na área Carmo/Santo Antônio Além do Carmo o movimento iniciado em meados dos anos 2000 tende a ter prosseguimento, com a atração de novos empreendimentos de turismo, lazer e compras, como pousadas, hotéis e restaurantes.

A área São Bento/Misericórdia tende a qualificar a sua oferta para o turismo, lazer e cultura, com empreendimentos de hospedagem e serviço de bar e restaurante direcionados ao turismo cultural de alto padrão, como o Hotel Design que será implantado no antigo prédio do Jornal A Tarde, ou a um público segmentado, também motivado pelo apelo cultural, mas que demanda um atendimento/serviço personalizado, como o Casarão 28 Bed and Breakfast, cuja proposta, ainda inovadora na Bahia, poderá desencadear investimentos similares no CAS. Dentre seus equipamentos de lazer e cultura, esta área sedia o recém-implantado Espaço Unibanco de Cinema, onde está situado o cinema Glauber Rocha, e, em breve deverá também abrigar o Museu Nacional Afro-Brasileiro.

O entorno das avenidas Dois de Julho e Contorno, privilegiado quanto à visibilidade da Baía de Todos os Santos, vem conjugando o turismo de alto padrão, dirigido a um público seletivo, com unidades residenciais e equipamentos culturais. O Comércio, propriamente, com o novo projeto do Porto e os diversos negócios culturais e de lazer que para lá estão sendo atraídos, também tende a valorizar-se, obtendo uma maior competitividade urbano-turística.

As áreas Calçada/Água de Meninos, Nazaré/Barbalho e Barroquinha/Ladeira da Praça se apresentam hoje como as menos competitivas do CAS em termos de atratividade turística. As ações programadas ou desenvolvidas recentemente para estas áreas, a exemplo dos projetos de requalificação da Feira de São Joaquim, a ser implantado na primeira, da Fonte Nova e Barroco da Bahia, na segunda, e do Centro Cultural Barroquinha na última, apoiadas por investimentos direcionados à requalificação de espaços públicos, como os concebidos para a Baixa dos Sapateiros, Barroquinha e Aquidabã — recuperação de fachadas, praças e passeios, pavimentação de ruas, iluminação pública, articulação viária com outros pontos da cidade, dentre outros — poderão contribuir para que recebam parte do fluxo turístico que deverá circular nas áreas mais dinâmicas do CAS e, até mesmo, para que possam gerar ou ampliar fluxos específicos, decorrentes do interesse dos visitantes em um dado segmento cultural/de lazer, como vem se verificando com o projeto Barroco da Bahia.

O Pelourinho/Sé/Taboão, congrega, sem dúvida, igrejas, museus e outros equipamentos culturais significativos, assim como bares, restaurantes, lojas de artesanato, galerias de arte, sede de grupos culturais, constituindo-se em uma área dotada de ampla oferta adensada para os adeptos do turismo cultural. Apesar do potencial e



Foto 13 – Espaço Cultural da Barroquinha. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

dos investimentos públicos programados, direcionados, sobretudo, à recuperação de monumentos e à iluminação de espaços públicos, os investimentos privados previstos para o Pelourinho/Sé/Taboão são hoje pouco expressivos se comparados aos estimados para as áreas mais atrativas do CAS, podendo-se destacar dentre esses, a implantação do Museu da Música Brasileira. Os problemas hoje existentes nesta área, muitos deles comuns às demais como a presença de drogas, a ações de pedintes e menores, a prostituição, a poluição sonora, tendem a se evidenciar em face ao modelo aí implantado quando da intervenção pública realizada no início dos anos 1990. A retirada da população local residente e a não atração de atividades geradoras de fluxos intraurbanos, transformou o Pelourinho/Sé/Taboão em um espaço turístico artificial, carente de uma "identidade cultural", que lhe possibilite manter-se singular e atrativo para os turistas e também para os soteropolitanos. A área requer hoje um olhar diferenciado, propostas específicas que contemplem a atração da população local e dos visitantes. O modelo de desenvolvimento aí implantado também pode ser utilizado como exemplo para que se evite a ocorrência de experiências similares em outras áreas do CAS. Para que se busque promover a expansão do turismo e dos negócios em consonância com os interesses das comunidades residentes; para que se perceba que a conjugação do desenvolvimento turístico e da sustentabilidade das áreas centrais requer um processo de mudanças que possibilite superar graves problemas, como a pobreza e a marginalidade urbana, construir uma sociedade mais justa, com mais qualidade de vida, em um espaço compartilhado por residentes e turistas.

Notas

1. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
2. Não se pode negar que este é também um fator de atração para alguns turistas, e que necessita ser amplamente coibido quando relacionado a menores.
3. Jamelson, *apud* Sant'Anna, op. cit., p. 51.
4. Conforme Eric Gouguenheim, proprietário da Pousada das Flores em entrevista direta (ED/2009), foi criada nesta área a Associação dos Amigos do Bairro do Santo Antônio, entidade ainda não regulamentada, que objetiva propiciar melhorias e organização ao bairro, principalmente nos quesitos segurança pública e limpeza urbana. No Pelourinho/Sé/Taboão as organizações empresariais existentes – grupo Chama e Associação dos Comerciantes do Pelourinho – estão praticamente desativadas, a exemplo da primeira, ou enfrentando intensas dificuldades para desenvolver as suas atividades, situação em que se pode enquadrar a segunda (RABÊLLO e LIBÂNIO, ED/2009).
5. In: QUEIROZ, Lúcia Aquino de e SOUZA, Regina Celeste de Almeida. Caminhos do Recôncavo, Programa Monumenta/Unesco/BID/MINC, 2009.
6. Terra Magazine, acesso em 18/04/09.
7. Atualmente denominada Empresa Salvador Turismo (Saltur).

Referências Bibliográficas

- ANUÁRIO estatístico 2008. EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo.
- Disponível em <http://www.turismo.gov.br> Acesso em 22 de fevereiro de 2009.
- ATTAL, Bernard. *Negócio Criativo. A Tarde*, Salvador, 12/04/2009. Revista Muito, p. 32-33. Entrevista concedida a Pedro Fernandes.
- AZUL investe em nova rota para Salvador. *A Tarde*, Salvador, 22/03/2009. Caderno economia, p. B4.
- BRASIL, Hildemar Silva. *Política cambial e o turismo internacional no Brasil do Real*. Disponível em http://www.alcuth.org/politica_cambial.pdf Acesso em 22 de fevereiro de 2009.
- BENKO, Georges. *Economia espaço e globalização na aurora do século XXI*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 266 p. Tradução: Antonio de Pádua Danesi
- BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUCS, 2002. 278 p. Tradução Josely Vianna Baptista.
- CALS, J. *Turismo y territorio: los términos de una dialéctica*. In: *Ecología, economía y turismo en el Mediterráneo*. Benidorm: Ayuntamiento de Benidorm y Universidad de Alicante, 1986. p 153-162.
- CARACTERIZAÇÃO e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil 2002 e 2006. MTUR – Ministério do Turismo, FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 22 de fevereiro de 2009.
- FIGUEROLA PALOMO, Manoel. *Teoría económica del turismo*. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1985. 434 p.
- GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de; ROCA, Ana Georgina Peixoto. *Perfil dos moradores do Centro Tradicional de Salvador à luz do Censo 2000*. In: GOTTSCHALL, C. de S.; SANTANA, M. C. de. *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA, SEI, 2006. p. 16-50.
- HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, Coleção Turismo Contexto, 2001. 296 p. Tradução Edite Sciulli.
- INFOCULTURA – *Carnaval de Salvador: perfil das entidades e participação dos soteropolitanos*. Ano 2, n. 3 (jan.). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2009.

INFOCULTURA – *Centro Antigo de Salvador: uma região em debate*. v.1, n.2 (out.). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2008.

JANSEN-VERBEKE, Myriam; LIVOIS, Els. Análise de recursos históricos para o turismo urbano em cidades européias. In: PEARCE, Douglas; BUTLER, Richard (orgs.). *Desenvolvimento em turismo. Temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 135-155. Tradução de Edite Sciulli.

LIMA, Paulo Costa. *Dois de Julho, Independência do Brasil (na Bahia)*. Disponível em <http://plugcultura.wordpress.com> Acesso em 18 de abril de 2009.

LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional. O planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 183 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO, Secretaria de Políticas de Turismo. Coordenação Nacional do Programa de Regionalização do Turismo. *Roteiros do Brasil*. Brasília: MTUR, Sebrae, CNC, SESC, SENAC, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *El turismo internacional frente al deterioro de la economía em el mundo*. Disponível em <http://www.world-tourism.org> Acesso em 20 de fevereiro de 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Notícias OMT*. Ano XXIII, número 1/2009. Disponível em <http://www.world-tourism.org> Acesso em 20 de fevereiro de 2009.

PALOMEQUE, Francisco López. *La estrategia del turismo metropolitano: el caso de Barcelona*. Estudios Turísticos, n. 126. Barcelona: Instituto de Estudios Turísticos, Secretaria General de Turismo, 1995. p. 119-141.

PERFIL da demanda turística internacional – Síntese Brasil, 2005/2007. EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em <http://www.turismo.gov.br> Acesso em 22 de fevereiro de 2009.

PESQUISA Caracterização e Dimensionamento do Turismo Receptivo na Bahia 2008 – Eventos Juninos. Salvador: Secretaria do Turismo/Fipe, 2009.

PLUG CULTURA. *Ruas do Pelourinho ganham nova iluminação pública*. SECULT – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br> Acesso em 2 de abril de 2009.

PORTO, Edgard. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, Armando (org.). *Bahia Século XXI*. Salvador: Seplantec – Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002. p. 97-128.

_____. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. (Série estudos e pesquisas, 61) 111p.

PROGRAMA MONUMENTA. *Inicia a 7ª etapa de Salvador e Museu Afro-Brasileiro*. Disponível em <http://www.monumenta.br> Acesso em 23 de abril de 2009.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. *A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador*. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universitat de Barcelona, Barcelona: 2005.

_____. O turismo baiano no Real e na competitividade internacional. *Análise & Dados*, Salvador, v. 5, n.3, p. 105-113, dez. 1995.

_____. O espaço turístico do Centro Histórico: formação, transformações, perspectivas e desafios. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de. (orgs.). *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA/SEI, 2006. p. 76 – 111.

_____. *Turismo urbano, gestão pública e competitividade*. Salvador: P555, Fapesb, 2007. 304 p.

_____. *Turismo na Bahia: Estratégias para o desenvolvimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 236 p (Coleção selo Turismo).

QUEIROZ, Mércia Maria Aquino de. *Turismo de Raízes na Bahia. Um estudo sobre a dinâmica do Turismo Étnico (Afro) na Bahia: os do Pelourinho/Salvador e da Festa da Boa Morte/Cachoeira*. 2008. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Comunicação Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2008.

RABAHY, Wilson Abrahão. Tendências recentes do turismo mundial. Caderno de Estatísticas. *Revista Turismo em Números*. São Paulo: Sindetur, edição n. 50. [s.d.]

ROSSETTI, José Pascoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁNCHEZ, Fernanda. Argos entrevista Fernanda Sánchez, autora de "A Reinvenção das Cidades." *Argos*. Chapecó: editora universitária/Unochapecó, [s.d]. Disponível em <http://www.unochapeco.edu.br> Acesso em 23 de abril de 2009.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, v.16, p. 31-49, jun. 2001.

SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador: 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. *Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade* (PROCENTRO). Disponível em <http://www.procentro.com.br> Acesso em 22 de fevereiro de 2009.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia Micro e Macro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERA REBOLLO, Fernando J (Coord). *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Ariel Geografía, 1997. 443p.

_____. La variable territorial en los procesos de desarrollo turístico. In: *Arquitectura y turismo: planes y proyectos*. Barcelona: UPC, Dep. de Urbanismo y Ordenación del Territorio, 1996. p. 87-98.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. *World Tourism Barometer*, January 2009. Disponível em <http://www.world-tourism.org> Acesso em 20 de fevereiro de 2009.

ZONA portuária carioca vai passar por revitalização. *A Tarde*, Salvador, 19/02/2009. Caderno Turismo, p. 6.

Eduardo Dória
Sergio L. Gomes



Foto 1 - Lixo na Praça da Piedade. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

Aspectos de Conformidade Ambiental

As cidades são resultados das ações humanas e são geradas coletivamente a partir de complexa conjugação de forças sociais, econômicas, políticas e culturais atuando em uma determinada relação espaço-tempo. Esta realidade condiciona uma estrutura material e institucional e gera uma qualidade ambiental característica. O planejamento da sustentabilidade social e ambiental desses espaços urbanos implica então em um conjunto de restrições e controles de usos urbanos capazes de antecipar, prever e condicionar a capacidade de produção material e seus efeitos na esfera demográfica e física.

A dinâmica das dimensões econômica e social determina a ocupação e uso do solo e ainda condiciona as vocações e atividades desenvolvidas nas áreas onde ocorrem. Por outro lado, demanda um planejamento que lhe propicie sustentabilidade e que contenha elementos que definitivamente contribuam para o desenvolvimento e a consolidação dessas vocações e atividades a exemplo da adaptação da infraestrutura, adequação da malha viária e demais sistemas em rede, acessibilidade e ainda necessariamente, a existência de critérios que assegurem a qualidade de vida tais como a presença de áreas verdes, lazer, segurança, salubridade, conforto térmico, acústico, entre outros.

Operacionalmente, tal planejamento exige a execução de diagnósticos multidimensionais que interajam com as diversas dimensões existentes na área em estudo e, que produzam como última instância um conjunto de proposições perfeitamente integradas e sinérgicas que assegurem a concepção estratégica de um Plano para o Centro Antigo de Salvador - CAS.

É importante registrar que a qualidade ambiental, relativa ao objetivo humano, é fruto dessa integração entre as dimensões envolvidas e as vocações manifestas ou potenciais para um determinado nicho urbano. Ela depende também do entendimento de que essas dimensões e vocações sociais e econômicas sejam reconhecidas e respeitadas em qualquer planejamento que vise organizar o espaço de sua ocorrência. Como por exemplo, enquanto o controle sonoro em uma área de concentração de hotéis e pousadas deve necessariamente ser mais restrito, em outra área, destinada a eventos e espetáculos, ele deve ser adequado à demanda dos espectadores e do uso do espaço. Outro exemplo é dado pela constatação de que a presença de áreas de preservação de vegetação depende da localização de áreas habitacionais, de vias de circulação integradoras e da localização de praças e jardins.

Nos anos 60 do século passado, teve início na cidade a execução de algumas das diretrizes do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – EPUCS, do Governo da Bahia, sob a justificativa de ordenar o seu intenso crescimento, ampliar a mobilidade entre a área central e o entorno, desafogar o Centro, preparando áreas de expansão. O papel desempenhado por novos agentes imobiliários que passaram a agir dentro de uma lógica especulativa, diferenciada das práticas até então utilizadas, deu início a um processo de esvaziamento do centro antigo da cidade, de ocupação de novas áreas consideradas mais modernas, de ocupação da periferia e de polinucleação urbana, quando então a metropolização de Salvador se consolidou.

O Plano de Reabilitação do Centro Antigo e, por extensão, o seu Programa de Sustentabilidade Ambiental procura restabelecer parâmetros de qualidade de vida e oferecer propostas de ordenamento e cumprimento de legislação que levem em conta as diretrizes para um meio ambiente urbano sustentável.

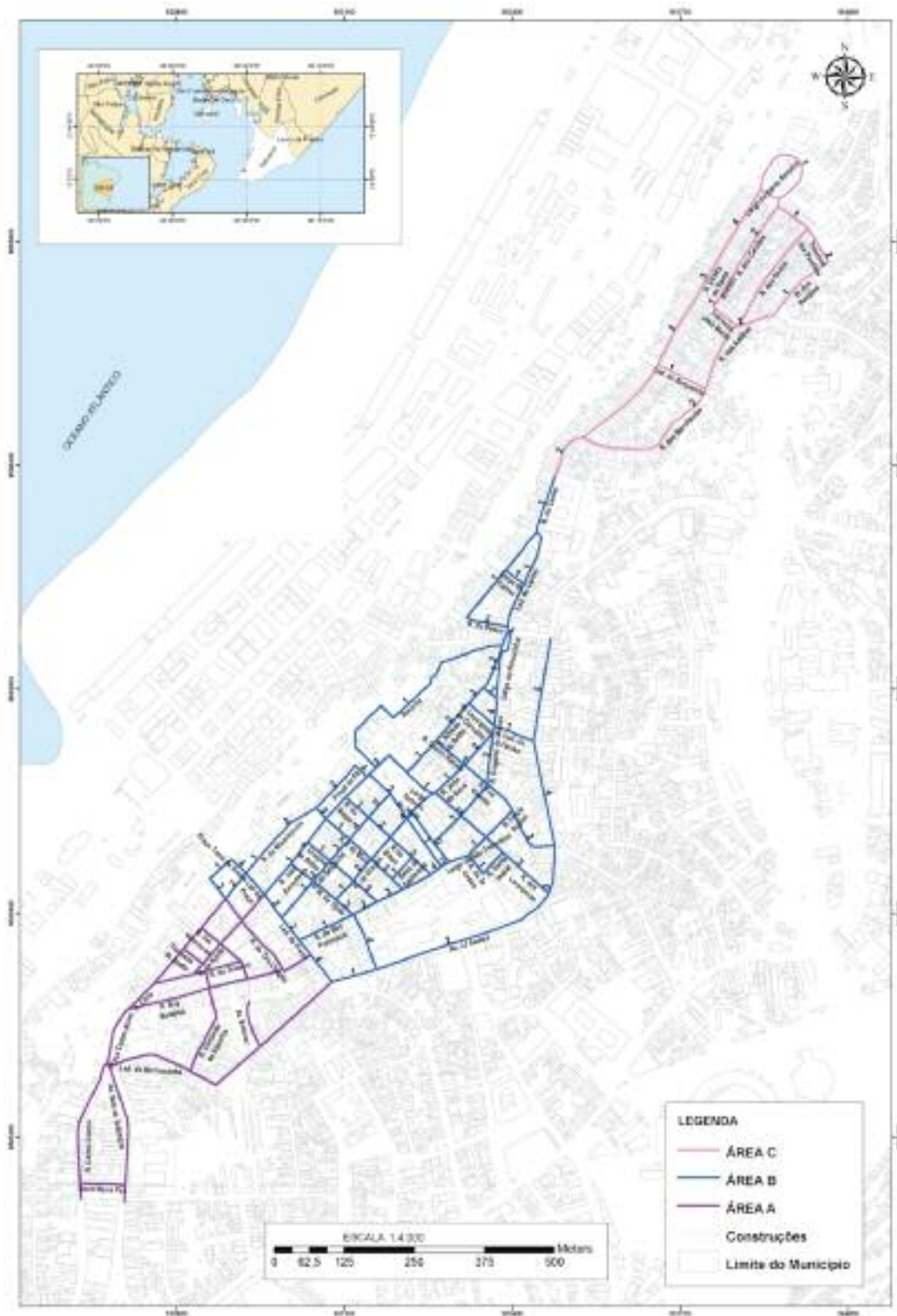
Estudos e Análises

A avaliação de impactos ambientais urbanos através de alguns indicadores exige uma escolha, e também uma renúncia a outras dimensões da questão ambiental e um compromisso com a limitação decorrente da escolha feita. Tais indicadores possuem um alto valor explicativo e se tornam importantes na busca do entendimento do processo de mudanças sociais e ecológicas causadas por perturbações no ambiente urbano, consequência da interação entre uma sociedade dinâmica e um espaço físico em constante modificação.

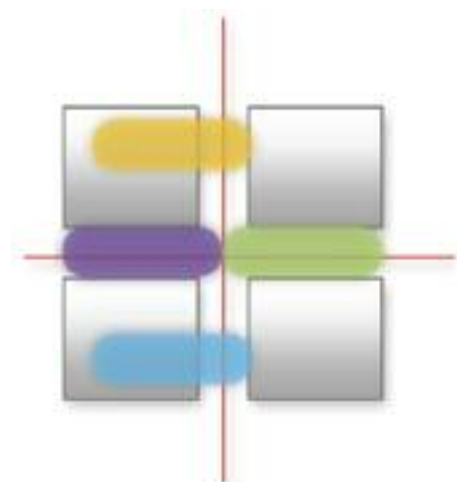
O presente trabalho, mesmo ciente da multidimensionalidade dos processos ambientais envolvidos na compreensão dos padrões socioespaciais da organização urbana, recorre à seleção e uso de indicadores na determinação das relações de causa e efeito do modelo determinístico para caracterizar fatores de degradação ambiental e, através deles, buscar elementos de consolidação do Programa de Sustentabilidade Ambiental do Centro Antigo de Salvador.

Para tanto, considerou-se o espaço amostral do Centro Histórico de Salvador – CHS (Mapa 1), constituído por um recorte de três diferentes perfis de atividades socioeconômicas, indicados como áreas A, B e C, tipificando respectivamente a predominância da atividade comercial (Área A); turística/eventos de massa (Área B); residencial/hotelaria (Área C). Mapa 1 – Área de Estudo

Cada uma das áreas em questão teve como unidade de trabalho a quadra, definida como a área contida entre as faces de dois quarteirões adjacentes e limitada pelo cruzamento das ruas, conforme mostrado pelas quatro elipses coloridas no esquema a seguir.



Mapa 1 - Área de Estudo. Fonte: Escritório de Referência do Centro Antigo. Consultoria UNESCO/SECULT - Relatório de Conformidade Ambiental 2008.



A denominação da quadra é dada pelo nome do logradouro seguido do número da quadra daquela rua. Assim, Rua Carvãoes – Q1 identifica a primeira quadra dessa rua, que é composta por duas quadras.

Em cada uma das quadras assim definidas aplicaram-se questionários especialmente dimensionados para avaliar a percepção da qualidade ambiental, através do olhar de técnicos treinados e também da população que reside ou desenvolve atividade profissional na quadra (Tabela 1).

Figura 1 - Conceito de Quadra.

Área	Atividade Dominante	Quadras Analisadas	Questionários Considerados
A	Comercial	36	135
B	Turística/Eventos	88	200
C	Residencial	21	76

Tabela 1 - Universo amostral.

No contexto da caracterização do CAS foi produzida e analisada uma série de informações visando à proposição de medidas mitigadoras dos danos ambientais ocorridos na área. A partir dessa massa de dados, foram selecionados alguns indicadores mais representativos da degradação ambiental a fim de integrarem um Índice de Danos Ambientais - IDA que permitisse, através da visualização georreferenciada, um mapeamento das zonas estudadas e auxiliar no planejamento e integração de ações corretivas com o objetivo de estabelecer uma melhor qualidade de vida na área. Dessa forma, o IDA foi construído a partir das percepções de Intensidade Sonora (Som), Presença de Resíduos (Resíduos) e Presença de Odores (Odores). Estes três indicadores, ainda que não representem uma quantidade numericamente expressiva, descrevem de forma inequívoca parâmetros importantes para o estabelecimento da qualidade ambiental da área em estudo, a exemplo da percepção da qualidade dos serviços públicos prestados, do nível de organização social e dos comportamentos coletivos. De uma forma sucinta, para a área do CHS seria impossível avaliar a qualidade ambiental sem a presença de um ou mais destes fatores descritores.

Cada uma destas percepções, doravante chamadas de fatores, são por sua vez constituídas por suas variáveis causais, denominadas vetores, e que podem assumir valores de 0 a 3 representando respectivamente Ausência, Presença Insignificante, Presença Significativa e Presença Notável (Tabela 2).

Fator	Vetor
Som	Bares e Restaurantes Atividade Religiosa Percussão Som ao Vivo Outros
Odores	Lixo Esgoto Urina Fezes Humanas Fezes de Animais Atividades Comerciais Outros
Resíduos	Entulho de Construção Cigarros Plásticos e Papéis Alimentos Óleos Fezes Outros

Tabela 2 - Constituição dos Fatores

O tratamento aplicado às respostas obtidas pelos questionários possibilita a expressão da presença e intensidade de um determinado fator para uma determinada quadra e serve como base para a formulação do IDA para as quadras e áreas considerada pela amostragem.

Para a caracterização do IDA em uma quadra, a partir dos questionários aplicados, considerou-se a ocorrência dos diferentes vetores de um mesmo fator, pontuados de 0 a 3, conforme explicado anteriormente e somados para a obtenção de um valor total que relacionado com a pior situação possível (todos os vetores de um mesmo fator pontuados com a nota 3) geram o índice para este fator nesta quadra.

Exemplificando, supondo-se que o fator resíduo, que é constituído por sete vetores, apresente para uma determinada quadra a somatória 6, este valor, referenciado ao maior valor possível (21), geraria uma pontuação de 0,29.

O IDA, aplicado em uma determinada quadra e para um determinado fator, tem uma variação teórica entre 0 (todos os vetores de um fator estão ausentes) e 1 (todos os vetores estão pontuados com a nota 3), mas, para efeito de tornar o índice mais sensível, foi adotado como teto máximo, o maior valor efetivamente encontrado para um determinado fator, em toda a área de estudo. Este valor, 0,71, foi encontrado para o fator odor, em uma determinada quadra. A amplitude do IDA foi então estabelecida entre 0 e 0,71 e dividida em 4 classes. A cada uma dessas classes foi associada uma escala cromática segundo a sua severidade e que projetada no mapa geoprocessado da área, permite a espacialização da intensidade do dano ambiental da área. A Tabela 3 mostra a referida classificação do IDA em função das notificações obtidas.





Valor do IDA	Classificação	
0,00 - 0,18	Aceitável	
0,19 - 0,36	Preocupante	
0,37 - 0,53	Ruim	
0,54 - 0,71	Péssimo	

Tabela 3 - Classificação do Índice de Danos Ambientais

O IDA da quadra foi definido como o maior valor ocorrido para a quadra em um determinado fator. Assim, uma quadra que obtenha notação 0,10; 0,14 e 0,29 para os fatores Som, Odores e Resíduos respectivamente, passa a ter o seu IDA notado como 0,29, o que de acordo com a tabela 3 acima, o classificaria com o *status* "Preocupante".

Resultados

As informações inseridas nos mapas 2 a 5 indicam a presença e a intensidade dos fatores selecionados para compor o IDA.

No Mapa 2, referente ao fator resíduo, percebe-se que:

- > na observação da totalidade da área, a ocorrência de quadras classificadas como aceitáveis é nitidamente menor que todas as demais classificações;
- > nota-se claramente a diferenciação na distribuição do dano segundo o uso predominante das áreas,



Mapa 2 - Geoprocessamento do Fator Resíduo.

com maior concentração de variabilidade na área B, que compreende o Pelourinho, área turística e local de eventos públicos;

> as maiores intensidades registradas localizam-se também na área B, sendo que nas demais áreas a classificação dominante é a "Preocupante"

O fator resíduo é composto, conforme indicado na Tabela 2, por 7 vetores que abrangem uma grande variedade de tipos tão diversos como cigarros e plásticos até os entulhos provenientes da construção civil. A simples ocorrência de qualquer desses vetores indica comportamentos não ajustados aos códigos urbanos vigentes, bem como deficiências no sistema de limpeza pública, que se torna mais intensa e evidente justamente na área de maior concentração de eventos. Em decorrência dessa realidade, constatada a partir das amostras realizadas e que foram espacializadas na figura georreferenciada, pode-se afirmar que a percepção registrada para a área em estudo é a da demanda de ações mais efetivas em todos os processos concernentes à limpeza.

Como ações corretivas relacionadas com a limpeza pública e visando a recuperação da qualidade ambiental dessa área, recomendam-se entre outras, a fiscalização dos serviços prestados à comunidade, o uso de tecnologias de limpeza mais eficazes e adequadas à área, tal como equipamento aspirador; campanhas de conscientização sobre o acondicionamento, disposição do lixo e horários de sua coleta; a efetiva aplicação de mecanismos de coerção social já existentes, a exemplo do código de polícia administrativa; implantação de um programa de coleta seletiva, abrangendo toda a área do CAS.

A Mapa 3 mostra a distribuição espacializada do vetor Odor. Dela, pode-se extrair que:

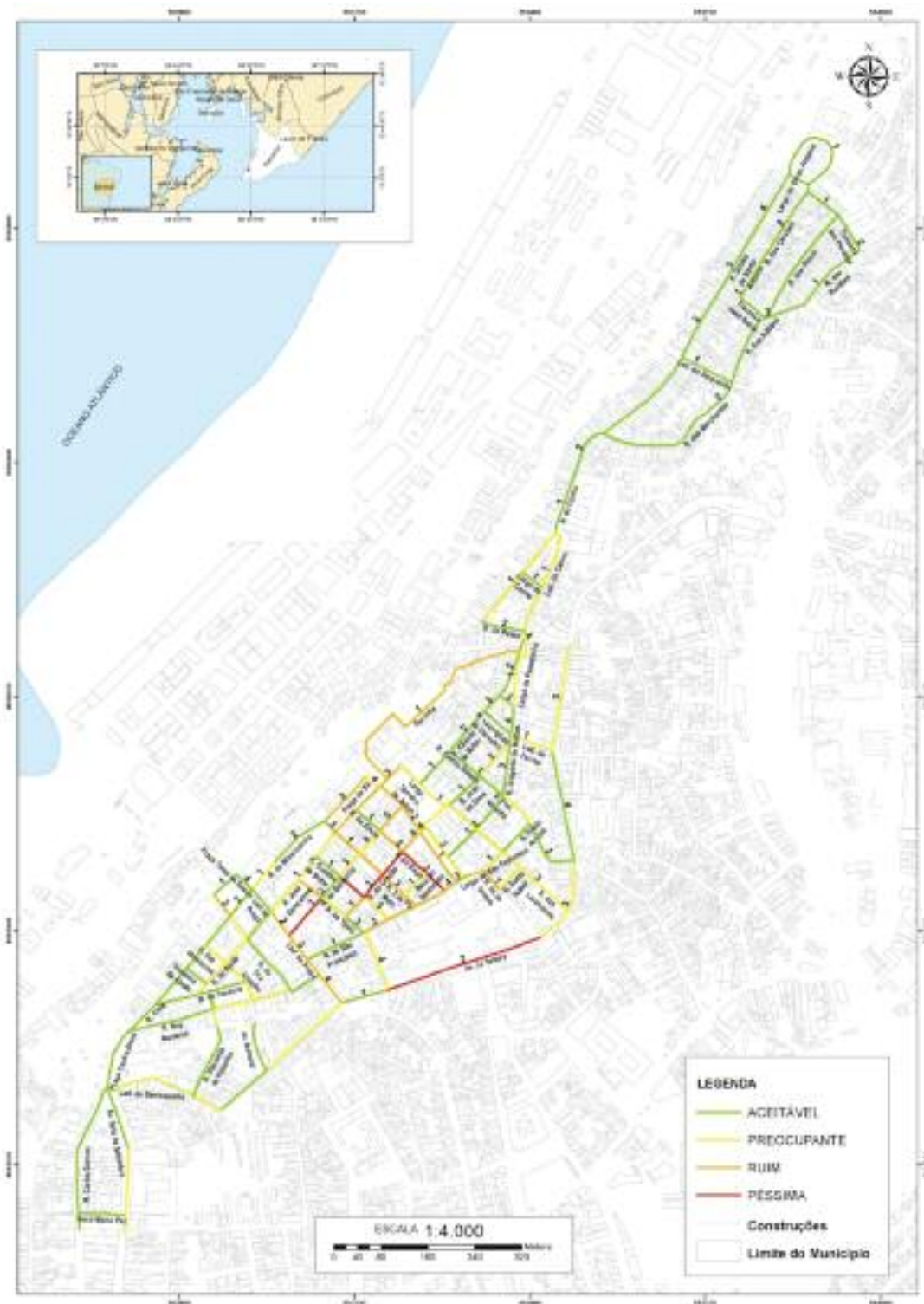
> na observação global da área, a ocorrência de quadras classificadas como aceitáveis é nitidamente maior nas áreas A e C;

> a exemplo do fator Resíduo, com o qual o Odor é também relacionado, é evidente a maior concentração de variabilidade na área B, que compreende o Pelourinho;

> as maiores intensidades registradas localizam-se também na área B.

A composição do fator odor é dada pelo conjunto de seis vetores que abrangem desde a presença de urina até aqueles odores gerados no desenvolvimento de atividades comerciais, como bares e restaurantes. Os dados primários mostraram que entre os componentes deste fator encontra-se, primeiramente, o vetor Urina, expressão da cultura de urinar impunemente em via públicas, da deficiência de sanitários públicos e da presença constante dos extratos sociais marginais (indigentes, meninos de ruas e consumidores de drogas) que contribuem fortemente para esse vetor. Também a presença do vetor Lixo é outro forte componente desse fator.

Como resultado da existência desse fator e, sobretudo, dos seus elementos causais, tem-se uma forte percepção de desconforto, que ocasiona entre outras consequências, reflexos negativos sobre a atividade turística e comercial, além de projetar uma imagem de descaso e insegurança sobre a área em questão.



Mapa 3 - Geoprocessamento do Fator Odor

Ações mitigadoras para esse fator compreendem obrigatoriamente intervenções sobre o plano social, através de programas de inserção, instalação de sanitários, em quantidade necessária para o atendimento da demanda, e mudanças comportamentais através de campanhas de sensibilização.

A espacialização do fator Som é mostrada na Mapa 4. Observa-se que de modo geral esse fator apresenta-se em níveis aceitáveis para praticamente toda a área de estudo havendo, entretanto, um foco de classificação Preocupante na área B, do Pelourinho. Os questionários apontam que a principal razão dessa ocorrência é atribuída ao vetor Percussão. De fato, nestas proximidades concentram-se escolas e instituições que diariamente fazem soar seus tambores e também estabelecimentos comerciais que utilizam a música em alto volume como meio de propaganda, para o desconforto de pessoas que, por razões pessoais e/ou profissionais, são obrigadas a conviver com uma frequência e intensidade sonoras que vão muito além da zona de conforto.

Sabe-se que as fontes sonoras são também motivos de desconforto ambiental e insalubridade quando estão fora das normas que controlam a sua emissão como no caso em questão. Como consequência, produz-se além do dano na dimensão ambiental, a inibição da atividade econômica por este citado desconforto produzido – aos hóspedes de pousadas em seu descanso, desconcentração, dispersão em trabalhos diversos nos escritórios e instituições situadas na área.

As medidas de redução desse fator passam pela fiscalização sistemática e aplicação da legislação vigente, além do isolamento acústico obrigatório para as atividades emissoras que produzam intensidade sonora em desacordo com as normas existentes.

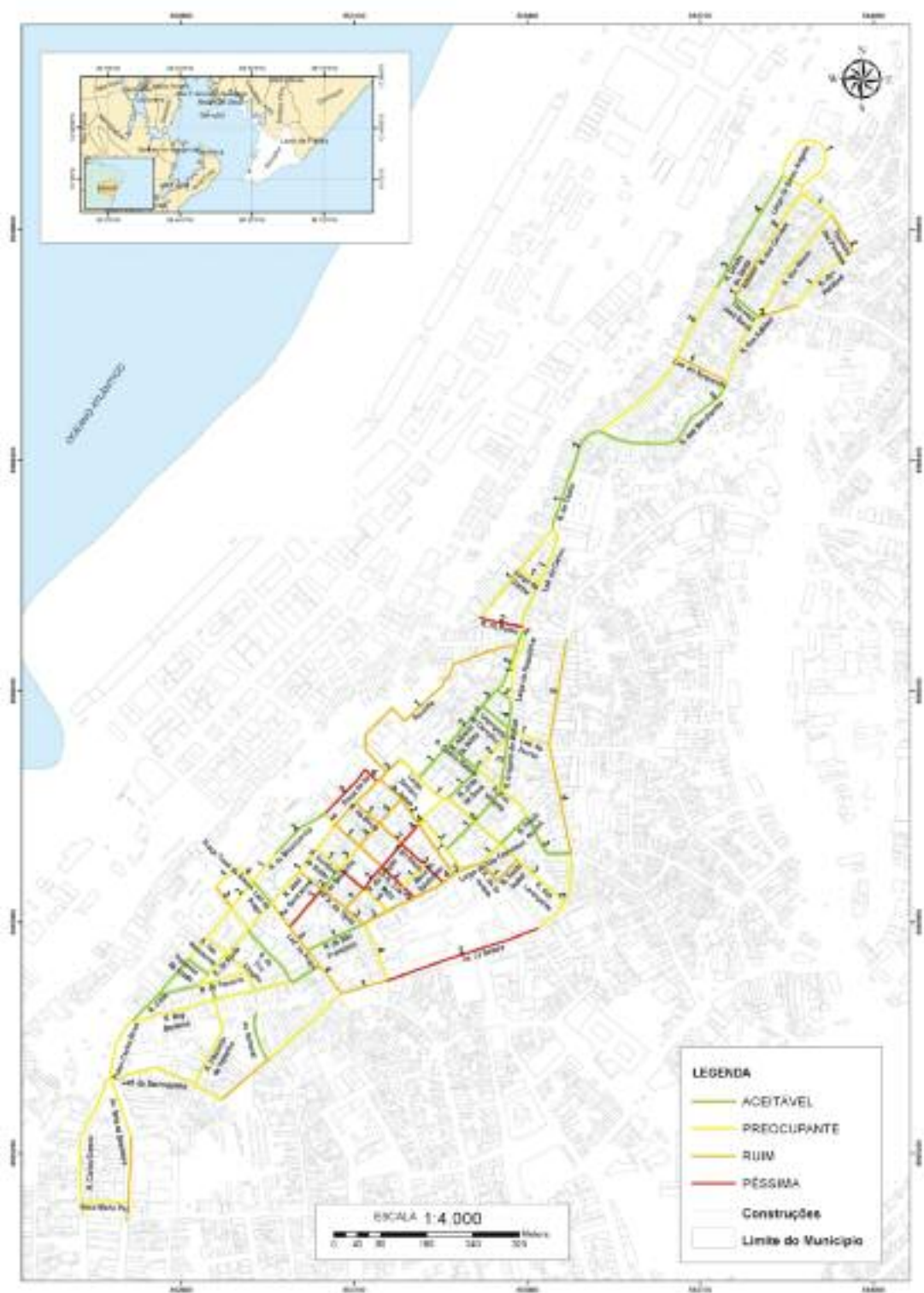
A manifestação do conjunto dos fatores é expresso através do IDA, mostrado na Mapa 5. Como realçado anteriormente, sua construção é obtida a partir da incidência máxima de um dos fatores para uma determinada quadra. Esta abordagem justifica-se por oferecer um quadro mais acurado das reais condições ambientais da quadra considerada. Para o conjunto de quadras, a imagem gerada é a fotografia da qualidade ambiental do CHS, tomada no momento da amostragem

Uma análise geral da figura obtida mostra para todas as três áreas a grande ocorrência das classificações: Preocupante e Ruim. Como já antecipado pelos mapas dos fatores, é na área do Pelourinho, onde se concentram os maiores valores para o índice.

A imagem mostra claramente a necessidade de medidas de contenção dos indicadores de degradação encontrados nessa área, não somente como meio da preservação da qualidade ambiental, mas também para assegurar a viabilidade econômica e social dos empreendimentos em curso e/ou projetados para o CAS. Sendo constituído por fatores plenamente controláveis pelos instrumentos de gestão urbana, o IDA reflete também as deficiências dessa gestão nesses, e certamente em outros, fatores de danos ambientais.



Mapa 4 - Geoprocessamento do Fator Som.



Mapa 5 - Geoprocessamento do Índice de Danos Ambientais - IDA.

Considerações a respeito dos fatores ambientais analisados nas áreas de estudo

Área CHS A

As informações obtidas a partir dos questionários aplicados mostram que o principal fator de desconforto ambiental dessa área é o acúmulo de resíduos, notadamente plásticos, papéis e restos de cigarros, que reconhecidamente apresentam uma remoção mais difícil, mas também por restos de alimentos, mais facilmente removíveis.

O fator Odor, em segundo lugar, tem no vetor Urina a sua principal fonte geradora. Para esses dois principais fatores, a área A necessita de uma melhor qualidade do processo de limpeza pública, de ações disciplinares quanto à colocação e retirada do lixo e da franca coibição do ato de urinar e depositar excrementos humanos em vias públicas.

A percepção de insegurança foi outro fator reconhecido, notadamente pela amostra Moradores/Instituições, como significativo na área A. Apesar das boas condições de Iluminação e do bom estado de conservação das fachadas dos imóveis como um todo, a área é percebida com alta intensidade de Roubos/Furtos, associados à presença de crianças e adolescentes em situação de risco e consumidores de drogas.

Pontos de acúmulo de água na área são percebidos por ambas as amostras, sendo o seu principal vetor os bueiros entupidos, seguido por áreas abandonadas, demandando do poder público ações de manutenção e fiscalização mais intensa.

O fator Som revelou-se ser predominantemente originado pela circulação de automóveis, o que apesar do desconforto potencial implícito, parece não se constituir um problema maior para a população amostrada, que o coloca em último lugar entre os fatores analisados.

Área CHS B

A presença de resíduos, odores, falta de segurança e som são as percepções de desconforto ambiental mais notáveis.

No aspecto resíduo, pontas de cigarros, plásticos e papéis, seguidos pelas fezes de animais e restos de alimentos são os principais vetores neste item.

Em relação aos odores, após a questão da urina, principal vetor deste aspecto e situada em posição bastante destacada em relação às outras citações, os demais vetores estão ligados à presença de resíduos.

No item de segurança, as principais percepções de ameaças são geradas por indigentes (consumidores de drogas e mendigos) e vendedores ambulantes. Crianças e adolescentes em situação de risco, para as organizações sociais, são uma forte fonte de percepção de ameaça.



Foto 2 - Acúmulo de lixo em bueiro - Centro Histórico. Fonte: Arquivo ERCAS.

A percussão é o principal vetor, citado como fonte de percepção de desconforto relacionado com o fator som.

Visualmente, as edificações residenciais são percebidas como as piores em condições de conservação; edificações comerciais e igrejas são citadas também como portadoras de condições inadequadas de conservação.

O acúmulo de água, foco potencial de reprodução de mosquitos, inclusive o da dengue, se manifesta notadamente em áreas abandonadas, obras e quintais. Nas áreas públicas, os bueiros entupidos são pontos notáveis. As lavagens constantes das ruas, com o objetivo de minorar odores de excreções, principalmente urina, carregam grande quantidade de resíduos para os bueiros e concorrem para o entupimento destes.

Os resultados apontados por este Diagnóstico, mostram que esta área configura-se como uma complexa matriz de fatores socioambientais, que se interrelacionam, gerando os aspectos de não conformidade. Entre esses fatores, o estudo deixa clara a relevância associada aos resíduos e odores, também intimamente relacionados. Desta forma, o desenvolvimento das ações de cunho técnico operacional, deve focar prioritariamente estes aspectos.



Foto 3 - Acúmulo de lixo nas calçadas do Comércio. Fonte: Arisson Marinho/AGECOM.

Área CHS C

Os resultados obtidos mostram que os principais fatores ambientais dessa área se concentram também no acúmulo de resíduos, notadamente plásticos, papéis e restos de cigarros e também por fezes de animais e restos de alimentos. Outra consequência associada à presença desses resíduos é o fator Odor, esse com a agravante do vetor Urina, mais ligado ao comportamento dos frequentadores do que à limpeza propriamente dita. Nesses fatores a área necessita de uma melhor qualidade do processo de limpeza, de ações disciplinares quanto à colocação e retirada do lixo e a coibição do ato de se urinar em vias públicas. Contrariamente a outras áreas do entorno, o fator Som não apresentou um impacto significativo na área C.

A existência de pontos de acúmulo de água na área é percebida, sendo o seu principal vetor os bueiros entupidos, seguido por áreas abandonadas e quintais.

A percepção de insegurança foi outro fator reconhecido, notadamente pela amostra Moradores/Instituições, como significativo na área C. Apesar das boas condições de iluminação e do bom estado de conservação das fachadas dos imóveis, a área é percebida com alta intensidade de Roubos/Furtos e Intimidação, associados a

presença de crianças e adolescentes em situação de risco, consumidores de drogas e indigentes. Esse fator é estreitamente ligado àqueles de Resíduo e Odor, visto ser essa população a principal responsável pela presença de fezes e urina nas ruas, além da violação de embalagens de lixo.

Assim sendo, qualquer medida a ser tomada para o controle da presença de Resíduos e Odores nessa área deve também considerar, como nas demais áreas estudadas, a integração com medidas sociais de tratamento e fixação desse extrato da população. Caso contrário, há a certeza de se comprometerem todos os esforços e recursos aplicados na área.

Comparações entre as áreas estudadas

As áreas analisadas mostraram analogias em um mesmo padrão de percepção dos seus componentes ambientais.

Seus perfis são opostos no que tange à dinâmica de seus frequentadores e atividades. A área A é caracterizada por ser essencialmente comercial, com grande número de estabelecimentos, transeuntes, ambulantes e automóveis. A área B, o Pelourinho, coração do Centro Histórico, tem características específicas marcantes. A área C é descrita como residencial, com Pousadas, hotéis, estabelecimentos comerciais pequenos e pouco numerosos, algumas igrejas e escolas. Apesar dessas diferentes vocações, as amostras analisadas registram a mesma percepção de desconforto ambiental, associado principalmente a impactos negativos causados por resíduos, odores e insegurança e que devem constituir o ponto focal de um programa que vise à sustentabilidade ambiental do CAS.

Outro aspecto, menos visível, mas também importante para a qualidade de vida dessas áreas é dado pelos pontos de acúmulo de água que fazem da região um foco propagador na incidência da dengue.

Nesta comparação entre áreas percebe-se que uma das principais alterações é devida ao acréscimo da relevância do fator Som na área B, decorrente da função diferenciada dessa área, em relação às demais, já que nela se promovem os eventos de massa e estão localizados os principais pontos de visitação turística. Assim, na verdade, essa área incorpora mais um aspecto negativo àqueles comuns a todo universo de estudo.

Medidas Mitigadoras

Os estudos apontam um elenco de proposições, baseado exclusivamente nos diagnósticos efetuados e que tem por objetivo a mitigação dos principais aspectos levantados.

Com a continuidade do conjunto de estudos contratados sob a forma de consultoria pelo Escritório de Referência - ERCAS, visando à constituição da Unidade de Governança do Centro Antigo e o seu Plano de

Reabilitação, novas proposições e abordagens interrelacionadas com os estudos do uso do solo, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico e sociocultural deverão ser consideradas.

As proposições de medidas mitigadoras foram agrupadas em campos de atividades, como listado a seguir:

- > Propostas relacionadas com a limpeza pública, principal fator de não conformidade identificado no conjunto das áreas estudadas (Área CHS A – do São Bento à Misericórdia, Área CHS B – Pelourinho e Área CHS C – Carmo)
- > Propostas de ações mitigadoras relacionadas com a presença de crianças e adolescentes em situação de risco, consumidores de drogas e indigentes no CHS e as consequências decorrentes: insegurança pública e odores resultantes de excreções humanas, fezes e urina.
- > Propostas relacionadas com a presença de acúmulo de águas estagnadas, principal fator de propagação da dengue.
- > Propostas relacionadas com o excessivo volume de som de diferentes origens, válido notadamente para a Área B – Pelourinho.
- > Propostas relacionadas com a preservação patrimonial do CHS e sua sustentabilidade socioambiental.
- > Propostas relacionadas com monitoramento e avaliação das medidas implantadas e do desempenho dos índices ambientais estabelecidos como indicadores.

Referências Bibliográficas

- CADERNOS ADENAUER. *Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano V, n. 1, 2004.
- CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; Pereira, Gilberto Corso (org.) *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: Edufba, 2008.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Populações Marginais em Ecossistemas Urbanos*. Brasília: IBMARNR, 1989.
- FERREIRA, J. *Qualidade de Vida e Cidade Sustentável*. In: MELLO E SILVA, B.M.; GMUNDER, U. *Metrópoles e Desenvolvimento Sustentável*. Salvador: Goethe Institut, 1996.
- GORDILHO, Ângela. *Limites do Habitar: Segregação e Exclusão na Configuração Urbana Contemporânea de Salvador*. Salvador: Edfba, 2000.
- NUNES COELHO, M.C. *Impactos ambientais em área urbana. Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa*. In: GUERRA, J.T.; CUNHA, S. B. (orgs.) *Impactos urbanos no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- SANCHES, L. Enrique. *Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *O Centro da Cidade do Salvador: Estudos de Geografia Urbana*. São Paulo: Edusp; Salvador: Edfba, 2008.
- _____; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SCHEINOVITZ, A. S. *O macro planejamento da aglomeração de Salvador*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1998.
- SILVA, Barbara Christine Nentwig; BANDEIRA DE MELO, Sylvio Carlos. *Cidade e Região no Estado da Bahia*. Salvador: CED UFBA, 1991



Foto 1 - Grávida dormindo na Praça da Cruz Caída. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

A Dimensão Social e o Quadro de Vulnerabilidades¹

O presente estudo caracteriza e dimensiona aspectos da vulnerabilidade social da população do Centro Antigo de Salvador - CAS, com especial ênfase àqueles relacionados a direitos humanos, cidadania e violência.

Suas ideias principais se organizam sob a perspectiva da existência de uma "*Cultura do Pelourinho*"², admitindo-a como uma configuração específica, de encantamento de vida, de resistência ou mesmo transgressão, o que determina o comportamento de seus habitantes. Esta é uma representação ambivalente, pois favorece tanto o *estigma* sobre as vulnerabilidades ali vivenciadas, quanto o fortalecimento da sociabilidade e integração social, numa dinâmica que pode resultar na superação de danos sociais e no desenvolvimento sustentável para o lugar e para além dele.

Política e gestão urbanas no centro da capital baiana

A prática das políticas e ações governamentais de reforma e intervenção urbana na Bahia reflete a trajetória das macropolíticas nacionais e internacionais, vinculação que resulta, sobretudo, das possibilidades de aporte de financiamentos federais ou internacionais destinados a estes fins.

O programa de intervenções conduzido pelo Governo Estadual na década de 1990, privilegiando a apropriação da área pelas camadas de maior poder aquisitivo ou pelo segmento turístico, acabou mostrando-se não sustentável ao negligenciar a grande parcela de cidadãos que, de fato, necessitava da ação governamental para melhoria da sua qualidade de vida.

O processo de esvaziamento funcional da região, ao lado de outras escolhas do planejamento e da atuação governamentais, aspectos detalhadamente descritos nos demais capítulos desse diagnóstico, resultaram no enfraquecimento do seu capital sociocultural ou na tentativa de "domesticação" dos seus agentes tradicionais. São muitos os efeitos perversos, derivados do processo de exclusão social e marginalização, sofridos por aqueles vistos como tipos antissociais, transgressores da ordem pública. Verifica-se aí o "perigoso jogo da desqualificação de todos aqueles que não se enquadram no padrão de cidadania da sociedade que é composta por 'consumidores válidos' (Bauman), mas também pelos que se conformam com a ordem desigual estabelecida, justificada pela responsabilidade de cada um pelo seu destino pessoal, êxito ou fracasso." (ESPINHEIRA, 2005: 5).

Embora os aspectos culturais venham gradativamente influenciando os projetos de renovação urbana, isso não tem representado a valorização das pessoas que habitam os lugares, que, quando muito, são incorporadas como parte do "espetáculo": "O trágico da recuperação física de lugares urbanos é o esvaziamento da cultura, dos significados, uma forma de separar o olho da mão e da alma, como fala Valéry, ou como o fim da narrativa, segundo Benjamim." (ESPINHEIRA, 2005: 7)

À criação de espaços inacessíveis e mesmo hostis às populações mais pobres – enobrecimento ou elitização de lugares anteriormente populares, a partir de investimentos públicos que priorizam a presença e o trânsito de "consumidores válidos" – dá-se o nome de *gentrificação*. Este processo, ao mesmo tempo em que resulta, retroalimenta a exclusão, pois interfere na valorização imobiliária dos lugares que sofrem as intervenções (HARVEY, 2006).

Atentos aos efeitos produzidos ao longo do tempo, os novos modelos gerenciais e políticos passaram a incorporar o simbólico aos campos ambiental, humano e geopolítico, nos territórios onde as transformações se darão. É determinante compreender as dinâmicas sociais relativas às formas de uso, novas ou residuais, considerando a caracterização pessoal, social e econômica dos moradores e dos demais usuários do lugar, sobretudo ao se identificarem situações de vulnerabilidade.

Elitismo e Saturação

Foi Jorge Amado, em *Bahia de Todos os Santos* (1944), quem localizou o centro de Salvador como o coração da Bahia:

"O coração da vida popular baiana situa-se na parte mais velha da cidade, a mais poderosa e fascinante. Refiro-me às praças e ruas que vão do Terreiro de Jesus, contendo suas igrejas – são cinco, cada qual mais suntuosa, e entre elas estão a Catedral, a Igreja de São Francisco, e a Ordem Terceira com sua fachada esculpida – descem pelo Pelourinho, sobem pelo Paço e pelo Carmo, desembocam em Santo Antônio, junto à Cruz do Pascoal, ou nas imediações da cidade-baixa, ao lado do velho Elevador do Tabuão."

No entanto, o CAS foi, por muito tempo, estigmatizado, e não sem razão, pois se constituiu, no passado recente, na maior concentração de prostituição da cidade, ou seja, concentrava tudo aquilo que se poderia chamar de "brega", com a significação de mangue ou puteiro³. (ESPINHEIRA, 1971; 1984)

Ainda que numerosas famílias também habitassem a área, muitas delas compartilhando os mesmos prédios ou até os mesmos pavimentos divididos por tabiques, a imagem de local de prostituição se generalizou. Qualquer lugar homogeneizado por uma função vista como predominante tende a criar, também para si, uma imagem associada a essa função hegemônica. Sendo a prostituição uma prática vigiada e perseguida pela ordem pública, um lugar de concentração de prostitutas, de cultura de mangue, com "mangueiros" e outros tipos que vivem da transgressão, carregará estigma de marginalidade. Pouco antes dos processos de intervenção mais massivos,



Foto 2 - População vulnerável na porta da Igreja de São Pedro dos Clérigos. Fonte: Arquivo ERCAS.

o número de pessoas dedicadas aos serviços sexuais (mulheres, travestis e homossexuais) atingia as centenas e a "zona" operava 24 horas por dia, com maior intensidade à noite. A ocorrência de agressões, furtos, roubos e mesmo homicídios a destacava como lugar perigoso, onde a presença da polícia era constante. Essa região da cidade sempre foi um lugar de ressonância, ou seja, tudo o que ali se passa repercute na mídia e no "disse-me-disse" interpessoal.

Pesquisas empíricas (ESPINHEIRA, 1971; 1984) indicavam que a maior incidência de violência era provocada pela ação da própria polícia, já que muitos policiais atuavam marginalmente como escroques, chantagistas de mulheres, travestis e mesmo de ladrões, punindo os moradores sempre que esses se julgassem injustiçados pelo não cumprimento do "acordo" imposto pela "autoridade". A violência policial conferia grande visibilidade à convivência naquele ambiente tumultuado, contribuindo fortemente para a imagem, que ainda hoje se mantém, de lugar perigoso. Relatos coletados na presente pesquisa continuam demonstrando que permanece a relação entre ações policiais e circunstâncias violentas, muitas vezes desproporcionais à necessidade de "controle", sobretudo quando os envolvidos pertencem às classes desfavorecidas economicamente, ou se encontram em condições sociais, físicas e psicoemocionais de vulnerabilidade.

Observou-se que lanceiros e ladrões menos sutis costumam ter como *modus operandi* a formação de grupos que abordam as vítimas sob ameaça de esfaqueá-las, caso esboçem qualquer reação, desaparecendo em seguida na multidão. Outros, como atores, encenam encontrar um velho conhecido, se aproximam e avisam que é um assalto. Tomam o celular e o dinheiro da vítima, deixando claro que ele e outros estão de olho e que qualquer reação será punida com a morte. A polícia dificilmente consegue solucionar este tipo de abordagem, pois não ficam pistas e nem há, tampouco, a materialidade da prova, baseada apenas na descrição dos tipos físicos ou do modo como se trajavam no momento da ação. O profissionalismo desses tipos desafia a segurança pública.

Agrava a sensação de insegurança a paisagem humana degradada pelo consumo de *crack* por crianças e adolescentes, fazendo saltar aos olhos as péssimas condições de muitas pessoas que, sem temor, assediam visitantes pedindo dinheiro com a insistência que a necessidade da droga lhes impõe, provocando constrangimento e mal-estar. O estigma de local de drogados, de mendicância e de ladrões vai sombreando outras imagens do lugar, obscurecendo seu valor cultural e o prazer que se poderia desfrutar, não fossem o assédio e o confronto com o grave problema humano e social das tantas pessoas destruídas pela droga e pela vida nas ruas.

Por outro lado, o modelo "cordial" de seleção dos novos ocupantes do Pelourinho, sem compromisso com o interesse público, veio levando à decadência crônica e à saturação⁴ desta área de altíssimo valor estratégico para a cultura e o turismo. O viés clientelista de seleção de ocupantes, ou seja, a "cordialidade do Estado" pela via das relações pessoais e de interesses particulares, contribuiu para o enfraquecimento das políticas públicas de cultura e de turismo, fazendo-as perder eficácia e onerando ainda mais o Estado. Uma nova política deve ser desenhada com investimentos selecionados tendo como critério serem capazes de produzir efeitos dinamizadores das atividades instaladas, de modo que todos (não no sentido de totalidade, mas da diversidade) possam participar dos ganhos.

O Pelourinho é lugar indutor, a partir de onde se poderia desenhar uma política para a cidade como *locus* de vivência e de visitaçãoturística, abordando adequadamente os signos de Salvador, sua linguagem universal transcrita na religiosidade, etnia, música, dança, artes plásticas e literárias, gastronomia, história, praia e mar. Ao contrário, o que se observa é uma certa monotonia de atrativos, quando se poderia adotar o princípio oposto de que "nada pode (deve) ser igual em lugares diferentes". Cada bairro, cada espaço deveria ter sua programação própria, de modo a criar uma circulação em que "as mesmas pessoas" vivenciariam "diferentes excitações", tanto as "nativas" como as visitantes. A cidade da diversificação será também a cidade da diversão, de circulação interna no desenvolvimento da convivência. O Pelourinho é o ponto de partida, a matriz, mas não o lugar exclusivo.

Gregório de Mattos inicia o poema "Romance" pela estrofe; *Senhora dona Bahia/ Nobre e opulenta cidade/ Madraστα dos naturais/ E dos estrangeiros madre [...]*. A ideia expressa nestes versos remete à política de expulsão da população do centro histórico com suas implicações para a marginalização do entorno da área recuperada, agravando o problema da "vulnerabilidade social", tanto do entorno quanto do "centro".

Antigos arranjos de convivência foram desfeitos e não foram substituídos por outros, mas sim por um forte esquema repressivo policial. O Pelourinho, na área recuperada, é hoje relativamente bem policiado e esvaziado de pobres e antigos moradores. Já o entorno imediato e mais afastado está repleto de desafortunados, a exemplo do grande corredor de comércio e serviços da Baixa dos Sapateiros e também parte dos bairros da Saúde e Barbalho. À noite pode-se ter uma visão do volume da "população de rua" que se junta para dormir sob marquises ou reentrâncias de prédios, entre crianças, jovens e adultos. Os ex-moradores do centro histórico esvaziado tiveram dificuldades para se estabelecer em bairros residenciais periféricos por várias razões, dentre elas, uma forte rejeição em se ter como vizinha gente vinda do "Pelourinho/Maciê", estigmatizado como lugar de ladrões, traficantes, drogados, travestis e prostitutas.

Predomina hoje no lugar uma cultura de "centro", onde prepondera a produção sobre a moradia. O espaço é de convergência de trabalho e consumo de bens e serviços; de alta frequência nos dias úteis e esvaziamento à noite. A predominância das relações de "negócio" cria um tipo de solidariedade social diferente das relações de vizinhança e de moradia. Nos bairros residenciais, as possibilidades de ganho daqueles que vivem ou exploram atividades nas ruas são mais restritas, diferentemente dos centros de cidade, onde a multiplicidade de funções permite a sobrevivência e os acessos são mais fáceis. Esse é o porquê de muitos dos ex-moradores do Pelourinho/Maciê ainda estarem precariamente instalados nas adjacências, presos aos mesmos afazeres de antes, ou mesmo usufruindo do ócio que a diversidade do Centro estimula. E ainda: o domínio da impessoalidade nas relações sociais dá lugar, nas áreas de centro, aos mendigos, dementes, drogados, bêbados, enfim, todos os tipos de desafortunados convivendo à distância simbólica, mas em proximidade física, dos estabelecidos.

Os excluídos não aceitam a exclusão, têm forte sentimento de pertencimento aos lugares, além de os verem como únicas alternativas de obtenção de renda. A mendicância é direcionada, sobretudo, a turistas ou frequentadores de igrejas (e elas são numerosas na área central) e também à cata de materiais recicláveis. Estar perto dessas possibilidades é uma estratégia de sobrevivência.

Em síntese, algumas situações se alinham, direta ou indiretamente, na produção do quadro de vulnerabilidade do CAS, com destaque para:

- > O esvaziamento residencial e os emparedamentos das edificações desapropriadas e desocupadas (Pelourinho e adjacências);
- > O circuito marginal do entorno da área reformada Acessos (Pilar, Julião, Taboão), Baixa dos Sapateiros e pontos distanciados no entorno: Gamboa, Gameleira, encosta do Sto. Antônio, Feira de São Joaquim, Macaúbas (Péla Porco), Lapa, Aquidabã e Sete Portas;
- > Pessoas em situação de rua e moradia informal: casas de cômodos, cortiços, ruínas (Julião, Taboão, Gravatá, Saúde, Baixa dos Sapateiros); casas de taipa (Pilar, encosta do Sto. Antônio, acima da Rua Capistrano de Abreu);

- > Elevada incidência de conflitos interpessoais (principalmente em locais de consumo e tráfico de drogas);
- > Perigo de assaltos e agressões no entorno, sobretudo em locais de consumo e venda de drogas;
- > Vadiagem e drogadição infanto-juvenil;
- > Assédio a turistas (com ênfase em locais de maior visitação: Terreiro, Lgo. São Francisco, Pelourinho, Praça da Sé, Praça Tomé de Souza, Comércio – Mercado Modelo);
- > Turismo de baixa renda e turismo sexual;
- > Museus e igrejas fechados em finais de semana e feriados, além de má gestão e má conservação desses equipamentos;
- > Má gestão da cessão dos imóveis de propriedade pública, com usos inadequados e inadimplência nos contratos;
- > Excesso de som e ruído;
- > Encobrimento da cultura ancestral em proveito de um artificialismo cultural, como excessiva ênfase na imagem étnica sem a devida consistência.

Objetivos do estudo

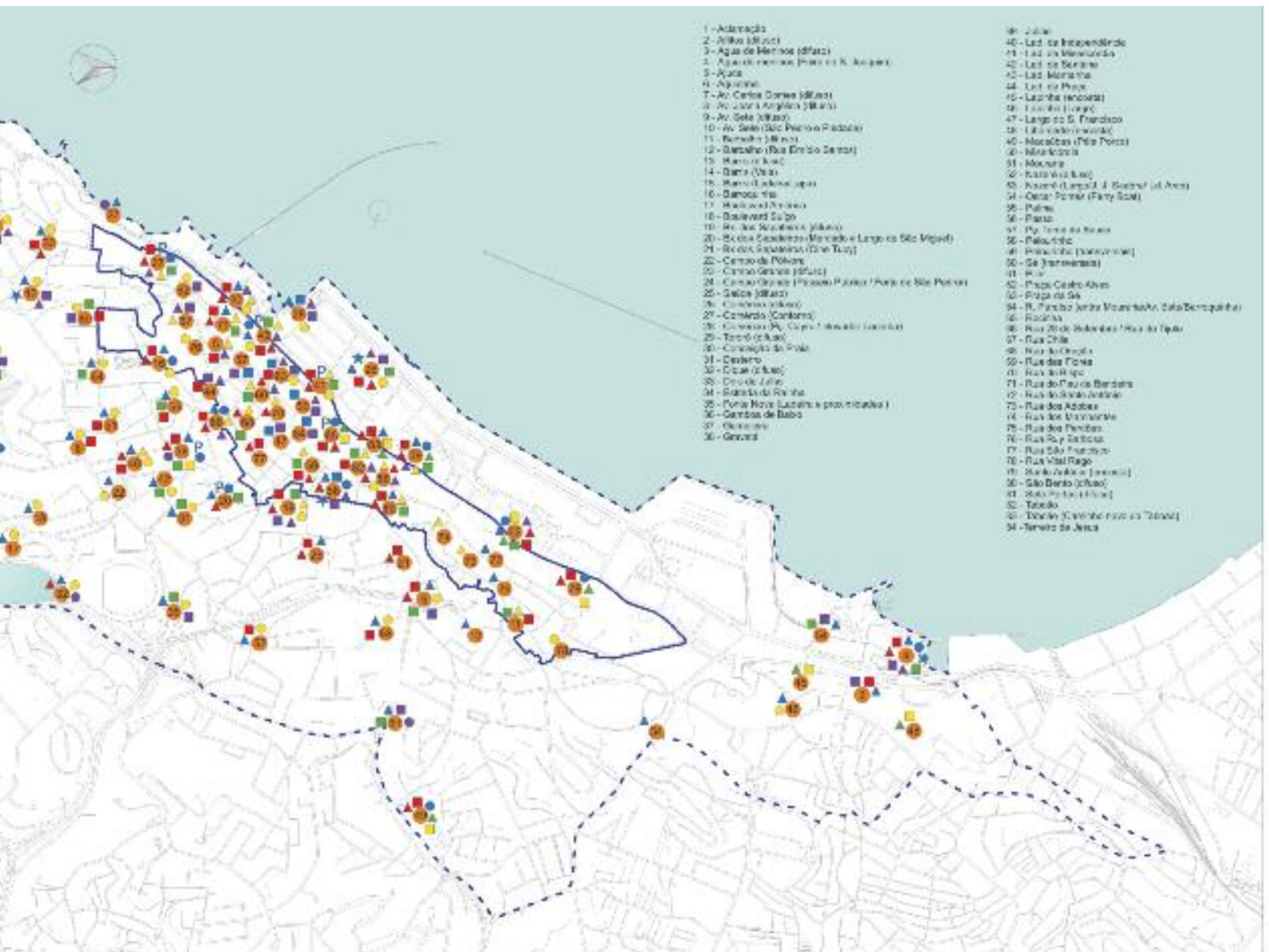
As pesquisas e levantamentos buscam classificar e localizar, sob a perspectiva da análise sociológica e espacial, as características e os pontos de vulnerabilidade em todo o CAS e, posteriormente, propor ações para minimizar os danos pessoais e sociais identificados. Neste contexto, o termo vulnerabilidade é decisivo e remete à forma peculiar de olhar e conceber a região para a qual está direcionada a ação governamental. Em seu lugar poder-se-ia utilizar conceitos assemelhados, a exemplo de perigo ou risco, como a indicar uma ameaça imediata ou situação/possibilidade “de risco social” em que se encontram determinadas pessoas.

“Perigo diz respeito às ameaças que rondam a busca dos resultados desejados, risco constitui uma estimativa acerca do perigo.” (GIDDENS, 1991:45)



LEGENDA:

- CENTRO HISTÓRICO - 1.029,96 Ha
Linha - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 1947
- CENTRO ANTIGO - 845,96 Ha
Área Original e (APR) 1976, Lei 3.208/67
- SISTEMA VIÁRIO BÁSICO
- Via Principal
- Pontos de vulnerabilidade social
- Uso de pontos de vulnerabilidade
- Incidência de DST/AIDS, tuberculose e resistência no acesso e consumo de drogas



PROJETO: REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

A DIMENSÃO SOCIAL E O QUADRO DE VULNERABILIDADES DO CENTRO ANTIGO
 CONSULTORIA UNESCO / UNESCO
 Centro Antigo de Salvador

ELABORAÇÃO: GRUPO DE PESQUISA CULTURA, CIDADANIA E DEMOCRACIA - SOCIOBILIDADE, REPRESENTAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS - CENTRO DE RECURSOS HUMANOS (CRH)

Brasília - 2008
 100 p.

Legenda:

- Vulnerabilidades relacionadas à segurança e violência:**
 - ▲ Crime organizado
 - Assédio a turistas e freqüentadores locais
 - Tráfico de drogas
 - ★ Ativa sexualidade, Diversão e Madreselva
 - P Violência social
- Vulnerabilidades ligadas à qualidade dos serviços urbanos e qualidade ambiental:**
 - ▲ Serviço público e coleta regular de lixo
 - Hiperdensidade de estruturas públicas
- Vulnerabilidades quanto a usos habitacionais:**
 - ▲ Moradia informal: casas clandestinas, cortiços e minicortiços
 - Moradia informal: barracos, moradias feitas de material inadequado
 - Presença de moradores de rua
- Vulnerabilidades quanto a atividades econômicas:**
 - ▲ Profissional
 - Informalidade
 - Atividades ilegais
 - ★ Coluna de clientela

Mapa 1 - Vulnerabilidades. Elaborado pelo Grupo de Pesquisa "Cultura, Cidade e Democracia: Sociabilidade, Representações e Movimentos Sociais.

Em publicação mais recente, o sociólogo britânico atualiza seu pensamento:

“risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras.” (GIDDENS, 2000: 33)

Nestes termos, o conceito de vulnerabilidade⁵ se vincula com maior propriedade à compreensão das circunstâncias vivenciadas no CAS. No âmbito deste estudo, a suscetibilidade ao perigo não figura como probabilidade e sim como situação instalada, articulada às ideias de insegurança e fragilidade, que remetem ao cuidado para com os destinos coletivos.

O conceito de vulnerabilidade se vincula a um estado de fragilidade, logo, à ideia de suas múltiplas causas, pressupondo, portanto um efeito político e uma ação que visem à superação da fraqueza. Ao contrário, o conceito de risco, vinculado ao de aposta, possibilita certa admissão. Aceitamos o risco em nossas vidas como um elemento favorável, ou mesmo essencial, à aventura de viver.

Sobre o objeto de estudo e metodologia

A leitura do quadro de vulnerabilidades do CAS concentrou-se, principalmente, em dois recortes territoriais: o Centro Histórico de Salvador (CHS) e o seu entorno (ECH). Sempre que possível, as análises foram detalhadas em territórios menores, segundo a definição de divisão proposta pelo Escritório de Referência - ERCAS e aplicada em outros estudos temáticos. A área do CAS corresponde a 88 setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 21 dos quais localizados no CHS e 67 no ECH.

A análise de dados primários compreende a sistematização e interpretação de fatos etnográficos, além da produção de registros fotográficos sobre vulnerabilidades do CAS, tendo como referencial teórico o método *ficção do real*, que culmina na construção de uma narrativa, concentrando em um único texto notas de vários pesquisadores e em vários momentos e turnos de observação. Esses procedimentos metodológicos proporcionam a montagem dos quadros consolidados e do mapa por vulnerabilidades, apresentados adiante.

Observação de campo, escutas flutuantes, realização de contatos e entrevistas, assim como apoio do trabalho das equipes de “Redução de Danos” que atuam na área reforçaram as pesquisas qualitativas, associando os diversos espaços e tempos, já que um mesmo espaço é vivenciado de forma diferente ao longo do dia e da noite.

Em sua parte descritiva, o conjunto de análises foi constituído a partir de uma narrativa etnográfica sobre o CAS, tendo como ponto de partida o Pelourinho, seguindo deste centro até as suas irradiações. A narrativa percorre os caminhos que partem desta centralidade, até as áreas onde a requalificação urbana ainda não chegou.

Experiências e conhecimentos sobre a área referenciada, acumulados ao longo da realização de pesquisas, por vários membros do grupo responsável pela execução deste estudo, dão subsídio à compreensão dos fatos

etnográficos aqui registrados e interpretados⁶. Para a realização da presente análise o grupo de pesquisa *Cultura, Cidade e Democracia: sociabilidades, representações e movimentos sociais*, que tem sede no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia - CRH/UFBA, orientado pelo Professor Carlos Geraldo (Gey) D'Andrea Espinheira, realizou novas incursões entre os meses de fevereiro e abril de 2009.

A análise sociológica contempla recortes temáticos variados. Os aspectos priorizados referem-se às formas de existir nas ruas centrais de Salvador conforme orientam os suportes teóricos do estudo. Identificam-se grandes estruturas complementares a disciplinar o cotidiano: aventura e trabalho; espaço público e privado. Há notícias das formas de ganho, de diversão e de moradia nas ruas do CAS.

Tem-se o Centro como espaço para o exercício de práticas que transitam entre vários domínios. É lugar de *aventura* (de turismo e lazer), para pessoas de todas as idades; é também lugar de moradia e de trabalho, do formal ao informal, e daquele labor que se efetiva na aventura e prazer de outros. A rua (e suas variações aqui sugeridas, a saber: o bairro, a praça, o bar, o espetáculo) e o lar são tratados como "categorias sociológicas", que abrigam o homem, a mulher, o menino, a menina - moradores e usuários do Centro - em suas relações familiares, profissionais, de vizinhança, de clientela, ou seja, em seus *sistemas de ação* (DAMATTA, 1997)⁷.

Os aspectos econômicos foram abordados a partir do que se identifica como *esperanças e desesperanças* do lugar, ou seja, a *economia do lugar vulnerável*, marcada pelo acaso e pela necessidade, caracterizada pela prostituição, informalidade, mendicância e petição, ainda, pela exploração ou tráfico.

Compreende-se o território em sua diversidade e desigualdade. Atua nos espaços físicos e sociais do CAS um elenco múltiplo e hierarquizado: de empresários, gestores, instituições, ONGs, a pequenos comerciantes, trabalhadores informais, pessoas em situação de rua etc., em suas múltiplas funções que se somam em "graus variados e extremos da condição humana" (DA MATTA, 1997: 15).

O enfoque principal é a identificação de práticas, representações e situações de vulnerabilidade e estigmatização, relacionadas à população do CAS, como o uso de drogas, situação de rua ou moradia informal, desemprego, abandono e marginalização, diante do esforço institucional de ordenar e/ou normatizar os espaços públicos e da necessidade e urgência de democratizar o cuidado social. Ao todo, para além das suas contradições estruturais marcadas pela concentração da riqueza histórico-cultural e pobreza socioeconômica de sua população (CARRIÓN, 2004), constata-se um mosaico rico e complexo.

O aprofundamento das questões para a pesquisa deu-se por meio de levantamento bibliográfico. Os aportes teóricos e de estudos de situações similares aos temas relacionados na pesquisa, inclusive aqueles elaborados anteriormente por membros da equipe executora desta proposta, contribuíram para a composição da análise.

A análise de dados secundários ligados à vulnerabilidade social e do perfil socioeconômico das pessoas residentes no CAS é suplementar ao levantamento sistemático e à análise de situações e de dados primários. Para a mensuração da vulnerabilidade, por vários vieses, foi feita a superposição do levantamento

socioeconômico com a pesquisa qualitativa; o cruzamento dos dados presenciais, dos pesquisadores, com os dados secundários permitem o controle das variáveis econômicas com as sociais, haja vista que em muitos casos as vulnerabilidades se dissociam da questão de renda e se associam a outras de natureza cultural, como é o caso do consumo de drogas que atinge todas as classes sociais, mas que gera, por seu lado, diferentes consequências aos usuários, sendo os de menor renda os mais afetados.

Nesta proposição, a análise do perfil socioeconômico das pessoas residentes no CAS foi elaborada tendo como base principal as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador PED-RMS (2005-2007). Os dados da PED-RMS compõem um conjunto de dados secundários, produzidos por instituições de pesquisa e diversos órgãos governamentais.

Realizaram-se descrições e análises das características sociais e econômicas dos moradores do CAS, enfatizando aspectos relacionados à vulnerabilidade social, sobretudo ligados às áreas da Saúde, Segurança e Educação, com o objetivo de fundamentar estratégias para a melhoria nas condições de vida e para a inclusão social e cidadã, de forma integrada com a reabilitação econômica, urbanística e institucional. Por vezes, os resultados encontrados para os recortes territoriais no CAS foram confrontados com os índices da grande Salvador.

De modo mais detalhado, a descrição e análise de atributos pessoais dos residentes no CAS incluiu: gênero, idade, cor ou raça e escolaridade; condições econômicas, relacionadas com a condição de atividade, desemprego, renda e tipo de ocupação a partir das seguintes fontes: Base de dados da PED-RMS; Inform/CONDER, baseado em dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE, com desagregação da informação por áreas do CAS definidas pelo ERCAS/Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT. Dados relativos à esfera municipal tiveram como fonte o Censo 2000, disponíveis no *site* do IBGE. Foram utilizadas ainda informações provenientes dos registros administrativos dos Ministérios da Educação e da Saúde, das Secretarias de Educação e de Segurança e da Prefeitura Municipal de Salvador para enriquecer e aprofundar a caracterização no concernente às temáticas associadas à vulnerabilidade social.

A análise destas informações foi realizada a partir de classificações e comparações, e da investigação de relações entre variáveis que possibilitaram conhecer as diferenças socioespaciais existentes na área do CAS e, conseqüentemente, seus espaços mais vulneráveis. Também foram sinalizados os aspectos numéricos mais relevantes, nas áreas temáticas especificadas anteriormente, com o objetivo de subsidiar o delineamento de hipóteses a respeito do fenômeno estudado, fundamentando as conclusões obtidas no âmbito maior desta pesquisa que corresponde ao levantamento e análise qualitativos da situação de vulnerabilidade social do CHS e do CAS.

Observaram-se as convergências e divergências das diferentes bases de dados, com o objetivo de se resguardar a coerência espaço-temporal das configurações encontradas nesta investigação, e para que as conclusões obtidas fossem válidas.



Foto 3 - Moradias insalubres no Pilar. Fonte: Ivan Erick/AGECOM.

Resultados

Dados Socioeconômicos

Segundo a PED, os moradores do CHS e do ECH eram predominantemente mulheres, que representavam 55,3% e 56,7% da população total dos respectivos recortes. Sobre a composição etária dos dois recortes em estudo, nota-se uma predominância de indivíduos adultos (25 a 59 anos), correspondendo a aproximadamente 49% da população total; já a proporção de crianças e jovens até 17 anos mostra-se mais expressiva no CHS (21,7%) do que em seu entorno (18,3%). Em particular, dados consolidados a partir do Informs/CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia – apontam dentre as áreas do CHS, o CHS B e a zona de acessos via ECH 2 e ECH4 como as de maior representatividade deste segmento etário, apresentando na composição dos seus moradores 33,6% e 35,6% de pessoas com até 18 anos de idade, respectivamente, números que, vinculados a outros indicadores, podem sinalizar aspectos de vulnerabilidade.

Quanto à etnia, considerando o CHS e ECH a representação da população negra nas populações totais atinge 78,4% e 76,5%, respectivamente. Estes percentuais apresentam-se comparativamente menores às taxas totais para a capital (86,2%). Uma hipótese para os menores valores observados encontra-se na expressiva participação de negros na população de outras áreas da cidade, como por exemplo, no Subúrbio Ferroviário e em bairros como Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras (CARVALHO; PEREIRA, 2006: 102).

Com relação à distribuição da população residente por níveis de escolaridade, o CHS apresentou uma proporção de analfabetos de 9,8%; 41,2% dos seus habitantes tinham até o 1º grau completo e 48,9% havia cursado pelo menos o 2º grau completo. O ECH mostrou um maior grau de escolaridade para os seus residentes, 56,6% concluíram pelo menos as séries do ensino médio. Chama a atenção a proporção dos moradores do ECH que finalizaram o terceiro grau, 16,6%, percentual que representava mais que o dobro daquele observado para Salvador.

Note-se, no entanto, que esta configuração retratada pela PED assume um perfil distinto quando se desagrega a informação por subáreas e se avalia a escolaridade dos chefes de domicílios. Dados do Informs para o ano de 2000, mostram situações críticas como a do CHS A, local em que 37,8% dos chefes de domicílios tinham no máximo quatro anos de estudo e apenas 8,7% tinham doze anos de estudo ou mais, isto é, finalizaram as séries do 2º grau e tiveram acesso ao ensino de 3º grau. Estatísticas semelhantes foram encontradas para a área do CHS B. Além destas duas regiões, as áreas que compõem os Acessos ao CHS, sentido oeste (ECH 2) e oeste-norte (ECH 4), revelaram-se com níveis muito baixos de escolaridade, 53,9% dos seus domicílios eram chefiados por indivíduos com escolaridade inferior à 5ª série do ensino fundamental. Analisando-se as frequências relativas, portanto, percebe-se a existência de perfis distintos para a escolaridade no CAS: aquele composto pelo CHS A, CHS B, Acessos ao CHS, ECH 2 e ECH 4 com proporção de pessoas com quatro anos de estudos ou menos (analfabetos funcionais) que ultrapassa 35%, constituindo-se assim regiões com indicativo de vulnerabilidade social; e um outro formado pelas áreas CHS C, ECH 1 e ECH 3 onde este indicador varia de 17 a 25%.

Segundo a PED, a proporção de desempregados no CHS e ECH atingiu valores de 10% e 9,8%, respectivamente, quando considerada a População em Idade Ativa⁸ (PIA) no período de 2005-2007. Estes percentuais sugerem uma situação melhor do que a média da capital, que registrava para o mesmo período 13,8% de residentes em situação de desemprego, em estimativa da mesma pesquisa. Historicamente, as taxas de desemprego total⁹ para o CAS permaneceram abaixo das taxas para Salvador ao longo do período de 1997 a 2007. Vale notar que se desagregando o espaço do CAS nas regiões do CHS e ECH, o CHS apresenta taxas de desemprego total superiores ao seu entorno, a despeito dos contínuos incentivos públicos em empreendimentos comerciais e de serviços ligados ao segmento turístico na localidade.

Voltando à caracterização da situação ocupacional dos residentes do CHS e do ECH, estima-se que dentre as suas respectivas populações residentes 42,6% e 40,5% são inativos, percentuais superiores ao do município, o que pode ter justificativa na maior parcela da população idosa nestas áreas em comparação com o conjunto da cidade, como já foi comentado anteriormente. Tomando-se como referência a PIA do CAS observa-se que a proporção de pessoas que aí residiam, no triênio 2005-2007, consideradas como ocupadas aproxima-se da proporção notada para Salvador, cerca de 48%. Neste contexto, o percentual de ocupados dentre os moradores do ECH, nominalmente 49,3%, supera o contingente de ocupados do CHS, 47,1%.

Quanto à configuração da população de ocupados das áreas em questão, observa-se um maior percentual de informalidade no CHS, comparativamente ao Entorno e à Salvador. Segundo a PED, no período de 2005-2007, do total de ocupados residentes no CHS, 42,6% trabalhavam sem registro formal. Este percentual, embora expressivo, representa uma redução de 13,1% na taxa de informalidade em relação ao período anterior, 2001-

2003. Isto indica uma melhora da situação ocupacional, contudo ainda insuficiente, e que não é necessariamente indicativa de melhoria nas condições das vagas disponíveis na própria região.

A distribuição dos ocupados do CHS e seu Entorno, por posição de ocupação, revela uma maior representatividade de assalariados dos setores privado e público, e de profissionais autônomos. No ECH encontra-se a maior proporção de assalariados do setor público, 22,3%, percentual que supera o da capital (13,3%).

Com relação à distribuição da população ocupada, por faixa de renda, pode-se concluir, a partir dos dados da PED, que 67,3% dos residentes no CAS recebiam até 5 salários mínimos, sendo que destes 23,3% tinham renda igual ou inferior a 1 salário mínimo. Esta situação mostrou-se menos desfavorável do que aquela apresentada para o município, em que 74,3% da sua população ocupada era de baixa renda. Note-se que estes percentuais assumiriam valores ainda maiores se fossem excluídos da população de ocupados aqueles sem declaração de renda.

Os resultados revelam que, comparando-se o perfil dos residentes do CHS com aqueles do ECH, nota-se que a distribuição percentual dos rendimentos no CHS acumula-se em menores faixas de renda. Desagregando-se um pouco mais os espaços em análise e utilizando dados do Censo 2000 disponíveis no Informs/CONDER, as áreas prioritárias identificadas como CHS B, Acessos ao CHS e ECH 4 apresentaram-se como as principais zonas de vulnerabilidade econômica, cada uma delas com mais de 60% de seus chefes de domicílio dispendo de renda entre 0 e 2 salários mínimos e com menos de 5% destes residentes dispendo de renda mensal igual ou superior a 10 salários mínimos.

Analisando-se a distribuição dos rendimentos reais dos ocupados no CAS observa-se que metade dos residentes ocupados do CHS tiveram rendimento real igual ou inferior a R\$ 587,00, enquanto no ECH este valor fica acrescido de R\$103,00. Ainda se deve comentar que as medidas de rendimentos mostraram um perfil de alta variabilidade, o que sinaliza para um alto grau de heterogeneidade dos rendimentos nos grupos populacionais de todos os subespaços especificados. Estes resultados apontam para um quadro de desigualdades econômicas e sociais existentes nas diversas ambiências da região que compõe o CAS.

Dados Educacionais

Nas diversas áreas do CAS foram localizadas 71 unidades escolares (que funcionavam no ano de 2005), com oferta de vagas para as séries da educação básica, no nível fundamental e/ou médio. Destas, 43 (60,6%) são da rede pública e 28 (39,4%) da rede particular de ensino, nas quais foram efetuadas, em 2005, 54.364 matrículas. Distribuídas entre o ensino fundamental e médio com valores iguais a 22.619 e 31.745, respectivamente. Note-se que as escolas localizadas no CHS eram responsáveis por 2,5% do total de alunos matriculados, todos do ensino fundamental, posto que não havia oferta de vagas para as séries do ensino médio regular nesta região do CAS (no CHS B há uma única escola municipal com atendimento apenas para séries iniciais do ensino fundamental, no CHS C, duas estaduais de 5ª a 8ª série e uma municipal de 1ª a 4ª série). Por outro lado, as áreas do ECH 1 e ECH 3 respondiam por 93% das matrículas nos estabelecimentos escolares do CAS. Não foram localizadas escolas no CHS A, nos Acessos e no ECH 2, possivelmente por questões de configuração geográfica ou de ocupação urbana.



Foto 4 - Adolescente em situação de vulnerabilidade social. Fonte: Mateus Soares.

Foto 5 - Crianças em situação de rua. Fonte: Alberto Coutinho/AGECOM.

Embora não tenhamos acesso a dados específicos para o recorte territorial do CAS, estimativas da população por faixa etária contabilizam 12.317 residentes com idades entre 5 e 14 anos, em 2005 (SESAB/DICS¹⁰; SMS/SUIS¹¹), e um total de 22.619 matrículas nas séries do ensino fundamental para as escolas da área neste mesmo ano. Ainda considerando que estas escolas atendem crianças provenientes de outros locais da cidade, estes números sugerem uma situação favorável para o espaço em análise no que diz respeito à taxa de escolarização bruta.

O ensino médio é a etapa final da educação básica com duração mínima de três anos; adequado para jovens entre 15 e 17 anos, apresenta-se como um potencial fator de qualificação profissional. Quando se analisam as matrículas nas séries de ensino médio do CAS, nota-se que seu total é superior ao do ensino fundamental, tanto em 2005 quanto em 2008, contrariamente à configuração que é comum em esferas administrativas mais amplas – municipal, estadual e federal¹². Comparando-se o número de matrículas no ensino médio (31.745) com a população em idade entre 15 e 19 anos, estimada em 8.077 jovens, em 2005 (SESAB/DICS; SMS/SUIS), revela-se uma oferta de vagas bem superior à provável demanda do CAS, e que deve atender a estudantes domiciliados em várias outras regiões da cidade.

De 2005 para 2008 houve significativa redução no número de matrículas nas séries da educação básica. De fato, analisando-se a evolução das matrículas neste período, constata-se um decréscimo da ordem de 35,9%, mais expressivamente nas séries do ensino médio. Esta redução é observada para todas as áreas do CAS, com exceção do CHS B, e pode se justificar pelo fechamento de unidades escolares ou pela redução da oferta em séries específicas. Esta ocorrência pode significar uma retração nas oportunidades de acesso à educação para a população em idade escolar residente na região em estudo, especialmente para jovens provenientes de famílias com baixos

rendimentos. Todavia, de modo geral e analisando-se os dados agregados, o CAS apresenta ampla e importante oferta de equipamentos escolares de ensino básico, tanto da rede pública quanto particular, que atendem moradores das localidades que compõem o CAS, bem como residentes de outras regiões da cidade. Contudo, isto não implica em uma homogeneidade de oferta e inexistência de carências nos espaços do CAS, tampouco na garantia da eficiência no atendimento à população em idade escolar, sobretudo no que diz respeito à permanência na escola e ao seu aproveitamento, como se pode constatar a partir da análise dos indicadores apresentados.

Com base nos dados da CIE¹³, SUPAV/CAI¹⁴, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, para 2005, registram-se importantes percentuais de distorção idade-série em todo CAS com oferta de vagas para o ensino fundamental e médio. Para este território foram encontrados percentuais de defasagem escolar entre 40,1% e 75%, apresentando-se como piores situações, para o ensino médio, a do ECH 3 e, para o ensino fundamental, a do CHS C, com 75% e 52,8% de defasagem, respectivamente¹⁵. Em média, dos alunos matriculados nas séries do ensino fundamental no CHS e ECH, 50,4% e 45,6%, respectivamente, apresentavam 2 anos ou mais de atraso escolar. Para o ensino médio este indicador é ainda mais expressivo, assumindo o valor de 63,3% para o conjunto do CAS, onde se destacam as localidades do Dois de Julho, Barbalho, São Bento e Lapinha, todas com taxas de defasagem superiores a 70%. Nestas localidades estavam matriculados, em 2005, 8.554 estudantes do ensino médio, dos quais 98,3% eram vinculados à rede pública de ensino.

Relacionados à defasagem escolar também estão outros indicadores educacionais como as taxas de aprovação, reprovação e abandono, que são medidas do rendimento e movimento escolar. Estas taxas correspondem, nesta ordem, à proporção de alunos de uma série e ano fixados que foram aprovados, reprovados ou que abandonaram a escola, ou seja, não efetuaram matrícula no ano subsequente. Em 2005, as taxas médias de aprovação para as áreas do CAS variaram de 47,1% (CHS B) a 76,3% (ECH 3) para as séries do ensino fundamental, e de 47,2% (ECH 1) a 74,0% (ECH 3) para as séries do ensino médio¹⁶. As maiores taxas médias de reprovação foram encontradas no ensino fundamental, com pior situação para o CHS (25,5%) quando comparado ao ECH (18,3%). Ainda no ensino fundamental as maiores taxas de abandono ficaram com as áreas CHS B e CHS C, com média de 25,1%; e em relação ao ensino médio a maior proporção de abandono foi observada para o ECH 1, com valor igual a 37,2%, superando a média de Salvador, que atingiu 26,8% no referido ano; novamente as localidades do Barbalho e Lapinha, com taxas de abandono das séries do ensino médio da ordem de 50,3% e 46,6%, contribuem substancialmente para caracterizar desfavoravelmente o perfil educacional do CAS.

Em um panorama geral, utilizando-se como base os indicadores, o quadro que se apresenta para o sistema educacional do CAS revela:

- > Carência de oferta para o ensino fundamental no ECH 4, ECH 2 e Acessos, e para o ensino médio no CHS, ECH 2 e Acessos;
- > Índices de reprovação mais elevados nas séries do ensino fundamental do que nas séries do ensino médio, sinalizando a necessidade de melhorias do atendimento no nível fundamental, prioritariamente para as escolas públicas do CHS e ECH 1, nesta ordem;

- > Altos percentuais de defasagem idade-série para o ensino médio, mais expressivamente nas escolas do ECH 3 e ECH 1, particularmente nas escolas públicas das localidades Dois de Julho, São Bento, Barbalho e Lapinha – vale ressaltar que, em parte, esta defasagem é agravada pela herança das séries do ensino fundamental e deve sofrer decréscimos a partir de melhorias que sejam implementadas na etapa intermediária da educação básica;
- > O problema da evasão ou abandono, presente em maiores proporções nas séries do ensino médio do ECH 1, com maior contribuição das escolas públicas do Barbalho e Lapinha.

É razoável supor que as escolas públicas localizadas no ECH 1 atendam um percentual significativo de jovens de baixo nível socioeconômico com residência no CAS. Estes jovens enfrentam dificuldades para ter acesso ao sistema educacional, para nele avançarem e manterem-se.

De modo complementar, as análises referentes aos aspectos educacionais no CAS consideraram o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador criado pelo Ministério da Educação, com escala de variação entre 0(zero) e 10(dez), para medir a qualidade da educação brasileira. Em 2007, este indicador teve como média nacional para os anos iniciais e finais do ensino fundamental os valores 4,2 e 3,8, respectivamente. Estas medidas foram superiores às metas previstas para o ano e representaram melhorias com relação ao ano de 2005. Para Salvador observou-se panorama similar, com evolução no índice de 2,8 para 3,8 no período 2005 – 2007, nos anos iniciais, e de 2,2 para 2,4 nos anos finais, ultrapassando-se as metas para o ano de 2007. Das escolas identificadas no CAS, trinta tiveram avaliação do IDEB para as séries iniciais e finais do ensino fundamental nos anos de 2005 e 2007. Destas, 76,5% para os anos iniciais e 66,7% para os anos finais atingiram a meta em 2007. Considerando-se todas as escolas com oferta de vagas para cada um dos dois agrupamentos de séries, obteve-se média de 2,9 em 2005 e de 3,7 em 2007 nos anos iniciais, com desvios-padrão iguais a 0,78 e 0,64, nestes dois anos. Estas medidas demonstram avanços no rendimento escolar de 2005 para 2007, tanto com relação à evolução do índice quanto à redução da variabilidade, indicando um conjunto de escolas menos heterogêneo neste último ano, embora com média inferior ao valor global da cidade. Para os anos finais o conjunto das escolas do CAS apresentou redução no IDEB de 2005 para 2007, que passou de 3,1 para 2,8, sinalizando uma piora nas condições de ensino-aprendizagem.

Segmentando a análise por áreas do CAS, nota-se um intervalo de variação do índice para as séries iniciais de 1,6 a 3,4 no ano de 2005 e de 3,0 a 4,3 em 2007. Por outro lado, nas séries finais, a amplitude de variação ficou entre 2,1 e 3,0 em 2005 e entre 2,1 e 3,1 em 2007. Para as séries iniciais, em todas as áreas houve melhora expressiva no referido índice, de 2005 para 2007, sendo neste último ano a melhor situação, em média, para a escola avaliada do ECH4 e a pior situação para o CHS B.

Em 2007, todos os valores médios do IDEB para as séries finais foram inferiores aos das séries iniciais, nas respectivas áreas. Além disso, comparando-se os anos 2005 e 2007, no CHS B e no ECH 3 houve redução no indicador, sendo que nestas duas regiões encontram-se os maiores percentuais de escolas com IDEB inferior à meta 2007.

De modo geral, através do IDEB, avalia-se que a qualidade do ensino nas séries finais do nível fundamental é inferior à das séries iniciais, apontando para a necessidade de ações específicas para a melhoria do ensino neste nível escolar.

Dados de Saúde

Para compreensão do território em discussão, no âmbito dos aspectos ligados à saúde, buscou-se caracterizar o perfil de morbimortalidade de sua população residente, e para isto dispôs-se principalmente de dados da SESAB, SMS/SUIS, acessíveis na internet através do sistema de informações Tabnet, e de informações divulgadas em relatórios do Serviço de Vigilância Epidemiológica de Salvador e do Plano Municipal de Saúde 2006/2009, tomando-se como períodos de referência principais os anos de 2005 e 2007.

Em Salvador, a territorialização dos serviços públicos de saúde tem como base os espaços denominados Distritos Sanitários, que correspondem às menores unidades técnico-administrativas do sistema municipal de saúde. A área de interesse deste trabalho identifica-se, em quase sua totalidade, com o Distrito Sanitário do Centro Histórico - DSCH, sendo que, para efeito desta análise será assumida a compatibilidade entre as duas abrangências.

Como comentado anteriormente, a população do CAS é formada majoritariamente por mulheres e adultos (25 a 59 anos), com relevante percentual de participação de idosos na sua composição etária. A partir dos dados secundários disponíveis no Tabnet sobre o total populacional, o número de nascidos vivos, e a distribuição de óbitos por faixa etária para os residentes de Salvador e do CAS (DSCH), estimaram-se alguns indicadores de saúde coletiva, como o coeficiente de mortalidade geral, o coeficiente de mortalidade infantil e o coeficiente de mortalidade de jovens¹⁷ para os anos de 2005 e 2007. Em 2005, o DSCH apresentou um coeficiente de mortalidade geral superior ao de Salvador, com número de óbitos em torno de 8,7 e 5,1 por 1000 habitantes, respectivamente. O coeficiente de mortalidade infantil para o DSCH foi estimado em 23,3/1000 nascidos vivos para 2005, valor também superior à média da capital (21,9/1000 NV); com relação a este coeficiente um aspecto relevante é o seu crescimento registrado em 2007, quando atingiu o valor de 35,7/1000 nascidos vivos para o DSCH, contrariando a tendência de redução deste índice para o município. O coeficiente de mortalidade infantil é um dos mais sensíveis indicadores de saúde para avaliar as condições de vida de uma população, de modo que os altos índices observados para o DSCH indicam uma situação específica de vulnerabilidade para a população materno-infantil. Muitos fatores de risco estão associados a altos padrões de mortalidade infantil, dentre eles a idade materna e a ausência de acompanhamento pré-natal; dados da SESAB (Tabnet) revelam que para cerca de 9% dos nascimentos ocorridos no período, de mães residentes no DSCH, não houve qualquer acompanhamento pré-natal, percentual superior ao de Salvador que ficou em torno de 7%; além disso, estima-se que, para o DSCH, 13% dos nascimentos ocorridos em 2007 tenham sido de mães com idade entre 10 e 19 anos.

Este percentual corresponde a 101 nascidos vivos, dos quais 5 (cinco) foram de mães com idade entre 10 e 14 anos. A partir da distribuição percentual desta variável nas distintas áreas do CAS, observa-se que os nascimentos de crianças cujas mães ainda são crianças ou adolescentes foram mais frequentes nas áreas do

ECH 1 e do ECH 3. Contudo, chama a atenção o dado de que 60% dos nascimentos de mães pré-adolescentes ocorreram no ECH 3, e também a expressiva contribuição do ECH 2, uma das áreas prioritárias de menor densidade populacional, para esta estatística. Destaca-se aqui que estes resultados ainda subestimam situações de vulnerabilidade, como gravidez na adolescência, por exemplo, pois se referem a registros de nascidos vivos, onde não estão contabilizados casos de abortos e morte materna, que têm incidência significativa entre adolescentes e pré-adolescentes grávidas.

Com relação ao coeficiente de mortalidade para jovens entre 15 e 24 anos, em 2005, o CAS apresentou valores menores do que a cidade como um todo, com mortalidade de 1,13 jovens residentes, para cada grupo de 1000, contra 1,35 jovens para Salvador. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil-2003¹⁸, "nos jovens brasileiros, entre 15 e 24 anos, a principal causa de mortalidade são as chamadas causas externas e, mais especificamente, as causas violentas (acidentes de trânsito, homicídio ou suicídio)", assim, ao que parece, a questão da violência, embora presente, não é o aspecto preponderante na caracterização do perfil de mortalidade do CAS, o que se confirma a partir do levantamento das principais causas de morte de sua população residente.

Comparando-se o coeficiente de mortalidade por causas de morte entre os Distritos Sanitários de Salvador, no ano de 2005, constata-se que o DSCH apresentou o maior coeficiente de mortalidade para doenças do aparelho circulatório (DAC), para as neoplasias, para as doenças do aparelho respiratório (DAR) e para as doenças infecciosas e parasitárias (DIP), configurando-se na área da cidade de maior coeficiente de mortalidade geral naquele ano. Para o grupo das cinco principais causas de morte, o coeficiente de mortalidade do DSCH foi inferior à média de Salvador apenas para as causas externas, com taxa de 57,1 óbitos por 100.000 hab., ficando acima apenas do DS Barra/Rio vermelho/Pituba e do DS Pau da Lima, que apresentaram taxas iguais a 47,4 e 53,7 (por 100.000 hab.), respectivamente (Relatório do Plano Municipal de Saúde/2006-2009).

Ainda estabelecendo como referência o ano de 2005, e analisando-se a distribuição dos óbitos ocorridos, as principais causas de morte observadas para indivíduos com residência no CAS foram as doenças do aparelho circulatório, com 146 (23,9%) casos, e as neoplasias com 119 (19,4%) casos – segundo dados do relatório de Vigilância Epidemiológica, do total de óbitos por neoplasias 19 correspondem a câncer de pulmão; em seguida vêm as doenças do aparelho respiratório, responsáveis por 91 (14,9%) mortes. As causas externas foram associadas a 40 óbitos (6,5%), aparecendo como a 4ª causa de morte para o CAS no referido ano, posicionando-se apenas à frente das doenças infecciosas e parasitárias, que ocasionaram 34 óbitos (5,6%).

Segundo o Relatório da Vigilância Epidemiológica, em 2007, as doenças do aparelho circulatório, incluindo as doenças cerebrovasculares e o infarto do miocárdio, continuaram liderando as causas de mortes no CAS, seguidas pelas doenças do aparelho respiratório. Não há dados divulgados no referido relatório para os casos de óbitos ocasionados por neoplasias, causas externas e doenças infecciosas e parasitárias. Para aquele ano a SESAB/SMS (Tabnet) informa um total de 631 óbitos para o DSCH, correspondendo a um coeficiente de mortalidade geral igual a 9,2/1.000 habitantes, o que representa um aumento de 5,7% no índice, com relação ao ano de 2005.

Levantamento qualitativo realizado nos distritos sanitários pelas Oficinas do PMS (Plano Municipal de Saúde) ao longo do ano de 2005 destaca para o DSCH as principais situações de vulnerabilidade que representam riscos à saúde, por grupos específicos da população. Assim, entre as crianças foram observados casos de abuso e exploração sexual; entre os adolescentes destacou-se a ocorrência de gravidez precoce e não planejada (particularmente na população negra), consumo de drogas, prostituição e abuso sexual e para os homens adultos foram relatadas ocorrências de tuberculose, dependência química (particularmente o *crack*) e HPV (Papilomavírus humano). Para a população em geral destacou-se o problema das doenças sexualmente transmissíveis - DST.

Um panorama quantitativo dos principais problemas de saúde enfrentados pela população do CAS é apresentado a partir das notificações de agravos para o DSCH. Dentre os agravos levantados pelo grupo de Vigilância Epidemiológica (Centro de Vigilância Epidemiológica da SESAB), para os anos de 2005 e 2007, selecionou-se aqueles considerados como associativos a situações de vulnerabilidade¹⁹. Com base nos dados analisados, verificou-se que no ano de 2005 os agravos de maior incidência no CAS foram a tuberculose, a hanseníase e as DST, destacando-se dentre estas a tuberculose com 125 casos confirmados e incidência de 178,6 por 100.000 habitantes.

De acordo com dados da SESAB/SMS, disponíveis através do sistema Tabnet, em 2005 foram notificados 2.943 novos casos de tuberculose em Salvador, resultando em um coeficiente de incidência de 110,1 casos por 100.000 habitantes, valor que está bem abaixo daquele obtido para o CAS. No ano de 2007 há uma redução no número de notificações de tuberculose para o CAS (99 casos), o que também se observou para Salvador (2.758 casos), contudo este continuou sendo o agravo de maior expressividade dentre os moradores da região em estudo, com coeficiente de incidência ainda superior ao da capital, nominalmente com valores de 156,87 e 95,35 por 100.000 habitantes, para os dois territórios.

Analisando-se a evolução dos coeficientes de incidência dos agravos que se destacaram para o CAS (DSCH), no período de 2005 a 2008, pode-se concluir que o agravo tuberculose mostra coeficiente expressivamente maior em comparação aos demais agravos, durante os anos de 2005, 2006 e 2007, atingindo, no ano de 2008, valor inferior apenas às DST; observa-se ainda que sua incidência apresentou comportamento oscilatório e



Foto 6 - Catador de lixo nas ruas do entorno do Centro Histórico.
Fonte: Mateus Soares.

tendência levemente decrescente para o período. Embora não estejam sendo considerados os contingentes populacionais de cada área, o que permitiria uma análise comparativa em termos de coeficientes de incidência, os resultados encontrados apontam o ECH 1, o ECH 2 e o ECH 3, o CHS B e os Acessos como áreas prioritárias para direcionamento de ações de prevenção e controle da tuberculose.

Em contrapartida, as DST sofreram importante incremento em sua incidência desde o ano de 2007, alcançando o alarmante valor de 175,1 casos por 100.000 habitantes no ano de 2008. Este incremento, de impacto negativo, pode estar relacionado a alterações na gestão de recursos provenientes do Ministério da Saúde (Coordenação de saúde de DST/AIDS), e no seu redirecionando a Estados e Municípios, reduzindo, substancialmente, a atuação direta de ONGs e universidades que anteriormente se responsabilizavam por projetos de Redução de Danos no CHS²⁰.

O agravo hanseníase também assume importância na descrição do perfil epidemiológico do CAS, com incidência que se posiciona preponderantemente acima da sífilis e da AIDS em adultos, entre os anos de 2005 e 2008; além disso, embora a hanseníase tenha apresentado um declínio em sua incidência de 2005 para 2007, houve elevação de seu coeficiente no ano de 2008, contrariamente aos agravos sífilis e AIDS que neste ano apresentaram seus menores índices.

No CAS, o que se evidencia como principal carência em termos dos serviços de saúde diz respeito não ao número de unidades de atendimento, mas à qualidade destes serviços, especialmente relativa à falta de profissionais e equipamentos que funcionem efetivamente, além da carência de políticas de saúde de prevenção e programas governamentais que atuem diretamente na melhoria dos níveis de educação e renda da população, e de otimização na eficiência dos programas de saúde voltados para as problemáticas do território, aproveitando-se a rede de assistência e ampliando-se os programas de saúde já existentes.

Dados de Segurança/Criminalidade

Neste trabalho, o estudo das vulnerabilidades para o CAS sob o aspecto da segurança/criminalidade baseia-se na análise dos dados de registros policiais para os principais grupos de delitos com ocorrência no território em questão. Estes dados referem-se aos anos de 2007 e 2008, e foram fornecidos pelo Centro de Documentação e Estatística Policial (Polícia Civil) da SSP/BA.

Nos anos de 2007 e 2008 foram registrados, respectivamente 39 e 48 ocorrências de homicídios no CAS, resultando em índices de crime por homicídio iguais a 56,6 e 70/100.000 hab. para os respectivos períodos. Estes valores retratam um aumento no número proporcional de ocorrências e se posicionam acima daqueles observados para a capital, que se aproximaram de 46,1 e 58,7/100.000 hab. em 2007 e 2008, respectivamente. Fazendo-se o cruzamento entre estas informações e o coeficiente de mortalidade por homicídios para a população residente do CAS, estimado em 37,8 e 29,2/100.000 hab., deduz-se que embora tenha ocorrido um número representativo de homicídios nesta região, há o envolvimento de uma porção importante de vítimas

com residência em outras áreas da cidade. Deve-se lembrar que as causas externas, que incluem os homicídios, não se encontram entre as três principais causas de morte para os moradores do CAS, como já comentado.

Segmentando-se a análise da distribuição do número de homicídios por áreas prioritárias, observa-se para o ano de 2007 maior proporção de ocorrências no Entorno do Centro Histórico (ECH), com 94,9% dos registros, dos quais 35,1% ocorreram no ECH 3 e 32,4% no ECH 1. Em 2008, os homicídios com ocorrência no ECH representaram 93,7% do total registrado para o CAS, com evidência para o ECH 1 (44,4%), para o ECH 2 (14,4%) e Acessos (24,4%). Neste contexto, o CHS, subdividido nas áreas A, B e C, não se caracteriza como local de perfil favorável à ocorrência de homicídios.

Considerando-se os furtos, roubos e prisões por tráfico e uso de drogas, predominam no CAS as ocorrências de furtos, sendo que dentre estes são mais característicos desta região da cidade os furtos simples; em seguida destacam-se os roubos, predominantemente aqueles com abordagem aos transeuntes. Em 2007, o risco de ocorrência de furtos no CAS (6.049,6/100.000 hab.) superou em mais de 5 vezes o risco médio para Salvador (1.144,4/100.000 hab.). Comparando-se os índices de ocorrência para o CAS nos anos de 2007 e 2008, nota-se aumento no índice de roubos e prisões por tráfico de drogas e redução nos índices de furtos e prisões por uso de drogas.

Em geral, os furtos foram mais frequentes no ECH 3, ECH 1, ECH 2 e Acessos, em 2007 e em 2008; em geral, os roubos prevaleceram nas áreas do ECH 3, ECH1 e Acessos nos dois anos; as prisões por tráfico de drogas alcançaram números mais expressivos no ECH 3, ECH 1, Acessos e CH B; finalmente as prisões por uso de drogas ocorreram em sua maioria no ECH 3, Acessos e CHS B.

Portanto, baseando-nos nos registros de ocorrências policiais, com exceção dos homicídios, revelam-se como espaços prioritários ou mais vulneráveis quanto à ocorrência de crimes as áreas do ECH 3, ECH1, Acessos e CHS B.

Quadro consolidado das vulnerabilidades

Os quadros consolidados de vulnerabilidades foram elaborados a partir da organização e interpretação de dados primários produzidos em pesquisa de campo, e, em casos específicos, com o cruzamento de dados secundários, oriundos de banco de dados institucionais. São apresentados, em cinco categorias, abaixo detalhadas:

Vulnerabilidades ligadas à saúde coletiva

Caracterizam-se, de um lado, pela maior concentração de usuários de psicoativos e, de outro, pela incidência de DST/AIDS, tuberculose e restrição no acesso a serviços públicos de saúde.

No primeiro caso, o quadro decorre de informações da SMS/SUIS e da SESAB/DICS. No caso do uso de psicoativos, a análise priorizou localidades que coincidem com áreas de atuação de instituições voltadas à redução de danos sociais, além da observação direta e do registro de informações provenientes de escutas e conversas informais.

Vulnerabilidades ligadas à saúde coletiva – incidência		
	Uso de psicoativos	Incidência de DST/AIDS, tuberculose e restrição no acesso a serviços públicos de saúde
CHS A	Ladeira da Montanha Ladeira da Misericórdia Rua Pau da Bandeira Gameleira Rua do Tijolo/Rua 28 de setembro	Ladeira da Montanha Ladeira da Misericórdia Rua Pau da Bandeira Gameleira Rua do Tijolo/Rua 28 de setembro Rua da Ajuda (cine Astor) Ladeira da Praça
CHS B	Pelourinho Rocinha Rua do Bispo Rua da Oração Rua São Francisco Ladeira do São Miguel Rua das Flores Caminho novo do Taboão/Taboão Sé (transversais) Passo	Pelourinho (transversais) Rocinha - - Rua São Francisco Ladeira do São Miguel Rua das Flores Caminho novo do Taboão/Taboão Praça da Sé -
CHS C	Santo Antônio (encosta)	Santo Antônio (encosta)
ECH	Bx dos Sapateiros (Mercado e Largo de São Miguel; Cine Tupy) Gravatá Largo do Aquidabã Barroquinha Conceição da Praia Julião-Pilar Gamboa de Baixo Campo Grande (passeio público) Aflitos (Largo) Dois de Julho (difuso) - - - Dique - Lad. Da Independência Tororó (difuso) Saúde (difuso) - Macaúbas (Péla Porco) Comércio (difuso) Água de meninos (Feira de S. Joaquim)	Bx dos Sapateiros (Cine Tupy) (difuso) Gravatá Largo do Aquidabã Barroquinha Conceição da Praia Julião-Pilar Gamboa de Baixo Campo grande (difuso) Aflitos (difuso) Dois de Julho (difuso) Centro (Av. Sete, Av. Joana Angélica, Av. Carlos Gomes, São Bento) Barris (difuso) Mouraria Palma - Nazaré (difuso) Lad. Da Independência Tororó (difuso) Saúde (difuso) Barbalho (difuso) Macaúbas (Péla Porco) Comércio (difuso) Água de meninos (Feira de S. Joaquim e difuso)

Vulnerabilidades vinculadas à segurança e violência

Caracterizam-se pela incidência de furtos ou roubos, assédio a turistas e frequentadores locais, violência policial, tráfico de drogas e pedofilia.

Para as indicações associadas à furtos ou roubos e tráfico de drogas as análises basearam-se em dados disponibilizados pelo Centro de Documentação e Estatística Policial (Policia Civil) - CEDEP, da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA).

Para as indicações das áreas de incidência de violência policial, as análises decorrem dos relatos colhidos nas áreas.

No caso do abuso sexual de crianças e adolescentes, com incidência principal em zonas turísticas e portuárias, os registros estão suportados por relatos e resultados da Pesquisa sobre Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no Estado da Bahia, do Instituto Winrock Internacional, publicada em outubro de 2008.

Por fim, a observação direta e a escuta informal foram as bases para as indicações das vulnerabilidades relacionadas ao assédio a turistas e frequentadores locais.

Foto 7 - Morador de rua na Baixa dos Sapateiros. Fonte: Mateus Soares.



Palma					
Mouraria					
R. Paraíso (Mouraria/Av. Sete/Barroquinha)					
Dique					
Fonte Nova (Ladeira e proximidades)					
Campo da Pólvora					
Desterro					
Av. Joana Angélica					
Tororó (difuso)					Tororó (difuso)
Lad. da Independência					
Lad. de Santana					
Boulevard					
América/Suíco					
Saúde (difuso)					
Nazaré (Largo/J. J. Seabra/ Ld. Arco)	-				
(difuso)	-				
Sete Portas (difuso)	-				
Barbalho (Rua Emídio Santos)	-				
Estrada da Rainha	-				
Lapinha (Largo)	-				
Comércio (difuso)	-				
Água de Meninos (Feira de S. Joaquim, Ferry boat) (difuso)	-			Água de Meninos (Feira de S. Joaquim) Macaúbas (Péla Porco)	Água de Meninos (região portuária e Feira de S. Joaquim);
	-				
	-				
	-				
	-				
	-				

Vulnerabilidades ligadas à precariedade dos serviços urbanos e vigilância sanitária

Caracterizam-se pela precariedade de saneamento básico, coleta regular de lixo e higienização de espaços públicos.

A observação direta e a escuta informal foram as bases para as indicações das vulnerabilidades relacionadas à precariedade dos serviços urbanos e de vigilância sanitária.

Vulnerabilidades ligadas à precariedade dos serviços urbanos e vigilância sanitária – incidência		
	Saneamento básico e coleta regular de lixo	Higienização de espaços públicos
CHS A		Misericórdia (Ladeira e transversais) Ladeira da Montanha Rua Pau da Bandeira Gameleira
CHS B	Rocinha Taboão	Taboão Pelourinho (transversais) Sé (transversais) São Miguel
CHS C	Santo Antônio (encosta)	Barbalho (Ladeira Ramos de Queiroz/Largo da Quintandinha)
ECH	Pilar- Julião Liberdade (encosta) Lapinha (encosta) Macaúbas (Pêla Porco)	Bx. Dos Sapateiros (Mercado e Largo de São Miguel) (difuso) Gravatá Pilar-Julião Aquidabã Campo Grande (Passeio Público / Forte de São Pedro/Aclamação) Av. Sete (difuso) São Bento Av. Carlos Gomes (difuso) Barris (Vale/Ladeira e Lapa) Palma Ladeira de Santana Desterro Fonte Nova Sete Portas Comércio (difuso) Oscar Pontes (Ferry Boat) Água de Meninos (Feira de São Joaquim)

Vulnerabilidades quanto aos usos habitacionais

Caracterizam-se pela presença de moradores de rua, moradias informais em casa de cômodos, cortiços ou em ruínas, em barracos ou habitações feitas de material inapropriado.

A presença expressiva de moradores de rua, cujo quantitativo é estimado a partir de dados levantados em Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a UNESCO.

Os demais usos habitacionais que implicam em vulnerabilidades foram verificados in loco, pela pesquisa de campo.

Vulnerabilidade quanto aos usos habitacionais – incidência			
	Moradia informal: casa de cômodos, cortiços ou em ruínas	Moradia informal, barracos, moradias feitas de material inapropriado	Presença de moradores de rua
CHS A	Ladeira da Misericórdia Ladeira da Montanha Rua Chile Rua do Pau da Bandeira Gameleira Ajuda Rua do Tijolo/ 28 de Setembro		Ladeira da Misericórdia Ladeira da Montanha Rua do Pau da Bandeira Rua 28 de Setembro Praça Castro Alves Rua Ruy Barbosa Ladeira da Praça
CHS B	Pelourinho e Sé (transversais: Rua do Saldanha, Rua do Bispo, Rua Três de Maio, Rua da Oração, Rua das Flores) Passo Taboão Rocinha	Taboão (Caminho Novo do Taboão)	Praça da Sé Passo Taboão
CHS C	Rua dos Adobes Rua dos Marchantes	Santo Antônio (encosta)	Rua Vital Rego Rua Ramos de Queiroz

<p>ECH</p>	<p>Bx dos Sapateiros Julião Conceição da Praia Tororó (difuso) Barbalho (difuso)</p> <p>Lad. da Independência</p>	<p>Pilar</p> <p>Gravatá Macaúbas (Péla Porco)</p> <p>Gamboa de Baixo</p> <p>Lapinha (encosta)</p> <p>Liberdade (encosta)</p>	<p>Bx . dos Sapateiros</p> <p>Conceição da Praia</p> <p>Barroquinha Aquidabã</p> <p>Campo Grande</p> <p>Aclamação Lapinha Av. Sete</p> <p>Av. Carlos Gomes São Bento Piedade Barris (Lapa) (difuso) Dois de Julho Av. Joana Angélica Mouraria Palma Lad. Da Independência Ladeira de Santana Campo da Pólvora Boulevard Suíço Boulevard América Desterro Fonte Nova Dique Nazaré (Largo, J.J. Seabra, Lad. Do Arco) (difuso) Comércio (Pça. Cayru /difuso) Dois de Julho Av. Joana Angélica Mouraria Palma</p>
------------	---	---	--

Vulnerabilidade quanto às atividades econômicas

Caracterizam-se por prostituição, informalidade, catação e armazenagem de lixo.

Locais de maior incidência para a realização de atividade prostitucional foram identificados pela observação direta e escuta de informantes: usuários comuns ou técnicos e representantes de instituições. Estes últimos caracterizam-se por desenvolver atividades relacionadas à prática prostitucional, tais como órgãos de representação (associação) ou de cuidado social.

Demais vulnerabilidades ligadas às atividades econômicas – informalidade, catação e armazenagem de lixo – foram identificadas a partir da observação direta. A atividade de catação (de recicláveis e/ou de alimentos) foi identificada em vários pontos da poligonal, sobretudo em áreas de atividade comercial intensa (Av. Sete de Setembro, Piedade, Lapa, Av. Carlos Gomes, ruas e transversais do Comércio, Sete Portas, Av. Joana Angélica, Baixa dos Sapateiros, São Pedro, Ladeira da Montanha, Gameleira (lixão), e também pode ser considerada

Vulnerabilidade quanto às atividades econômicas – incidência			
	Prostituição	Informalidade	Armazenagem de lixo
CHS A	Misericórdia (e transversais) Rua Chile Rua da Ajuda (Cine Astor) Ladeira da Montanha Gameleira Rua 28 de Setembro Ladeira da Praça	Misericórdia Praça Tomé de Souza Rua Chile Praça Castro Alves Ladeira da Praça	
CHS B	Pelourinho Sé (Praça da Sé e transversais) Taboão Passo	Pelourinho Praça da Sé Terreiro de Jesus Largo do Cruzeiro de S. Francisco	
CHS C	-	-	-
ECH	Bx dos Sapateiros Julião-Pilar Piedade Av. Carlos Gomes Comércio (Praça Cayrú) (difuso) Conceição da Praia Água de meninos (Feira de S. Joaquim)	Bx dos Sapateiros Aquidabã Campo Grande Avenida Sete São Pedro Piedade São Bento Barris (Lapa) Av. Carlos Gomes Comércio (difuso) Fonte Nova Sete Portas Oscar Pontes (Ferry Boat) Água de Meninos (Feira de S. Joaquim) (difuso)	Comércio (Contorno) Gravatá Gamboa de Baixo Sete Portas Dique

difusa. A catação de alimentos, indicador extremo de vulnerabilidade social e humana, também observada, dá-se, sobretudo, em áreas próximas a aglomerados de empreendimentos que prestam a serviços ou comércio de bens alimentícios (restaurantes, feiras), e compõe também o quadro de registros consolidado.

Todos os resultados encontrados apontam para um quadro de desigualdades econômicas e sociais existentes nas diversas ambiências da região que compõe o CAS, configurando grau considerável de vulnerabilidade social e justificam intervenção imediata.

Notas

1. Proposto através do Instituto Movimento Bahia contra o Crime – MOVBahia (ONG) e realizado sob a responsabilidade da equipe técnica estruturada e treinada pelo sociólogo, professor-doutor Gey Espinheira. Equipe: Patrícia Smith – Coordenação (mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL), Antonio Mateus de Carvalho Soares – Sociólogo e Urbanista (Doutorando em Ciências Sociais/UFBA), Denise Maria de Oliveira Lima – Advogada e Psicanalista (Doutora em Ciências Sociais/UFBA), Nila Mara S. G. Bahamonde – Estatística (Mestre Estatística/UFPE). Estagiários (graduando em Ciências Sociais/UFBA): Helder Bonfim, Isabele Costa Duplat, João Espinheira e Espinheira, Natasha Maria Wangen Khran, Tatiana Costa Ribeiro e Tiara Oliveira.

2. O uso do topônimo Pelourinho aqui está no sentido de designação de todo o CHS.

3. Cf. Comunidade do Maciel e Divergência e prostituição (v. bibliografia).

4. Entende-se por saturação um extremo limite da força de diluição, aqui vinculada à perda e/ou solvência de características histórico-culturais próprias do lugar, substituídas por um modelo artificial de pretensões e razões econômicas, comprometedor do espaço físico e social em questão.

5. Segundo PAULILO; DAL BELLO (2002), "o conceito de vulnerabilidade foi primeiramente associado especificamente à saúde pública, no contexto de epidemia da aids, por Mann e colaboradores, principalmente a partir de 1992, quando publicou o livro: "Aids in the world", nos Estados Unidos (Ayres, 1999). Originado da discussão sobre Direitos Humanos, o termo inicialmente associado à defesa dos direitos de cidadania de grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente, passou a ser utilizado nas abordagens analíticas, teóricas, práticas e políticas voltadas à prevenção e controle da epidemia." (PAULILO; DAL BELLO, 2002)

6. Os estudos mencionados referem-se àqueles sistematizados nas publicações "Comunidade do Maciel" e "Divergência e prostituição" (ESPINHEIRA, 1971; 1984), e em cinco pesquisas de Iniciação Científica da UFBA (PIBIC/CNPq/FAPESB), desenvolvidas durante os anos de 2004 a 2009. O projeto de Pesquisa *Identidades de Salvador: signos e vida cotidiana da Cidade Baixa*, "que é como um guarda-chuva para subprojetos específicos, mas a partir da mesma preocupação" (ESPINHEIRA, 2008), reunindo estudantes com diferentes focos de investigação sobre o CAS, todos na busca da identificação dos *Estabelecidos e dos Desafortunados*, sejam eles moradores, comerciantes, ou profissionais do sexo. Em caso específico de uma das pesquisadoras, entre os anos de 2007 e 2009, as incursões foram desenvolvidas no âmbito do Serviço de Extensão Permanente da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB\UFBA), Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti.

7. As duas grandes categorias sociológicas referidas por DA MATTA (1997, p.15 e 17), a casa e a rua como "domínios culturais institucionalizados", podem ser encontradas, segundo este mesmo autor, numa "série de variações, combinações e segmentações, todas contendo ainda graus variáveis de intensidade e exigindo lealdade de ordens diversas".

8. No Brasil, pessoas aptas a exercerem atividades econômicas, ou seja, que compõem classificação etária com 10 anos ou mais de idade; inclui a População Economicamente Ativa e a População não Economicamente Ativa. Informações acessadas através de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Popula%C3%A7%C3%A3o>.

9. Segundo informações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, o que vale também para a PED, a taxa de desemprego total corresponde à soma do desemprego aberto com o oculto em relação à População Economicamente Ativa (v. <http://www.dieese.org.br/>).

10. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia /Diretoria de Informação e Comunicação em Saúde

11. Secretaria Municipal de Saúde/Subcoordenação de Informações em Saúde

12. Segundo dados do INEP, em 2005, as matrículas no ensino médio em Salvador representavam menos da metade das matrículas no

ensino fundamental e na Bahia a proporção era de aproximadamente 1 matrícula no EM para cada 4 no EF. Em 2008, no Brasil, na Bahia e em Salvador, as matrículas iniciais nas séries do ensino médio representavam 25,4%, 24,9% e 39,7%, respectivamente, das matrículas nas séries do ensino fundamental.

13. Coordenadoria de Informações Econômico-Fiscais

14. Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional/Coordenação de Avaliação e Informações Educacionais

15. É surpreendente a alta defasagem apresentada pelo ECH 3, de modo que se deve esclarecer que seu valor é fortemente influenciado pelos resultados das localidades do Dois de Julho e São Bento, onde funcionam duas escolas estaduais de ensino médio, que juntas respondem por 27,7% das matrículas destas áreas e nas quais se observaram as preocupantes taxas de distorção idade-série de 79,7% e 70,7%, respectivamente.

16. Convém lembrar aqui que não raro a aprovação, preponderantemente nas escolas públicas, se dá não por real aprendizado do aluno, mas pelo inconveniente de mantê-lo em uma série que já está muito distante daquela que é adequada para sua idade, o que certamente resulta em medidas superestimadas para as taxas de aprovação e subestimadas para as taxas de defasagem.

17. Coeficiente de Mortalidade Geral: total de óbitos/população; Coeficiente de Mortalidade Infantil: total de óbitos de menores de 1 ano/nascidos vivos; Coeficiente de Mortalidade Específica por Idade: óbitos na faixa etária/população na faixa etária.

18. UNESCO, Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003, disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133976por.pdf>.

19. Dentre os agravos relacionados pela Vigilância Epidemiológica, os únicos que tiveram expressividade quantitativa para o período avaliado e que não estão citados na análise foram: raiva, dengue e varicela (catapora).

20. Informações relatadas por Dr. Tarcísio Matos de Andrade, Coordenador da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti/UFBA, em entrevista concedida a Patrícia Smith, Natasha Khran, Tatiana Costa, Tiara Oliveira, e Isabele Duplat em 23/03/2009, na sede da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti, no CHS.

Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. *Bahia de todos os Santos: guia de ruas e mistérios*. Ilustração de Carlos Bastos. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991. p. 11-13

AUGÉ, Marc. *Dos lugares aos não-lugares*. In: AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994. p. 71-105

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Requalificação urbana e cultural da cidade*. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2003.

AZEVEDO, Paulo Ormino de; BERENSTEIN, Esterzilda; CORDIVIOLA, Alberto Rafael; OLMOS, Susana Acosta. *A cidade de Salvador da Bahia*. In: *Requalificação urbana e cultural da cidade: seminário internacional de projeto*. UFBA/Faculdade de Arquitetura e Instituto Universitario di Studi Superiori di Pavia/Università degli studi di Pavia, 2001. p. 2-16

BANDEIRA, Cláudio. *Comércio pra lá de Barcelona: revitalização do local é complexa e não pode se resumir à importação de modelos*. A Tarde, Salvador, 02/08/2004. Caderno Cidade.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5. ed. Cap. 6. Florianópolis: UFSC, 2002.

BARTHES, Roland. *Inéditos, vol. 4 – Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BASTOS, Lídia Rocha. *Revitalização do bairro do Comércio: estratégias alternativas para Salvador*. Dissertação (Mestrado). Salvador: UNIFACS, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (orgs.). *Modernidade reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1994.

BOURDIEU, Pierre. (org.). *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

- _____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*, Paris: Seuil, 1992.
- _____. *Cosas dichas*. Buenos Aires: Gedisa, 1988.
- _____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- _____. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAPEL, Horácio. *De nuevo el modelo Barcelona y el debate sobre el urbanismo barcelonés*. Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 629, 2006. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-629.htm> Acesso em abril de 2006.
- CARRIÓN, Fernando. *Los centros históricos en la era digital*. In: Íconos, Quito: Flacso-Ecuador. n. 20, 2004. p. 35-44
- CARVALHO, Inaiá Maria Moura de; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs). *Como Anda Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CONDER. Informações por localidades obtidas através do INFORMS, disponíveis em: <http://www.informs.conder.ba.gov.br>. Acessos nos meses de jun. e jul. de 2009.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. *Relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil*. Organização Internacional do Trabalho; Conselho Nacional de Juventude, 2009. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/topic/decent_work/doc/news_9.pdf
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESPINHEIRA, Carlos G. D'Andrea (Gey). *Comunidade do Maciel*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.
- _____. (org.). *Relatório do projeto de Pesquisa - Identidades de Salvador: signos e vida cotidiana da Cidade Baixa – Coletânea de Artigos e Fotografias*. Ago. de 2005 a ago. de 2006. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, 2006. Mimeografado.
- _____. (org.). *Sociabilidade e violência. Criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador*. Salvador: UFBA/Ministério Público do Estado da Bahia, 2004
- _____. (org.). *Sociedade do Medo. Teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. *As Culturas do Nordeste*. In: ANDRADE, S.; SINNER, R. (orgs.). *Diacronia no contexto nordestino. Desafios, reflexões, práxis*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.
- _____. *Baixa dos Sapateiros*. In: ESPINHEIRA, Gey; KHRAN, Natasha (et alli). *Projeto PIBIC. Signos de Salvador*. Salvador: CRH/UFBA, 2008.
- _____. *Divergência e Prostituição: uma análise da comunidade prostitucional do Maciel*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.
- _____. *El patrimonio como cenário en la domesticación de la cultura*. Comentários ao Dossier de Íconos 20. Íconos-Revista de Ciencias Sociales, Quito: Flacso-Ecuador. n. 21, enero 2005. p. 69-77
- _____. *Estabelecidos e desafortunados*. In: ESPINHEIRA, Gey; DUPLAT, Isabele (et alli). *Projeto PIBIC. Signos de Salvador*. Salvador: CRH/UFBA, 2007/2008.
- _____. *Janelas Cegas – Pelourinho: a alma separou-se do olho e da mão*. A Tarde, 02/05/1993. Seção A Tarde Cultural.
- _____. *Metodologia e prática do trabalho em comunidade. Ficção do real: observar, deduzir e explicar – esboço da metodologia da pesquisa*. Salvador: EDUFBA, 2008

_____; SOARES, Mateus de Carvalho. *Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG, em set. de 2004. Originais.

FRANCO, Ângela (et alli). *Perfil dos Moradores do Centro Antigo de Salvador*. In: *Infocultura – Centro Antigo de Salvador: uma região em debate*. v.1, n. 2 (out.). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Mundo em descontrolado. O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de. (orgs.). *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA/SEI, 2006.

_____; SANTOS, Rodrigo. *Sondagem da ocupação indica a necessidade de ações no Centro Histórico de Salvador (relatório de pesquisa)*. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de. (orgs.). *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA/SEI, 2006

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

IBGE. Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

MARICATO, Hermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

MORAES, Beatriz Dotane de; SOUZA, Raphaela Jesus Nunes de. *O Reggae Além da Música*. Artigo apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio de 2009.

NOBRE, Eduardo A. C. *Intervenções urbanas em Salvador: turismo e "gentrificação" no processo de renovação urbana do Pelourinho*. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PAULILO, Maria Ângela Silveira; DAL BELLO, Marília Gonçalves. *Jovens no contexto contemporâneo: vulnerabilidade, risco e violência*. In: Serviço Social em Revista, Universidade Estadual de Londrina. v. 4, n. 2, jan./jun. 2002. Disponível em http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n2_marilia.htm

PNUD/CONDER. Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD). Disponível em http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_salvador/index.php

SANTOS, Jacileda Cerqueira. *"Revitalização" da área do Comércio em Salvador-BA: a construção de consensos sobre requalificação de áreas centrais urbanas*. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 2006.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

SOUZA, Ângela Gordilho. *Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX*. In: Revista Bahia Análise & Dados, Salvador: SEI, v. 9, n. 4, 2000. p. 53-73

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. *Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde*. In: Saúde soc. [online], v.13, n.1, 2004, p. 56-69

VASCONCELOS, Pedro de A. *Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELOS, Pedro de A. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

WACQUANT, Loïc J. D. *Da América como utopia às avessas*. In: BOURDIEU, Pierre. (org.). *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 167-175

WACQUANT, Loïc J. D. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2005.

ZMITROWICS, Witold; CUSINATO, Valéria (orgs). *Diretrizes para reabilitação de edifícios para HIS: as experiências em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro*. Projeto REABILITA. São Paulo: USP, 2007. Disponível em <http://reabilita.pcc.usp.br/> Acesso em jan. 2008.



Foto 1 - Policiamento no Centro Histórico. Fonte: Ronaldo Silva/AGECOM.

Segurança Pública

O presente trabalho apresenta a síntese do diagnóstico da segurança pública na área do Centro Histórico de Salvador (CHS), tendo por base a consolidação de dados oriundos de fontes de instituições de segurança pública e de desenvolvimento urbano¹, de trabalho de campo e do referenciamento geográfico das ocorrências policiais na área específica.

A área que atualmente compreende o CHS, correspondente à poligonal de tombamento, sempre teve grande importância para a cidade, ainda que a ela se tenham dado destinações diversas ao longo da história. De centro administrativo e bairro nobre a local de concentração de cortiços, de pontos de prostituição e de tráfico de drogas, a região experimentou na última década no século XX um processo de "revitalização" que parecia ter resgatado definitivamente o valor que teve até meados do século passado. Entretanto, quinze anos depois, inicia-se uma nova fase de declínio, com o esvaziamento do local e queixas recorrentes de moradores, comerciantes e empresários sobre novos e antigos problemas, dentre os quais a segurança pública.

A segurança no Centro Antigo de Salvador – CAS

O fato de ser o principal ponto turístico de Salvador faz com que as ocorrências policiais registradas na região tenham uma repercussão mais ampla, com reflexos no turismo, no comércio local e na própria imagem da cidade. Somadas aos problemas sociais existentes na área, compõem um cenário de abandono e de aparente ausência dos poderes públicos.

Certos aspectos não diretamente relacionados à segurança, mas a outros setores da administração pública, produzem reflexos tão ou mais significativos na percepção da população em relação à segurança de determinada área quanto às estatísticas policiais. Trata-se de uma sensação de (in)segurança, resultante de uma conjunção de fatores, que tende a impregnar a opinião pública, consolidando a imagem do local, quer positiva ou negativamente, como ocorre com o CHS.

O próprio poder público torna-se responsável por tal situação, na medida em que a sensação de insegurança é fruto da ausência do Estado, seja de forma direta, como na Segurança Pública, ou indireta, na fiscalização de atividades privadas e das concessionárias de serviços públicos.

Fatores que influenciam a segurança pública

Assédio dos ambulantes, pedintes e “flanelinhas”

Os “flanelinhas” abordam os visitantes de forma insistente, agressiva e, algumas vezes, ameaçadora, para indicar os locais de estacionamento e “guardar” os veículos.

Os pedintes, por sua vez, concentram-se na Praça Municipal, Praça da Sé, Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho. São pessoas de ambos os sexos, crianças, adolescentes, jovens adultos e idosos, que à noite dormem sob as marquises e durante o dia vivem da mendicância, abordando os frequentadores em todos os locais, inclusive no interior dos estabelecimentos comerciais, em busca de comida e dinheiro, muitas vezes em tom ameaçador.

Os ambulantes adotam uma postura menos agressiva, mas insistente, espalhando-se pela área do Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho, principalmente. Não se percebe qualquer tipo de controle ou fiscalização, seja quanto ao local, seja quanto às pessoas.

Crianças e adolescentes em situação de risco

Muitos atuam como pedintes e “guardadores” de carro. Por vezes estão sob o efeito de drogas, adquiridas com o que conseguiram apurar. De acordo com dados da DELTUR, foi possível identificar que alguns são oriundos de famílias residentes em bairros distantes do CAS. Mesmo entregues aos pais, retornam ao CHS, onde pernoitam sob as marquises, o que claramente se configura como situação de risco, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressalte-se que apesar desta situação de risco, na Delegacia do Adolescente Infrator – DAI, não há registros significativos de ocorrências policiais envolvendo esse grupo.

Iluminação pública deficiente

Em que pesem as melhorias introduzidas em 2009, a iluminação pública ainda é falha, tanto nas vias quanto nos monumentos e prédios históricos. No primeiro caso, esta deficiência reflete diretamente na segurança pública, pois é sabido que locais menos iluminados apresentam maior probabilidade de incidência de delitos.

Prostituição

Na região, existem duas principais áreas de atuação das profissionais do sexo: a Praça da Sé e as Praças Quincas Berro d'Água e Pedro Arcanjo, nessa última foi verificada a presença de mediadores dos “programas”.

De acordo com dados obtidos, poucas são as ocorrências policiais em que as prostitutas estão envolvidas, a maioria conflitos entre elas e clientes em virtude do não pagamento dos valores acordados. A presença de prostitutas no principal ponto turístico de Salvador contribui para promover a imagem da cidade como polo de turismo sexual e termina por estimular outras atividades ilícitas correlatas, como o tráfico de pessoas e a prostituição infantil.

Estacionamentos irregulares

A não observância quanto aos locais permitidos para estacionamento e trânsito de veículos contribui significativamente para a percepção de desordem e omissão da administração pública no local. O déficit de vagas e a obstrução das vias constituem-se em entraves para a atração de turistas e visitantes, cujo fluxo é importante para o crescimento do comércio local e reestruturação da área, bem como dificultam o acesso de viaturas oficiais ou mesmo a atuação de agentes públicos.

Uso e ocupação desordenados do solo

Verificam-se na área algumas concentrações de ocupações irregulares, onde a tímida presença dos serviços do Estado, ao lado das más condições sociais, favorece a presença de lideranças criminosas, especialmente traficantes, que passam a estabelecer normas para os moradores. Em alguns casos, a polícia é o único braço do Estado a alcançar estas comunidades, o que é ainda dificultado pela disposição desordenada das moradias, separadas por vias estreitas, de difícil acesso e sem numeração oficial. Na região do CHS foram identificadas três áreas com estas características: Chácara Santo Antônio, Pilar e Vila Nova Esperança, sendo que para esta última, já existe um projeto pronto para a reurbanização do local.

Imóveis abandonados

O primeiro levantamento de imóveis com risco de desabamento, realizado pela Defesa Civil no CHS, se deu na década de 1970, resultando no escoramento emergencial daqueles que se encontravam em piores condições. Em 1994, novo levantamento, identificou 159 imóveis nesta situação. Em 1997, o trabalho foi atualizado, não revelando alterações significativas.

O problema é persistente. Em 2006 a CODESAL vistoriou 414 imóveis, dos quais 20% (ou 82 unidades) foram considerados de alto risco para moradores e transeuntes. Outros 46 (11%) representaram perigo não imediato, enquanto 92 (22%) apresentaram risco menos acentuado. Os demais 194 foram recuperados pelos proprietários ou são ruínas sem risco de desmoronamento.

Estes prédios abandonados, muitos em condições precárias, também favorecem a atuação de infratores, servindo de abrigo para usuários e traficantes, além de ser um convite à invasão por parte de pessoas em situação de rua.

Embora não se tenham dados mais atuais, o quadro pouco se alterou em relação a 2006, o que torna muito significativa a presença de imóveis nessas condições, com todos os inconvenientes que acarretam para seus ocupantes e para os que visitam a área.

Coleta e reciclagem de lixo

Na área do Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho há coleta regular do lixo, bem como lavagem periódica das vias. Entretanto, em algumas ruas localizadas no entorno, a inconstância desse serviço, aliada à ausência de

recipientes apropriados para o armazenamento do lixo e para a ação dos coletores de material para reciclagem produzem cenas de abandono e degradação.

Foram identificados no CHS vários pontos de recebimento de materiais recicláveis, transformando os imóveis nos quais funcionam em depósitos de lixo, ficando patente a ausência de fiscalização. Muitos casarões têm sido utilizados para esta atividade, contribuindo para a imagem de degradação da área. As más condições de armazenamento deste material, por outro lado, representam riscos de incêndio e à saúde pública. Segundo informações de moradores, alguns dependentes estariam trabalhando na reciclagem do lixo para sustentar a dependência química, principalmente do *crack*.

Consumo e tráfico de drogas.

O consumo e o tráfico de drogas no CAS apresentam características peculiares em relação a outros pontos da cidade. No que se refere ao consumo, chama a atenção a facilidade com que é possível vê-lo nas imediações do CHS. Tal visibilidade é acentuada durante os *shows* que são realizados na Escadaria do Paço e na Praça do Reggae. Mesmo o tráfico é claramente percebido, principalmente o de *crack*. Há muitos pontos de venda de drogas, sendo possível, inclusive, perceber a expectativa e inquietação de grupos de traficantes quando da passagem de veículos ou pedestres nas proximidades.

O tráfico de drogas no CHS caracteriza-se por ser pulverizado, dominado por diferentes traficantes. Ao contrário do que se verifica em outras regiões da cidade e na Região Metropolitana de Salvador, de maneira geral, não foi detectada rivalidade entre os traficantes. Estes movimentam, individualmente, um volume relativamente pequeno de drogas e dinheiro, não sendo considerados grandes fornecedores. A droga é recebida de outros pontos da cidade e vendida localmente para os muitos dependentes químicos da região (em sua maioria, pessoas em situação de rua ou residentes de prédios invadidos) e também de fora, principalmente durante os eventos festivos. Ao tráfico sempre está relacionada uma série de outros delitos, chegando até a homicídios. No CHS, isto ocorre principalmente em relação aos furtos e roubos, verificando-se que muitos deles são praticados por usuários para sustentarem sua dependência. Foi realizado um mapeamento dos principais locais de tráfico de drogas no interior da poligonal da área tombada, informações que embasaram a Operação Cerco, realizada pela Secretaria de Segurança Pública - SSP, em junho de 2008.

Levantamento realizado no sistema interno do Disque Denúncia da SSP indicou a preponderância do tema Tráfico de Drogas em relação aos demais na grande maioria das regiões analisadas, revelando tratar-se do delito que mais aflige a população local.

Estatísticas e referenciamento geográfico das ocorrências policiais

Os limites do CAS não correspondem ao das unidades territoriais das Polícias Militar e Civil, razão pela qual não há estatística exclusiva de ocorrências policiais referentes a esta região.

Tomando como base os números da 1ª Circunscrição Policial que engloba a maior parte do CAS, verifica-se que a análise comparativa dos dados em relação a outras delegacias circunscricionais não sustenta ou justifica a sensação de insegurança sentida por moradores e frequentadores, e que tem afastado os turistas do local. Tal conclusão ganha ainda mais força levando-se em consideração que, dentro da área da 1ª CP, a poligonal de tombamento, onde estão localizados os pontos turísticos como Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho, é uma região mais policiada que as outras localidades daquele território.

Com efeito, ainda que se reconheçam as deficiências do policiamento no local, tanto ostensivo quanto investigativo, as estatísticas apontam para um local de menor violência, onde os crimes contra o patrimônio, especialmente sem violência contra a pessoa são os mais comuns.

Foram elencados os tipos penais considerados mais significativos para determinação dos índices de violência na cidade, os quais também são considerados como parâmetro para as ações governamentais, no caso: homicídios consumados e tentados, roubos a coletivos, subtração de veículos (furto e roubo), furto simples e roubo a transeuntes.

De acordo com os dados dos CEDEP, naquela região ocorreram 41 homicídios consumados em 2008, ou 2,37% do total da cidade, e 24 tentativas de homicídio, que correspondem a 2,33%, posicionando a área em 14º e 13º lugares, respectivamente, entre todas as circunscrições policiais da capital.

Quando se analisam os crimes contra o patrimônio, percebe-se uma mudança no panorama. Em 2008, naquela unidade territorial foram registrados 164 roubos a coletivos, ou 7,45% de um total de 2.200 ocorridos naquele ano. Este quantitativo coloca a região como a 6ª em maior incidência deste tipo de delito. Em relação à subtração de veículos (roubos e furtos) o local é o 10º, com 5,6% dos casos. Entretanto, analisando-se separadamente furtos e roubos de veículos, verifica-se que proporcionalmente há mais furtos do que roubos de veículos na região (10% e 4,04% do total, respectivamente), reforçando a tese de uma maior incidência de delitos praticados sem violência contra a pessoa.

Os dados revelam que o grande problema da região são os furtos simples (subtração de bem móvel sem violência contra a pessoa) e os roubos a transeuntes. Naquele quesito, a 1ª CP apresentou a maior incidência, com 16,15% dos registros, ou 4.413 casos, do total de 27.323 furtos ocorridos na capital em 2008. Em relação aos roubos a transeuntes, a 1ª CP registrou 3.062 delitos, ou 12,8% do total, representando a segunda maior incidência, menor apenas que a 3ª CP (Bonfim).

Ressalte-se que foi desenvolvida uma ferramenta tecnológica de georreferenciamento que permite visualizar geograficamente as ocorrências policiais, classificadas por tipo penal, período e por região da cidade. A concentração de pontos no mapa produz o que se chama de manchas criminais ou *hot spots*, locais que merecem atenção especial dos órgãos da segurança pública.

Conclusão

Da análise dos dados coletados infere-se que, por se tratar do principal ponto turístico do Estado, as ocorrências policiais têm uma maior repercussão em comparação a outros pontos da cidade. Identificaram-se, também, índices significativos de furtos e roubos a transeuntes, especialmente no entorno da poligonal de tombamento, por se tratar de região com grande fluxo de pessoas, a exemplo do que ocorre em grandes cidades. Apesar dos poucos casos de crimes de maior gravidade como homicídios e latrocínios, os fatores citados anteriormente, associados ao cenário de aparente abandono da região, resultam, inexoravelmente, na percepção generalizada de insegurança que acomete os frequentadores do local.

Por fim, cabe ressaltar que, além do aprimoramento das ações policiais no CAS, é imprescindível para a segurança pública a participação efetiva e a integração dos órgãos aos quais cabem a fiscalização e execução dos diversos pontos relacionados neste trabalho.

Unidades Policiais que atuam no CAS

1ª CP Circunscrição Policial

A maior parte do CAS está inserida na área da 1ª CP, sediada no Complexo dos Barris. Esta corresponde às áreas de atuação do 18º Batalhão e da 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, identificadas, respectivamente, como subáreas A e B da AISP 2 (Área Integrada de Segurança Pública).

DELTUR: A Delegacia de Proteção ao Turista

É a única Delegacia do CHS e também a única deste tipo em Salvador e Região Metropolitana, o que tem gerado algumas distorções no seu funcionamento e de algumas Circunscriçoes. A DELTUR vem funcionando como Delegacia Circunscriçoes, atendendo não apenas aos turistas, mas também à população local, nos casos que requerem uma ação imediata, pois muitos moradores vêem a DELTUR como a Delegacia do Centro Histórico e exigem o atendimento policial. Por outro lado, o fato de estar localizada no centro da cidade dificulta o acesso dos turistas quando o fato ocorre em bairros mais distantes, como Itapuã, por exemplo, onde é intenso o fluxo de visitantes. Nestas situações, via de regra, o turista dirige-se à 12ª CP, onde o atendimento é prestado, mesmo não se tratando de uma Delegacia Especializada, pois, na maioria dos casos, a vítima teve todos seus objetos subtraídos, não dispondo de meios para se deslocar até a DELTUR.

18º BPM – 18º Batalhão de Polícia Militar

Criado em 6 de maio de 1993, através do Decreto nº. 2.106, o 18º BPM notabilizou-se pela metodologia de policiamento adotada no CHS em meados da década de 90, com o emprego de um policial por esquina. À época, a região tornou-se a mais policiada da cidade, garantindo as condições necessárias para a implantação

do projeto, então em vigor, de destinação comercial dos imóveis, compondo uma espécie de *shopping* a céu aberto. Na ocasião, o 18º BPM contava com 790 policiais e 22 viaturas para atender uma área compreendida entre o Largo do Santo Antônio Além do Carmo e a Praça Castro Alves. Anos depois, a sua área de atuação foi aumentada significativamente e o seu efetivo, reduzido.

Em 2006 foi instalado na sede do Batalhão o sistema de monitoração por câmeras com o objetivo de aperfeiçoar a atuação do policiamento ostensivo. A sede do 18º BPM é um prédio tombado, cedido pela Prefeitura Municipal de Salvador, datado de 1911, que apresenta as mesmas dificuldades de manutenção de outros imóveis do local. Uma reforma estava prevista para 2003, mas até a presente data não foi realizada.

O 18º BPM é formado por seis Companhias, sendo uma de policiamento motorizado e cinco de ostensivo a pé. Na área do 18º BPM existe uma grande concentração de lojas e de instituições financeiras, o que requer uma atenção especial no aparelhamento das guarnições no que se refere ao armamento, munição e outros materiais.

Nota

1. 18º BPM – Batalhão de Polícia Militar; 1ªCP e 2ªCP – 1ª e 2ªCircunscrição Policial; DELTUR – Delegacia de Proteção ao Turista; SETELECOM – Superintendência de Telecomunicações; ERCAS – Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador; CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador; CODESAL – Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador; CEDEP – Centro de Documentação e Estatística Policial; SIAP – Sistema Integrado para Administração Pública e SGTO – Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional.

Centro Antigo de Salvador

Uma Perspectiva para o Futuro

Uma Perspectiva para o Futuro

Introdução

Nos últimos 30 anos, o Centro Antigo de Salvador (CAS) sofreu diversas intervenções por parte do poder público, em geral pontuais, desarticuladas e sobrepostas, além de apresentar uma significativa concentração de problemas sociais, o que contribuiu, dentre outros fatores, para a degradação do patrimônio edificado e para o agravamento das más condições de trabalho, moradia, saúde e lazer da população residente. Esse quadro levou os entes das três esferas de governo a somarem esforços, a partir da disponibilização de recursos técnicos, humanos e financeiros, para aportar novos usos e funções ao CAS.

Diante do cenário encontrado, realizou-se a análise das potencialidades, debilidades, oportunidades e ameaças do Centro Antigo (Quadro 1) e do processo de construção do Plano de Reabilitação para *aposteriori* se definir a visão de futuro, a missão do Plano, os princípios, as diretrizes e as estratégias de implantação do projeto. Foi a partir desta base e de uma trajetória de trabalho de dois anos, que se delineou uma perspectiva positiva na ótica do sustentável para a região central da cidade, como veremos adiante.

Quadro 1 – Centro Antigo de Salvador

Potencialidades

- > Centro Histórico de Salvador – Patrimônio da Humanidade
- > Vasto patrimônio material e imaterial
- > Principal sítio turístico cultural da Bahia
- > Concentra a maioria dos equipamentos culturais
- > Abriga boa parte dos serviços hoteleiros
- > Disponibilidade de infraestruturas, rede de transportes, serviços públicos e comércio
- > Afabilidade da população
- > Disponibilidade de imóveis vazios e ociosos
- > Centros de educação artística e profissionalizante

Debilidades

- > Patrimônio material e imaterial em degradação
- > Perda das referências históricas
- > Carências urbanas: segurança, saneamento, rede viária, limpeza pública, sinalização e inadequação urbanística, poluição sonora e visual
- > Nível escolar baixo, desemprego, pedintes, marginalidade, prostituição, violência e drogas
- > Abordagem inadequada ao visitante
- > Baixa ocupação habitacional/Perda de população
- > Baixa ou pouca mobilidade e acessibilidade, carência de estacionamentos
- > Concorrência – negócio formal x informal
- > Baixa competitividade dos negócios

Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador

Oportunidades

- > O centro da cidade como área de expressão histórico/cultural personalizada e contemporânea
- > Reversão da situação de abandono e degradação, minimizando as tensões sociais
- > Qualificação do espaço público
- > Incremento da diversidade cultural e de oportunidade de negócios
- > Estabelecimento de conexões locais, nacionais e internacionais
- > Criação de um espaço educacional para a cidade
- > Incremento do turismo cultural
- > O interesse privado na área
- > O contexto do desenvolvimento social do país
- > A Copa do Mundo em 2014

Ameaças

- > Desinteresse das administrações e/ou a descontinuidade administrativa
- > Indisponibilidade de recursos financeiros
- > Perda do patrimônio material por degradação
- > Ocupação irregular das edificações ociosas, de risco e das áreas verdes
- > Especulação imobiliária
- > Perda das referências e memória culturais
- > Pouca participação da sociedade civil na execução do Plano
- > Falta de articulação e planejamento

Visão de Futuro

O Centro Antigo de Salvador será um local bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; socialmente justo, ambientalmente sustentável, economicamente viável e culturalmente aceito.

Missão

Reabilitar o Centro Antigo de Salvador, através de um conjunto de diretrizes, estratégias, proposições e ações sustentáveis que reflitam as necessidades dessa área, articulando democraticamente o território e os diversos interesses a partir do seu patrimônio material e imaterial.

Políticas e Legislação

A construção do Plano está alinhada com a Política Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades, que prevê a renovação do tecido urbano e o repovoamento das áreas centrais como formas de valorização do patrimônio instalado e possibilidade de redução do déficit habitacional, a partir da ocupação de áreas ociosas e subutilizadas e do enfrentamento dos problemas sociais. Assim, a construção do Plano tem como arcabouço legal os seguintes instrumentos:

- > Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades;
- > Política Nacional de Habitação -2004;
- > Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade;
- > Lei Municipal Nº 3289/1983;
- > Lei nº 7400/2008, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Salvador-BA/2008;
- > Lei Nº 11.771 de 17 de Setembro de 2008;
- > Lei Nº 9.503 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
- > Lei Nº 8.895 de 16 de dezembro de 2003;
- > Decreto Federal nº 25/1937;
- > Decreto nº 10.478/2007;
- > Decreto Nº 5.296/04;
- > Artigo 182 e 183 da Constituição Federal - 1988;
- > Artigo 216 da Constituição Federal - 1988;
- > Norma Técnica NBR 9050/04;
- > Norma Técnica Nº 15570/08;
- > Normativa Nº 1 do IPHAN;
- > Preceitos do Desenho Universal;
- > Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025);
- > Portaria Nº 340, de 31 de agosto de 2007 do Inmetro;
- > Censo IBGE 2000;
- > Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Princípios

- I. Promover a sustentabilidade em todas as dimensões, proposições e ações;
- II. Assegurar, em todas as ações, a integração do Centro Antigo com a Cidade;
- III. Promover o adequado aproveitamento dos espaços urbanos, assegurando o repovoamento da área central e promovendo habitação para todos;
- IV. Priorizar o interesse coletivo sobre o individual;
- V. Valorizar o patrimônio cultural, a paisagem e o ambiente urbano;
- VI. Garantir princípios éticos em todas as ações na busca do bem-estar comum.

Diretrizes Gerais

- I. Respeitar, em todas as ações, o valor simbólico, histórico, paisagístico e cultural da área;
- II. Promover a educação patrimonial e valorizar o CAS enquanto lugar de memória;
- III. Promover a aplicação dos instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários, para garantir a apropriação social da valorização do solo urbano;
- IV. Estabelecer um processo participativo, como mecanismo de controle social e disponibilizar informações para a sociedade de forma dinâmica, clara e transparente;
- V. Promover a integração das ações do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada para viabilizar os investimentos necessários;
- VI. Promover a inclusão social da população de baixa renda que reside ou trabalha na região, fortalecendo seus vínculos com o CAS;
- VII. Promover ações de melhoria das condições de saúde e educação da população local, em especial dos grupos vulneráveis, e estimular a formação de redes sociais de partilha de conhecimentos e assistência aos moradores e usuários da área;
- VIII. Contribuir para a redução do déficit habitacional, por meio da ocupação dos imóveis fechados, em ruínas e lotes vazios, e incentivar a atração de novos contingentes populacionais de diversos segmentos sociais;
- IX. Dotar os espaços públicos de infraestrutura urbana adequada e promover condições de mobilidade/acessibilidade e conforto ambiental;
- X. Incentivar atividades promotoras de dinamismo econômico, especialmente as vinculadas à economia da cultura, com responsabilidade socioambiental;
- XII. Melhorar a competitividade econômica do CAS, através do fomento aos Arranjos Produtivos Locais e às micro e pequenas empresas de comércio e serviços;
- XIII. Reconhecer o CAS como elemento de atração para o turismo, importante eixo de desenvolvimento econômico de Salvador.

Estratégia

A partir dos princípios e diretrizes definidos, os três entes federados, através de um Acordo de Cooperação Técnica, estabelecem que para a reabilitação do CAS seria preciso definir uma estratégia que conjugasse os fatores necessários para garantir a gerência sobre o território, a participação social, a legitimidade político-institucional e a integração das ações, sendo esta:

- > A criação de uma Unidade Gestora do Plano que garanta as articulações com os órgãos das três esferas de governo e com os agentes sociais e econômicos que atuam no Centro Antigo;
- > A criação de instância de decisão para deliberar e aprovar as ações do Plano;
- > A eleição de área de análise e intervenção, para além dos perímetros de proteção definidos pelos órgãos de preservação e pela UNESCO;
- > A instalação de Câmaras Temáticas, instância de participação da sociedade civil organizada e dos atores públicos;

- > A concepção de um planejamento dinâmico e participativo;
- > A definição e implementação, de ações prioritárias emergenciais;
- > Atualização e consolidação das informações relativas aos estudos, projetos, e legislação incidentes sobre a área;
- > Identificação de experiências internacionais de reabilitação de áreas urbanas que guardem analogias com a problemática encontrada no CAS.

Proposições | 2010 – 2014

As 14 proposições que serão apresentadas neste documento foram delineadas a partir do entendimento de que a reabilitação de áreas urbanas centrais e sítios históricos só é possível a partir da inclusão social, da redução dos efeitos da gentrificação e da conservação dos valores sócio-culturais locais. O Plano não pretende soluções mágicas para mitigar as problemáticas do território em questão, tampouco minimiza a complexidade e diversidade aí presentes.

O que imprime às 14 propostas um valor ímpar é a forma como foram construídas. Ao longo de dois anos de trabalho, consolidou-se os resultados das pesquisas e estudos desenvolvidos pelas consultorias contratadas pela UNESCO, formadas por um corpo de especialistas: arquitetos, sociólogos, ambientalistas, turismólogos, economistas, engenheiros e historiadores. Os diagnósticos e análises realizados nos diferentes eixos: social, econômico, urbanístico, cultural, ambiental foram enriquecidos com as contribuições das cerca de 600 pessoas integrantes da sociedade civil organizada, partícipes do processo desde o início, através das Câmaras Temáticas, e do Workshop Internacional, do qual participaram experiências nacionais (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Recife, Maranhão) e internacionais (França, Espanha, México, Chile). Esse conjunto de contribuições, somado às inúmeras reuniões, grupos de trabalhos e encontros foram os insumos que permitiram avançar e elaborar as proposições, as quais, por sua vez, possibilitam concretizar os passos que conduzirão à sustentabilidade do Centro Antigo.

Quando se fala de sustentabilidade entende-se que a implantação e êxito do Plano vão além de requalificações do edificado e de melhorias na infraestrutura, mas abarcam também a reflexão e propostas sobre as questões sociais ligadas à moradia, saúde, educação e sobre o patrimônio sociocultural, lingüístico, humano e artístico, pois são as especificidades do lugar que constituem a sua memória.



Governador Jaques Wagner e Secretários de Estado no Escritório de Referência: apresentação da estratégia e ações do Plano. Fonte: Manu Dias/ AGECOM.



I Encontro das Câmaras Temáticas. Fonte: Sora Maia.



Reunião do Grupo Executivo/Dezembro de 2008. Fonte: Arquivo ERCAS.

Um dos grandes desafios é preservar o passado e suas diversas expressões, integrando-o aos novos usos e dinâmicas sociais surgidos ao longo dos anos, tendo em vista as diferentes instâncias públicas que atuam sobre o território. Seja na etapa de diagnósticos ou na propositiva, as diretrizes traçadas para o Plano concebem o Centro de Salvador como um sítio conectado à cidade, mesmo que fragilmente, o qual ao mesmo tempo em que apresenta idiosincrasias, tem representado em si as características e discontinuidades dos bairros de grandes centros urbanos.

É nesse cenário que as proposições nos campos da mobilidade, cultura, acessibilidade, paisagem urbana e moradia digna para a baixa renda, por exemplo, vêm lidar com uma teia de relações expressas, em parte, nas diferenças entre o antigo e o moderno, o ontem e o hoje. Assim, o conjunto de proposições, símbolo de um trabalho coletivo, remete à idéia de que tornar o CAS sustentável é, dentre outros, agregar, criar laços de interdependência e colaboração entre as esferas política, econômica, social e cultural para que possam caminhar juntas em prol de um objetivo comum. Nessa perspectiva, a preservação da história e memória coletiva almejada pelo Plano depende, sobretudo, do capital político-institucional para a viabilização das ações aqui propostas.

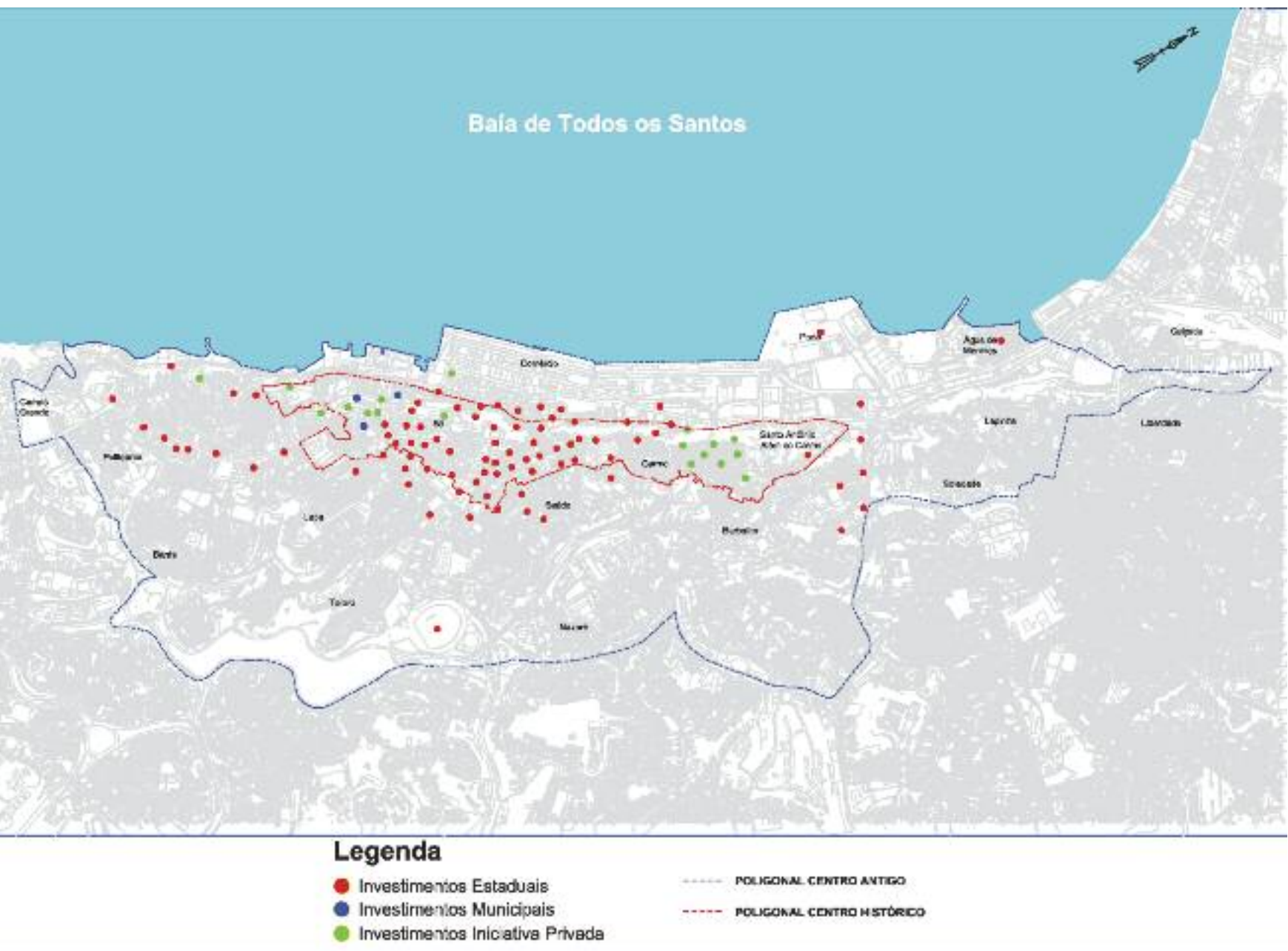
Retomando o processo de construção do Plano, algumas características fundamentais evidenciam-se para garantir a sua sustentabilidade, tais como: a ampliação da área de estudo do Centro Histórico para o Centro Antigo; a concepção de um Plano-Ação, o qual é construído à medida que se executam ações; o estabelecimento de parcerias ao longo do processo e o mapeamento dos investimentos públicos e privados (Ver mapa 1); a garantia da participação social; a comunicação aberta e transparente com os atores e parceiros; o respeito às políticas públicas que o embasam, dentre outros. Essas particularidades conferiram-lhe um caráter único, possibilitando, em dezembro de 2009, o seu reconhecimento nacional através do "*Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local*" da Caixa Econômica Federal, que reconheceu e premiou o Plano de Reabilitação do CAS como uma das 20 melhores práticas replicáveis e sustentáveis, dentre 400 projetos brasileiros, garantindo assim a sua inscrição no prêmio "*Best Practices*" da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesta última etapa construtiva, o Plano apresenta propostas integradas, transversais e factíveis, com recursos, ações e prazos de execução definidos, tendo como horizonte para implantação o período de quatro anos (2014) e reforça a importância de se abordar o conjunto do território com suas dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Calcula-se que para efetuar as mudanças previstas serão necessários investimentos públicos da ordem de R\$ 627 milhões, sendo que destes, R\$ 207 milhões já foram captados e/ou estão em execução; e os investimentos privados chegam a R\$ 289 milhões.

Mais uma vez ressalta-se que o objetivo é devolver à cidade uma importante parte de sua estrutura e aproximar a população de seu berço histórico. Busca-se reverter a situação de esvaziamento habitacional e o déficit acentuado de infraestrutura social, gerar sinergias com outros projetos e coordenar investimentos públicos e privados no perímetro de intervenção, criando uma gestão territorial integrada e inclusiva, contemplando a diversidade e a complexidade da área em diferentes dimensões.



Presidente Lula e a presidenta da CAIXA Maria Fernanda Ramos entregam ao Secretário de Cultura Márcio Meirelles o Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local, concedido ao Plano de Reabilitação do Centro Antigo. Fonte: Ricardo Stuckert/Presidência da República.



Mapa 1 - Investimentos públicos e privados no CAS - ERCAS/Fevereiro 2010.
Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Estrutura de Trabalho das Proposições

Com o objetivo de aproximar-se da realidade instalada, de criar alternativas viáveis para o CAS e de uniformizar os trabalhos e propostas, estabeleceu-se como base e critério para a definição das proposições a sua organização enquanto: objetivo geral, objetivos específicos, ações e resultado esperado, conforme a Figura 1.



Buscamos construir as propostas segundo o seguinte alinhamento conceitual:

Proposição: é uma resposta às problemáticas identificadas;

Objetivo Geral: visa orientar, de forma abrangente, a atuação da proposição. Descreve a situação que se pretende alcançar com a realização do Plano;

Objetivos Específicos: contribuem para o Objetivo Geral e descrevem a nova situação que se visa alcançar, devendo, portanto ser realistas e factíveis. Seu conjunto deve ser capaz de atingir o resultado esperado, corresponder aos recursos disponíveis, levar em consideração as peculiaridades da realidade local e orientar as ações da Proposição;

Ações: conjunto de atividades ou medidas planejadas para serem executadas. Para cada objetivo específico, uma série de ações deve ser prevista, permitindo alcançar os resultados esperados. Estas ações descrevem "o como" implementar os objetivos traçados, de forma detalhada;

Resultado Esperado: são os bens ou serviços produzidos.

Diante do desafio proposto e após aprovação das Câmaras Temáticas e do Grupo Executivo, apresentamos a seguir as 14 proposições do Plano. Em um primeiro momento encontrar-se-á uma breve descrição de cada proposta, seguida do material aprovado na íntegra.

Proposição 01

Fomento à atividade econômica no CAS

Antes do surgimento das novas centralidades, o Centro Antigo abrigava grandes lojas e instituições, sendo um espaço de convivência e circulação dos baianos. Um dos objetivos do Plano é manter a intensa circulação de pessoas e incentivar o dinamismo econômico. Para isso, é preciso pensar formas de ampliar as atividades existentes e estruturais da região, atrair grandes investimentos e oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento econômico. Deverão ser apoiados projetos e empreendimentos que atraiam público e investimentos para o CAS.

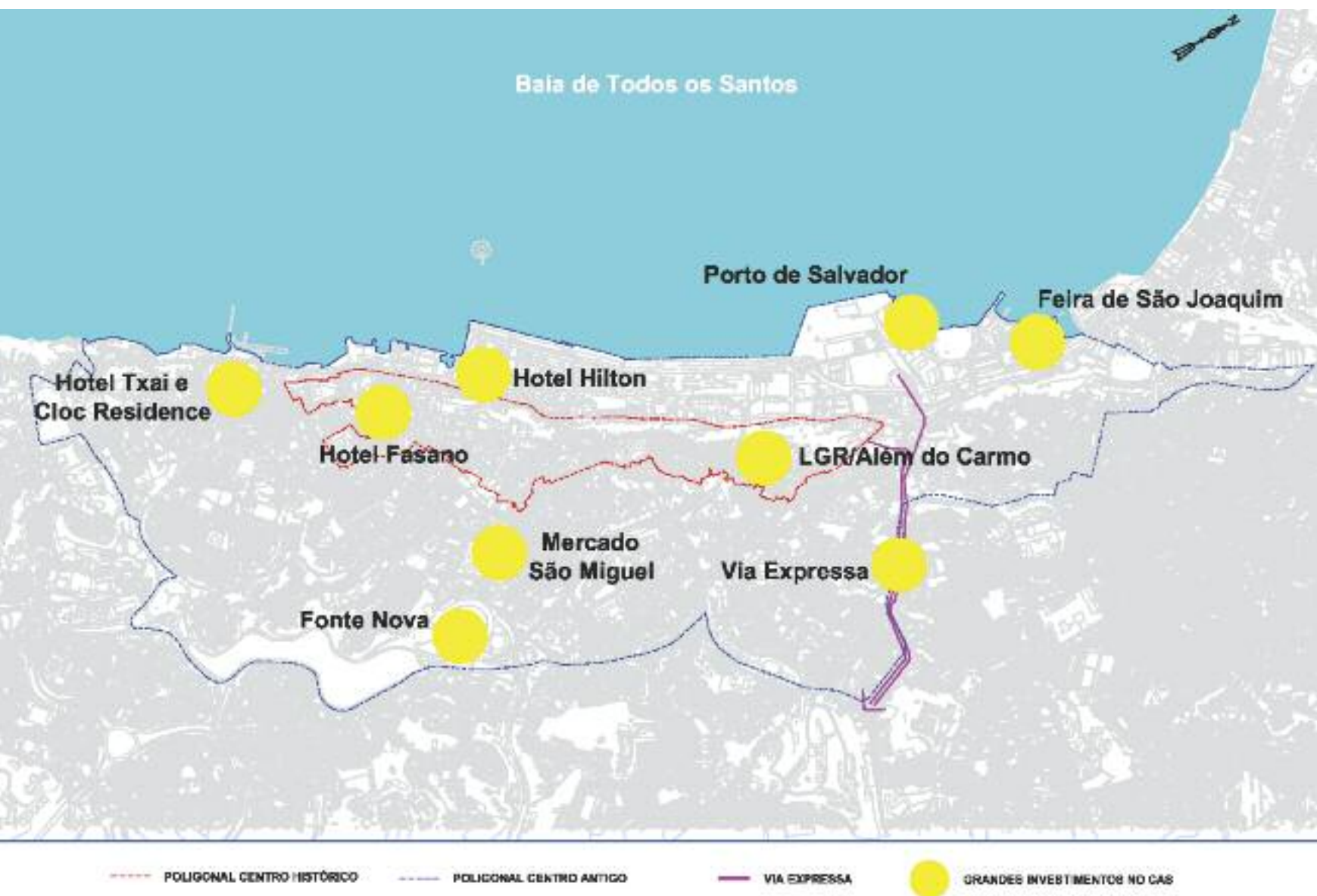
Propõe-se realizar um detalhado censo das atividades econômicas desenvolvidas no CAS, buscando mecanismos de atualização e monitoramento com vistas a oferecer um panorama preciso para as ações de incentivo. A ênfase será dada aos polos de especialização já existentes (eletroeletrônicos, antiquários, plástico, couro, artigos náuticos, atividades culturais e comércio varejista). Dessa forma, além de oferecer um melhor apoio aos comerciantes, também será possível traçar estratégias para o fomento a novos empreendedores. Os segmentos de negócios culturais poderão integrar o banco de dados cadastrais e indicadores econômicos e financeiros.

O estímulo às novas visões e o engajamento com práticas associativas são decisivos na consolidação das atividades econômicas. O vasto patrimônio imaterial do CAS também pode ser gerador de ideias e empregos. Uma forma de aumentar a oferta de atividades econômicas na área cultural é facilitar o acesso do empreendedor a linhas específicas de crédito e adequação de propostas às políticas públicas estaduais e federais, como a Lei Rouanet. O número de beneficiados por tais programas pode aumentar com a implantação de um Programa de Incentivos Fiscais. Para tanto, é necessário mapear aqueles que já existem e são utilizados pelos empresários do Centro Antigo, definir estrategicamente novos negócios a serem atraídos e a contrapartida das empresas participantes. Todos esses movimentos acabam gerando riquezas para a cidade, sob a forma de empregos, fluxos econômicos e impostos.

A carência de capacitação da mão-de-obra poderá ser suprida por meio de programas específicos e contínuos. Os serviços prestados pelo "Sistema S", como o voltado à Atividade Comercial (SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) podem exercer um papel difusor de conhecimento. A experiência dos comerciantes da Baixa dos Sapateiros, que participaram do curso oferecido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), deu resultados positivos, permitindo que 2.500 pessoas fossem absorvidas como funcionários temporários para vendas no período de Natal em 2009.

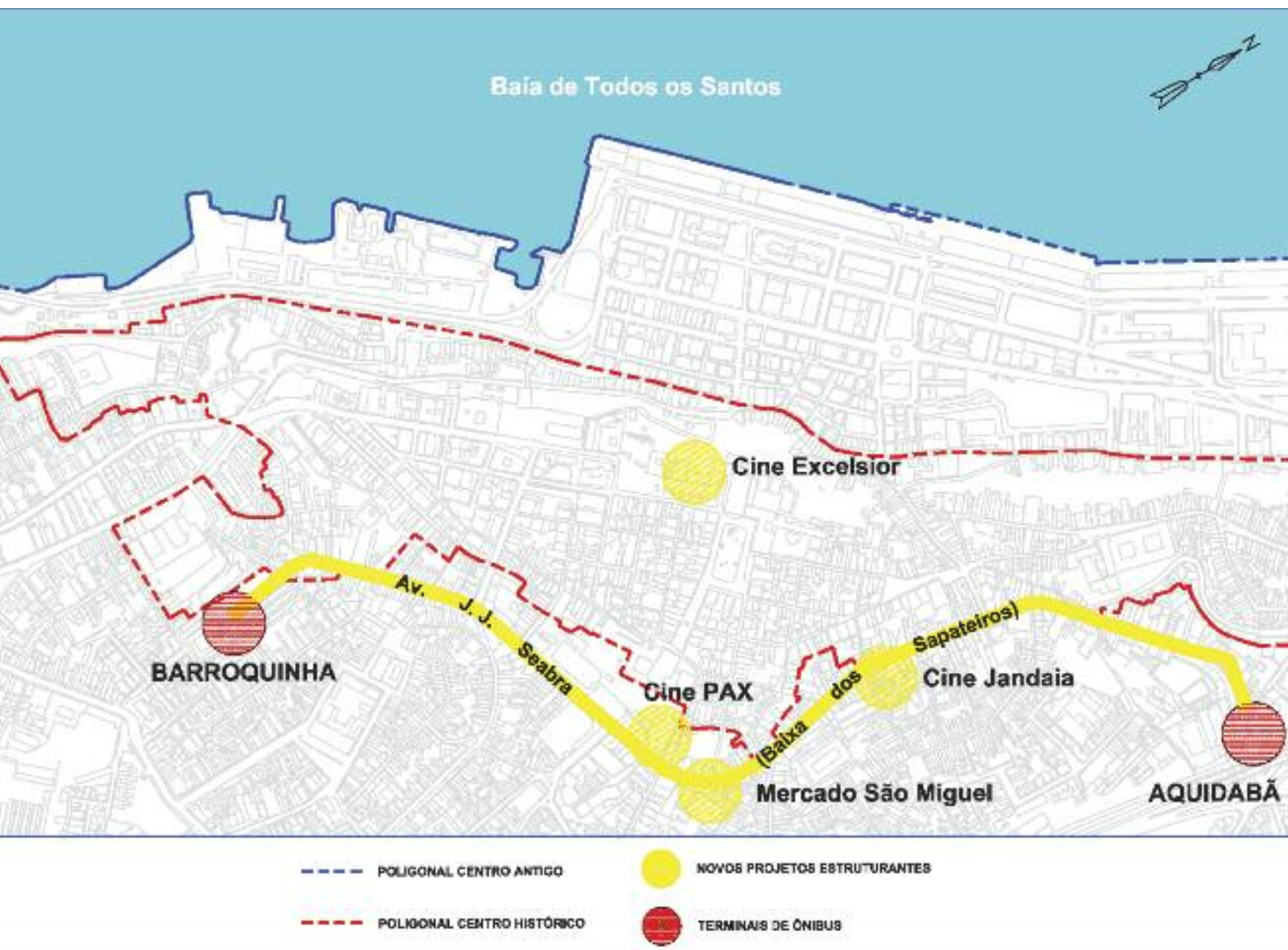
O CAS já conta com áreas com grande poder de atração, como as da Fonte Nova, do Porto, da Feira de São Joaquim, do Mercado de São Miguel, da LGR Além do Carmo, além de outras estruturas que estão surgindo e que contribuirão para o aumento da circulação econômica e de pessoas. A Via Expressa Portuária de Salvador ligará a BR-324 ao Porto da cidade, facilitando o escoamento de cargas e melhorando o trânsito na área, com reflexos em toda a cidade (Ver mapa 2). Faz parte desta proposição atrair estabelecimentos que possam ser parte de uma cadeia produtiva e incentivar a vinda de novos negócios de menor porte.

Outra forma de estimular a economia do CAS é atrair empreendimentos, que atuem na área de cultura e turismo, através de parcerias que aproveitem as estruturas existentes, como o Cine Jandaia, o Cine Pax e o Excelsior (Ver mapa 3). As ações propostas podem ser desenvolvidas em conjunto com órgãos financiadores como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa, Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).



Mapa 2 - Grandes Investimentos no CAS - ERCAS/Fevereiro 2010.

Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.



Mapa 3 - Novos Projetos Estruturantes - Ercas/Fevereiro 2010.

Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Objetivo Geral 1

Incrementar o nível de atividade econômica no CAS, atraindo novos negócios para gerar maior renda e oportunidades de trabalho.

Objetivo Específico 1.1

Atração de empresas com ênfase nas que possam reforçar os polos de especialização existentes, particularmente negócios culturais e criativos, propiciando maior qualificação e remuneração para a mão-de-obra empregada no CAS.

Ações a serem desenvolvidas

a) Realizar um censo das atividades econômicas que contemple mecanismos de atualização permanente das informações e enfatize as atividades integrantes dos polos de especialização existentes (eletroeletrônico, antiquários, decoração, atividades culturais e criativas e comércio varejista), de modo a orientar novos empreendedores.

b) Montar um banco de dados cadastrais e indicadores econômicos e financeiros dos segmentos culturais, criativos e afins e disponibilizá-lo para a população.

c) Desenvolver parcerias para a capacitação de empreendedores e funcionários, a exemplo da existente na Baixa dos Sapateiros, para:

- > estimular os novos empreendedores a se engajarem em práticas associativistas nos polos de especialização existentes;
- > orientar novos negócios, em especial aqueles voltados para atividades turísticas, culturais e criativas, estimulando o empreendedorismo;
- > orientar formas de acesso ao crédito, de incentivos financeiros e políticas públicas estaduais e federais para a cultura (pontos de cultura, Lei Rouanet, direitos autorais e mídia);
- > fornecer capacitação empresarial, focada nos pequenos empreendedores que vierem a se instalar nos polos de especialização existentes;
- > desenvolver produtos econômicos a partir do patrimônio imaterial do CAS.

d) Identificar potencialidades para aumentar a oferta das atividades econômicas, no comércio e nos serviços, geradoras de empregos de maior remuneração e qualificação.

e) Identificar o perfil das empresas de comércio e serviços geradoras de maior remuneração e qualificação profissional.

f) Implantar um Programa de Incentivos Fiscais:

- > mapear os incentivos existentes no CAS;
- > definir negócios a serem atraídos com a concessão de incentivos, considerando o potencial econômico dos mesmos, em termos de geração de empregos de maior remuneração e qualificação;
- > apresentar às instâncias pertinentes proposta de novos incentivos, justificando a sua necessidade e definindo contrapartidas (conservação do imóvel, preservação ambiental, utilização de mão-de-obra local etc.) a serem exigidas das empresas beneficiadas;
- > contemplar, nos incentivos fiscais, o uso misto do imóvel, respeitando as características e anseios locais.



Vendedores de artigos de couro – Ladeira da Barroquinha/Centro Histórico. Fonte: Ronaldo Silva/Agecom



Antiquário da Rua Ruy Barbosa/Centro Histórico
Fonte: Ronaldo Silva/Agecom



Lojas de eletroeletrônicos – Rua do Bispo/Centro Histórico. Fonte: Ronaldo Silva/Agecom

Objetivo Específico 1.2

Apoio à implantação de projetos estruturantes, tais como: Fonte Nova, Feira de São Joaquim, Porto, Mercado São Miguel, LGR/Além do Carmo.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Incentivar a instalação de empreendimentos de menor porte (novos negócios) vinculados ou dependentes dos equipamentos âncoras.
- b) Implantar programa de capacitação de mão-de-obra para operação dos grandes equipamentos.



Feira de São Joaquim.
Fonte: Arquivo ERCAS.



Estádio Fonte Nova.
Fonte: Robson Mendes/Agecom.



Projeto da Passarela e do Novo Mercado de São Miguel. Fonte: Instituto Habitat

Objetivo Específico 1.3

Fomento a novos projetos estruturantes.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Atrair novos empreendimentos turísticos culturais para a área, considerando, por exemplo, a atração de atividades de convenções para o CAS.
- b) Recuperar o Cine Jandaia, o Cine Pax e o Cine Excelsior, buscando parcerias para investir e transformá-los em novos empreendimentos âncoras, observando as características e atividades originais dos equipamentos.
- c) Identificar potencialidades para novos negócios periféricos, a partir da implantação dos projetos âncoras (estacionamentos e serviços de atividades complementares que compõem a cadeia produtiva).
- d) Estabelecer parcerias com órgãos financiadores, tais como BNDES, Caixa, Desenbahia, BID e BIRD, para apoio a novos projetos âncoras.

Resultado Esperado

Aumento da atividade econômica do CAS.

Proposição 02

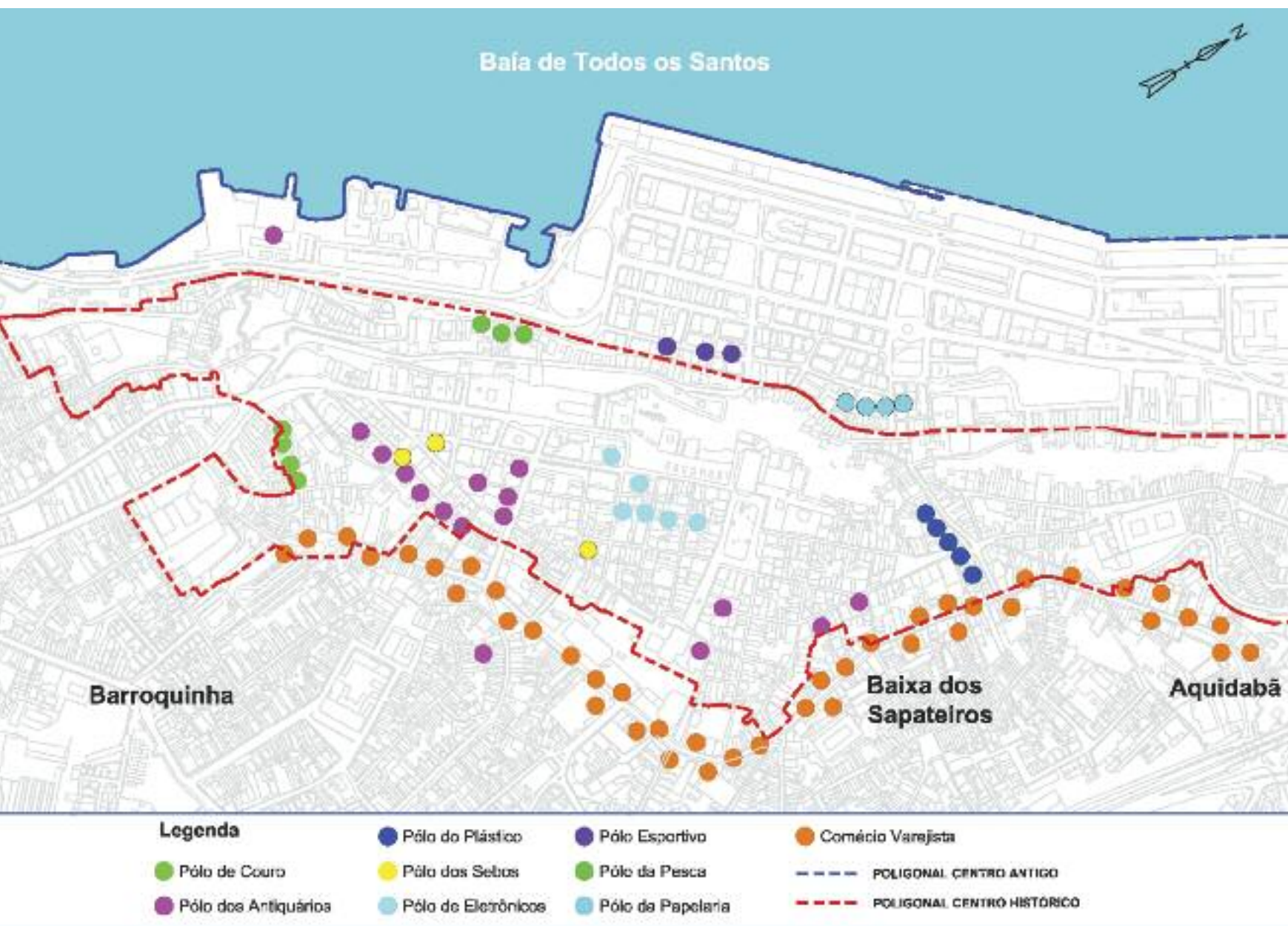
Ampliação da competitividade das atividades econômicas do CAS

O objetivo desta proposição é integrar as empresas, para fortalecer a cadeia produtiva. Uma mudança em visões empresariais pode auxiliar esse processo. Para isso, buscar-se-á promover a formação gerencial em áreas diversas – contábil, jurídica, financeira e de marketing, por exemplo –, como forma de aumentar a competitividade. Outra maneira de dinamizar a economia é apoiar organizações da economia solidária, por meio do estímulo às cooperativas e associações locais, divulgando suas ações e produtos e integrando-as ao mercado.

Prevê-se também a atração de novos investimentos, assim como a ampliação da participação no mercado daquelas empresas que já atuam e estão consolidadas na área, com especial atenção às micro e pequenas empresas relacionadas à cultura e criatividade, as quais têm potencial para suprir as demandas das maiores. Serão elaborados estudos necessários para estruturação de cadeias produtivas visando à criação de redes para lidar coletivamente com problemas comuns aos polos de especialização existentes.

O patrimônio imaterial do CAS pode e deverá ser uma grande mola propulsora e inspiradora de novos negócios. Entidades a exemplo do SENAC e o do SEBRAE podem ser grandes parceiras nesse processo, como agentes de difusão de conhecimento, orientando novos negócios voltados para atividades culturais e criativas, estimulando o empreendedorismo e o acesso às políticas de incentivo.

O comércio informal, característico de Salvador, também será contemplado. O objetivo é diminuir o índice de ilegalidade presente no CAS, oferecendo estímulos para a formalização das atividades, conforme a legislação federal, e para acesso ao microcrédito. Mais do que nunca, a formação e capacitação desses comerciantes são fundamentais para sua profissionalização. Todas as ações são pautadas na visão de compreender e incentivar a formação de uma cadeia produtiva não restrita ao Centro Antigo.



Mapa 4 - Polos dos Arranjos Produtivos Locais e Comércio Varejista - Ercas/Fevereiro 2010.

Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Objetivo Geral 2

Ampliar a participação de mercado das empresas instaladas no CAS, com foco nas micro e pequenas empresas, em especial as culturais, criativas e as que lidam com serviços dinâmicos.

Objetivo Específico 2.1

Reforço aos serviços dinâmicos geradores de empregos de maior remuneração e qualificação.

Ações a serem desenvolvidas

a) Apoiar a criação de redes de empresas como forma de lidar coletivamente com problemas comuns nos polos de especialização.



Pequeno Negócio na Baixa dos Sapateiros.
Fonte: Vaner Casaes/Agecom.

b) Apoiar a inserção de micro e pequenas empresas em cadeias de suprimento de médias e grandes empresas.

c) Implementar formas de aproximar empresas, fornecedores, distribuidores e outras instituições presentes nos polos de especialização.

d) Viabilizar maior acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas comerciais e de serviços.

e) Promover a formação gerencial (contábil, jurídica, financeira e de marketing) para os gestores de micro e pequenos empreendimentos e estimular a adoção de programas de qualidade envolvendo trabalhadores e empreendedores.

Objetivo Específico 2.2

Apoio às organizações da economia solidária.

Ações a serem desenvolvidas

a) Estimular cooperativas e associações locais, para:

- > estabelecer parcerias com empresas privadas;
- > formar redes setoriais entre as instituições.

b) Divulgar os produtos elaborados e comercializados pelas organizações, a exemplo de feiras, exposições e utilização de espaços públicos em *shoppings*.

c) Orientar os gestores das organizações da economia solidária em relação ao acesso ao crédito, aos incentivos financeiros e às políticas públicas estaduais e federais para a cultura (pontos de cultura, Lei Rouanet, direitos autorais e mídia).



Festa de Santa Bárbara, Centro Histórico. Fonte: Robson Mendes/Agecom.

Objetivo Específico 2.3

Potencialização do aproveitamento econômico do patrimônio material e imaterial.

Ações a serem desenvolvidas

a) Desenvolver parcerias para:

- > orientar negócios voltados para atividades culturais e criativas e estimular o empreendedorismo;
- > orientar o acesso às políticas públicas estaduais e federais para a cultura (pontos de cultura, Lei Rouanet, direitos autorais e mídia);
- > capacitar gerencialmente os empreendedores.

b) Apoiar as empresas e organizações que lidam com patrimônio material e imaterial para melhorar as instalações físicas, acervo e informação.

c) Aumentar a integração econômica e territorial no CAS e do CAS com o resto da cidade.

d) Apoiar a gestão do parque imobiliário privado, com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas que gerem dinâmica social para contribuir com a manutenção do imóvel e sustentabilidade da área.



Teatro de Rua, Cruzeiro de São Francisco/ Pelourinho. Fonte: Arquivo ERCAS



Comércio informal, Barroquinha.
Fonte: Ronaldo Silva/Agecom.



Comércio informal na entrada da Estação da Lapa.
Fonte: Vaner Casaes/Agecom.



Comércio informal, Praça Cayru.
Fonte: Vaner Casaes/Agecom.

Objetivo Específico 2.4

Modernização e organização do comércio informal.

Ações a serem desenvolvidas

a) Desenvolver parcerias com organizações para:

- > diminuir a ilegalidade do comércio varejista;
- > estimular a legalização dos empresários individuais;
- > realizar capacitação gerencial;
- > orientar e facilitar o acesso de ambulantes ao micro crédito;
- > organizar manual de orientação para a atividade dos ambulantes;
- > qualificar, regular e fiscalizar a instalação de comércio informal próximo a equipamentos públicos e monumentos de forma permanente.

Resultado Esperado

Competitividade dos negócios instalados ampliada, em especial serviços culturais e criativos.

Proposição 03

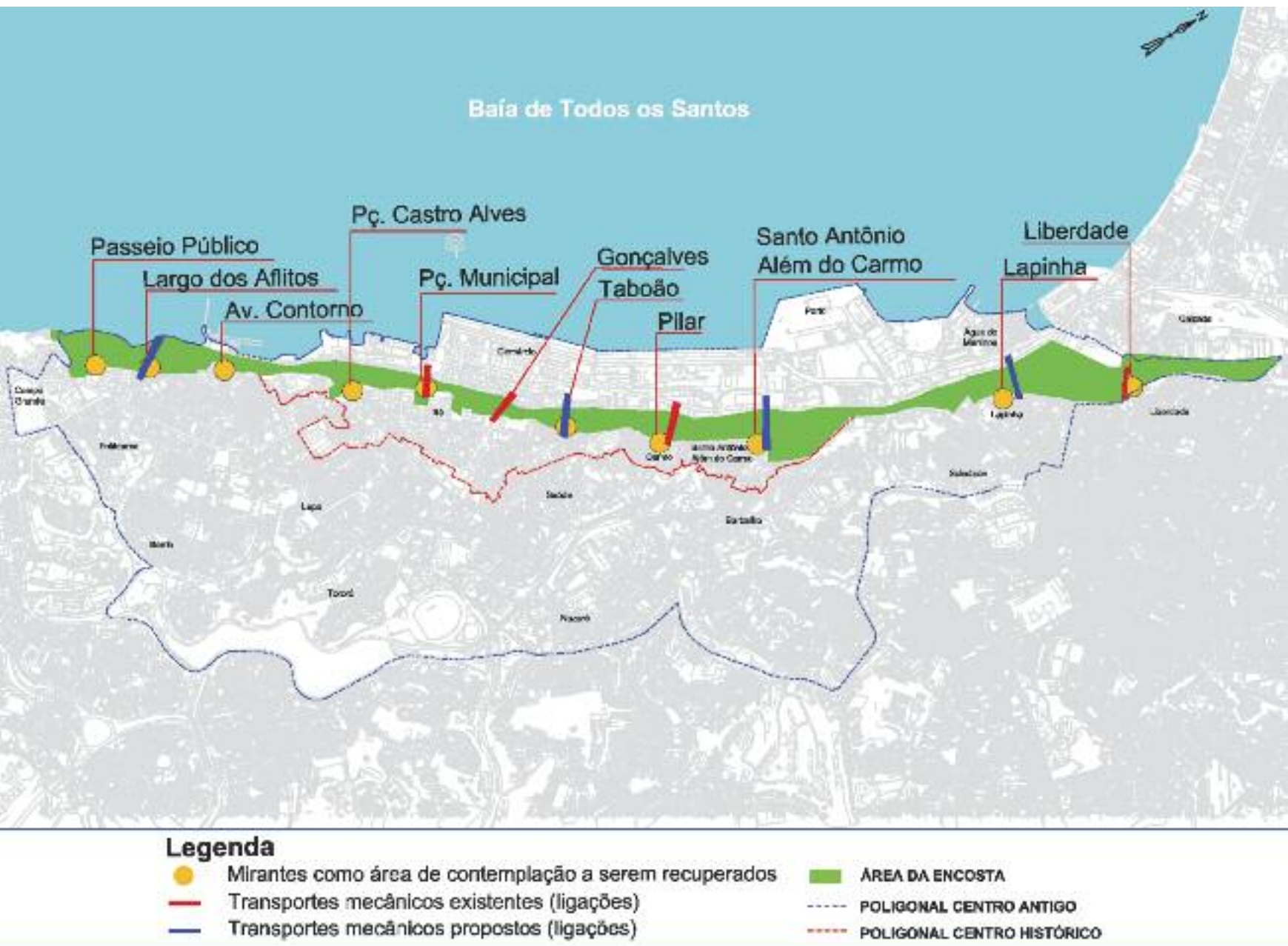
Preservação da área da encosta do frontispício

A geografia de Salvador é marcada por uma falha geológica e essa foi a visão que os fundadores da cidade tiveram quando chegaram à península, no século XVI. Uma enorme muralha verde oferecia as condições ideais para a construção de um primeiro núcleo urbano, permitindo uma melhor defesa aos possíveis ataques. Tal configuração geológica conferiu a Salvador uma característica peculiar e admirada por todos: uma cidade que é, na verdade, duas. A Alta e a Baixa. A falha, que chega a ter 90 metros de altura, foi tão importante para a gênese e tão determinante nas relações estabelecidas pelos soteropolitanos que foi tombada, junto ao Centro Histórico de Salvador, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ao longo da história de Salvador, a encosta foi sendo descaracterizada, seja sob a forma de ocupações irregulares, seja por meio da destruição da mata nativa. Foi feito um levantamento do trecho da encosta inserido na área de tombamento, incluindo estudo da vegetação e das edificações, de modo a recuperar a área, patrimônio material e simbólico da capital baiana. O trecho da encosta situado no perímetro do Centro Antigo – da Gamboa ao Plano Inclinado da Calçada –, totaliza uma área de 633 mil metros quadrados. Serão valorizados o paisagismo e a recuperação das espécies nativas, além da realização de melhorias nos mirantes localizados nas partes altas da cidade. As construções irregulares ao longo da encosta serão objetos de estudo com indicação de remoção de cerca de 1.000 habitações de famílias de baixa renda em situação de risco, que serão realocadas para outras áreas do centro, e também das construções de média renda que ocupam a encosta. Todas as ações serão feitas de modo harmônico com os projetos que estão em andamento na Chácara Santo Antônio, Lapinha, Pilar I e II e Rocinha, bem como com o tombamento do IPHAN.

Para valorizar a encosta também será preciso recuperar os meios de transporte verticais existentes entre as partes baixa e alta da cidade (elevadores Lacerda e Taboão, planos inclinados Gonçalves, do Pilar e da Liberdade), bem como criar novos equipamentos para uso público, como a ligação entre Santo Antônio e o Comércio e entre Gamboa, Aflitos e Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM). Além de sua utilidade no dia-a-dia da população, tais equipamentos integram o patrimônio cultural da cidade, dotando Salvador de uma característica única. Poucas são as cidades no mundo que possuem um sistema de transporte vertical em suas ruas.

As diversas vias entre a Cidade Alta e a Baixa precisam ser recuperadas, como a Ladeira da Montanha, a Rua do Pau da Bandeira, a área Santo Antônio/Pilar, as ladeiras do Taboão, da Conceição, do Sodré, da Preguiça, da Misericórdia e a Rua Visconde de Mauá. Para a viabilização de todas as obras, serão realizados estudos que permitam integrar as melhorias nas vias de acesso com as estruturas urbanas e de transportes existentes. Todas essas obras de valorização e preservação da área da encosta irão devolver aos baianos uma importante parte de sua história.



Mapa 5 - Valorização do Frontispício - Mirantes e Transportes Verticais - Ercas/Fevereiro 2010.
 Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Objetivo Geral 3

Valorizar a paisagem urbana da encosta do frontispício de Salvador como patrimônio material e simbólico.

Objetivo Específico 3.1

Recuperação da encosta entre a Cidade Alta e Baixa, como espaço público aberto, e valorização dos mirantes como área de contemplação da Baía de Todos os Santos.

Ações a serem desenvolvidas

a) Recuperação da paisagem da encosta, considerando a área tombada pelo IPHAN, e prevendo:

- > a criação do Parque da Encosta, com ênfase nos atrativos culturais e turísticos;
- > avaliação das condições de uso e de infraestrutura dos potenciais mirantes;
- > desocupação da área tombada da encosta;
- > recuperação da área verde com indicação de vegetação nativa;
- > a necessidade de uma fiscalização efetiva, da PMS e CREA/BA para controle da ocupação da encosta;

b) Adequar os projetos em andamento com as diretrizes desta proposição: Chácara Santo Antônio, Lapinha, Pilar I e II, Rocinha, contrato de repasse Pilar/Encosta.



Vista panorâmica a partir da Praça Thomé de Souza/Centro Histórico. Fonte: Vaner Casaes/Agecom.

Objetivo Específico 3.2

Recuperação e/ou valorização dos transportes verticais de ligação entre a Cidade Alta e Baixa e prospecção de novas alternativas.

Ações a serem desenvolvidas

a) Melhorar as condições dos transportes verticais (Elevador Lacerda, planos inclinados Gonçalves, do Pilar e da Liberdade), considerando:

- > integração com os demais transportes públicos;
- > infraestrutura da área do entorno imediato;
- > existência de projetos para os equipamentos;
- > parcerias com a iniciativa privada;

b) Recuperar o Elevador do Taboão;

c) Desenvolver novas alternativas de conexão entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa tais como: Santo Antônio/Comércio, Gamboa/Aflitos/MAM.



Plano Inclinado Liberdade-Calçada. Fonte: Arquivo ERCAS.



Avenida Lafayette Coutinho (Contorno). Fonte: Aristeu Chagas/Agecom.

Objetivo Específico 3.3

Requalificação das vias de ligação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Recuperar as seguintes vias: Ladeira da Montanha; Rua do Pau da Bandeira; Ladeira da Conceição; Ladeira do Sodré; Ladeira da Preguiça; Ladeira da Misericórdia; Rua Visconde Mauá; Caminho Novo do Taboão; Rua do Julião; Ladeira do Taboão; Ladeira do Pilar; Av. Contorno; Soledade e Ladeira do Canto da Cruz.
- b) Concluir a curto prazo as obras das vias de ligação com recursos captados: Pilar/Taboão e Santo Antônio/Pilar.
- c) Adequar e valorizar as vias de acesso nas áreas de ocupação consolidada.

Resultado Esperado

Área da encosta do frontispício desocupada, recuperada e preservada.

Proposição 04

Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS

Ao longo dos séculos, a função residencial do Centro Histórico de Salvador (CHS) foi sendo gradativamente alterada com o surgimento de novas centralidades. Esta proposição pretende reverter o quadro de esvaziamento populacional e institucional do CAS, atraindo novos moradores de diferentes faixas de renda, os quais terão papel primordial no incremento habitacional e na manutenção do local.

Atualmente, existem cerca de 1.100 imóveis fechados, em ruínas ou terrenos baldios que, a partir de estudos de viabilidade técnico-financeira, poderão ser adequados para atender à demanda por habitação no CAS, com potencial para produção de aproximadamente 8.000 novas unidades, considerando as funções complementares à habitação como o comércio, lazer e a prestação de serviços.

Dentre os imóveis fechados e em ruínas, propõe-se a construção de 5.000 novas unidades habitacionais para famílias de renda média. Já se encontra em curso a produção de 400 habitações (Programas: REMEMORAR II, PROHABIT, MONUMENTA), que beneficiarão servidores públicos e estudantes, e foram alocados recursos para outras 300 unidades (Programa: REMEMORAR III).

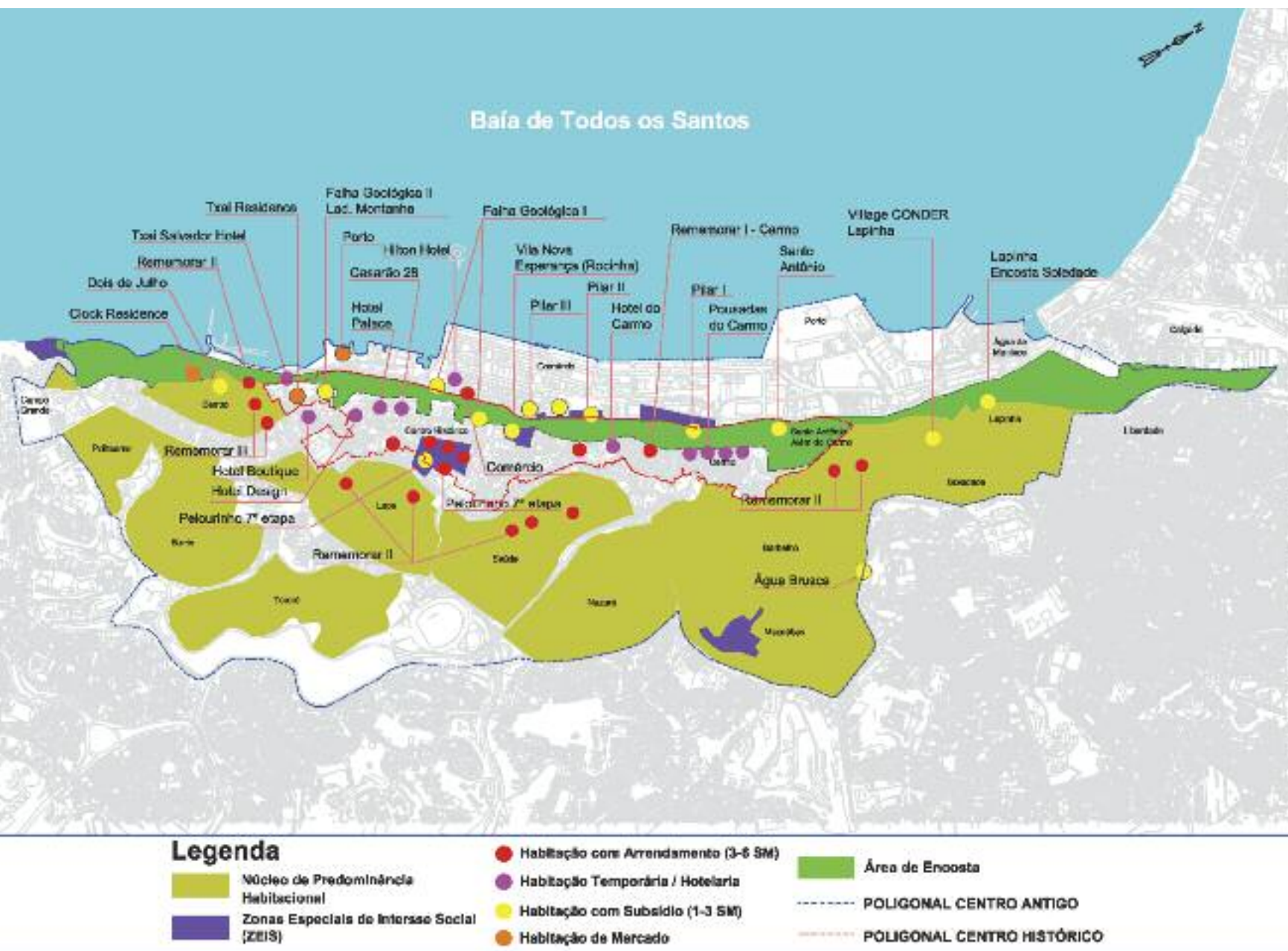
A estratégia não é apenas atrair uma nova parcela da população para o CAS, mas também garantir a permanência daqueles que já moram no local. O Plano engloba a viabilização de condições de habitabilidade para a manutenção da população residente em situação de vulnerabilidade social, cerca de 3.000 famílias, das quais 2.000 são de sem-teto, moradores de cômodos e cortiços. Destas, 103 já estão sendo beneficiadas com recursos do Programa MONUMENTA.

Outras 1.000 famílias em situação de risco residem atualmente na encosta, das quais 946 já estão inseridas em programas habitacionais com recursos alocados (Pilar I, II e III, Rocinha, Chácara Santo Antônio, Lapinha/Soledade, Ladeira da Montanha e Misericórdia).

As 3.000 famílias residentes em situação de vulnerabilidade social serão realocadas para novas habitações no perímetro do CAS, evitando a expulsão desses moradores de baixa renda da área central.

Os projetos habitacionais envolvem a construção de equipamentos de uso coletivo geradores de emprego e renda e a participação dos grupos comunitários e movimentos sociais vinculados à esta população.

Diversos órgãos do Estado estão sediados no Centro Histórico, mas a expectativa é atrair outros, sobretudo aqueles relacionados ao turismo e à cultura. O Liceu de Artes e Ofícios, por exemplo, abrigará a Secretaria de Cultura. O Palácio Rio Branco, por sua vez, receberá o receptivo do Governador. Dessa forma, a imponente construção localizada na Praça Municipal e com uma das mais belas vistas da cidade volta às suas origens, inserindo-se novamente no cotidiano de Salvador como um lugar central de comando e decisões do Estado da Bahia. Além dos espaços citados, há ainda a capacidade de receber, no CAS, organizações não-governamentais e cooperativas, principalmente aquelas envolvidas com turismo e cultura.



Mapa 6 - Habitação – Edificações em ruínas, vazias e lotes baldios - Ercas/Fevereiro 2010.
 Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Objetivo Geral 4

Incentivar o uso de edificações fechadas, em ruínas e lotes baldios, assegurando a sua função social.

Objetivo Específico 4.1

Implementação de programas habitacionais para atender cerca de 5 mil famílias, preferencialmente com renda superior a 5 salários mínimos.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados para 400 habitações, em 166 imóveis (Rememorar II/Residência Estudantil/Monumenta-PROHABIT).
- b) Elaborar projeto com recursos já alocados para 50 casarões, sendo: Rememorar III – 40 imóveis e MCidades – 10 imóveis, para produzir cerca de 300 habitações.
- c) Viabilizar habitações considerando os 1.100 imóveis fechados, em ruínas e lotes baldios.
- d) Estabelecer parcerias com os órgãos financiadores.
- e) Incentivar os serviços de apoio ao uso habitacional (comércio, serviço e lazer).



Imóveis em ruínas/Bairro do Comércio
Fonte: Arquivo ERCAS



Imóvel em ruína/Centro Antigo
Fonte: Arquivo ERCAS.

Objetivo Específico 4.2

Implantação de novos programas habitacionais no CAS para 2.000 famílias de sem-teto, moradores de cômodos e cortiços.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados – Monumenta/HIS com 103 habitações.
- b) Atualizar cadastro das famílias e manter o controle da ocupação da área.
- c) Elaborar projeto executivo e executar as obras preferencialmente de novas unidades habitacionais para 2.000 famílias.
- d) Realizar parcerias com os grupos e movimentos sociais vinculados à população a que se destinam as obras.
- e) Avaliar a viabilidade de utilização de programas de locação social.

Objetivo Específico 4.3

Incentivo ao uso institucional destinados ao turismo e cultura nos imóveis tombados do Centro Histórico e Soledade.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Instalar a Secretaria de Cultura no Liceu de Artes e Ofícios.
- b) Instalar o Receptivo do Governador no Palácio Rio Branco.
- c) Incentivar os órgãos vinculados à cultura e ao turismo a se instalem no CAS.
- d) Incentivar organizações não-governamentais e cooperativas envolvidas em atividades educativas e culturais, de interesse estratégico do Plano, a se instalem no CAS.



Solar do Saldanha/Rua Saldanha da Gama
Fonte: Arquivo ERCAS

Objetivo Específico 4.4

Promoção de condições de habitabilidade para 1.000 famílias ocupantes das áreas de risco da encosta, priorizando a sua realocação para o entorno.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados, para a produção de 946 habitações: Chácara Santo Antônio (110 unidades), Lapinha/Soledade (150 unidades), Pilar I (109 unidades), Pilar II (287 unidades), Pilar III (70 unidades), Rocinha (66 unidades), Ladeira da Montanha (90 unidades) e Misericórdia (64 unidades).
- b) Desenvolver projeto socioambiental com as famílias remanejadas.
- c) Atualizar os cadastros e manter o controle da ocupação da área.



Ocupação irregular da encosta/Pilar
Fonte: Arquivo ERCAS.

Resultado Esperado

Edificações vazias, em ruínas e lotes baldios adequados para o uso habitacional e institucional.

Proposição 05

Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS

Reurbanizar a encosta da cidade é aproximá-la de um personagem ímpar de sua história: o mar. A Baía de Todos os Santos está geograficamente presente, mas não apropriada pelos baianos. Para mudar essa relação, o Plano atuará em diversas frentes de trabalho, valorizando sempre a orla do CAS (da Gamboa à Jequitaia), de forma integrada à Baía e aproveitando os projetos de revitalização já em andamento (Forte da Gamboa, Plano Náutico da Baía de Todos os Santos, Porto de Salvador, Feira de São Joaquim, Bahia Marina e outros).

O Porto de Salvador, que ocupa toda a orla do Comércio, é um dos pontos de partida para esse processo de revitalização e carece de ações estruturais, de modo a adequar o terminal para grandes navios de passageiros às condições internacionais. A qualificação da área está prevista no Plano e as reformas não devem ser apenas na estrutura física, mas também em projetos para qualificação das equipes de receptivo. O Porto tem condições para funcionar como um verdadeiro portal de entrada dos turistas no Centro Histórico, devido à sua proximidade com a área. O bairro do Comércio, localizado entre o Porto e o Centro, será pensado como um corredor para aqueles que desejam chegar a pé à parte mais antiga da cidade.

Ligação fundamental entre a Baía e a cidade, os terminais marítimos (Terminal Marítimo de São Joaquim e Centro Náutico da Bahia) também passarão por melhorias, beneficiando aqueles que diariamente embarcam e desembarcam nesses locais. Outro aspecto ainda pouco explorado em Salvador é a utilização marítima – mais especificamente da Baía de Todos os Santos – como palco cultural e de negócios vinculados à atividade náutica. Com 500 anos de atividades ligadas ao mar, o Porto de Salvador é um dos mais antigos da América Latina – foi em Salvador que D. João VI assinou o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808 – e carece de um espaço cultural que abrigue a memória desses cinco séculos. Essa proposta casa com a necessidade de recuperar os fortes localizados na Baía, como os de São Paulo da Gamboa, São Marcelo, Lagartixa e Jequitaia. Essas intervenções tornarão a área mais atrativa para turistas e investidores, que poderão, por exemplo, explorar melhor o potencial náutico, inserindo Salvador na rota de regatas marítimas internacionais.

Falar da revitalização da Baía de Todos os Santos é pensar em investimentos e dinamização de um bairro que se degradou ao longo das últimas décadas. O Comércio, antigo centro financeiro da cidade, passou por um processo de esvaziamento, gerando inúmeros imóveis sem utilização ou completamente abandonados. Os usos já existentes serão reforçados; outros, porém, serão propostos. A região tem grande potencial para receber hotéis e unidades habitacionais, que podem ocupar os imóveis atualmente ociosos, bem como locais próximos à encosta. Os empreendimentos culturais e educacionais recentemente implantados são iniciativas bem-sucedidas que vêm contribuindo para a reestruturação da área.

Problema crônico das grandes metrópoles – e do qual Salvador não escapa –, os engarrafamentos e a dificuldade para estacionar os veículos serão minimizados na região por meio da recuperação dos edifícios-garagem e da criação de novas áreas para estacionamento. O bairro, que conta com grande fluxo de circulação de pessoas, carece de reformulações dos espaços públicos e de ampliação de áreas de convívio social de maneira que promovam a integração com o Porto. Um trecho em particular que necessita de obras para recuperação das vias para melhor circulação de pedestres e veículos é aquele localizado entre o Elevador Lacerda, o Plano Inclinado Gonçalves e o Plano Inclinado do Pilar.



Mapa 7- Integração da Orla Marítima do CAS - Ercas/Fevereiro 2010.

Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Objetivo Geral 5

Revitalizar o bairro do Comércio e valorizar a orla do CAS como portal de acesso à Baía de Todos os Santos.

Objetivo Específico 5.1

Fomento aos novos usos institucionais, habitacionais, de hotelaria, comércio e serviços complementares.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Incentivar a instalação, sobretudo, de empreendimentos culturais, educacionais turísticos e comerciais na área, considerando a aplicação de instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para ações em imóveis abandonados.
- b) Incentivar a recuperação dos edifícios-garagem e a criação de áreas de estacionamento.
- c) Incentivar o uso habitacional dos imóveis nas imediações da encosta e nos vazios urbanos.
- d) Promover a retirada dos recobrimentos das fachadas.
- e) Recuperar os espaços públicos e criar novas áreas de uso público com arborização.



Praça Riachuelo/Comércio.
Fonte: Arquivo ERCAS.

Objetivo Específico 5.2

Integração da orla da Baía de Todos os Santos, articulando os projetos e os equipamentos existentes.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Recuperar a orla da Gamboa à Jequitaia, integrando os equipamentos existentes, requalificando a infraestrutura urbana e criando abertura da cidade para a Baía de Todos os Santos.
- b) Implantar o Plano Náutico da Baía de Todos os Santos.
- c) Executar as obras da Feira de São Joaquim.
- d) Recuperar o Forte da Gamboa e criar conexões com a Igreja dos Aflitos (teleférico) e com o MAM (passarela marítima).
- e) Adequar o espaço Jequitaia para atividades econômicas, culturais e de lazer.
- f) Melhorar as condições de embarque e desembarque nos terminais de transporte de passageiros domésticos da Baía de Todos os Santos (Bom Despacho, Terminal de São Joaquim e Centro Náutico da Bahia).



Terminal Marítimo Cais da Baiana.
Fonte: Arquivo ERCAS.

Objetivo Específico 5.3

Implantação de um moderno terminal de cruzeiros marítimos no Porto.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Implantar o terminal de cruzeiros marítimos.
- b) Qualificar os "corredores" de ligação do Porto aos transportes verticais para facilitar o acesso de pedestres ao Centro Histórico.
- c) Adequar o receptivo de turismo náutico para a Baía de Todos os Santos.



Forte São Marcelo. Fonte: Alberto Coutinho/Agecom.

Objetivo Específico 5.4

Estímulo a novos negócios vinculados à economia da atividade náutica.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Reunir o acervo e implantar equipamento sobre os 500 anos de atividades náuticas e portuárias da Bahia, destacando o fato de o Porto de Salvador ter sido um dos primeiros da América Latina.
- b) Criar um centro de referência para apoiar e prestar serviços náuticos, capaz de atrair navegadores ainda que eles não se destinem a Salvador.
- c) Recuperar os fortes marítimos: São Paulo da Gamboa, São Marcelo, Lagartixa e Jequitaia.
- d) Ampliar a inserção de Salvador no roteiro das principais regatas internacionais.
- e) Criar condições para atracação e guarda de embarcações de lazer.
- f) Criar alternativas para a inclusão das atividades econômicas da população das colônias de pesca (Gamboa, Jequitaia, São Joaquim etc.).

Resultado Esperado

Bairro do Comércio dinamizado e orla marítima do CAS revitalizada.

Proposição 06

Qualificação dos espaços culturais e monumentos do CAS

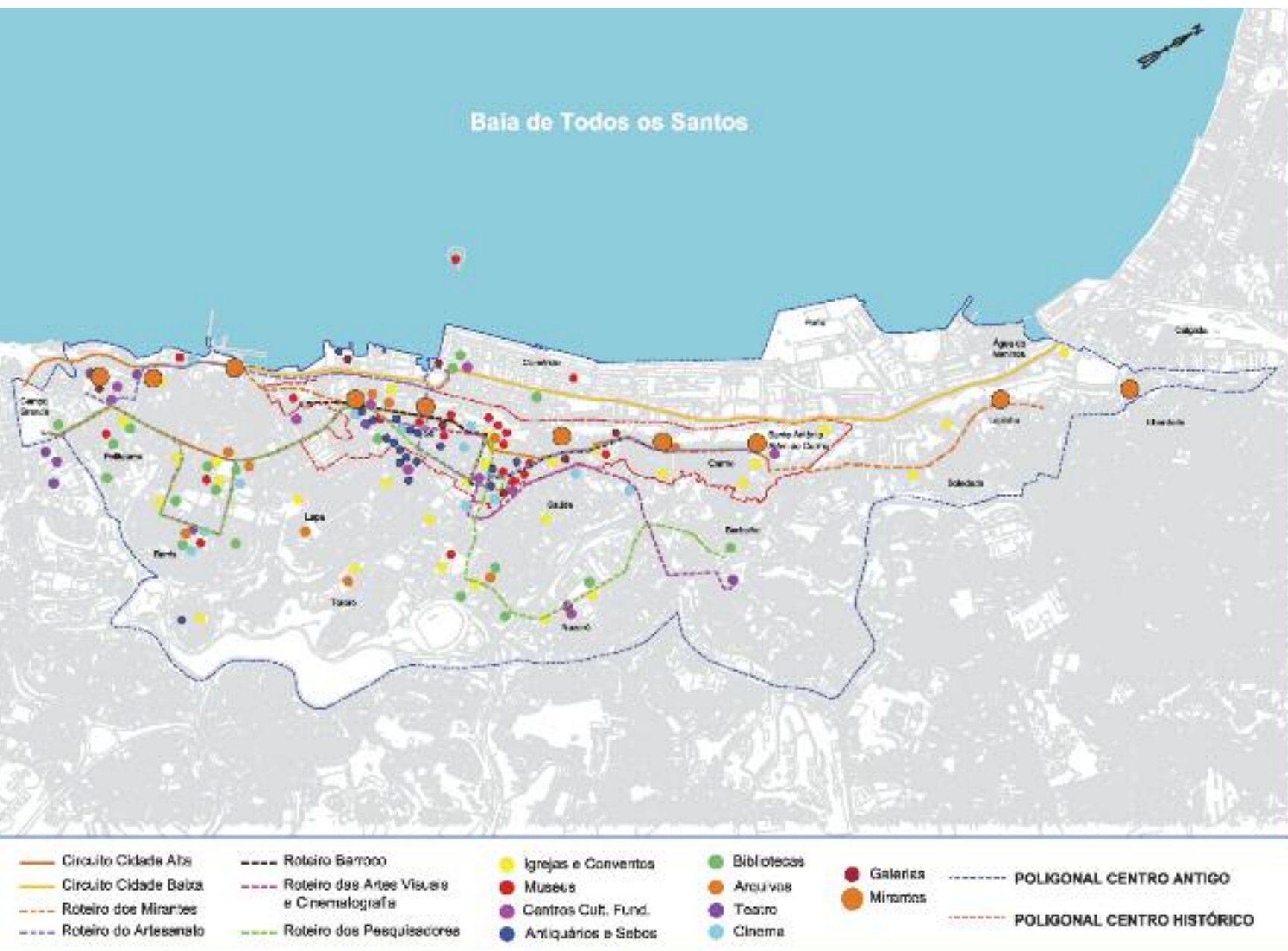
O Centro Antigo de Salvador (CAS) é uma região rica em cultura, seja sob a forma de monumentos e locais históricos, ou pela presença de galerias, teatros, cinemas, museus, antiquários, fundações e centros culturais. Todo esse potencial pode ser melhor explorado, como visto na construção do Espaço Cultural da Barroquinha, inaugurado em março de 2009. Outros exemplos são a reforma do Solar Ferrão (Pelourinho), com grande acervo de peças sacras, e o Unibanco Arteplex, complexo de salas de cinema com investimento privado que ocupa o antigo cinema Glauber Rocha, na Praça Castro Alves.

Há um enorme potencial para instalação de novos produtos culturais, sobretudo em espaços atualmente sem uso. Recursos foram captados para obras na Biblioteca Pública do Estado, no Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, no Forte do Barbalho, no Oratório da Cruz do Pascoal, no Mercado de São Miguel, entre outros. Serão firmados convênios e acordos de parcerias para criar mecanismos de gestão dos equipamentos públicos e privados, remodelar todos os espaços culturais pertencentes ao Estado, além de incentivar e promover meios para a revitalização dos equipamentos privados, municipais e federais.

Uma das propostas é equipar os espaços culturais com uma estrutura tecnológica e audiovisual atrativa ao público e apoiar o desenvolvimento de atividades diversas. É meta incentivar a elaboração de novos projetos museográficos para os equipamentos e negócios culturais existentes, atentando para as mais modernas tecnologias na área de exposição. Além disso, serão capacitados o corpo técnico e os funcionários que trabalham diretamente com os visitantes e espectadores.

Os estudos realizados detectaram que muitos espaços permanecem fechados nos finais de semana e feriados, dificultando o acesso da população e dos visitantes nos momentos de lazer e durante a estadia na cidade. Uma das propostas é trazer a população de volta ao dia-a-dia do Centro, concretizando a reapropriação efetiva e simbólica dos espaços por todos. Os turistas serão igualmente beneficiados, pois poderão explorar a grandeza do patrimônio material de forma completa, não ficando restritos apenas às fachadas.

A melhoria na iluminação pública da área é uma ação com grandes investimentos e aprovada pela população. Em maio de 2009, o Centro Histórico ganhou novo tratamento luminotécnico beneficiando a segurança do local. Estão previstas ainda novas etapas, priorizando a iluminação cênica de diversos equipamentos culturais, realçando, assim, a beleza dos inúmeros imóveis e monumentos presentes na área. Todas essas ações têm como objetivo a devida valorização da cultura, benefício maior de todas as sociedades.



Mapa 8 - Espaços Culturais e Monumentos - Ercas/Fevereiro 2010.

Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Objetivo Geral 6

Potencializar o uso e o acesso aos Espaços Culturais e Monumentos.

Objetivo Específico 6.1

Recuperação dos edifícios que abrigam espaços culturais pertencentes ao Estado.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Abrir os equipamentos culturais nos finais de semana e feriados.
- b) Complementar o inventário das edificações pertencentes ao Estado que abrigam espaços culturais, considerando os 24 já pesquisados.
- c) Desenvolver projetos de reabilitação para três equipamentos em mau estado de conservação: Museu do Cacau, Espaço Xisto e Cine Teatro ICEIA.
- d) Concluir as obras em andamento e priorizar a execução de outras com recursos já captados.
- e) Elaborar novos projetos museográficos, em consonância com as novas tendências tecnológicas para projetos de exposição.
- f) Equipar os espaços culturais com equipamentos de informática, audiovisual e especializados.
- g) Capacitar e especializar o corpo técnico, responsável pela gestão e manutenção dos equipamentos culturais.
- h) Dotar de iluminação cênica 23 equipamentos do Estado identificados no diagnóstico.
- i) Dotar de iluminação cênica a Sede do IPAC e a Galeria Solar Ferrão, já com projetos executivos.
- j) Incentivar e apoiar o desenvolvimento de atividades culturais permanentes – concertos, oficinas etc.
- k) Criar mecanismos para gestão e sustentabilidade dos equipamentos culturais públicos.

Acervo cultural popular de Lina Bo Bardi/Centro Cultural Solar Ferrão.
Fonte: Jorge Cordeiro/Agecom.



Museu de Arte Moderna.
Fonte: Robson Mendes/Agecom.





Mercado Modelo. Fonte: Vaner Casaes/Agecom.

Objetivo Específico 6.2

Requalificação dos Espaços Culturais pertencentes aos Poderes Municipal e Federal.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Abrir os equipamentos culturais nos finais de semana e feriados.
- b) Complementar o inventário das edificações pertencentes à União e ao Município que abrigam equipamentos e negócios culturais, considerando os 19 já pesquisados.
- c) Priorizar a conclusão das obras e projetos com recursos captados tais como: MUNCAB (em obra); Forte do Barbalho; Oratório da Cruz do Pascoal; e Mercado de São Miguel (recursos captados).
- d) Auxiliar na captação de recursos para projetos e execução de obras de restauração, priorizando os quatro equipamentos em mau estado de conservação: Museu de Arqueologia e Etnologia; Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia; Teatro Gregório de Mattos; e Museu da Cidade.
- e) Apoiar a captação de recursos para novos projetos museográficos em consonância com as novas tendências tecnológicas para projetos de exposição.
- f) Incentivar e apoiar ações para qualificação do corpo técnico.
- g) Dotar de iluminação cênica os 17 equipamentos/monumentos da União e do Município identificados no diagnóstico.
- h) Dotar de iluminação cênica os quatro equipamentos/monumentos da União e Município com projetos executivos (PRONAC): Oratório da Cruz do Pascoal; Plano Inclinado Gonçalves; Museu da Cidade e Casa do Benin.
- i) Criar mecanismos para gestão e sustentabilidade dos equipamentos culturais públicos.

Objetivo Específico 6.3

Requalificação dos Espaços Culturais pertencentes à iniciativa privada (Igrejas, Museus, Galerias, Arquivos, Sebos, Cinemas, Bibliotecas, Antiquários, Fundações e Centros Culturais).

Ações a serem desenvolvidas

- a) Estimular a abertura dos equipamentos culturais nos finais de semana e feriados.
- b) Complementar o inventário das edificações pertencentes à iniciativa privada que abrigam equipamentos e negócios culturais, considerando os 114 já pesquisados.
- c) Auxiliar na captação de recursos para projetos e execução de obras de restauração priorizando os 18 equipamentos em mau estado de conservação: Sociedade Protetora dos Desvalidos; Museu do Convento de Santa Clara do Desterro; Museu da Venerável Ordem 3ª do Carmo; Cine Astor; Poliana Antiguidades; Casa San Rafael; Casa dos Livros; Centro Cultural Islâmico da Bahia; Igreja da Ordem 3ª de São Domingos; Igreja de Nossa Senhora de Nazaré; Igreja de Santo Antônio Além do Carmo; Igreja e Convento Nossa Senhora Piedade; Igreja Nossa Senhora Saúde e Glória; Igreja e Convento Nossa Senhora; Igreja da Venerável Ordem 3ª do Carmo; Igreja e Convento do Bom Jesus dos Perdões; Kembo Comércio de Artes e Presentes Ltda. e Teatro Gamboa Nova.
- d) Apoiar a captação de recursos para novos projetos museográficos, em consonância com as novas tendências tecnológicas para projetos de exposição.
- e) Promover ações para qualificação do corpo técnico.
- f) Apoiar a captação de recursos para dotar de iluminação cênica 107 monumentos da iniciativa privada identificados no diagnóstico.
- g) Apoiar a captação de recursos para dotar de iluminação Cênica 12 equipamentos com projeto (PRONAC): Residência do Arcebispo Primaz da Bahia – 2ª etapa; Sede da Coelba; Igreja do Passo; Igreja de São Miguel; Igreja Ordem 3ª do Carmo; Igreja Ordem 3ª de N. Sra. do Boqueirão; Igreja Matriz de Sto. Antônio Além do Carmo – 2ª etapa; Igreja da Saúde – 2ª etapa; Igreja N. Sra. do Rosário dos Pretos – 2ª etapa; Fundação Casa de Jorge Amado – 2ª etapa; Paço do Saldanha – 2ª etapa; Igreja e Museu da Ordem 3ª de São Francisco.



Igreja do Rosário dos Pretos.
Fonte: Arquivo ERCAS.



Chafariz da Cabocla/Largo dos Aflitos.
Fonte: Roberto Nascimento



Fonte da Praça da Sé. Fonte: Roberto Viana/Agecom.

Objetivo Específico 6.4

Instalação de novos espaços culturais e requalificação dos monumentos.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Implantar o Museu Náutico em imóvel a ser identificado.
- b) Instalar no Museu do Ritmo o Centro da Música Negra e recuperar o imóvel.
- c) Implantar a Biblioteca da Cultura Afrobrasileira.
- d) Requalificar 20 fontes históricas.
- e) Implantar o memorial dos artistas plásticos da Bahia.
- f) Criar um núcleo da Cultura Latino-Americana (Mercosul) no Centro de Referência da Cultura da Bahia.

Resultado Esperado

Equipamentos culturais do CAS qualificados.

Proposição 07

Estruturação do turismo cultural no CAS

Em importantes cidades do mundo, cultura e turismo estão intimamente ligados. Tal questão não poderia estar fora de um Plano que remodelará uma área importante de uma cidade histórica e com tantas belezas como Salvador. Com o aumento da demanda turística e da exigência dos visitantes, é fundamental que a cidade se torne competitiva no mercado nacional e internacional. Para isso, os patrimônios material e imaterial precisam ser cada vez mais conhecidos, mapeados e, sobretudo, qualificados. Artesanato, culinária, festas populares e manifestações culturais que constituem este patrimônio soteropolitano devem ser priorizados nas ações que visam fortalecer os pontos altos da cultura baiana. Os serviços também merecem atenção, como hospedagem, traslados, restaurantes, empresas de turismo, serviços de informação e guias, bem como os vendedores ambulantes, de modo que os profissionais dessas áreas passem por constantes processos de qualificação.

Uma forma de integrar o Centro e os turistas é através do estímulo às empresas de turismo na implantação e operação de roteiros culturais de forte interesse turístico, como acontece em cidades do exterior. O visitante que chega a Salvador e vai ao Centro de Referência da Cultura (ver proposição 13), no Palácio Rio Branco, por exemplo, além de obter uma visão geral do Centro Antigo e conhecer sua história, poderá, a partir das informações ali obtidas, traçar os itinerários de visitas, otimizando o tempo e permitindo uma melhor compreensão da cultura local.

Inúmeras serão as possibilidades de roteiros turísticos: o do Barroco, com um panorama da arquitetura colonial, mostrando o casario e as igrejas; o das Artes Visuais e Cinematografia perpassa os museus e galerias; o dos Pesquisadores priorizaria os inúmeros arquivos e bibliotecas que guardam a história documentada da cidade; o Afro, aos interessados na ancestralidade do povo baiano, mostrando a riqueza das feiras populares, da capoeira e dos elementos percussivos; o da Economia do Sagrado, por sua vez, é uma viagem pela Feira de São Joaquim, Mercado Modelo e Mercado de São Miguel, bem como Casas de Santo. Há ainda diversos possíveis roteiros, voltados para o artesanato, gastronomia e fé. Serão criadas atividades e ações de apoio aos roteiros como campanhas de divulgação, implantação de sinalização turística e produção de material com informações sobre monumentos, programações culturais e outras atividades.

Para a estruturação do turismo cultural propõe-se o desenvolvimento de dois Roteiros Permanentes, como o Circuito Turístico-cultural da Cidade Alta no trecho do Campo Grande ao Forte de Santo Antônio Além do Carmo (Largo do Santo Antônio); e o Circuito Turístico-cultural da Cidade Baixa, no trecho da Avenida Contorno à Calçada (Feira de São Joaquim).

Com o intuito de concretizar todas as iniciativas citadas, é preciso pensar na viabilidade técnica e financeira e na infraestrutura de transportes necessária à circulação dos visitantes. Também será considerado o desenvolvimento de programas culturais em consonância com a política da Secretaria de Cultura, fomentando uma agenda cultural integrada para o CAS, identificando e fortalecendo os grupos locais de pequeno e médio porte e estimulando a formação de redes para troca de experiências.

Objetivo Geral 7

Ampliar a competitividade do CAS a partir da estruturação do turismo cultural.

Objetivo Específico 7.1

Implantar e divulgar roteiros turísticos permanentes, integrando e valorizando o Patrimônio material e imaterial do CAS.

Ações a serem desenvolvidas

a) Implantar dois roteiros básicos:

a.1) circuito turístico-cultural da Cidade Alta – Campo Grande ao Forte Santo Antônio Além do Carmo (Largo do Santo Antônio);

a.2) circuito turístico-cultural da Cidade Baixa – Avenida Contorno a Calçada (Feira de São Joaquim), considerando:

- > a viabilidade técnico-financeira de inserção dos equipamentos nos roteiros;
- > as intervenções físicas, hierarquicamente, de acordo com as condições do equipamento;
- > a infraestrutura de transporte necessária à circulação dos visitantes.

b) Estimular as empresas de turismo e organizações do terceiro setor que trabalham com educação, cultura e turismo, a implantarem e operarem roteiros turístico-culturais, considerando os possíveis arranjos e a diversidade, a exemplo de:

- > roteiro dos Mirantes (memorial das baianas e memorial Mário Cravo);
- > roteiro do Barroco – traçado e história da cidade (casario, igrejas, museus);
- > roteiro das Artes Visuais e Cinematografia – galerias, murais (ex: Carybé);
- > roteiros dos Pesquisadores – arquivos, bibliotecas, centros culturais;
- > roteiro Afro – capoeira, percussão e outros estilos musicais;
- > roteiro do Artesanato;
- > roteiro da Gastronomia;
- > roteiro das Fontes;
- > roteiro da Economia do Sagrado – Feira de São Joaquim, Mercado Modelo, Casas de Santo, Mercado de São Miguel;

- > roteiro da Fé;
 - > roteiro dos caxixis, realizado por barcos à vela (saveiros);
 - > roteiro dos Fortes;
 - > roteiro Via Náutica;
 - > roteiro do Candomblé.
- c) Divulgar os roteiros no âmbito local, nacional e internacional.
- d) Implantar sinalização turística priorizando os Circuitos.
- e) Integrar os postos de informações turísticas aos roteiros propostos, considerando os roteiros sociais de base comunitária (existentes: Uruguai, Calafate, Alto do Cabrito).



Imagens religiosas na Feira de São Joaquim. Fonte: Arquivo ERCAS.

Objetivo Específico 7.2

Incrementar o programa cultural utilizando as diversas linguagens artísticas.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Fomentar uma agenda cultural integrada no CAS.
- b) Fortalecer os grupos locais, de pequeno e médio porte, inserindo-os na dinâmica do turismo cultural, considerando:
- > o cadastro das organizações sociais e cooperativas do CAS, os grupos e expressões da cultura imaterial;
 - > os grupos aptos para se inserirem nos circuitos culturais.
- c) Estimular a formação de redes para troca de experiências e saberes.

Objetivo Específico 7.3

Melhoria da qualidade dos produtos turísticos.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Qualificar os produtos turísticos para ampliar sua competitividade: artesanato, culinária, festas populares, manifestações culturais, guia/folder.
- b) Inserir nos Planos de comunicação dos órgãos de turismo – Setur, Bahiatursa, Saltur- a divulgação dos produtos e serviços turísticos do CAS.



Artesanato na Praça Cayrú. Fonte: Vaner Casaes/Agecom.



Restaurante do Hotel A Casa das Portas Velhas, na Mouraria.
Fonte: Aristeu Chagas/Agecom.



Baiana de acarajé no Largo do Terreiro de Jesus.
Fonte: Alberto Coutinho/Agecom.

Objetivo Específico 7.4

Melhoraria da qualidade dos serviços turísticos.

Ações a serem desenvolvidas

- Incentivar a certificação (empresarial e profissional) e qualificação dos serviços turísticos ofertados: hospedagem, traslados, restaurantes, empresas de turismo, serviços de informação, guias.
- Incentivar a formação de redes setoriais de equipamentos, serviços e manifestações culturais para otimizar e qualificar os serviços prestados.
- Criar programas permanentes de qualificação e atualização para os profissionais da rede turística e moradores para atender à mão-de-obra demandada pelos serviços turísticos.
- Criar programa de sensibilização e conscientização turística dirigido aos prestadores de serviços turísticos (taxistas, garçons), ambulantes e comunidade local.



Pousada no bairro de Santo Antônio/Centro Histórico.
Fonte: Arquivo ERCAS.

Resultado Esperado

Turismo Cultural Qualificado.

Proposição 08

Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS

Estudo realizado no Centro Antigo de Salvador (CAS) aponta a existência de 3.000 famílias moradoras de cômodos, cortiços e ocupações em ruínas. Para o sucesso das ações, é importante que as instituições atuantes trabalhem de forma integrada na execução de projetos voltados para a redução dos processos de marginalização social.

A troca de informações entre as organizações é bem-vinda, sobretudo com a participação do Governo. A proposta deve potencializar as ações dos diversos órgãos e instituições envolvidas com a problemática das crianças em situação de risco do CAS, seja pela captação de recurso ou articulação política e institucional. Além disto, se investirá na qualidade do atendimento, através de capacitação de agentes das áreas social e de saúde, contribuindo para a redução de danos. Serão realizadas campanhas educativas na área da saúde que abordem as doenças mais frequentes na população residente no CAS, como doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, doenças cardiovasculares e gravidez sem planejamento familiar.

A iniciativa privada pode exercer um papel importante no processo de revitalização da área, como o desenvolvimento de programas de responsabilidade socioambiental nas intervenções, como as ações projetadas para a Vila Nova Esperança/Rocinha, que prevêem a construção e apoio à gestão de equipamentos comunitários.

Para aumentar o sucesso das ações, será necessário implantar um projeto integrado de participação comunitária, contando com o apoio de todos os interessados nas transformações. As intervenções urbanísticas e habitacionais prevêem a criação de espaços públicos e de lazer, contribuindo para o fortalecimento das relações interpessoais, a convivência coletiva e a inserção no mercado de trabalho, com especial enfoque nas crianças, jovens, mulheres e idosos. Os próprios jovens da comunidade podem ser agentes sociais multiplicadores, sendo capacitados utilizando técnicas de arte e educação e trabalhando questões ligadas a noções de identidade, história, cultura local, meio ambiente, trabalho, direitos humanos e cidadania.

Objetivo Geral 8

Aprimorar o atendimento ao segmento populacional vulnerável do CAS.

Objetivo Específico 8.1

Integração das ações sociais voltadas para minimizar impactos do processo de marginalização social.

Ações a serem desenvolvidas

a) Criar um espaço de discussão e troca de informações sobre os projetos, ações e estratégias, pelas práticas abaixo:

- > articular as organizações sociais e cooperativas do CAS para atuarem em parcerias com o Governo;
- > sistematizar, registrar e desenvolver material informativo das tecnologias sociais;

b) Alinhar ações, junto ao Ministério Público, concernentes ao Termo de Ajuste de Conduta das crianças em situação de vulnerabilidade do Pelourinho.

c) Realizar cursos de qualificação de agentes "redutores de danos", de saúde e de formação de equipes de atenção básica.



Moradora de Rua/Centro.
Fonte: Ivan Erick/Agecom.



Praça da Piedade.
Fonte: Ivan Erick/Agecom.



Vulnerabilidade social/Praça da Piedade.
Fonte: Ivan Erick/Agecom.

Objetivo Específico 8.2

Desenvolvimento de programa de participação comunitária com a população vulnerável, composta por cerca de 3 mil famílias moradoras de cômodos, cortiços e ocupações informais.

Ações a serem desenvolvidas

a) Desenvolver ações de participação comunitária para as áreas de intervenção habitacional, priorizando os moradores de cômodos, ruínas e cortiços, considerando:

- > a realização de intervenções urbanísticas e habitacionais com acompanhamento, pelos atores sociais, de todas as etapas dos projetos;

- > a necessidade de espaços públicos e áreas de lazer para a população residente;
- > o favorecimento das relações interpessoais e a convivência coletiva;
- > a promoção de ações de educação ambiental;
- > a necessidade de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda;
- > alternativas educativas, culturais e lúdicas para crianças.

b) Criar campanha educativa contra os principais males de saúde que acometem a população do CAS: doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, doenças cardiovasculares, gravidez irresponsável e de atenção à saúde da mulher.

c) Desenvolver parcerias dos diversos atores que atuam na área com entidades que trabalham com os benefícios sociais, com especial atenção para jovens, crianças, idosos e mulheres a exemplo do Programa Eterna Juventude.

d) Articular parceiros privados para desenvolverem programas de responsabilidade socioambiental nas intervenções habitacionais, a exemplo da Vila Nova Esperança – Rocinha (em andamento).

e) Articular instituições para desenvolver projeto de formação de jovens para atuarem como agentes sociais e de turismo, considerando:

- > a utilização de técnicas e instrumentos de arte e educação;
- > as seguintes temáticas: identidade, história e cultural local, meio ambiente, trabalho, direitos humanos e cidadania;
- > o diagnóstico realizado nas dimensões social, econômica e cultural do Plano;
- > identificação e sistematização das ações educacionais realizadas no CAS.

f) Criar programas específicos e parcerias para inclusão dos moradores do CAS, a partir dos dados do diagnóstico realizado de vulnerabilidade social.

g) Alinhar as ações sociais nos três níveis de governo, de modo a assegurar à população do CAS o acesso a serviços qualificados de educação, formação profissional, saúde e assistência social.



Ocupação da encosta/Vila Nova Esperança.
Fonte: Robson Mendes/Agecom.

Resultado Esperado

Impactos do processo de marginalização social minimizados.

Proposição 09

Otimização das condições ambientais

É preciso repensar a relação entre a sociedade e seu habitat, já que um ambiente degradado contribui para a queda na qualidade de vida da população.

Parte da questão decorre do alto consumo de produtos, o que leva, além de uma exploração inadequada dos recursos naturais do planeta, ao aumento da produção de lixo. As questões referentes à sustentabilidade ambiental perpassam todo o Plano. Uma proposta para reduzir os impactos ambientais e melhorar a qualidade de vida é sensibilizar os comerciantes e empresários do CAS com o objetivo de cumprirem normas de adequação e redução de impacto ambiental, através da implementação de um Programa de Certificação Ambiental com contrapartida e incentivos oferecidas pelo Governo.

Geração e descarte de resíduos, poluição sonora e drenagem de águas pluviais são questões relevantes no cenário do CAS. A inconstância do serviço de coleta de lixo, aliada à insuficiência de recipientes para armazenamento, e a ação dos coletores de material para reciclagem produzem cenas de abandono e degradação. Uma das prioridades é a implantação do projeto de coleta seletiva do CAS, desenvolvido pelos consultores do Plano, o qual além de diminuir o impacto ambiental, ajudará a reduzir o atual problema dos depósitos de lixo clandestinos existentes na região.

Esforços serão envidados para organizar de forma sistemática, junto aos órgãos municipais, a limpeza de ruas e bocas-de-lobo. A correta higienização de espaços públicos, além de diminuir a proliferação de doenças, contribuirá para a melhoria na qualidade de vida da população. As ações do Plano incluem ainda a atuação em áreas abandonadas, quintais, calhas e telhados de edificações, espaços que apresentam risco de proliferação do mosquito transmissor do vírus da dengue. Campanhas de educação ambiental ajudarão a conter os avanços da doença.

Propõe-se ainda a aplicação efetiva de regulamentações que dispõem sobre assuntos muitas vezes esquecidos ou não respeitados, como poluição sonora, visual e de resíduos, de modo a criar um espaço mais saudável e agradável para quem mora, trabalha ou visita a região. Incentivar a ordenação de peças e engenhos publicitários contribui para o melhor tratamento das fachadas dos estabelecimentos comerciais, assim como comprovam a melhoria na paisagem urbana, a exemplo de recente iniciativa em São Paulo. Estimular o correto acondicionamento do lixo e investir na coleta seletiva são formas de minimizar o impacto negativo da disposição dos resíduos no CAS. Também é proposta a elaboração de estudos de arborização de toda a área, de modo a melhorar a paisagem urbana e aumentar a sensação de conforto.

Objetivo Geral 9

Promover a sustentabilidade ambiental no CAS.

Objetivo Específico 9.1

Melhoria das condições ambientais no que se refere à geração e descarte de resíduos, poluição sonora, drenagem de águas pluviais e paisagem urbana.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Implantar o Projeto de Coleta Seletiva, elaborado pelo Plano, oferecendo solução para os depósitos clandestinos de recicláveis existentes na área, considerando a realização de parcerias com as indústrias de bebidas.
- b) Articular, junto aos órgãos competentes, a limpeza sistemática das ruas, bocas-de-lobo, limpeza e monitoramento de áreas abandonadas, quintais e telhados de edificações (prevenção à dengue).
- c) Desenvolver campanhas permanentes de educação ambiental.
- d) Aplicar os instrumentos de coerção preconizados no Código de Polícia Administrativa, principalmente no que se refere à poluição sonora, visual e de resíduos, ao acondicionamento e horário de coleta do lixo e utilização dos espaços públicos pelos estabelecimentos comerciais.
- e) Incentivar a retirada do recobrimento das fachadas e marquises, com o controle dos engenos publicitários e pintura das edificações para sua manutenção.
- f) Arborizar e valorizar as áreas verdes existentes.



Acúmulo de lixo no Pilar. Fonte: Arquivo ERCAS.



Caminhão de lixo na Rua Gregório de Mattos/Centro Histórico. Fonte: Arquivo ERCAS.

Objetivo Específico 9.2

Implementação do Programa de Certificação Ambiental desenvolvido para o CAS.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Submeter minuta de Projeto de Lei do Executivo ao Poder Legislativo para aprovação.
- b) Elaborar o Decreto de Regulamentação.
- c) Constituir Comissão Certificadora para elaborar instrumentos técnicos de acompanhamento conforme regulamentação.
- d) Idealizar a programação visual e manual de uso da marca da certificação.
- e) Confeccionar peças de publicidade de acordo com a programação visual aprovada.
- f) Realizar oficinas de sensibilização junto aos comerciantes locais.

Objetivo Específico 9.3

Avaliação e monitoramento da qualidade ambiental do CAS.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Implantar sistema de monitoramento e controle, com o uso do instrumental especialmente desenvolvido (Índice de Danos Ambientais).
- b) Indicar a obrigatoriedade da adoção dos Estudos de Impactos de Vizinhança sempre que as características do empreendimento assim justificarem.

Resultado Esperado

Condições ambientais adequadas.

Proposição 10

Requalificação da infraestrutura do CAS

Melhorar os acessos e os meios de transporte é uma das propostas do Plano. Salvador enfrenta sérios problemas quando o assunto é mobilidade. As influências portuguesas são particularmente visíveis no traçado urbano do CAS, onde é possível notar ruas e calçadas estreitas, mas o que dificulta a locomoção de pessoas é, muitas vezes, o mau uso e o precário estado de conservação das vias e passeios. Para isso, é preciso desenvolver projetos que facilitem a vida de motoristas e pedestres, sobretudo em áreas de grande fluxo, com especial atenção às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

Os futuros projetos urbanísticos serão integrados aos existentes, e incluem a adequação do mobiliário urbano às especificidades locais, reorganização de áreas destinadas à carga e descarga e criação de recuos para ônibus e abrigos para a espera dos passageiros. Pontos-chave para a orientação e deslocamento das pessoas, a iluminação pública e a sinalização serão contempladas, assim como os acessos para pedestres ao Centro Histórico, considerando os elementos que bloqueiam o fluxo de pessoas nas calçadas, como postes, bancas de revistas e outros equipamentos mal posicionados.

A circulação e estacionamento de carros serão revistos, assim como a regulamentação do número de vagas, adequando-as às vias. A relação entre pedestres e motoristas precisa ser repensada. Para isso, será formulado um programa educativo que possa minimizar os conflitos existentes entre ambos, sobretudo os riscos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O transporte público, por sua vez, será beneficiado, com a requalificação dos terminais de ônibus do Aquidabã, Barroquinha, França, Vassouras e Lapa (inclusive a estação do metrô). Propõe-se a criação de estacionamentos periféricos aos terminais, onde o motorista possa deixar o carro e continuar o percurso a pé, de bicicleta ou ônibus.

Como a tendência mundial é estimular o uso de transportes alternativos, sobretudo em áreas centrais, uma das propostas é dotar as principais vias com infraestrutura cicloviária. Um dos circuitos propostos poderá iniciar no Campo Grande, passar pela Av. Sete de Setembro, Piedade, Rua Chile, Terreiro de Jesus, Nazaré e Av. Joana Angélica e retornar à Piedade. Será construída uma passarela ligando o Terreiro de Jesus ao bairro de Nazaré. Já o segundo circuito começará na Barroquinha, passando pelo Aquidabã, Vale de Nazaré, Dique do Tororó e Lapa. As ciclovias serão uma interessante forma de estabelecer contato direto com a riqueza dos bens culturais da cidade, muitas vezes despercebida por quem circula apenas de carro ou ônibus. Também poderão ser utilizadas como espaço de lazer, interligando as diversas praças existentes do CAS, que passarão por reformas e ganharão novos equipamentos.

Será dada continuidade ao processo de melhoria da iluminação do CAS, como a do Pelourinho, com a criação de redes subterrâneas de energia e comunicação, melhorando a paisagem existente, dando visibilidade aos monumentos e edificações e tornando os serviços mais eficientes. Assim como a construção de novos sanitários públicos e melhoria dos existentes, a readequação das redes de energia, água, telefonia, esgotamento sanitário, drenagem, entre outras, irá contribuir para a requalificação da infraestrutura da região.



Mapa 9 - Melhoria da Infraestrutura Urbana - Ercas/Fevereiro 2010.

Fonte: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador-SICAR/CONDER-1992 IPHAN: 1984; PMS: Lei 3.289/1983.

Objetivo Geral 10

Melhorar as condições ambientais e de infraestrutura nas áreas de grandes fluxos urbanos.

Objetivo Específico 10.1

Melhoria da mobilidade urbana e a circulação de veículos motorizados e não-motorizados.

Ações a serem desenvolvidas

a) Melhorar as condições dos passeios, ruas e iluminação das vias de circulação, considerando:

- > os projetos urbanísticos existentes e previstos;
- > as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- > a adequação do mobiliário urbano e supressão dos elementos de barreiras nos acessos;
- > áreas de carga e descarga;
- > baias para ônibus e abrigos;
- > o estudo dos elementos de proteção dos sítios arqueológicos.

b) Melhorar a acessibilidade dos pedestres ao CHS, a exemplo de novos acessos ligando as cumeadas e passagem de nível.

c) Regulamentar o número de vagas nas vias e áreas confinadas, considerando os estacionamentos existentes e propostos, a exemplo do da Barroquinha e Ajuda.

d) Desenvolver programa educativo destinado aos pedestres e motoristas para minimizar os conflitos existentes.

e) Dotar as principais vias de infraestrutura cicloviária:

- > circuito 1: Campo Grande – Av. Sete de Setembro – Piedade – Rua Chile – Terreiro de Jesus – Passarela – Nazaré – Av. Joana Angélica – Piedade;
- > circuito 2: Barroquinha – Aquidabã – Vale Nazaré – Dique – Lapa.;

g) Adequar espaços para o comércio informal: Estação da Lapa, Av. Sete de Setembro, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Piedade e Praça Cayrú.

h) Destinar espaços para os ambulantes cadastrados e capacitados.

i) Melhorar as condições de circulação de pedestres nas saídas dos grandes estabelecimentos e estações de transbordo.

j) Designar espaços públicos para a realização de feiras temáticas, atividades periódicas de cultura e de lazer.



Cadeirante no Centro Histórico.
Fonte: Arquivo ERCAS.



Intensa circulação de pessoas, próximo à Estação da Lapa. Fonte: Arquivo ERCAS.



Obstrução de passeio/Santo Antônio Além do Carmo. Fonte: Arquivo ERCAS.

- k) Melhorar a sinalização existente nas áreas de grandes fluxos.
- l) Requalificar a Av. Joana Angélica.
- m) Executar as obras da passarela de interligação do Centro Histórico de Salvador à Av. Joana Angélica.
- n) Executar as obras da Av. J. J. Seabra, Rua Chile, Praça Castro Alves, Pilar, Taboão e Rua Ruy Barbosa.

Objetivo Específico 10.2

Requalificar os terminais de transporte do CAS.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Requalificar os terminais do Aquidabã, da Lapa (estação de metrô e ônibus), da Barroquinha, da França, das Vassouras, considerando:
 - > criação de estacionamento periférico;
 - > sistema viário de circulação;
 - > integração com o projeto das ciclovias;
 - > priorização da circulação de pedestres, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.



Terminal do Aquidabã. Fonte: Vaner Casaes/Agecom.

b) Otimizar o uso do espaço viário, principalmente nos horários de grandes fluxos, visando:

- > desestimular a circulação de automóveis no CAS, ampliando os espaços de circulação dos pedestres e ciclistas, prevendo estacionamentos periféricos e sistema circular de transporte coletivo;
- > aprimorar a qualidade do transporte público: ônibus/transporte mecânico e a possibilidade de transporte intermodal metrô-ônibus;
- > adequar os abrigos e paradas de ônibus do percurso.



Terminal da Estação da Lapa.
Fonte: Ivan Erick/Agecom.

c) Ampliar o acesso ao terminal da Lapa (Av. Joana Angélica), considerando:

- > alternativas para a realocação e ou manutenção dos ambulantes localizados no entorno a partir da racionalização do espaço físico;
- > a requalificação e urbanização da área de entorno;
- > a priorização da circulação de pedestres, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- > integração com as ciclovias;
- > a reativação dos antigos sanitários públicos.



Terminal do Aquidabã.
Fonte: Vaner Casaes/Agecom.

Objetivo Específico 10.3

Implantar sanitários públicos no CAS.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Melhorar as condições dos sanitários públicos existentes e realizar campanha educativa para o uso adequado.
- b) Implantar novos sanitários, considerando o fluxo de pessoas e a demanda da área.

Objetivo Específico 10.4

Adequar os serviços de infraestrutura urbana.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Adequar a rede de infraestrutura às novas demandas geradas nas propostas do Plano (energia, água, telefonia, esgotamento sanitário, drenagem, etc.).
- b) Requalificar a iluminação pública do CHS.
- c) Dotar o CHS de redes subterrâneas de energia e comunicação.
- d) Implantar o Plano de prevenção a incêndios do CAS.
- e) Requalificar e dotar de infraestrutura os largos e praças do CAS.
- f) Adequar o 1º GBM (Quartel do Corpo de Bombeiros/Barroquinha) para atendimento à área do CAS considerando:
 - > a reforma das estruturas físicas do Quartel;
 - > o aumento do efetivo;
 - > o aumento e renovação da frota;
 - > o aumento e renovação dos equipamentos.



Praça Dois de Julho, Campo Grande. Fonte: Manu Dias/Agecom.

Resultados Esperados

Centro Antigo de Salvador com infraestrutura requalificada, população mantida na área central da cidade e com boas condições ambientais, sanitárias, de acessibilidade, mobilidade e estacionamentos.

Melhoria do trânsito na área.

Melhoria do ambiente urbano.

Proposição 11

Redução da insegurança no CAS

O Plano propõe a implantação do Projeto de Segurança Pública do Centro Antigo de Salvador (CAS), elaborado pela Secretaria de Segurança Pública, em outubro de 2008, e a realização de campanhas de informação para redução da sensação de insegurança na área, considerando a divulgação das ações positivas e que tenham como foco a população de Salvador e turistas. A comunicação deve trabalhar na construção de uma nova imagem da zona central da capital baiana, associando-a à sensação de segurança.

Prevê-se a reativação do conselho comunitário de segurança pública, que além de tornar a população local partícipe das decisões, pode fornecer soluções eficazes para os problemas que desencadeiam uma situação de vulnerabilidade, como o alto índice de evasão escolar, o desemprego, a violência familiar e o consumo de álcool e drogas.

Como medida de redução do índice de violência e criminalidade, o reforço do policiamento ostensivo, assim como a ênfase no policiamento comunitário são alternativas viáveis. A reestruturação e ampliação da Central de Monitoramento Eletrônico – que já está em atividade, com câmeras distribuídas pelas ruas do Centro Histórico – podem auxiliar o acompanhamento das zonas que necessitam de mais cuidados e na localização estratégica de policiais. O 18º Batalhão da Polícia Militar precisa de reforço no efetivo e na frota de veículos, bem como reforma da sede.

Área de forte interesse turístico, o CAS conta com um equipamento especializado para atender os visitantes: a Delegacia de Proteção ao Turista – Deltur, a qual precisa de reformas para adequar-se ao crescente fluxo de pessoas, sobretudo na alta temporada. Propõe-se a reestruturação da 1ª CP (Delegacia dos Barris), o aumento dos efetivos e das frotas, além da qualificação dos servidores. Também será necessária a reorganização das áreas de abrangência das responsabilidades de cada delegacia, para uma otimização dos trabalhos e melhor atendimento das demandas da área do CAS. A maior utilização dos serviços de denúncia facilitará ações da polícia e a elaboração de estatísticas que ajudem a melhor diagnosticar os problemas.

Objetivo Geral 11

Ampliar a Segurança Pública no CAS.

Objetivo Específico 11.1

Redução dos índices de criminalidade.



Policimento na Praça da Sé. Fonte: Ronaldo Silva/Agecom

Ações a serem desenvolvidas

a) Implantar o Plano de Segurança Pública do CAS, elaborado em outubro de 2008, considerando:

- > Reativar o conselho comunitário de segurança pública, para intervir em fatores de risco identificados como precursores de comportamentos violentos ou criminosos como: evasão escolar, desemprego, violência familiar e consumo excessivo de álcool e drogas;
- > Reforçar o policiamento ostensivo, com ênfase no policiamento comunitário;
- > Qualificar a polícia para melhor atendimento ao turista e maior integração com os frequentadores e a comunidade;
- > Reestruturar e ampliar a Central de Monitoramento Eletrônico;
- > Rádio-patrolhamento Comunitário Especializado;
- > Reestruturar o 18º BPM, com a recomposição do seu efetivo, da sua frota, bem como a reforma da sua sede;

> Acompanhar as manchas criminais, com a utilização da ferramenta de georreferenciamento, na distribuição do efetivo e posicionamento das câmeras;

> A participação do Conselho Tutelar e Juizado de Menores;

> Ações no combate à prostituição infantil, ao turismo sexual e ao tráfico de drogas.

b) Adequar a Delegacia de Proteção ao Turista – Deltur para prestar atendimento de qualidade à população e aos turistas, considerando:

> reformar as estruturas físicas, especialmente da 1ª CP;

> aumentar os seus efetivos e qualificar os servidores;

> aumentar e renovar as frotas;

> reorganizar as áreas de responsabilidade territorial para melhor atendimento das demandas do CAS;

> a divulgação dos serviços prestados pela DELTUR;

> a capacitação dos funcionários da DELTUR em vários idiomas.

c) Incentivar a comunidade a denunciar as ocorrências criminais, funcionando como apoio para o registro estatístico e a ação policial, a exemplo do uso de rádio transmissor on line.



Sede do 18º Batalhão da Polícia Militar. Fonte: Ronaldo Silva/Agecom.

Objetivo Específico 11.2

Redução da sensação de insegurança.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Realizar campanha de informação para desmistificação da insegurança, considerando divulgação das ações positivas em várias dimensões do Plano (iluminação, intervenção urbanística, limpeza etc.).
- b) Criação de Rua 24 horas, com atividades socioeducativas para educação ambiental.
- c) Qualificar a guarda municipal a exercer atividades para relacionar, notificar crimes contra o patrimônio e de competência municipal.
- d) Implementar junto à guarda municipal os projetos do PRONASCI para a qualificação social da comunidade.

Resultado Esperado

Condições de segurança do CAS adequadas.

Proposição 12

Valorização do CAS a partir da educação patrimonial

Sem o interesse real da sociedade pela cultura e história da cidade, todo o conjunto de esforços terá sido em vão. As mudanças passam pela educação patrimonial e ambiental e pela inclusão de todos no processo. Com a gradativa saída da população do Centro Antigo de Salvador (CAS), a ligação entre ambos, acabou sendo perdida, e a importante e histórica região foi esquecida. Para mudar esse quadro e tornar a região central mais uma vez atraente aos olhos e corações do povo, é preciso um trabalho coeso e que considere as especificidades do público de forma a atrair todos.

Todos os recursos precisam ser adotados, desde peças gráficas, como banners e folderes explicativos, passando por ações permanentes junto à imprensa e campanhas publicitárias, sempre com o objetivo maior do Plano, que é atrair a população ao CAS. As novas tecnologias, como os blogs e as redes sociais na internet, também serão ferramentas úteis para dar visibilidade a todas as ações.

Essa proposta de comunicação efetiva e eficiente já tem uma marca: um coração estilizado sob o qual aparece a frase "Centro Antigo de Salvador: a História do Brasil Vive Aqui". O conceito reforça a ideia da preservação de toda a área e chama atenção para sua importância histórica no cenário nacional. Boa parte da história do Brasil aconteceu na Bahia e continua viva e preservada nos casarios, na arquitetura, nos museus, conventos, palácios e igrejas da primeira capital do país.

Para divulgar e mudar a imagem do CAS junto à população pretende-se valorizar as iniciativas com práticas sociais sustentáveis e que dêem visibilidade ao patrimônio, bem como criar concursos e dar publicidade aos resultados para a mídia especializada nacional e internacional.

As informações e pesquisas realizadas para o Plano de Reabilitação serão disponibilizadas para o público em geral e poderão servir como insumos para as políticas públicas e estudos técnicos e acadêmicos. Com tamanha riqueza social e cultural presente nas ruas e ladeiras do Centro, é preciso multiplicar a produção de conhecimento, contribuindo para a manutenção da memória e proposição de novas visões para os problemas enfrentados. Parcerias com universidades fortalecerão as iniciativas de pesquisadores. Há enorme potencial para o desenvolvimento de atividades, como aulas, em prédios localizados no CAS. Escolas podem utilizar espaços para a realização de aulas públicas, com o apoio de uma central de atendimento específico para agendamento e organização das atividades.

Conhecer experiências de outras regiões centrais de cidades brasileiras e do exterior pode ajudar na concretização das ações previstas no Plano, a partir do intercâmbio de ideias e intenções através de redes, seminários, eventos e fóruns que discutem propostas para os Centros Antigos e Históricos.

Objetivo Geral 12

Promover o CAS como sítio histórico-cultural, de convívio e interação entre moradores e visitantes.



Jornada de Literatura no Pelourinho.
Fonte: Carlos Alcântara.



Jornada de Literatura no Pelourinho.
Fonte: Carlos Alcântara.



Projeto Pinte no Pelô.
Fonte: Alexandre Amaral.

Objetivo Específico 12.1

Implantação de programa de Educação Patrimonial para despertar o interesse da sociedade pela cultura e história da Cidade.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Desenvolver programa de educação patrimonial e ambiental para moradores do CAS e de Salvador, que considere a elevação da auto-estima e a sensação de pertencimento, a partir de parcerias com os órgãos envolvidos com o patrimônio, como o IPAC, FGM, IPHAN, Instituições de Ensino, ONGs, dentre outros.
- b) Criar uma central de atendimento para que as escolas de educação básica, de ensino fundamental e médio possam fazer aulas públicas no CAS.
- c) Estimular as universidades a realizarem aulas no CAS e em seus monumentos.
- d) Implementar campanhas para atrair a população de Salvador para conhecer e frequentar o Centro (que adote uma comunicação informativo-educativa com linguagem adequada aos diferentes públicos).
- e) Criar modalidade de premiação para iniciativas com práticas sociais sustentáveis e de visibilidade do patrimônio.
- f) Disponibilizar o conteúdo e resultados destas premiações, de forma sistemática, para mídia especializada.
- g) Propor a criação de legislação, regulamentando a educação patrimonial nas escolas de ensino fundamental e médio.



Jornada de Literatura no Pelourinho.
Fonte: Carlos Alcântara.

Objetivo Específico 12.2

Suporte às políticas públicas, estudos técnicos e acadêmicos, a partir das informações e pesquisas realizadas para o Plano de Reabilitação.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Fornecer subsídios às Secretarias de Estado e da Prefeitura de Salvador para a criação de Políticas Públicas relacionadas ao patrimônio cultural.
- b) Disponibilizar todo o conteúdo do Plano para consulta pública no Centro de Referência da Cultura.
- c) Fomentar junto às universidades e centros de pesquisa o desenvolvimento de novas pesquisas e teses acerca do CAS.
- d) Estabelecer convênios com as universidades para estimular pesquisas de temas relativos ao CAS em todas as suas dimensões.
- e) Participar de redes de discussão de centros históricos, seminários, palestras e fóruns.
- f) Criar uma rede social e cultural das organizações sociais do CAS.



Faculdade de Medicina/Centro Histórico. Fonte: Arquivo ERCAS.

Resultado Esperado

Centro Antigo com ampla divulgação, reconhecimento e frequência.

Proposição 13

Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia

O Centro de Referência da Cultura funcionará como mecanismo de manutenção e promoção do patrimônio cultural existente e como incentivador e facilitador de novas ações. Sediado no Palácio Rio Branco (Praça Thomé de Souza), local que desempenhou importante papel da história do município, o Centro irá concentrar os esforços e meios para a preservação e difusão cultural da história de Salvador e da Bahia. Será valorizado o patrimônio material e imaterial, além da realização de atividades culturais, educativas e turísticas. A história do CAS, e por consequência do próprio Estado da Bahia, será contada de forma interativa.

O Centro de Referência servirá como um portal de boas-vindas para os turistas, além de convidar os baianos a conhecerem uma parte de sua própria história. O público poderá ter acesso às riquezas do CAS, mediado por modernas tecnologias e de forma lúdica.

O espaço servirá também como abrigo para as iniciativas futuras de preservar e dinamizar o CAS. Verdadeiro banco de dados e informação, o Centro de Referência será a base para os projetos futuros que envolvam a área. Após muitas mudanças, o Palácio Rio Branco volta a ser o marco zero simbólico da cidade. Afinal, neste local foi construída a primeira Casa de Governo, em taipa e barro, para residência do 1º Governador-Geral, Thomé de Souza, fundador da cidade de Salvador. E é nesse espaço que a cidade, a partir de agora, se reinventa.

Objetivo Geral 13

Preservar e difundir a cultura e história da Bahia, em especial do CAS.

Objetivo Específico 13.1

Implantação do Centro de Referência da Cultura.



Palácio Rio Branco/Praça Thomé de Souza. Fonte: Adenilson Nunes/Agecom.

Ações a serem desenvolvidas

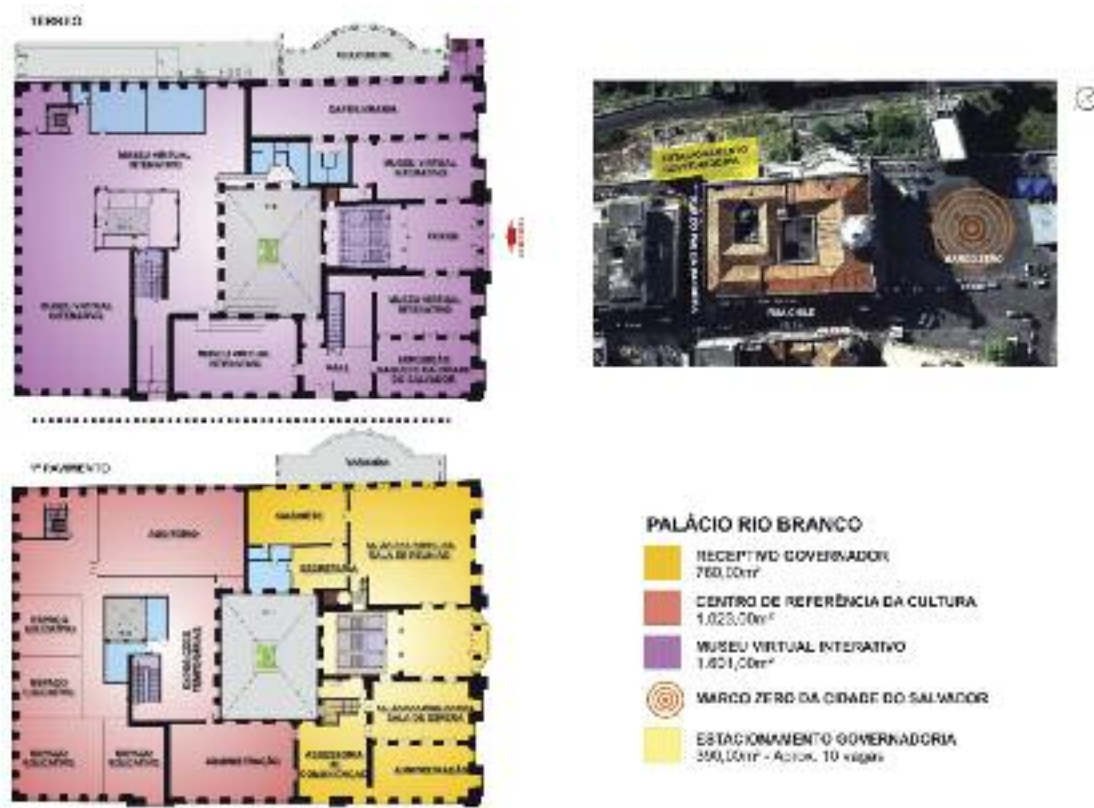
a) Elaborar projeto conceitual do Centro de Referência da Cultura da Bahia, no Palácio Rio Branco, como um Portal de memória da Cidade do Salvador, considerando:

- > o patrimônio material e imaterial;
- > as atividades culturais, educativas e turísticas;
- > a necessidade de integrar a história com as referências culturais e o espaço construído;
- > a interatividade entre a informação e o usuário;
- > os recursos tecnológicos para disponibilizar, em rede, as informações;
- > a utilização do espaço para exposições temporárias e permanentes;



Interior do Palácio Rio Branco. Fonte: Alberto Coutinho/Agecom.

- > a exposição permanente da maquete da Cidade do Salvador com destaque para os pontos turísticos e equipamentos culturais;
 - > disponibilização de espaço para pequenos eventos;
 - > a instalação do Gabinete do Governo para Receptivo;
- b) Elaborar projeto arquitetônico e tecnológico que contemple exposição interativa, eventos educativos e turísticos, além do Gabinete do Governo para Receptivo, considerando o Projeto Conceitual e de Sistematização.
- c) Executar as obras do Centro de Referência.
- d) Implantar Pontos de Apoio ao Centro de Referência nos seguintes equipamentos: Rodoviária, Aeroporto, Terminal do Ferry Boat, Mercado Modelo, Farol da Barra, Forte Santo Antônio, entre outros, alinhados com os postos de informação da Bahiatursa e Saltur.



Centro de Referência e Receptivo do Governador. Fonte: Arquivo ERCAS.

Objetivo Específico 13.2

Implantação de sistema integrado de informações culturais e turísticas.

Ações a serem desenvolvidas

a) Sistematizar o conteúdo para o Centro de Referência da Cultura da Bahia, considerando:

- > mapeamento, cadastramento e registro do acervo histórico e cultural;
- > mapeamento e registro do patrimônio imaterial – formas de expressão, celebrações, saberes e fazeres;
- > a formação de redes de informação e divulgação de equipamentos, serviços e conteúdos culturais;
- > o incentivo à criação/participação de representantes de redes setoriais segundo os propósitos do Ministério da Cultura;
- > o desenvolvimento de um Sistema de Informação do CAS em sintonia com os Sistemas Nacional e Estadual de Cultura e Turismo;
- > a implementação de solução audiovisual interativa de disponibilização de conteúdo.



Simulação do Centro de Referência da Cultura Baiana. Fonte: canto superior esquerdo/Adenilson Nunes; canto superior direito/Alberto Coutinho; demais: Arquivo ERCAS.

Resultado Esperado

Centro de informação histórico e cultural criado e em funcionamento.

Proposição 14

Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação

O Plano tem como missão revitalizar o Centro Antigo de Salvador, alavancando e gerando recursos para sua sustentação, através do desenvolvimento de instrumentos econômicos, institucionais e de requalificação do uso dos bens públicos. Para cumprir esta missão, foram identificados os seguintes macro-processos de trabalho: administração dos bens públicos estaduais situados no Centro Histórico; gestão de fundos e instrumentos econômicos, atrelados aos bens públicos estaduais e gestão de programas culturais e de preservação do patrimônio histórico-cultural.

Para definir o modelo de gestão do programa e/ou a arquitetura jurídico-institucional é fundamental esclarecer inicialmente qual seria a estrutura dessa organização e seus macro-processos de trabalho, a exemplo da recuperação do patrimônio imobiliário e da aquisição de terrenos para formação de receitas para investimentos no CAS.

A proposta é criar uma empresa pública para gerir o patrimônio imobiliário, além de aliená-lo em fidúcia a um Fundo de Investimento Imobiliário, como forma de alavancar recursos para melhor desempenhar esta atividade. Extrair lucro da gestão imobiliária dos bens dominicais do Estado é uma atividade econômica, que poderá caracterizar esta empresa pública. Nestes termos, ela ganha maior flexibilidade para a gestão, do que uma unidade da administração direta ou uma autarquia. Esta flexibilidade tenderá a ser mais ampla e segura quando for aprovada a nova lei que disciplina o estatuto das empresas públicas, mas certamente a disciplina hoje aplicada já garante mais dinamismo do que o regime jurídico administrativo.

A gestão de um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) é regulada pela Lei nº 8.668/93 e pela Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008. Trata-se de um instrumento característico da área privada, do mercado de capitais, mas que também pode ser uma entidade de natureza pública.

A fim de garantir uma gestão qualificada será criado um sistema de monitoramento, aliado à estratégia de fortalecimento da comunicação do Plano.

Objetivo Geral 14

Confirmar a vontade política para implantar o Programa de investimentos garantindo mecanismo de gestão.

Objetivo Específico 14.1

Implantação da Estrutura de Gestão.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Definir a estrutura de gerenciamento para implantar o Programa de Investimento, executar as obras e ações previstas garantindo a sua implantação e sustentabilidade até sua conclusão em 2014.
- b) Instituir o Conselho Gestor do Plano formado por representantes da Prefeitura, do Estado, da União e dos segmentos organizados.
- c) Instituir um Conselho Deliberativo de Políticas Públicas, assegurando a participação da sociedade civil organizada nas decisões.

Objetivo Específico 14.2

Implantação da modelagem financeira para viabilizar os investimentos estimados em R\$ 627 milhões.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Dar continuidade as Parcerias com o Setor Privado, a exemplo da Dow Brasil, Albasa, Fórum para implementar ações de interesse comum.
- b) Implantar um Fundo de Investimentos Imobiliário – FII a partir do patrimônio imobiliário comercial do Estado na área do CAS, estimado em R\$ 60 milhões, de forma a viabilizar investimentos concorrentes para sustentabilidade do CAS, considerando as seguintes possibilidades:
 - > a adesão da iniciativa privada;
 - > instrumentos do mercado de capitais;
 - > retorno das operações financeiras;
 - > doações;
 - > outros;
- c) Captar recursos financeiros para os investimentos do Plano, estimados em R\$ 627 milhões, considerando:
 - > aporte do Estado, da PMS e da União;
 - > transferências voluntárias;
 - > empréstimos e financiamentos;
- d) Disponibilizar programa de incentivos, através de uma política de benefícios para aqueles que atuam com responsabilidade patrimonial dentro do CAS.

- e) Atrair o setor da construção civil para investir em negócios no CAS.
- f) Utilizar instrumentos urbanísticos e tributários para inserir os imóveis e terrenos ociosos no mercado imobiliário.

Objetivo Específico 14.3

Avaliação e Monitoramento.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Desenvolver sistema de acompanhamento e monitoramento, que adote indicadores que permitam adequações durante o processo, através de avaliação (interna e externa) de cada conjunto de ações nos seguintes aspectos: social, econômico, urbanístico etc., auferindo resultados quantitativos e qualitativos.

Objetivo Específico 14.4

Fortalecimento da estratégia de comunicação do Plano.

Ações a serem desenvolvidas

- a) Implementar as ações previstas no Programa de comunicação.
- b) Desenvolver estratégias para oferecer suporte às proposições.
- c) Publicar o Plano em livros e meio digital.
- d) Gerir a informação interna e externa.
- e) Dar continuidade à estratégia de comunicação com a criação de peças gráficas, atualização do blog, participação em premiações, elaboração de artigos e releases e criação de campanhas publicitárias.
- f) Criar eventos técnicos para troca de informações e conhecimentos.

Resultado Esperado

Plano com estrutura de gestão implantada e em funcionamento.

Curriculum dos Autores

Curriculum resumido dos autores

Ângela Gordilho - Graduada em Arquitetura (FAUFBA, 1975), Especialista em Planejamento Urbano e Regional – CEPUR (FAUFBA/SUDENE,1980), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ,1990); e doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP, 1999). Atua nos temas da habitação e do desenvolvimento urbano e regional, em pesquisa, projetos e políticas públicas, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão, consultoria, com vários trabalhos publicados e projetos premiados, dentre eles o projeto Aprendendo com a Cidade/ PrêmioCAIXA/IAB, 2001 e o livro Limites do Habitar, na sua 2ª. Edição/EDUFBA. Como gestora, foi coordenadora do PPGAU (2002-2004) e Secretária da Habitação na Prefeitura do Salvador (2005-2008). Recebeu a Comenda Maria Quitéria/Câmara Municipal, 2008 e o título Arquiteto do ano-Setor Público/ FNA, 2008. Atualmente é professora no curso de pós-graduação PPGAU/ FAUFBA, no qual também atua como coordenadora do LabHabitar, pesquisadora do CNPq e orientadora de projetos de iniciação científica, mestrado e doutorado.

Eduardo Dória - Entre outras atividades foi Gerente de Tecnologia Ambiental da Aracruz Celulose, Coordenador de Energias Renováveis do Estado da Bahia, Consultor do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) e UNESCO. Tem experiência na área de Meio Ambiente, atuando principalmente nos temas de Gestão de Impactos e Monitoramento Ambiental. Atualmente, além dos trabalhos de consultoria, é professor de cursos de graduação e coordenador de cursos de pós-graduação voltados para a temática ambiental.

Itamar Kalil - Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia em 1971; Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade da Califórnia – Berkeley – EUA em 1977; Professor Adjunto 4 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA (aposentado); Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ABEA (1993 a 1997 e 2000 a 2003); Vice-Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA (2001); Coordenador da Comissão de Educação do CONFEA (2002 e 2003); Membro do CONADE – Comissão Nacional de Políticas para as Pessoas com Deficiência (2004); Membro da equipe do Programa de Recuperação de Alagados – Salvador (1971 a 1983); Coordenador do Programa de Acessibilidade do CREA-RJ (2006 a 2008); Atual coordenador da Equipe para a elaboração do Plano de Reabilitação do CAS – Tema: Acessibilidade e Mobilidade Urbana; Atual consultor da CONDER no Programa Cidade Bicicleta.

Lúcia Aquino - Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA(1983), mestrado em Administração pela UFBA (1993) e doutorado em Planificação Territorial Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona (2005). Coordenou o curso de turismo da Universidade Salvador entre 1988 e julho de 2008, sendo também professora titular desta Instituição. Foi funcionária pública estadual entre 1983 e 2008, exercendo funções técnicas, de coordenação e sub-gerência nas Secretarias de Indústria e Comércio, Secretaria de Planejamento (SEI e CPE), Secretaria de Turismo (centralizada e Bahiatursa). Tem experiência nas áreas de turismo, desenvolvimento urbano-regional, economia e administração, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento social, turismo, desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano e turismo cultural. É professora adjunta concursada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), desde julho/2008. Autora de diversos livros e artigos na área do turismo.

Luiz Antônio Fernandes Cardoso - Arquiteto, Especialista em Conservação e Restauro pela UFBA - IPHAN - UNESCO, Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, com estágio doutoral (PDEE/CAPES) na Universidade de Coimbra. Desde 1992 é professor de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, atuando na graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

Mariely Santana - Arquiteta com especialização e mestrado na área de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural. Pesquisadora do CEAB/UFBA, onde desenvolve pesquisa na área de patrimônio imaterial com ênfase nas festas religiosas. Diversos artigos publicados

na área de Identidade Cultural e Patrimônio Imaterial. Participou da organização do livro Centro Cultural de Salvador convênio SEI/UFBA. Professora das disciplinas de Arquitetura Brasileira e Técnicas Retrospectivas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIME e das disciplinas de Diagnóstico e Levantamento Cadastral no Curso de Especialização em Conservação e Restauração – CECRE, patrocinado pela UFBA e UNESCO. Coordenadora, no período de 2004 a 2008, do Curso de Especialização em Restauração e Conservação do Patrimônio – CECRE. Atualmente, presta consultoria para o ERCAS realizando o diagnóstico dos Equipamentos e Negócios Culturais no CAS.

Maurício Teles Barbosa – Delegado de Polícia Federal, atualmente, é Superintendente de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia. Atuou como Coordenador da Força Tarefa de Combate aos Crimes contra a Previdência Social – SR/DPF/RJ; Chefe da Delegacia de Roubo a Banco – SR/DPF/BA; Chefe da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado – SR/DPF/BA. É especializado em: Inteligência Anti-Sequestro – Colômbia; Inteligência em Terrorismo – Israel; Operações de Inteligência – Polícia Federal; Operações Especiais – Polícia Federal; Gerenciamento de Crises – Polícia Federal.

Oswaldo Guerra – Possui graduação em Economia pela Universidade Federal da Bahia (1978), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (1982) e doutorado em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Atualmente é professor associado 2 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência nas áreas de Estudos Industriais e Mudanças Tecnológicas, atuando principalmente nos seguintes temas: competitividade, estratégias empresariais, indústrias de petróleo, gás natural e petroquímica, energia e economia baiana.

Patrícia Smith – Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Estado da Bahia (1997), especializada em Gestão Pública Governamental (2004) e mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (2008). Atualmente é Analista Universitária da Universidade do Estado da Bahia e membro do Grupo de Pesquisa “Cultura, cidade e democracia: sociabilidade, representações e movimentos sociais” do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência de pesquisa nas áreas de Informação e Comunicação, com ênfase em Comunicação Comunitária; de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, e de Educação e Etnicidade, atuando principalmente nos seguintes temas: cotidiano, imaginário/representações sociais, sociabilidade, cidadania e redução de danos sociais. É também consultora do IAT/SEC, na execução do projeto federal PROTEJO/PRONASCI/MJ.

Paulo González – Economista formado pela UFBA; atua no serviço público praticamente desde formado, trabalhando com informações e estatísticas sociais e econômicas da Bahia. Tem prestado consultorias diversas na área de meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Sérgio Gomes – Atividade profissional concentrada na área do Saneamento Ambiental e Engenharia de Saúde Pública e teve início, após formação profissional, no Planejamento Urbano, como técnico, na Secretaria de Planejamento do Governo Estadual e na Prefeitura da Cidade do Salvador. Após ingresso, como Professor, na Universidade Federal da Bahia, o envolvimento maior deu-se no ensino e na pesquisa, no Departamento de Saneamento, hoje Departamento de Meio Ambiente da Escola Politécnica. Alguns projetos desenvolvidos nesta época: Plano de Saneamento para a Cidade do Salvador, Convênio UFBA-Prefeitura de Salvador; Manual de Educação Sanitária, Convênio UFBA-CERB; Avaliação do Saneamento Rural do Estado da Bahia, Convênio SUDENE/UFBA/Secretaria de Rec. Hídricos, Saneam. e Hab. do Governo do Estado; Estruturação de Modelos para o Desenvolvimento Sustentável das Áreas de Mata Atlântica no Sudoeste da Bahia, este já na Faculdade de Tecnologia e Ciências, onde foram realizados projetos e implantação de Cursos de Engenharia Ambiental, graduação e pós. Diversos outros projetos. Publicações diversas, 2 livros publicados.

B 135 Bahia. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO.
Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo./
Escritório de Referência do Centro Antigo, UNESCO. – Salvador :
Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010.
344p. : il.

1.Centro Antigo de Salvador - 2.Centro Histórico de Salvador.
3.Planejamento Urbano Participativo. I.Título.

CDD 711.981 42



CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

A história do Brasil vive aqui

Projeto Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

